

ISSN 0100-199X

ANPOCS

bib

**Revista Brasileira de Informação Bibliográfica
em Ciências Sociais**

43

Neste número:

Conceito de Sociedade Civil

Sociedades e Estados de Tipo Soviético

Estados, Políticas Estatais e Atores Políticos

Cultura Política e Escolha Racional

RELUME



DUMARÁ

BIB — Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (ISSN 0100-199X) é uma publicação semestral, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) destinada a estimular o intercâmbio e a cooperação entre as instituições de ensino e pesquisa em Ciências Sociais no País. O **BIB** é editado sob orientação de um Editor e um Conselho Editorial composto de profissionais em Ciências Sociais de várias instituições do País.

Editor

Charles Pessanha

Comissão Editorial

Charles Pessanha (IUPERJ e UFRJ)

Jairo Marconi Nicolau (IUPERJ)

José Ricardo Ramalho (UFRJ)

José Sergio Leite Lopes (UFRJ)

Conselho Editorial

Glaucio Ary Dillon Soares (CEPPA/UnB)

Helena Bomeny (UERJ e FGV)

Ilza Araújo Leão de Andrade (UFRN)

Maria Célia Paoli (USP)

Maria Celina d'Araújo (FGV e UFF)

Maria Lygia Barbosa (UFMG)

Maria Sylvania Porto Alegre (UFC)

Patrícia Birman (UERJ)

Roque de Barros Laraia (UnB)

Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS
Universidade de São Paulo – USP
Av. Prof. Luciano Gualberto, n. 315, sala 116
05508.900 – São Paulo, SP
Tel.: (011) 818-4664 – Fax: (011) 818-5043

Direitos reservados para esta edição
RELUME-DUMARÁ / ANPOCS

Publicação e Comercialização

DUMARÁ DISTRIBUIDORA DE PUBLICAÇÕES LTDA.

Rua Barata Ribeiro, 17 – sala 202

22011-000 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (021) 542-0248 – Fax: (021) 275-0294

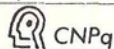
Editoração

MMFREIRE – Editoração e Arte

REVISTA FINANCIADA COM RECURSOS DO

Programa de Apoio a Publicações Científicas

MCT



CNPq



FINEP

Impresso no Brasil

bib

Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais

Sumário

Categoria Analítica ou <i>Passe-Partout</i> Político-Normativo: Notas Bibliográficas sobre o Conceito de Sociedade Civil Sérgio Costa	3
Leituras do Leste III: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Parte Final – As Leituras Centradas na Prevalência do Capitalismo de Estado e/ou Burocrático e a Convergência Problemática no Conceito de Stalinismo) Luis Fernandes	27
Notas Críticas à Literatura sobre Estado, Políticas Estatais e Atores Políticos Eduardo C. Marques	67
Cultura Política e Escolha Racional na América Latina: Interfaces nos Estudos da Democratização Paulo J. Krischke	103
Teses e Dissertações em Ciências Sociais	127

Colaboram neste número:

Eduardo C. Marques é professor-visitante do Departamento de Ciências Sociais da Escola de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz.

Luis Fernandes é professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense – UFF, e do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio.

Paulo J. Krischke é professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Sérgio Costa é professor da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Copidesque:

Beth Cobra

Patrícia Campos de Souza

Tema Pechman

Revisão:

Claudia Boccia

Rosa Maria do Prado Carneiro

Categoria Analítica ou *Passe-Partout* Político-Normativo: Notas Bibliográficas sobre o Conceito de Sociedade Civil

Sérgio Costa

O conceito de sociedade civil, recuperado no contexto dos processos de (re)democratização do Leste Europeu e da América Latina nos anos 70 e 80 e reimportado pelos europeus ocidentais e norte-americanos a partir de então, é, como se sabe, tão velho quanto a própria ciência política, sendo-lhe inscritas em seus muitos anos de vida e por diferentes tradições teóricas conotações diversas e nem sempre conciliáveis.

No presente trabalho busca-se, a partir de uma sumária reconstrução da trajetória teórica da idéia de sociedade civil (1) e do mapeamento seletivo das linhas principais do debate contemporâneo (2), incluindo-se entre estas algumas abordagens críticas (3), refazer o percurso do conceito no contexto brasileiro, sugerindo delimitações norteadoras para seu emprego no país.

Marcos Histórico-Conceituais

A expressão *societas civilis* surgiu originalmente como a tradução para o latim do conceito *koinônia politiké* utilizado por Aristóteles. No caso, sociedade civil correspondia a uma “comunidade pública ético-política” de iguais, e cujos parâmetros de convivência se fundavam na existência de um *éthos* compartilhado por todos os membros da comunidade social (Cohen e Arato, 1992, p. 84). Esta definição clássica, na qual Estado e sociedade aparecem fundidos, perduraria até o século XVIII, sendo reconsiderada por A. Fergusson em seu *Essay on the History of the Civil Society*

(1767). Por intermédio de seu chamamento pela introdução de “alianças civis” (júris, milícias etc.), as quais deveriam proteger a sociedade contra o Estado, o autor evidencia o fato de que o Estado não é uma extensão imediata da sociedade (civil) (*vide* Gransow, 1990). Anos mais tarde, Paine, em seu estudo sobre direitos humanos (1791-92), ampliaria a concepção de Fergusson, defendendo a limitação do poder estatal em nome da preservação da sociedade civil (*idem*). Para os *jusnaturalistas*, desde Hobbes até Kant, sociedade civil representa, em oposição ao estado de natureza, onde vigoram apenas as leis naturais, a sociedade regulada por algum tipo de autoridade reconhecida capaz de assegurar a liberdade, a segurança e a convivência pacífica entre os homens (*vide* Bobbio *et alii*, 1983).

É, entretanto, na obra de Hegel que o conceito de sociedade civil vem a assumir um estatuto teórico efetivo. Aqui, sociedade civil nomeia a esfera social que emerge com o advento da era moderna e que se situa entre as famílias e o Estado (*vide* Inwood, 1992, p. 53). A sociedade civil hegeliana incorpora tanto o “sistema de necessidades” (a esfera da economia), como o aparato jurídico e a administração pública e a corporação (Hegel, 1974, p. 639). O aparato jurídico e a administração devem regular o mercado e assegurar a manutenção da ordem social. A corporação, instituição fundadora da eticidade, representaria, por seu turno, o espaço social dentro do qual os indivíduos se apresentam solidariamente vinculados uns aos outros (como uma “segunda

família”), constituindo, por isso, contraponto ao particularismo alimentado pelo mercado (*idem*, p. 653).

A sociedade civil hegeliana contém, assim, uma ambivalência traduzida na promoção simultânea de uma *eticidade* e de uma *antieticidade* (*vide* Arato, 1994b). Por um lado, a sociedade civil incorpora o sistema de necessidades dentro do qual os indivíduos perseguem seus próprios interesses, produzindo conseqüências negativas para a preservação do espírito público e dos laços de solidariedade social. Ao mesmo tempo, a sociedade civil hegeliana compreende organizações intermediárias e associações (corporações) que representam o suporte fundamental de uma nova “eticidade”.¹

Marx, em sua obra, distancia-se do idealismo, segundo ele presente na filosofia alemã até seu tempo, incluindo-se nela, obviamente, a contribuição hegeliana. Ao idealismo, Marx contrapõe o materialismo, buscando explicar os processos sociais a partir de sua gênese material. Conforme o autor, os diversos tempos históricos não podem ser entendidos mediante as representações das pessoas concretas que habitam as diferentes épocas, eles só podem ser apreendidos a partir das condições materiais existentes, portanto, por intermédio das relações de produção efetivamente presentes em cada momento histórico. *Ipsis verbis*:

“[...] não se parte daquilo que os homens dizem, fantasiam, imaginam, nem dos seres humanos ditos, pensados, fantasiados, imaginados, para daí chegar-se aos seres de carne e osso. Parte-se dos homens verdadeiramente ativos e de seu processo concreto de vida para caracterizar o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e os ecos desses processos vitais” (Marx e Engels, 1975a, p. 26).

Segundo essa concepção, a base econômica, material, modela tanto a religião e a filosofia, quanto as formas de expressão cultural e as instituições existentes. A construção social própria à ordem capitalista, que compreende o conjunto das organizações sociais, as formas culturais correspondentes, bem como a infraestrutura econômica que sustenta essa estrutura social, é denominada por Marx (como em Hegel) *bürgerliche Gesellschaft*, expressão

que figura nas traduções ora como sociedade civil, ora como sociedade burguesa.

Nesse sentido, à sociedade civil não aparece associada qualquer possibilidade de aglutinação de uma nova eticidade. Na ordem capitalista, a sociedade civil constitui a um só tempo a fonte e a expressão do domínio da burguesia. As instituições intermediárias que, para Hegel, atuavam como contraponto — no sentido da promoção do espírito público — ao particularismo alimentado pelo mercado, representam para Marx uma outra forma de manifestação da subjugação da classe trabalhadora determinada a partir das relações de produção (*vide* Marx e Engels, 1975b, pp. 464ss.).

Da mesma forma, não se atribui ao Estado moderno qualquer conteúdo universalista. O Estado é identificado como construção institucional a serviço da classe dominante, representando, por isso — como de resto toda a superestrutura — um reflexo imediato da distribuição desigual dos meios de produção verificada no âmbito da economia. Nesse contexto, o Estado só poderia assumir um caráter universal quando o proletariado, representante mais geral dos subjugados, chegasse ao poder, promovendo a transição para a sociedade comunista. A ordem comunista reconciliária, por fim, o particular e o universal, os indivíduos e a coletividade, tornando o Estado — e com ele o conjunto de instituições políticas da “democracia burguesa” — supérfluo (*vide* Marx, 1962, p. 28).

Gramsci compartilha, em linhas gerais, da crítica marxiana à ordem burguesa; desenvolve, contudo, uma teoria do Estado que contraria — ou, se assim se quer, amplia dialeticamente — algumas das teses de Marx. Com efeito, a ontologia social gramsciana não se restringe à afirmação da determinação da superestrutura política e ideológica pela base material. O pensador italiano demonstra como a dominação de determinada classe social é multidimensionalmente fundada: ela não é mero produto do domínio econômico e do controle decorrente do aparelho de Estado; a “hegemonia” é conquistada também — e até mais propriamente — no plano cultural, expressando, assim, a capacidade de uma classe

específica para dirigir moral e intelectualmente o conjunto da sociedade, produzindo consensos majoritários em torno de seu projeto hegemônico. Conforme Gramsci, a disputa entre as classes pela hegemonia tem lugar predominantemente na órbita da sociedade civil (*vide* Gramsci, 1980, pp. 219ss. e pp. 228ss.), completando-se no plano da sociedade política (Estado). Depreende-se daí o *modelo tripartite* gramsciano de sociedade: a infra-estrutura econômica do modelo marxiano permanece inalterada; a superestrutura de Marx desdobra-se, entretanto, em duas esferas, a sociedade civil e a sociedade política (*vide* Jehle, 1994, p. 513; Bobbio, 1988, pp. 75ss.).

Gramsci apresenta, em seus escritos políticos, uma forma de tratamento da ação coletiva que, apesar de não desconsiderar as diferentes organizações e formas associativas intermediárias, vislumbra-as subordinadas à direção do partido operário:

“A classe trabalhadora dispõe de uma gama de outras organizações que lhe são fundamentais na luta contra o capital: sindicatos, associações, comissões de fábrica, frações parlamentares, organizações de mulheres sem partido, imprensa, clubes, organizações culturais, ligas de jovens [etc.] [...]. Mas como se pode atingir a direção unitária de organizações tão distintas? [...] Qual é a organização central que se manteve trabalhando em uma linha geral e que, graças à sua autoridade, pode fazer com que todas aquelas organizações se orientem por essa linha, alcançando a coordenação e a unidade e afastando a possibilidade da atuação indevida? Essa organização é o partido do proletariado” (Gramsci, 1980, p. 111).

O partido deve atuar, ademais, como o *intelectual coletivo*, ao qual é dado dirigir o processo cultural de ampliação da consciência da classe trabalhadora, corporificando, simultaneamente, o nível mais alto de consciência resultante desse movimento. Como “não cabe, certamente, exigir que cada trabalhador da imensa massa tenha a percepção completa da função que a classe à qual pertence desempenha no processo de desenvolvimento da humanidade” (*idem*, pp. 48ss.), atribui-se ao partido a função de esclarecimento da massa, promovendo a superação das diferenças corporativas internas

à classe trabalhadora, de sorte a desencadear a emergência de um novo momento ético-político (*vide* Gramsci, 1991, pp. 48ss.).

Essa *reforma ética* iniciada pelo partido implicaria desdobramentos nos planos pessoal e coletivo. Individualmente, cada membro, mediante sua atuação no partido e da lida decorrente com temas de envergadura nacional e internacional, é levado a superar os horizontes estreitos e limitados de sua práxis quotidiana (*vide* Coutinho, 1980, pp. 117ss.). Coletivamente, o partido proporciona a transformação de quantidade em qualidade (Gramsci, 1991, pp. 45ss.): à medida que as massas se articulam em torno do projeto hegemônico da classe trabalhadora, elas libertam-se da condição amorfa e fragmentada em que vivem, elas se tornam o ator coletivo histórico que promove a superação de todo particularismo, estabelecendo, no horizonte socialista, uma nova grandeza ético-política. Cessam, assim, todas as demandas individualistas-egoístas e os particulares tornam-se — como numa expressão secularizada da comunhão cristã — partes inseparáveis da totalidade (*vide* Buttiglione, 1988, pp. 228ss.).

Também original em Gramsci e merecedora de referência aqui é sua preocupação com a *opinião pública* como determinante da produção de hegemonia. Segundo ele, a opinião pública representa o:

“[...] punto di contatto tra la ‘società civile’ e la società politica, tra il consenso e la forza. L’opinione pubblica è il contenuto politico della volontà politica pubblica che potrebbe essere discorde: perciò esiste la lotta per il monopolio degli organi dell’opinione pubblica: giornali, partiti, parlamento, in modo che una sola forza modelli l’opinione e quindi la volontà politica nazionale, disponendo i discordi in un pulviscolo individuale e disorganico” (Gramsci, 1975, pp. 914ss.).

O Revival Contemporâneo do Conceito de Sociedade Civil

No plano político, a recente revivificação do debate sobre a sociedade civil está associada a acontecimentos diversos. Inicialmente, o conceito ressurgiu no Leste Europeu nos anos 70 e reflete a resistência à onipresença do

Estado socialista real e as restrições às possibilidades de organização soberana da sociedade (civil). Também na América Latina, a retomada do conceito está associada à resistência contra regimes autoritários; a sociedade civil torna-se, como detalhar-se-á adiante, referência imprescindível aos atores que buscavam afirmar sua independência em relação ao Estado militar (*vide* Cohen e Arato, 1992, pp. 31ss.).

O renascimento da discussão sobre a sociedade civil não se restringiu, entretanto, aos contextos políticos autoritários. No âmbito das sociedades liberal-democratas européias, recorre-se crescentemente ao conceito a partir da segunda metade da década de 70. Sociedade civil torna-se categoria central da chamada *deuxième gauche* francesa, que, solidária com o movimento oposicionista no Leste, condena a hipertrofia política do Estado socialista real. Simultaneamente, a “segunda esquerda” alerta para as ameaças existentes à sociedade civil nas democracias capitalistas. Mostrando que “all autonomous social solidarity is destroyed under the impact of the administrative penetration of society by the (capitalist) welfare state” (*idem*, p. 37). O recurso à idéia de sociedade civil torna-se, assim, sintoma mais geral e saída apontada para a perda de atratividade do Estado-providência. Nas sociedades de bem-estar, os cidadãos têm sido transformados em clientes passivos das agências públicas destituídos de meios efetivos de influência sobre o processo político. As formas não convencionais de manifestação política emergentes no seio da sociedade civil (movimentos sociais, ações de protesto etc.) condensam, nesse contexto, a insatisfação contra a tutela política pelo Estado social (*vide* Keane, 1988a, cap. 1), indicando, ainda, que as formas clássicas de exercício da cidadania política — partidos, eleições etc. — não mais atendem plenamente às demandas por participação de amplos segmentos da população (Klein, 1991, pp. 77ss.).

Ao mesmo tempo que afirmam que a ação política progressista não pode mais se restringir à defesa irrestrita do Estado-providência, aqueles que enfatizam as possibilidades da

sociedade civil no contexto europeu alertam para os riscos do neoconservadorismo (*vide* Sassoon, 1991, pp. 28ss.). Entende-se que a ameaça à sociedade civil representada pela ofensiva conservadora reside na ausência de reconhecimento da sociedade enquanto tal, vista sob a ótica de suas redes de solidariedade e cooperação; para os neoconservadores, a sociedade seria mera soma de indivíduos isolados (*vide* Dahrendorf, 1991, p. 248).

Dubiel (1994, p. 68) vai mais além, mostrando que o “projeto” de sociedade civil, paudado pela crítica ao neoconservadorismo, por um lado, e aos desvios elitistas do Estado socialista real, por outro, e pelo olhar atento, ao mesmo tempo, para a emergência de *novas linhas de conflito* e para situações-problema (ecologia, problemas de gênero etc.) nas sociedades industriais, representa um substituto cada vez mais atrativo para a utopia renegada da conquista revolucionária do Estado. Ademais, conforme o autor, o marco da sociedade civil traz consigo “a promessa de oferecer uma explicação para a práxis teoricamente cega dos movimentos sociais” (*ibidem*).

Também no âmbito do debate verificado nos EUA, procurou-se sublinhar os limites da democracia liberal, mostrando-se que o sistema político ali existente tem-se revelado inepto para alimentar o processo de geração do mínimo de *espírito público* necessário ao funcionamento e efetivação da ordem liberal em um contexto social fortemente *fragmentado e heterogêneo* (*vide* van den Brink, 1995, pp. 10ss.). Nesse caso, as diversas formas associacionistas ancoradas na sociedade civil (ações coletivas espontâneas, associações voluntárias etc.) são indicadas como alternativa para redirecionar a busca estrita da concretização dos interesses individuais e o refúgio na esfera privada que dela deriva, de sorte a promover o florescimento de novas estruturas de cooperação “que possam substituir as formas tradicionais de solidariedade social” (*idem*, p. 12; *vide* também Shils, 1991b).

As referências teóricas recuperadas nesse processo recente de revivificação da sociedade civil reproduzem, efetivamente, a eclética

constelação de circunstâncias que motivam, no plano político, o recurso ao conceito. Aqueles que o utilizam contemporaneamente:

"[...] presuppose something like the Gramscian tri-partite framework of civil society while preserving key aspects of the Marxian critique of bourgeois society. But they have also integrated the claims of liberalism on behalf of individual *rights*, the stress of Hegel, Tocqueville and the pluralists on a *plurality* of societal *associations* and *intermediations*, the emphasis of Durkheim on the component of social *solidarity*, and the defense of the *public sphere* and of political *participation* stressed by Habermas and Arendt" (Cohen e Arato, 1989, p. 485, ênfases no original).

Pode-se distinguir, entre os autores que participam do debate contemporâneo sobre a sociedade civil, duas vertentes interpretativas principais, as quais Sölter (1993) chamou adequadamente de versão enfática e versão moderada. Entre os representantes da corrente enfática, contam-se, entre outros, John Keane, Cohen e Arato, Michael Walzer, Charles Taylor, além de J. Habermas e os novos frankfurtianos Rödel, Frankenberg e Dubiel (1989) que com um ensaio sobre a questão democrática demarcaram uma inflexão importante na tradição crítica.

Edward Shils e Ralf Dahrendorf representam, por outro lado, nomes conhecidos agrupados na vertente moderada. Ressalva-se, todavia, que a classificação dos autores nesses dois blocos tem caráter muito genérico, não devendo ser desprezadas, no plano da sintonia fina, as diferenciações internas em cada uma dessas correntes teóricas.

A Variante Enfática

A abordagem de Charles Taylor (1990; 1991) é tida como paradigmática de um tipo de interpretação da idéia de sociedade civil, a saber, a visão comunitarista. Muito citada tem sido sua concepção de sociedade civil enquanto:

"[...] uma rede de associações autônomas e independentes do Estado, as quais agrupam os cidadãos em torno de interesses comuns e que através de sua mera existência ou atividade podem de-

seneclear efeitos sobre a política" (Taylor, 1991, p. 52).

Taylor analisa a trajetória do conceito de sociedade civil, destacando, historicamente, duas diferentes interpretações da relação Estado/sociedade, uma fundada em Locke (orientação L) e outra que remete a Montesquieu (orientação M). Na orientação L, trata-se da afirmação da autodeterminação do *bourgeois* e de sua independência em face das instituições políticas, enquanto na orientação M sublinha-se a necessidade da vida pública e da participação cívica que protejam o *citoyen* das formas despóticas de dominação. Taylor busca, então, traçar os contornos de um conceito de sociedade civil que assimile as virtudes inerentes aos papéis do *citoyen* e do *bourgeois*, excluindo, correspondentemente, os desvios e efeitos indesejados. Nesse modelo, atribui-se ao Estado a função corretiva de "atenuar as tendências destrutivas do privatismo [burguês]" (Brumlik, 1991, p. 991), enquanto a economia e a esfera pública representam limites ao poder estatal.

Na contribuição de John Keane (1988a; 1988b), a originalidade reside no esforço de delinear, a partir da crítica ao Estado socialista, ao neoconservadorismo e ao Estado-providência auto-referenciado, um projeto para a democratização das relações Estado/sociedade (civil). Trata-se, para Keane, de definir propostas que garantam a existência simultânea, dentro da ordem democrática, de *liberdade e igualdade*. Conforme o autor, a busca de igualdade não pode se limitar aos mecanismos tradicionais de distribuição de bens — mercado, no capitalismo; Estado, no socialismo. A produção e distribuição de bens deve basear-se em critérios diversos e complexos de justiça. A busca de liberdade, por sua vez, não pode deixar de levar em conta as diferenças interpessoais e a diversidade das necessidades particulares.

No plano institucional, a realização desse ideal democrático diferenciado demanda um Estado que se baseie em fundamentos legais claros e que intermedeie a convivência dos múltiplos interesses privados, coibindo o surgimento de novas formas de tirania e injustiça.

O poder de deliberação das associações civis deve também, segundo Keane, ser ampliado de forma a permitir à sociedade civil um controle efetivo sobre aqueles que detêm um mandato político. Dessa forma, o autor sublinha a diferença fundamental entre seu conceito de sociedade civil e aquele dos neoconservadores, para estes a “civil society could only ever be synonymous with a non-state, legally guaranteed sphere dominated by capitalist corporations and patriarchal families” (Keane, 1988a, p. 14). No sentido conferido por Keane, a sociedade civil perde toda “natural innocence”: ela não se deixa limitar desde fora, pelo contrário, ela corresponde a uma esfera politicamente dinâmica que força permanentemente a democratização das instituições estatais.

Michael Walzer (1991) argumenta de forma semelhante quando reconhece a necessidade de um Estado que, controlado pela sociedade civil, garanta a sobrevivência do arcabouço institucional necessário à reprodução da cultura política democrática. Na concepção desenvolvida por ele, o projeto político-prescritivo de sociedade civil apresenta-se indissociável de sua moldura analítico-teórico, isto é, a idéia de sociedade civil incorpora tanto os instrumentos analíticos requeridos à crítica social, quanto a concepção normativa de uma *good life*. Com efeito, segundo Walzer, o “projeto” de sociedade civil abarca, em si, diferentes visões possíveis do que seja uma “boa vida”, a saber:

- a concepção marxista, segundo a qual o bem viver está associado a formas cooperativas de produção;
- a visão comunitarista, que vincula a boa vida ao ideal rousseauiano da virtude cívica como contraponto às tendências modernas de fragmentação social;
- a mensagem capitalista, para a qual a *good life* é resultado do mercado diferenciado e da multiplicidade das possibilidades de escolha oferecidas; e
- o argumento nacionalista, segundo o qual a boa vida depende da pertinência a um agru-

pamento humano por intermédio de laços históricos, de lealdade e de sangue.

Para Walzer, o projeto de sociedade civil baseia-se nos grupos que se associam, “not for the sake of any particular formation [...] but for the sake of sociability itself” (*idem*, p. 298). A ontologia social inscrita em tal concepção projetada, portanto, seres que são concomitantemente “citizens, producers, consumers, members of the nation, and much else besides” (*idem*, p. 298).

A defesa de uma *política dual* que prevê uma estratégia democratizante fundada na utilização sincrônica das arenas institucionais (parlamento, esferas estatais etc.) e não convencionais de participação (movimentos sociais, protestos coletivos etc.) e que está incluída, implicitamente, nas formulações de Keane e Walzer, assume contornos acentuados nas proposições de J. Cohen e A. Arato. Estudando as teorias liberais desde o século XIX, os autores identificam nessa tradição de pensamento, semelhante ao que fizera Taylor, dois matizes interpretativos: no primeiro caso, trata-se da variante utilitarista que vincula a integridade da sociedade civil à economia de mercado e à garantia da propriedade privada; a segunda corrente enfatiza a participação ativa dos cidadãos por intermédio de suas associações voluntárias nos processos políticos. Arato e Cohen (1984, pp. 271ss.) mostram que o ideal enfático de participação dessa segunda tendência não fora realizável — como mostrara Tocqueville — apenas na “democracia americana” original; ele é também possível nas sociedades contemporâneas. Para tanto, faz-se necessária a presença tanto de atores políticos tradicionais (partidos e sindicatos) e de garantias constitucionais, quanto de movimentos e associações de base que, apesar de representarem o elemento dinâmico para a renovação democrática da sociedade moderna, não estão aptos a assegurar, isoladamente, a preservação das conquistas liberal-democráticas.

Teoricamente, Cohen e Arato apóiam a estratégia política dual na assimilação modificada do modelo diádico de sociedade — sistema/mundo da vida — desenvolvido por Habermas (1981).

As duas esferas sistêmicas concebidas por Habermas (política e economia) coincidem, genericamente, com a sociedade política e a esfera do mercado apropriadas por Cohen e Arato do modelo triádico de Gramsci. *Mundo da vida* e *sociedade civil*, entretanto, não podem ser consideradas, sem outras mediações, categorias de natureza símile.² Como Cohen e Arato com propriedade demonstram, o mundo da vida incorpora um repertório de tradições e conteúdos aos quais os indivíduos recorrem no âmbito de suas ações quotidianas. Abrange, ao mesmo tempo, processos sociointerativos que determinam no plano individual a formação da personalidade. A reprodução do mundo da vida, no sentido da preservação e renovação do acervo de modelos interpretativos disponíveis e na forma da alimentação das relações intersubjetivas,

“[...] involves communicative processes of cultural transmission, social integration, and socialization. And this reproduction requires institutions whose task is the preservation and renewal of traditions, solidarities and identities. It is this *institutional dimension of the lifeworld* (as distinguished from its symbolic-linguistic dimension) that seems to best correspondent to our concept of civil society” (Cohen e Arato, 1989, p. 495, ênfases minhas; *vide* também Arato e Cohen, 1988).

Cohen e Arato, apesar de reconhecerem a existência de uma distinção conceitual entre o campo de ação sociocultural e a arena política, não enfatizam os limites das duas esferas. Com isso, os movimentos sociais — como de resto, o conjunto de atores da sociedade civil — tornam-se, eles próprios, atores duais, capazes de desencadear transformações vitalizadoras tanto no plano da cultura, quanto no das instituições políticas. Por esse caminho, os autores atingem o coração da *postura antiinstitucionalista* que Habermas (1981) em sua “teoria da ação comunicativa” ainda defendia. Conforme postulava o pensador alemão, o alcance da intervenção dos movimentos sociais — com exceção do movimento feminista³ — restringia-se à órbita do mundo da vida; atribuía-se, portanto, aos movimentos um caráter meramente defensivo — estes representariam célu-

las de proteção contra as tentativas de colonização sistêmica.

Em trabalho recente, Habermas (1992) assimila, de forma implícita, a correção proposta por Cohen e Arato, conferindo aos atores da sociedade civil, generalizadamente, um caráter duplo — ofensivo e defensivo. A sociedade civil passa, então, a ser tratada como o lugar social de geração de uma opinião pública “espontânea” — posto que ancorada no mundo da vida — e, simultaneamente, como o elenco de atores sociais habilitados para conduzir os impulsos comunicativos condensados nas esferas da vida quotidiana às demais órbitas sociais (*vide* Costa, 1995b). Dessa forma, a sociedade civil torna-se componente vivo de uma ordem democrática, cujos fundamentos legais, enquanto “empreendimento incompleto e carente de revisão”, devem se transformar, permanentemente, de sorte a incorporar as reivindicações sociais mutáveis e dinâmicas, mitigando, assim, as dessincronias entre *moral* e *direito*, *legitimidade* e *legalidade* (*vide* Habermas, 1992, p. 464; também Habermas, 1995, pp. 137-ss.).

A Vertente Moderada

Se o fortalecimento da sociedade civil representa para a variante enfática o nóculo normativo de um projeto radical-democrático, na concepção moderada, sociedade civil não passa de categoria preponderantemente empírica, não mais desiderato político-emancipatório, forma utópica da sociedade a que se quer chegar, mas apresentação descritiva das conformações político-sociais previamente existentes no contexto liberal-democrático (*vide* Sölter, 1993, p. 168; Brumlik, 1991, p. 990).

O cientista social norte-americano Edward Shils (1991a) fornece talvez o modelo mais peculiar e característico dessa versão “branda” da sociedade civil. Para o autor, a sociedade civil abrange a teia de instituições e atividades que conferem forma e expressão ao “*espírito cívico*”, este entendido como a “consciência coletiva da participação conjunta na sociedade” (*idem*, p. 21). Conforme essa concepção, agregam-se à sociedade civil “aqueles que se sentem comprometidos com sua sociedade

e não querem que ela seja destruída por um egoísmo generalizado individual ou coletivo” (*ibidem*, p. 21). Assim entendida, a sociedade civil torna-se o substrato social ideal para o crescimento da democracia liberal: as *virtudes cívicas* cultivadas no seio da sociedade civil neutralizariam as tendências desintegradoras alimentadas pela competição entre interesses privados próprias às sociedades pluralistas. Por outro lado, a ordem liberal-democrática forneceria os requisitos institucionais mais apropriados ao desenvolvimento da sociedade civil, porquanto o pleno florescimento dessa esfera demanda, segundo o autor, a existência do “mercado enquanto princípio ordenador” e instituições liberais, como um Parlamento influente, o pluralismo partidário, a liberdade de opinião e expressão etc. (*vide* Shils, 1991b, pp. 10ss.).

A conclusão à qual nos leva Shils é previsível: a sociedade civil, por força dos requisitos definidos pelo autor para sua existência, torna-se um fenômeno restrito, implicitamente típico e exclusivo das sociedades européia-ocidentais e norte-americana.

“Since the nineteenth century, the term ‘civil society’ has been used to refer to a part of society and to refer to the entire society which possesses such a part. That part has not been found in all societies and so not all societies have been civil societies” (*idem*, p. 7, ênfases minhas).

Observe-se que mesmo dentro dos limites geográficos restritivos onde vigoram as condições estruturais supostamente adequadas ao seu desenvolvimento, a sociedade civil não abrange todo o conjunto de cidadãos; da sociedade civil fazem parte apenas aqueles portadores das “tradições cívicas” e promotores do espírito público — “of no society can it be expected that all citizens will have a very degree of civility” (*idem*, p. 18).

Tratada nesses termos, a sociedade civil torna-se uma referência *sociointegrativa* fortemente hierarquizada, isto é, os cidadãos providos de uma *civilidade* — necessariamente definida a partir do marco interpretativo de um grupo social ou cultural específico — constituem o centro (étnico?) homogêneo da sociedade civil, enquanto os “grupos periféricos”

dela participam, quando muito, delegativamente (*vide* Shils, 1991a, p. 17).

Dahrendorf (1991a, p. 262) critica o aporte de Shils, alertando, com razão, que em sua concepção de sociedade civil fica subentendida uma *homogeneidade étnica* que torna o conceito do cientista americano passível de uma decodificação e apropriação politicamente desastrosas. Não obstante, Sir Dahrendorf pouco foge dos pressupostos liberais dos quais parte Shils.

Com efeito, a concepção de Dahrendorf apresenta muito poucas “afinidades eletivas” com a vertente enfática, para a qual a sociedade civil representa, fundamentalmente, o “contexto da ação” (Rödel, 1992) de atores que, a partir de baixo, vitalizam e renovam a política. É verdade que, para Dahrendorf, as associações independentes do Estado representam um elemento constitutivo da sociedade civil; o “núcleo operacional” de seu conceito situa-se, contudo, não nas possibilidades de ação desses atores, mas nos direitos civis. Estes constituiriam a única proteção possível contra as ameaças à liberdade contidas no avanço do Estado e das organizações corporativas (Dahrendorf, 1991).

Para Prosseguir no Debate

No bojo das discussões entre os partidários das duas linhas argumentativas destacadas anteriormente, e entre estes e aqueles que observam com distanciamento crítico o *revival* da idéia de sociedade civil, surgiu, nos últimos quatro ou cinco anos, uma gama considerável de trabalhos pondo a nu algumas das *insuficiências analíticas* do conceito. Ao mesmo tempo, os acontecimentos mais recentes, como o recuo dos movimentos cívicos no Leste Europeu, os difíceis e prolongados processos de democratização na América Latina e as transformações nas formas de protesto nas nações industrializadas (crescimento dos movimentos de direita, institucionalização e profissionalização dos atores etc.), evidenciaram que a aposta na sociedade civil como lugar de emergência da inovação e de transformações sociais enfrenta, também no plano político, problemas e

dificuldades. Em poucas palavras, o que tais trabalhos mostram é que o “projeto” de sociedade civil subestimou claramente a habilidade adaptativa das elites políticas, sobrevalorizando, em contrapartida, o potencial político da sociedade civil.

Uma primeira crítica importante à categoria sociedade civil volta-se contra seus contornos analíticos frouxos. Conforme tal apreciação, o conceito que representara referência central para a constituição dos projetos de transição europeu-orientais, no processo de sua reimportação pelas nações industriais ocidentais passa a apresentar ambivalências variadas, tornando pouco evidente a contribuição que a recuperação do conceito pode oferecer para o aprofundamento da democratização de países previamente democráticos (vide Honneth, 1992; Narr, 1994).

Heins (1992) leva ao paroxismo as dúvidas quanto à plausibilidade de transposição do conceito de sociedade civil para as democracias consolidadas. De saída, desqualifica, analiticamente, a retomada do conceito, mostrando que a expressão sociedade civil se tornou um “*passé-partout* retórico com todos os atributos de uma moda cultural” (*idem*, p. 235). Revela, em seguida, ser inconsistente o esforço desenvolvido pelos “apologistas” da sociedade civil de desprezar a ação “egoísta-instrumental” e, simultaneamente, enfatizar, seguindo o republicanismo, o engajamento social e político altruísta e prazenteiro. Recorrendo à crítica de J. Elster a H. Arendt, Heins demonstra que a autoeducação cívica nada mais é que um subproduto da tentativa de concretização de interesses e necessidades específicas e identificáveis: “a política subestatal dos movimentos sociais, na medida em que é exatamente política (e não teatro de rua), é também voltada para suas conseqüências” (*idem*, p. 239). O autor discute ainda a plausibilidade empírica do “projeto” de sociedade civil, mostrando que as sociedades civis concretamente existentes pouco têm a ver com as expectativas daqueles que nelas apostam. Ao contrário de reservatório homogêneo de virtudes cívicas e relações solidárias, o mundo da vida nas sociedades industriais apresenta-se carregado de ati-

tudes e comportamentos “incívicos” — chauvinismos diversos, completa decadência dos setores urbanos pobres, abusos sexuais contra crianças etc.

Mesmo que se leve em conta que o eixo operacional do projeto de sociedade civil não se situa em tais cadeias sociais primárias, mas na potencialidade das associações civis de trazer a público novos problemas e questões, não se pode, segundo Heins,

“[...] desconsiderar, sistematicamente, as possibilidades materiais de vida dos grupos sociais e o processo de gênese dos interesses fundado em tais possibilidades. Senão, o marco teórico da sociedade civil corre o risco de defender uma tematização ilimitada de todos os problemas, e, simultaneamente, atribuir aos membros supostamente ‘desinteressados’ da classe média a competência para a solução dos conflitos. Com efeito, o destino da sociedade civil europeia e norte-americana não é definido com base na ausência de tabus de seus *talk-shows*, mas a partir do relacionamento da sociedade majoritária com os refugiados atingidos por premências elementares, com as minorias étnicas e com os habitantes dos guetos” (*idem*, p. 241).

Também Arato (1994a), em uma prova de flexibilidade e modéstia intelectuais dignas de reconhecimento, não se furta a apontar, apenas dois anos após ter publicado, em parceria com J. Cohen, o compêndio mais exaustivo sobre o assunto (Cohen e Arato, 1992), inconsistências no esforço de recuperação do conceito de sociedade civil.

Inicialmente, o autor indica uma imprecisão constitutiva de tal movimento político-teórico, a saber, a suposição de que “something that does not exist (civil society under totalitarianism) can nevertheless contribute to its own liberation” (Arato, 1994a, p. 2). Mostra, ainda, que nas “transições pós-revolucionárias” acontecidas no Leste Europeu, as elites políticas, as contra-elites e os partidos políticos — e não a sociedade civil — estiveram no centro do processo político.

Arato reconhece, também, problemas conceitual-metodológicos na atual retomada da idéia de sociedade civil. Segundo o autor, dinheiro e poder podem ser identificados sem maiores problemas como meios de coordena-

ção que prevalecem nas outras duas esferas constitutivas de seu modelo tripartite, respectivamente o mercado e a política. O mesmo não se poderia dizer da sociedade civil: faltaria a esta órbita uma *lógica de coordenação unívoca e clara*. Os graus de importância extremamente diferenciados atribuídos à comunicação nos diferentes níveis da sociedade civil (grupos informais, organizações voluntárias, círculos de *experts* etc.) não permitiriam, segundo Arato, caracterizar a comunicação livre de dominações como princípio de ação próprio à tal esfera. Para muitas organizações civis, dinheiro e poder são meios inelutáveis de concretização de seus objetivos; a comunicação voltada para o entendimento, por seu turno, não é monopólio da sociedade civil, podendo ser observada ocasionalmente também em outros campos da vida social, como, por exemplo, na órbita parlamentar.

No que se refere à sua instrumentalização prático-política, o conceito também apresenta, segundo Arato, problemas, revelando-se como referência pouco adequada para a *negociação de um consenso* entre os vários atores sociais envolvidos nas transições políticas no Leste Europeu. Tal é demonstrado, ilustrativamente, pelo caso polonês:

“The civil society oriented program was too collectivist for the liberal economists, too cosmopolitan for the nationalists, too defensive for the revolutionaries, too liberal for the neo-Marxist advocates of class interests, too populist for the *Realpolitiker*” (*idem*, p. 7).

A despeito das (auto)críticas, Arato não propõe o abandono do conceito de sociedade civil, entendendo que, reparando-se algumas imprecisões conceituais, a categoria ainda pode desempenhar função analítica relevante, além de constituir marco orientador importante para a ação política. Em consonância com seus propósitos, o autor sugere seis campos temáticos, a partir dos quais o conceito deveria ser melhor trabalhado. São eles:

- *a questão da legitimação política*: fazem-se necessários, para o autor, estudos que tematizem as distinções entre a legitimação de-

mocrática, fundada nos mecanismos institucionais do Estado constitucional, e as formas de legitimação ancoradas no espaço público e na diversidade de atores sociais;

- *a questão do constitucionalismo*: trata-se da discussão do papel da sociedade civil na formulação, estabilização e correções das Constituições;
- *os aspectos institucionais da democracia*: trata-se de aprofundar a análise das relações entre a sociedade civil e os diferentes arca-bouços institucionais democráticos (federalismo, parlamentarismo, presidencialismo etc.);
- *o relacionamento entre a sociedade civil e a sociedade política*: são requeridos trabalhos que investiguem os espaços de ação dos atores da sociedade civil em contextos político-partidários diferenciados;
- *a questão dos media*: trata-se da discussão dos vínculos entre os diferentes tipos de estrutura de propriedade e operação dos meios de comunicação de massa (empreendimentos privados ou estatais etc.) e a construção de uma esfera pública democrática;
- *os problemas da globalização da sociedade civil*: são reclamados estudos que explorem as inter-relações dos atores que, de fato, se tornaram internacionais e que estabelecem “parâmetros básicos” para a sociedade civil (organizações de defesa dos direitos humanos, ambientalistas etc.) e as concepções culturais e formas de vida concretamente observáveis nas esferas nacional e local.

São questões dessa ordem que os “partidários” da sociedade civil teriam diante de si.

A Trajetória do Conceito no Brasil

A difusão do conceito de sociedade civil no Brasil coincide com a resistência ao regime militar,⁴ ocupando nesse contexto uma função mais propriamente político-estratégica que analítico-teórica. A utilização da expressão civil nesse caso remete-nos ao sentido coloquial do termo — como não militar —, estabelecendo uma linha divisória entre a sociedade (civil) e o Estado (militar).

Enquanto concepção política, a sociedade civil representava, no início dos anos 70, uma plataforma de sustentação fundamental para o projeto de oposição ao regime militar. Com isso, a discussão sobre a plausibilidade empírico-analítica da categoria ficava relegada a um plano secundário. Ou seja, não cabiam especulações sobre a existência de uma sociedade civil no Brasil, buscava-se um marco conceitual capaz de dar suporte à organização da resistência contra os militares. Tal momento é descrito de forma muito interessante por Weffort:

“Nós queríamos uma sociedade civil, precisávamos dela para nos defender do Estado monstruoso à nossa frente. Isso significa que, se não existisse precisaríamos inventá-la. Se fosse pequena precisaríamos engrandecê-la. Não havia lugar para excessos de ceticismos, pois eles só tornariam os fracos ainda mais fracos [...]. Numa palavra, nós precisávamos construir a sociedade civil porque queríamos a liberdade” (1988, p. 518).

Não obstante, cabe destacar que o conceito de sociedade civil não serve originalmente apenas aos adversários do regime militar. Quando, em meados dos anos 70, se tornam mais evidentes as divergências dentro do bloco militar, com a ala extremista buscando por meio de atentados à bomba, ameaças e repressão a organizações civis contra o movimento democrático que começava timidamente a se articular, a própria fração militar moderada recorre à reserva de legitimidade da sociedade civil para expressar, através dela, sua condenação ao desrespeito à disciplina militar pelo grupo linha-dura:

“Contra esses e outros atos de violência sem precedentes [atos terroristas contra entidades como a OAB, episódio Riocentro etc.] [...] a facção moderada dos militares se manteve decidida a preservar tanto a disciplina militar quanto a sua própria continuidade no poder. Aliaram-se tacitamente aos setores das classes média e alta da sociedade brasileira e relutantemente fizeram-lhes concessões. Em meados dos anos 70, estes setores começaram a chamar a si próprios de ‘sociedade civil’” (Della Cava, 1988, p. 238).

Ainda no período militar se articula, no plano teórico, uma linha marxista de interpre-

tação do conceito de sociedade civil, fundada em uma interpretação estrita da concepção gramsciana. Parte-se do suposto de que Gramsci, mesmo demonstrando que a hegemonia não é conquistada apenas por intermédio da coerção estatal, mas, antes de tudo, no plano da sociedade civil, não nega a premissa fundamental marxiana da materialidade genética da superestrutura, incluindo-se nela a sociedade civil. C. N. Coutinho, principal estudioso brasileiro da obra de Gramsci, incorpora(va) de forma lapidar essa visão:

“[É incorreto acreditar] que a alteração efetuada por Gramsci o leve a retirar da infra-estrutura essa centralidade ontológico-genética, explicativa, para atribuí-la a um elemento da superestrutura, precisamente à sociedade civil. Gramsci não inverte nem nega as descobertas essenciais de Marx, mas ‘apenas’ as enriquece, amplia e concretiza, num quadro de aceitação plena do materialismo histórico” (Coutinho, 1980, p. 88).

A partir dessa leitura de Gramsci, constitui-se, no limiar dos anos 80, uma influente linha interpretativa dos primeiros movimentos de base que surgem ainda sob o domínio militar. Entendia-se que tais movimentos que “emergem da sociedade civil” poderiam contribuir para transformar a “lógica da relação de classes”. O requisito para tanto seria “sua articulação com formações partidárias ou que perpassem o mundo da produção”, uma vez que não se acreditava “na autonomia dos mesmos” (Gohn, 1982, pp. 16 e 32).

Ao longo do processo de redemocratização até meados dos anos 80, o termo sociedade civil, recorrentemente empregado, apresentava contornos conceituais muito difusos: o conceito genérico incorporava desde as organizações de base até a igreja progressista, passando pelo então chamado “novo sindicalismo” que buscava afirmar sua independência em relação ao Estado (*vide* Keck, 1988), os setores empresariais “progressistas” (*vide* Cardoso, 1986), até os partidos e políticos “democráticos”. Todos esses atores integravam o conjunto de protagonistas do processo de restabelecimento da democracia, uma forma de governo que, conforme idealizava o bloco democrático, contri-

buiria para o arrefecimento dos antagonismos entre governantes e governados, entre o Estado e a sociedade civil (*vide* Coutinho, 1984, cap. 1).⁵

Com o aprofundamento do processo de democratização, contudo, as clivagens latentes no bloco da “sociedade civil” pela democracia vêm, inevitavelmente, à tona. Os outrora políticos da oposição que haviam sido eleitos no início dos anos 80 como prefeitos e até governadores de estado, prometendo privilegiar o “atendimento das organizações representativas dos interesses de base” (Delgado e Arantes, 1982, p. 8), têm dificuldades assim que chegam ao poder de satisfazer as múltiplas organizações associativas e suas pautas de reivindicações contraditórias e concorrentes (*vide* Scherer-Warren, 1987, pp. 49ss.). O “*empresariado progressista*” de outrora, depois do restabelecimento dos direitos civis fundamentais (liberdade de opinião, sufrágio universal etc.), distancia-se em geral dos antigos aliados, não vendo razões para qualquer cooperação política com os parceiros de antes.⁶ O “ *sindicalismo autêntico*” que, desafiando a proibição das greves e de manifestações públicas, contribuíra de forma decisiva para minar as bases de legitimação e sustentação do regime militar, passa a ocupar-se cada vez mais com suas tarefas específicas (negociações salariais etc.), as quais, em face das condições precárias de trabalho de amplos segmentos da população, parecem destituídas de qualquer apelo universalista.⁷

Mesmo no interior da sociedade civil *stricto sensu* (ou seja, como esfera distinta do mercado e do Estado) emergem conflitos e divergências, revelando que tal órbita está longe de constituir um campo homogêneo de interações. Com efeito, ao longo do processo de diferenciação interna da sociedade civil vai se tornando evidente que o conjunto múltiplo de demandas de seus diferentes atores — grupos de mulheres, movimento negro, movimento ecológico etc. — não são sempre compatíveis entre si.⁸

No bojo de tais transformações sociais verifica-se a tentativa de redefinição, a partir da prática política, do conceito de sociedade civil. É notória, sobretudo, a busca de melhor delimitação das fronteiras entre a sociedade

civil e o Estado e a sociedade política, abdicando-se do ideal de um Estado que pudesse incorporar, de maneira satisfatória, o conjunto de anseios e aspirações da sociedade civil. Tal não significa que os atores da sociedade civil tenham renunciado às possibilidades de intervenção e participação existentes no âmbito do Estado. Diferentemente, entretanto, daquilo que se verificara no contexto dos governos populistas,⁹ a participação não implica mais, necessariamente, o sacrifício da identidade de atores da sociedade civil. O engajamento das organizações de mulheres, de negros, de bairro etc. nos diferentes conselhos e órgãos colegiados governamentais tendem, crescentemente, a se verificar em um contexto de preservação das relações de reciprocidade e de cooperação entre bases e lideranças, sem perda das especificidades próprias aos representantes da sociedade civil (*vide* Cardoso, 1988, p. 376).¹⁰

Alguns acontecimentos recentes parecem ter apressado a busca, por parte de tais atores, de uma delimitação do Estado e do sistema político, quais sejam:

- a aceitação social da crítica neoliberal que se volta não mais contra os governantes, mas contra o próprio Estado intervencionista, e a expectativa de que este ainda possa atuar como promotor do desenvolvimento social e econômico.¹¹ Na medida em que o discurso neoliberal desabona o Estado, advogando a extensão dos princípios do mercado a todas as esferas sociais, os atores da sociedade civil buscam afirmar-se como “terceira via” possível, como eixo alternativo de ordenação da sociabilidade tanto ao mercado quanto ao Estado (*vide* Fernandes, 1994; Vieira, 1995);¹²
- a emergência de numerosas ONGs, atuando em um campo muitas vezes alternativo e até substitutivo do Estado, fortalece a confiança nas formas de ação endógenas da sociedade civil (*vide* Scherer-Warren, 1995).¹³
- as frustrações com a política convencional,¹⁴ traduzidas quotidianamente nas decepções com a venalidade dos políticos e na inobservância de princípios na prática partidária,

levam ao reconhecimento público — que pode chegar à sacralização — dos atores da sociedade civil. Estes são tratados, em oposição aos políticos corruptos, como reservatórios de virtude cívica (*vide* Silva, 1993 e seu elogio narcísico das ONGs).

A esse esforço de redefinição do conceito de sociedade civil, à luz da prática política, corresponde um empenho acadêmico-teórico equivalente.

Em 1990 publica-se no Brasil um artigo do pesquisador colombiano L. A. Restrepo (1990), no qual o autor, partindo das concepções de Hegel, Lenin, Marx e Gramsci, busca reconstruir a trajetória histórica do conceito de sociedade civil e, *pari passu*, um quadro teórico de referência para a compreensão e contextualização dos movimentos sociais latino-americanos. O esforço de Restrepo ao refazer o percurso teórico do conceito seguia na mesma direção de algumas contribuições de Bobbio (1994; 1995; *et alii*, 1983), àquela época já publicadas no Brasil.

Uma remissão direta ao movimento teórico de recuperação do conceito de sociedade civil desencadeado pelas transformações no Leste Europeu só se verificaria, contudo, com a tradução de um trabalho do cientista social da New School nova-iorquina, A. Wolfe (1992). Alguns estudos relativos ao desenvolvimento das ONGs no país (Scherer-Warren, 1994; 1995), além de alguns trabalhos sobre o movimento ecologista (Leis, 1996; Viola e Leis, 1995), iriam se referir, posteriormente, ao trabalho de Wolfe. Essas contribuições caracterizam a sociedade civil como o campo próprio de ação das ONGs e do movimento ecologista, descrevendo as especificidades de tal esfera relativamente ao mercado e ao Estado. Os avanços nesse campo de investigações têm se dirigido para as tentativas de mostrar como esses grupos, ao se projetarem para fora das fronteiras do Estado-nação, contribuem para a constituição de um espaço público transnacional (Leis, 1996; Scherer-Warren, 1996).

Outros trabalhos buscaram retomar as contribuições teóricas de Habermas e Cohen e

Arato (*vide* Olvera e Avritzer, 1992; Avritzer, 1993), tentando-se, também, a recepção crítica do sistema de categorias de tais autores no contexto brasileiro (Costa, 1994; 1995a; 1997b; Avritzer, 1996). Avritzer (1994) organiza, ainda, uma importante coletânea com trabalhos, entre outros, de Cohen e Arato, Arato, Benhabib, além de uma entrevista com o estudioso dos movimentos sociais A. Melluci. Questionáveis parecem, entretanto, as possibilidades de o livro cumprir, de fato, o objetivo declarado no prefácio, a saber: servir como uma “introdução geral à teoria da sociedade civil”. Boa parte dos artigos selecionados e traduzidos já haviam sido publicados originalmente cinco ou seis anos antes, não sendo levadas, portanto, em conta as reformulações importantes que o conceito sofreu nos últimos anos.

Uma outra abordagem crítica interessante do conceito de sociedade civil é oferecida por F. W. Reis (1994). O autor ataca duramente a concepção de Cohen e Arato (1992), mostrando que a diferenciação normativa entre Estado, sociedade civil e mercado carece de plausibilidade empírica. Conforme Reis, é vazia de sentido a tentativa de caracterizar a sociedade civil como campo de ação de agentes “desinteressados”, uma vez que estes buscam também a concretização de suas demandas particulares. Ele não vê, por exemplo, evidências empíricas que possam fundamentar a diferenciação analítica entre tais atores e os grupos de interesse. Ao mesmo tempo, Reis volta-se contra o núcleo normativo do “projeto” de Cohen e Arato, segundo o qual os ideais de solidariedade dos atores da sociedade civil funcionariam como parâmetros fundadores de uma nova sociabilidade:

“[...] o que se quer não é a sociedade caracterizada pela efusão psicológica coletiva e pela fusão correspondente ao consenso e à harmonia à toda prova, mas antes a sociedade em que a regulação da convivência seja compatível com a afirmação da autonomia individual e dos interesses múltiplos e com a ocorrência do dissenso correspondente, num clima geral que será antes o de tolerância pragmaticamente orientada do que o da afirmação tendencialmente fervente de identidades coletivas” (Reis, 1994, p. 341).

No modelo de sociedade prescrito por Reis, trata-se, portanto, de constituir as condições estruturais ideais à otimização das funções de coordenação do mercado e do Estado. A lógica do mercado, à qual Reis atribui um conteúdo igualitário e não conformista, deve penetrar, sem limitações, a esfera da política, de forma a oferecer aos diferentes tipos de interesses sociais possibilidades de expressão adequadas. O Estado, por sua vez, não deve ser contido pela sociedade civil, mas construído de fato, de sorte a atuar como garantia institucional da pluralidade de formas de vida.

Conforme entendo, entretanto, Reis pontua, em um sentido impróprio, a radicalidade do projeto de Cohen e Arato. Os autores não abdicam, em nenhum momento, da coordenação do Estado e do mercado, eles mostram, tão-somente, a existência de uma terceira esfera, cuja dinâmica não pode ser subsumida nem na lógica do mercado, nem na do Estado. Tratado dessa forma, o conceito parece ainda constituir referência importante para a compreensão de processos sociais próprios ao contexto brasileiro.

Como instrumento analítico, a categoria incorpora um conjunto amplo de atores que, depois do restabelecimento dos canais liberais democráticos de expressão e do fissuramento do bloco — de certa maneira unitário — de oposição ao regime militar, não querem se ver associados nem às estruturas partidárias, nem ao aparelho de Estado. Além desses, emergem, em função do marco jurídico pós-autoritário e da configuração social em mutação, novos movimentos e grupos (de negros, de homossexuais etc.) ancorados também na sociedade civil (*vide* Pinheiro, 1994, p. 6).

Politicamente, a existência de tais atores e suas formas sempre renovadas de manifestação representa um desafio permanente às instituições próprias ao Estado constitucional e aos mecanismos democrático-representativos. Com isso, não se está afirmando que a “lógica” da sociedade civil deve substituir o apelo universalista do direito e do Estado. As associações da sociedade civil constituem “apenas” uma força propulsora de transformações no

arcabouço institucional democrático, o qual deve sofrer permanentemente aperfeiçoamentos e adaptações, se se pretende atenuar as tensões inevitáveis entre a lei e a ordem, as instituições democráticas e as disposições e reivindicações sociais em mutação.

Ainda no plano político-normativo encontram-se outros fatores que justificam a preservação da distinção entre Estado, sociedade civil e mercado. Historicamente, os interesses sociais não se constituíram no país por meio de sua representação pública em um espaço político; eles foram organizados pelo próprio Estado que passou, assim, a desempenhar um papel fundador dos próprios atores sociais (*vide* Diniz, 1992, p. 37). O movimento contra a ditadura militar representou uma clara inversão dessa tendência histórica, revelando-se portador de um projeto político desencadeador de amplo consenso social, tendo sido articulado inteiramente fora — na verdade em oposição — do Estado. O atual projeto de sociedade civil, expresso conceitualmente por uma demarcação mais precisa dessa categoria, representa a continuidade do processo de desacoplamento da sociedade civil do Estado. O projeto evidencia o fato de que os atores de tal esfera dispõem de repertórios, lógicas e espaços de atuação que não coincidem com os do Estado e do sistema político. Ao mesmo tempo, o desatrelamento do Estado faz surgir um lugar de crítica da política, constituindo-se com ele a possibilidade de denúncia de favorecimentos ilícitos de interesses espúrios e da própria “feudalização” do Estado.

Com essa avaliação favorável das possibilidades da sociedade civil no país não se pretende, certamente, ignorar suas limitações no contexto brasileiro. Politicamente, o fosso entre a legalidade e os códigos de conduta que de fato vigoram, traduzido por O'Donnell (1993) como uma restrição da efetividade da ordem legal, dificulta a consolidação de uma sociedade civil “politicamente atuante”. Alguns setores da sociedade civil vivem fora da região de abrangência do Estado de direito, constituindo aparatos de poder pontuais, onde se formulam *ad hoc* e distante do processo político códigos de honra e comportamento

impostos a grupos sociais desprotegidos e impossibilitados de qualquer reação efetiva.¹⁵ Um projeto político que conferisse à sociedade civil novas competências e poderes decisórios acarretaria um crescimento proporcional das possibilidades de influência dessas formas “incivis” de sociabilidade.

Após essas reflexões, pode-se finalmente introduzir um conceito operacional de sociedade civil que seja adequado metodologicamente às especificidades do caso brasileiro. A categoria abriga o conjunto de associações e formas organizativas que se distinguem de outros grupos de interesse atuantes na esfera da política (partidos, *lobbies* etc.) e da economia (sindicatos, associações empresariais etc.), fundamentalmente, nos seguintes aspectos:

- *Base de recursos* — enquanto os demais grupos dispõem de instrumentos imediatos de poder (acordos com as elites, recursos financeiros e organizacionais etc.), as possibilidades de influência política dos atores da sociedade civil baseiam-se, principalmente, na sua capacidade de canalizar as atenções públicas para suas campanhas e pleitos.
- *Base de constituição dos grupos* — enquanto os demais grupos organizados de interesse podem ser classificados, *a priori*, a partir de sua localização prévia em determinado campo funcional, a identidade dos atores da

sociedade civil é constituída *ad hoc*, no contexto das próprias ações coletivas.

- *Natureza do recrutamento dos membros* — enquanto o pertencimento aos demais grupos organizados fundamenta-se em um comprometimento legal, a vinculação às associações da sociedade civil é, *em geral*, voluntária e livremente arbitrada.
- *Natureza dos interesses representados* — enquanto os demais atores se empenham na concretização de demandas constituídas a partir das esferas da política e da economia, as associações da sociedade civil apresentam questões e problemas que emergem no mundo da vida.

Dessa distinção resultam duas condições para a construção e consolidação da sociedade civil. Ela implica inicialmente a vigência de direitos civis básicos (liberdade de organização, de expressão etc.), indispensáveis à constituição de associações voluntárias. Por outro lado, sua vitalidade e possibilidade de influência dependem da existência de um espaço público minimamente poroso, uma vez que este espaço representa a arena privilegiada de atuação política dos atores da sociedade civil, constituindo, ainda, a arena de difusão dos conteúdos simbólicos e das visões de mundo diferenciadas que alimentam as identidades de tais atores.

(Recebido para publicação em setembro de 1996)

Notas

1. Pela expressão “nova eticidade” sublinha-se aqui a distinção com a antiga eticidade, na qual se baseia a primeira solução oferecida por Hegel à dicotomia entre indivíduo e vida pública na era moderna (*vide* Dellavalle, 1994, pp. 191ss. e pp. 195ss.). Nessa primeira fase — o tempo de sua permanência em Berna — Hegel caracteriza a *pólis* grega como modelo ainda apropriado para a renovação política no período moderno. Conforme Dellavalle, este primeiro equacionamento se mostrou insatisfatório do ponto de vista normativo, visto que nesse modelo as individualidades se subsumiam na totalidade. Mais tarde, quando de sua permanência em Heidelberg e Berlim, o autor formula as bases de uma nova eticidade adequada às exigências da era moderna e fundada em três elementos centrais: uma teoria do direito e do Estado, a idéia de uma sociedade civil e a concepção de uma subjetividade livre (*idem*). Todos os trechos de trabalhos publicados em alemão foram, no presente artigo, traduzidos pelo autor para o português.

2. Não apenas autores pouco familiarizados com o tema incorrem no engano de tratar as duas categorias — mundo da vida e sociedade civil — como idênticas; também J. Keane (1988b, p. 18) comete tal equívoco.
3. Habermas (1981, p. 578) trata, inicialmente, apenas o movimento de mulheres, em face de sua “luta contra a opressão patriarcalista e pela realização de uma promessa que há muito está ancorada nos fundamentos universalistas da moral e do direito”, como movimento emancipatório de caráter ofensivo. Os demais movimentos são considerados “manifestações refratárias e de resistência”.
4. Antes disso, o recurso à tradição de estudos sobre a sociedade civil e categorias subjacentes como a de espaço público, quando ocorria, não era explicitado. É o que se verifica, por exemplo, na incorporação tácita por Rui Barbosa (1965, p. 72) das idéias de Tocqueville:

“Como é que se elabora nos povos de hoje [...] o sentimento complexo dos deveres e dos direitos mútuos entre o Estado e os cidadãos? Pelos meios que estabelecem comunicação efetiva, permanente, inteligente entre todos os membros da comunidade. Quais são esses meios? Dois. O primeiro é o jornal, o grande agente da educação nacional no mundo contemporâneo, que todo mês, toda quinzena, toda semana, todo dia, toda manhã, toda tarde, vai levar aos paços do milionário e à casa do pobre, em igual quinhão, a colheita da civilização universal. O segundo são os *meetings*, os clubes, as associações populares que, entre as nações adiantadas, constituem um facto contínuo e uma necessidade tão de primeira ordem como o pão e a luz.”
5. É digno de menção, nesse contexto, o trabalho de Tonet (1989, p. 17), o qual se opõe às tentativas de “tomar o conceito de sociedade civil por um viés predominantemente político e a partir daí considerar a democracia como valor universal”. Tal seria, segundo Tonet, o equívoco cometido por autores como Coutinho (1984) e Weffort (1988). Tonet propõe o retorno ao conceito marxiano de sociedade civil como forma de restabelecer os nexos entre a política e as “condições materiais de existência” e revelar os limites da “democracia burguesa”.
6. Em um abrangente estudo sobre o comportamento político do empresariado brasileiro desde os anos 60, Payne (1994) caracteriza o segmento como um “adaptive actor” que não é inerentemente democrático nem não democrático. Não foram, conforme o estudo, suas convicções políticas, mas as ameaças ao “clima de investimento” que os levava a apoiar inicialmente os militares, bem como a se posicionarem, no contexto da democratização, contra a ditadura.
7. As tentativas recentes empreendidas por sindicatos e centrais sindicais de envolvimento em ações políticas não corporativistas apenas confirmam, conforme entendo, o reconhecimento generalizado do particularismo de tais organizações. Nesse sentido, o empenho contra a privatização de empresas estatais reflete claramente os interesses corporativistas dos trabalhadores empregados nas empresas privatizáveis, bem como interesses políticos definidos (*vide The Economist*, 24/9/1995, pp. 16ss.). De forma análoga, a convocação da greve geral em meados de 1996 motivada, segundo os representantes das centrais sindicais, não pelo “egoísmo”, mas pela “generosidade”, não pelo “oportunismo”, mas pela “oportunidade” (Silva, Medeiros e Silva, 1996, p. 3), malgrado o esforço retórico, obedeceu à lógica de projetos partidários e pessoais de poder claramente identificáveis e nomeáveis. É preciso que se diga que não está se discutindo aqui — nem seria este o caso — o mérito político de ambas as iniciativas. Trata-se unicamente de revelar os interesses sistêmicos que as motivam.
8. A prolapada contenda entre o ativista *gay* Luiz Mott e setores do movimento negro em torno da aventada homossexualidade de Zumbi constitui um exemplo exacerbado das diferenças internas no âmbito da sociedade civil (*vide Mott*, 1995, pp. 7-10).
9. Laclau (1987) mostra como a formação de identidades no bojo dos populismos latino-americanos é desencadeada de cima para baixo, mediante manipulação de conteúdos simbólicos vagos e imprecisos. Aqui, a sociedade (civil) aparece subsumida na idéia de nação e a polifonia dos atores sociais fica reduzida à imagem de um povo homogêneo e unitário.

10. Esta é, naturalmente, uma avaliação genérica das tendências predominantes nas relações Estado/sociedade civil. Não se pretende com ela ignorar as relações clientelistas e de cooptação recorrentes nesse nível (*vide*, p. ex., Cunha, 1993; Fontes, 1996; Costa, 1997a, cap. 4).
11. Para uma demonstração emblemática da recepção brasileira do neoliberalismo *vide* Campos (1994, esp. pp. 1256ss.).
12. Ao se sublinhar o significado da crítica neoliberal para o aprofundamento da demarcação da fronteira entre Estado e sociedade civil não se pretende, certamente, ofuscar os desdobramentos negativos das idéias (neo)liberais para a sociedade civil. Na tradição liberal, a dimensão econômica da cidadania, traduzida na figura do *bourgeois* em busca da concretização de seus interesses particularistas, ganha centralidade em detrimento do *citoyen* ativo que, ao promover o espírito público e a dimensão política da cidadania, fortalece as formas de solidariedade e organização próprias à sociedade civil (*vide* van den Brink, 1995, p. 10; Touraine, 1994, pp. 351ss.).
13. Um *survey* com representantes de ONGs brasileiras (Fernandes e Carneiro, 1991) evidencia a centralidade da categoria sociedade civil para a ação política de tais organizações: 78,4% dos entrevistados declararam a intenção de concentrar seus “esforços imaginativos” nos anos 90 na sociedade civil (p. 18), enquanto apenas 1,96% manifestaram a intenção de aprofundar as relações com o Estado (p. 17).
14. Depois da “década democrática” — os anos 80 — alguns cientistas políticos já estão se referindo a um “desencantamento democrático” na América Latina (Munck, 1993) e a uma “melancolia democrática” no Brasil (Fiori, 1995).
15. Investigação conduzida por Peppe (1992), que trata da influência do tráfico de drogas sobre as associações de moradores na cidade do Rio de Janeiro, revela com agudeza como a violência e a contravenção estão profundamente enraizadas na sociedade civil.

Bibliografia

- Arato, A.
 1994a The Rise, Decline and Reconstruction of the Concept of Civil Society, and Directions for Future Research. Trabalho apresentado no XVI Congresso Mundial da IPSA, Berlin, 21-25 de agosto, pp. 1-12. Publicado sob o título “Ascensão, Declínio e Reconstrução do Conceito de Sociedade Civil. Orientações para Novas Pesquisas”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 10, n.º 22, 1995, pp. 18-27.
 1994b “Uma Reconstrução da Teoria Hegeliana da Sociedade Civil”, in L. Avritzer (org.), *Sociedade Civil e Democratização*. Belo Horizonte, Del Rey, pp. 43-80.
- Arato, A. e Cohen, J.
 1984 “Social Movements, Civil Society and the Problem of Sovereignty”. *Praxis International*, n.º 4, pp. 266-283.
 1988 “Civil Society and Social Theory”. *Thesis Eleven*, n.º 21, pp. 41-64.
- Avritzer, L.
 1993 “Além da Dicotomia Estado/Mercado — Habermas, Cohen e Arato”. *Novos Estudos Cebrap*, n.º 36, pp. 213-222.
 1996 “Cultura Política, Atores Sociais e Democratização: Uma Crítica às Teorias da Transição para a Democracia”, in *A Moralidade da Democracia*. Belo Horizonte/São Paulo, Ed. UFMG/Perspectiva, pp. 125-152.

- Avritzer, L. (org.)
1994 *Sociedade Civil e Democratização*. Belo Horizonte, Del Rey.
- Barbosa, R.
1965 *Teoria Política*. Rio de Janeiro, W.M. Jackson Inc.
- Bobbio, N.
1988 "Gramsci and the Concept of Civil Society", in J. Keane (org.), *Civil Society and the State*. London, Verso, pp. 73-99.
1994 *O Conceito de Sociedade Civil*. Rio de Janeiro, Graal, 3.^a reimp.
1995 *Estudos sobre Hegel: Direito, Sociedade Civil, Estado*. São Paulo, Brasiliense/UNESP, 1.^a reimp.
- Bobbio, N. et alii
1983 *Dicionário de Política* (verbete sociedade civil). Brasília, UnB.
- Brumlik, M.
1991 "Was heißt 'zivile Gesellschaft' — Versuch, den Pudding an die Wand zu nageln". *Blätter für Deutsche und Internationale Politik*, n.º 8, pp. 987-993.
- Buttiglione, R.
1988 "Zur Frage der Bewegung". *Zeitschrift für Politik*, n.º 3, pp. 219-236.
- Campos, R.
1994 *A Lanterna na Popa*. Rio de Janeiro, Topbooks.
- Cardoso, F. H.
1986 "Entrepreneurs and the Transition Process: The Brazilian Case", in G. O'Donnell, P. Schmitter e L. Whitehead (orgs.), *Transitions from Authoritarian Rules* (vol. 4). Baltimore/London, The Johns Hopkins University Press, pp. 137-153.
- Cardoso, R.
1988 "Os Movimentos Sociais no Contexto da Consolidação Democrática", in G. O'Donnell e F. W. Reis (orgs.), *A Consolidação Democrática no Brasil: Dilemas e Perspectivas*. Rio de Janeiro, Vértice, pp. 368-382.
- Cohen, J. L. e Arato, A.
1989 "Politics and the Reconstruction of the Concept of Civil Society", in A. Honneth et alii (orgs.), *Zwischenbetrachtungen. Im Prozeß der Aufklärung*. Frankfurt/M, Suhrkamp, pp. 482-503.
1992 *Civil Society and Political Theory*. Cambridge, Ma./London, The MIT Press.
- Costa, S.
1994 "Esfera Pública, Redescoberta da Sociedade Civil e Movimentos Sociais no Brasil — Uma Abordagem Tentativa". *Novos Estudos Cebrap*, n.º 38, pp. 38-52.
1995a "Atores da Sociedade Civil e Participação Política: Algumas Restrições". *Cadernos CEAS*, n.º 155, pp. 61-75.
1995b "Dinâmica da Esfera Pública e Democracia". *Lua Nova*, n.º 36, pp. 55-66.
1997a *Dimensionen der Demokratisierung: Öffentlichkeit, Zivilgesellschaft und lokale Partizipation in Brasilien*. Frankfurt/M, Vervuert.
1997b "Contextos da Construção do Espaço Público no Brasil". *Novos Estudos Cebrap*, n.º 47, pp. 179-192.

- Coutinho, C. N.
 1980 *Gramsci*. Porto Alegre, L & PM Editores.
 1984 *A Democracia como Valor Universal e Outros Ensaio*s (2.^a ed.). Rio de Janeiro, Salamandra.
- Cunha, F. S.
 1993 “Movimentos Urbanos e a Redemocratização — A Experiência do Movimento Favelado de Belo Horizonte”. *Novos Estudos Cebrap*, n.º 35, pp. 133-143.
- Dahrendorf, R.
 1991 “Die gefährdete Civil Society”, in K. Michalsky (org.), *Europa und die Civil Society*. Stuttgart, Klett-Cotta, pp. 247-263.
- Delgado, T. e Arantes, J.
 1982 *Esperança e Mudança — Diretrizes para um Plano de Governo*. Juiz de Fora, PMDB (programa de governo).
- Della Cava, R.
 1988 “A Igreja e a Abertura — 1974-1985”, in A. Stepan (org.), *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, pp. 231-274.
- Dellavalle, S.
 1994 “Hegels dreieinhalb Modelle zum Bürger-Staat-Verhältnis”. *Hegel Jahrbuch 1993/4*, pp. 191-203.
- Diniz, E.
 1992 “Neoliberalismo e Corporativismo: As Duas Faces do Capitalismo Industrial no Brasil”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 7, n.º 20, pp. 31-46.
- Dubiel, H.
 1994 *Ungewißheit und Politik*. Frankfurt/M, Suhrkamp.
- Fernandes, R. C. e Carneiro, L. P.
 1991 *ONGs Anos 90 — A Opinião dos Dirigentes Brasileiros*. Rio de Janeiro, ISER.
- Fernandes, R. C.
 1994 *Privado porém Público. O Terceiro Setor na América Latina*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- Fiori, J. L.
 1995 “Entrevista”. *Veja*, 6 de setembro, pp. 7-10.
- Fontes, B. A.
 1996 “A Estrutura Organizacional das Associações Políticas Voluntárias”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 11, n.º 32, pp. 41-59.
- Gohn, M. G.
 1982 *Reivindicações Populares Urbanas*. São Paulo, Cortez.
- Gramsci, A.
 1975 *Quaderni del Carcere* (vol. 2) (editado por V. Gerratana). Turim, G. Einaudi.
 1980 *Zu Politik, Geschichte und Kultur — Ausgewählte Schriften* (editado por Guido Zamis). Leipzig, Reclam.
 1991 *Il Materialismo Storico e la Filosofia di Benedetto Croce*. Turim, Riuniti.

- Gransow, V.
1990 "Zivilgesellschaft und demokratische Frage — Ein Literaturbericht". *Das Argument*, n.º 180, pp. 1437-1444.
- Habermas, J.
1981 *Theorie des kommunikativen Handelns* (vol. 2). Frankfurt/M, Suhrkamp.
1992 *Faktizität und Geltung. Beiträge zur Diskurstheorie des Rechts und des demokratischen Rechtsstaats*. Frankfurt/M, Suhrkamp.
1995 *Die Normalität einer Berliner Republik*. Frankfurt/M, Suhrkamp.
- Hegel, G. W. F.
1974 *Die "Rechtsphilosophie" von 1820* (editado por K.-H. Ilting). Stuttgart, Frommann-Holzboog.
- Heins, Volker
1992 "Ambivalenzen der Zivilgesellschaft". *Politische Vierteljahresschrift*, vol. 33, n.º 2, pp. 235-242.
- Honneth, A.
1992 "Konzeptionen der 'Civil Society'". *Merkur*, n.º 514, pp. 61-66.
- Inwood, M.
1992 *A Hegel Dictionary*. Oxford, Blackwell.
- Jehle, P.
1994 "Hegemonietheoretische Defizite der Zivilgesellschaftsdebatte. Zur Kritik an Kebir und der Habermasschule". *Das Argument*, n.º 206, pp. 513-528.
- Keane, J.
1988a *Democracy and Civil Society*. London, Verso.
1988b "Introduction", in J. Keane (org.), *Civil Society and the State*. London, Verso, pp. 1-31.
- Keck, M.
1988 "O Novo Sindicalismo na Transição Brasileira", in A. Stepan (org.), *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, pp. 381-440.
- Klein, A.
1991 "Das Projekt der Zivilgesellschaft — Anmerkungen zur Renaissance der demokratischen Frage". *Forschungsjournal NSB*, n.º 1, pp. 70-80.
- Laclau, E.
1987 "Populismo y Transformación del Imaginario Político en América Latina". *Boletín de Estudios Latino-Americanos y del Caribe*, n.º 42, pp. 25-38.
- Leis, H.
1996 "Globalização e Democracia após a Rio-92: A Necessidade e Oportunidade de um Espaço Público Transnacional", in L. C. Ferreira e E. Viola (orgs.), *Incertezas de Sustentabilidade na Globalização*. Campinas, Ed. Unicamp, pp. 93-102.
- Marx, K.
1962 "Kritik des Gothaer Programms", in *Marx-Engels-Werke* (vol. 3). Berlin, Dietz, pp. 11-32.
1975 "Kritik des Gothaer Programms", in *Karl-Marx-Ausgabe. Politische Schriften* (vol. 2) (editado por H.-J. Lieber). Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, pp. 1014-1038.

- Marx, K. e Engels, F.
- 1975a "Die deutsche Ideologie", in *Karl-Marx-Ausgabe. Frühe Schriften* (vol. 2) (editado por H.-J. Lieber u. P. Furth). Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, pp. 5-655.
- 1975b "Manifest der Kommunistischen Partei", in *Karl-Marx-Ausgabe. Frühe Schriften* (vol. 2) (editado por H.-J. Lieber u. P. Furth). Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, pp. 812-858.
- Mott, L.
- 1995 "Entrevista". *Veja*, 31 de maio, pp. 7-10.
- Munck, R.
- 1993 "After the Transition: Democratic Disenchantment in Latin America". *European Review of Latin America and Caribbean Studies*, n.º 55, pp. 7-19.
- Narr, W.-D.
- 1994 "Wieviel Entwirklichung kann sozialwissenschaftliche Theoriebildung ertragen?". *Das Argument*, n.º 206, pp. 587-598.
- O'Donnell, G.
- 1993 "Sobre o Estado, a Democratização e Alguns Problemas Conceituais. Uma Visão Latino-Americana com uma Rápida Olhada em Alguns Países Pós-Comunistas". *Novos Estudos Cebrap*, n.º 36, pp. 123-146.
- Olvera, A. e Avritzer, L.
- 1992 "El Concepto de Sociedad Civil en el Estudio de la Transición Democrática". *Revista Mexicana de Sociología*, n.º 4, pp. 227-248.
- Payne, L. A.
- 1994 *Brazilian Industrialists and Democratic Change*. Baltimore/London, The Johns Hopkins University Press.
- Peppe, A. M.
- 1992 *Associativismo e Política na Favela Santa Marta (RJ)*. Dissertação de Mestrado, USP, São Paulo.
- Pinheiro, P. S.
- 1994 "Apresentação", in L. Avritzer (org.), *Sociedade Civil e Democratização*. Belo Horizonte, Del Rey, pp. 5-9.
- Reis, F. W.
- 1994 "Cidadania, Mercado e Sociedade Civil", in E. Diniz, José Sergio Leite Lopes e Reginaldo Prandi (orgs.), *O Brasil no Rastro da Crise*. São Paulo, Anpocs/IPEA/Hucitec, pp. 328-349.
- Restrepo, L. A.
- 1990 "A Relação entre a Sociedade Civil e o Estado". *Tempo Social*, vol. 2, n.º 2, pp. 61-100.
- Rödel, U.
- 1992 "Zivilgesellschaft als Handlungszusammenhang". *Mitteilungen — Institut für Sozialforschung an der J.W. Goethe-Universität Frankfurt am Main*, n.º 1, pp. 37-45.
- Rödel, U.; Frankenberg, G. e Dubiel, H.
- 1989 *Die demokratische Frage*. Frankfurt/M, Suhrkamp.

- Sassoon, A. S.
1991 "Gleichheit und Unterschied — Das Entstehen eines neuen Konzepts von Staatsbürgerschaft". *Das Argument*, n.º 185, pp. 27-39.
- Scherer-Warren, I.
1987 "O Caráter dos Novos Movimentos Sociais", in I. Scherer-Warren e P. Krischke (orgs.), *Uma Revolução no Cotidiano?* São Paulo, Brasiliense, pp. 35-53.
1994 "Organizações Não-Governamentais na América-Latina: Seu Papel na Construção da Sociedade Civil". *São Paulo em Perspectiva*, vol. 8, n.º 3, pp. 6-15.
1995 "ONGs na América Latina: Trajetória e Perfil", in E. Viola et alii, *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: Desafios para as Ciências Sociais*. São Paulo/Florianópolis, Cortez/Ed. UFSC, pp. 161-180.
1996 "Novos Atores e Práticas Políticas Ambientalistas na Era da Globalização". *Sociedade e Estado*, vol. XI, n.º 1, pp. 139-148.
- Shils, E.
1991a "Was ist eine Civil Society", in K. Michalski (org.), *Europa und die Civil Society*. Stuttgart, Klett-Cotta, pp. 13-51.
1991b The Virtues of Civil Society. *Government and Opposition*, vol. 26, n.º 2, pp.3-20.
- Silva, A. A.
1993 "Do Privado para o Público — ONGs e os Desafios da Consolidação Democrática". *Cadernos CEAS*, n.º 146, pp.38-46.
- Silva, E. S.; Medeiros, L. A. e Silva, V. P.
1996 "Unidos pelo Brasil". *Folha de S. Paulo*, 16 de junho.
- Sölter, A.
1993 "Zivilgesellschaft als demokratietheoretisches Konzept". *Jahrbuch für Politik*, vol. 3, tomo 1, pp. 145-180.
- Taylor, C.
1990 "Modes of Civil Society". *Public Culture*, vol. 3, n.º 1.
1991 "Die Beschwörung der *Civil Society*", in K. Michalski (org.), *Europa und die Civil Society*. Stuttgart, Klett-Cotta, pp. 52-81.
- Tonet, I.
1989 *Sobre o Conceito de Sociedade Civil*. Maceió, Edufal.
- Touraine, A.
1994 *Crítica da Modernidade*. Petrópolis, Vozes.
- van den Brink, B.
1995 "Die politisch-philosophische Debatte über die demokratische Bürgergesellschaft", in B. van den Brink e W. van Reijen (orgs.), *Bürgergesellschaft, Recht und Demokratie*. Frankfurt, Suhrkamp, pp. 7-26.
- Vieira, L.
1995 "Estado, Mercado e Sociedade Civil: Um Tripé Articulado para Enfrentar a Crise Global". *Proposta*, n.º 64, pp. 42-47.
- Viola, E. e Leis, H.
1995 "O Ambientalismo Multissetorial no Brasil para além da Rio-92: O Desafio de uma

Estratégia Globalista Viável”, in E. Viola *et alii*, *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: Desafios para as Ciências Sociais*. São Paulo/Florianópolis, Cortez/Ed. UFSC.

Walzer, M.

1991 “The Idea of Civil Society”. *Dissident*, primavera, pp. 293-304.

Weffort, F.

1988 “Por que Democracia?”, in A. Stepan (org.), *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, pp. 483-520.

Wolfe, A.

1992 “Três Caminhos para o Desenvolvimento: Mercado, Estado e Sociedade Civil”, in Vários Autores, *Desenvolvimento, Cooperação Internacional e as ONGs*. Rio de Janeiro, IBASE.

Resumo

Categoria Analítica ou Passe-Partout Político-Normativo: Notas Bibliográficas sobre o Conceito de Sociedade Civil

O artigo analisa, inicialmente, a trajetória do conceito de sociedade civil na teoria social moderna. Aprofunda, em seguida, o exame da recente redescoberta da categoria, delimitando duas vertentes distintas na utilização teórica e política do conceito, a saber, uma enfática e uma moderada. Por fim, examina o emprego da expressão no contexto da democratização brasileira, caracterizando as variações nos significados atribuídos ao conceito pelos diferentes atores sociais nas diversas fases do processo de transição.

Abstract

Analytical Category or Political-Normative 'Passe-Partout'? Bibliographic Notes on the Concept of Civil Society

After first analyzing the history of the concept civil society within modern social theory, the article closely examines the recent rediscovery of this category. It identifies two distinct lines in current theoretical and political use of the concept: an “emphatic” line and a “moderate” line. Lastly, it looks at how this expression is employed in the context of Brazilian democratization and characterizes the meanings different social actors have attached to it during the various transition phases.

**Leituras do Leste III:
O Debate sobre a Natureza das Sociedades
e Estados de Tipo Soviético**

(Parte Final:
As Leituras Centradas na Prevalência do Capitalismo
de Estado e/ou Burocrático e a Convergência
Problemática no Conceito de Stalinismo)

Luis Fernandes

Este artigo conclui a resenha das principais interpretações sobre a natureza das sociedades e dos Estados que compunham o antigo “campo socialista” no Leste, iniciada no *BIB*, n.º 38. No primeiro artigo da série, examinei as perspectivas teóricas predominantes nos meios acadêmicos ocidentais. No segundo, publicado no *BIB*, n.º 39, analisei três interpretações referenciadas no pensamento marxista: as que afirmaram a natureza socialista dessas sociedades; as que apontavam para a degeneração e/ou deformação burocrática da transição para o socialismo; e as que indicavam a emergência de um novo modo de produção — nem capitalista, nem socialista — nos marcos do qual havia se erigido uma nova dominação de classe. Este artigo dá continuidade ao anterior, examinando as leituras centradas na identificação da (re)emergência do capitalismo no Leste e o refúgio problemático de grande parte das interpretações marxistas no conceito de stalinismo. Ao final, é feito um breve balanço do conjunto de leituras resenhadas nesta série de artigos.

Como no artigo anterior, antes de proceder à análise específica dos autores que identificaram a persistência do capitalismo do Leste, começarei examinando as origens teóricas desse conceito no âmbito do pensamento marxista.

**As Origens Teóricas do Conceito
de Capitalismo de Estado**

Friedrich Engels

A discussão do conceito de “capitalismo de Estado” no âmbito do pensamento marxista remonta a observações de Engels sobre a transformação de certas grandes empresas (sobretudo de transporte e comunicações) em propriedade do Estado nos principais países capitalistas no final do século passado (Engels, 1977, pp. 53-55). Esse desenvolvimento era explicado por ele em função dos elevados graus de centralização e concentração alcançados pela produção nos países capitalistas centrais. Tratar-se-ia de uma tentativa de harmonizar o modo de produção, de apropriação e de troca com o caráter cada vez mais social (isto é, baseado em trabalho humano coletivo) dos meios de produção. Mas, como o Estado em questão não era mais que “uma organização criada pela sociedade burguesa para defender as condições exteriores gerais do modo capitalista de produção contra os atentados tanto dos operários como dos capitalistas isolados”, a relação capitalista na sociedade não era abo-

lida, mas aguçada (*idem*, pp. 54-55). Seria, enfim, uma forma de “capitalismo de Estado”.

Vladimir I. Lênin

No início deste século, a abordagem de Engels referida acima foi retomada e desenvolvida por Hilferding para fundamentar sua teoria do “capitalismo organizado”, cujos rudimentos podem ser encontrados na sua célebre obra *O Capital Financeiro* (Hilferding, 1985). Mas, seria Lênin o autor marxista a dar maior destaque ao conceito de “capitalismo de Estado”, desde as vésperas da Revolução de 1917 até sua morte, em 1924. Em setembro de 1917, ele indicava que a “dialética da história” havia levado a Primeira Guerra a acelerar extraordinariamente o processo de transformação do capitalismo monopolista em capitalismo monopolista de Estado (Lênin, 1978a, p. 195). Em *O Estado e a Revolução*, escrito na mesma época, ele indicou a transformação do capitalismo monopolista em capitalismo monopolista de Estado como um dos traços principais da “época do imperialismo”, resultando no reforço inaudito da máquina do Estado nos países capitalistas centrais (Lênin, 1978b, p. 243).

Após o triunfo da revolução soviética, Lênin continuou argumentando seguidamente sobre a necessidade de se aprender com o capitalismo de Estado alemão (já que este seria a “última palavra” da grande técnica capitalista moderna e da organização planificada) e transplantá-lo, a qualquer custo, para a Rússia, criando, assim, as condições necessárias para o socialismo (Lênin, 1978c, pp. 602-603). Já vimos, no artigo anterior, como Lênin identificava no capitalismo de Estado uma das cinco estruturas econômico-sociais fundamentais existentes na Rússia da época. Ao lançar a Nova Política Econômica — NEP, em 1921, ele defendeu o alargamento do capitalismo de Estado na Rússia soviética nos seguintes termos:

“Voltamos freqüentemente a cair ainda neste raciocínio: ‘o capitalismo é um mal, o socialismo é um bem’. Mas este raciocínio é errado, porque esquece todo o conjunto de estruturas econômi-

co-sociais existentes, abarcando apenas duas delas. O capitalismo é um mal em relação ao socialismo. O capitalismo é um bem em relação ao medievalismo, em relação à pequena produção, em relação ao burocratismo ligado à dispersão dos pequenos produtores. Uma vez que ainda não temos forças para realizar a passagem direta da pequena produção ao socialismo, o capitalismo é, em certa medida, inevitável, como o produto espontâneo da pequena produção e da troca, e portanto, devemos aproveitar o capitalismo (principalmente dirigindo-o para a via do capitalismo de Estado) como elo intermediário entre a pequena produção e o socialismo, como meio, via, processo ou método de elevação das forças produtivas” (Lênin, 1979c, pp. 508-509).

Em diferentes trabalhos desse período, Lênin identificou cinco componentes fundamentais deste capitalismo de Estado a ser desenvolvido pelo poder soviético:

1. o estabelecimento de concessões, em que forças produtivas eram alocadas a grupos capitalistas privados, russos ou estrangeiros, por um prazo determinado;
2. o arrendamento (aluguel) de forças produtivas a grupos capitalistas privados, também por prazo determinado;
3. a montagem de empresas mistas, associando empresas capitalistas estrangeiras e empresas estatais soviéticas;
4. o pagamento de comissões do Estado a comerciantes privados para comercializar mercadorias;
5. a formação de cooperativas de pequenos produtores com liberdade para comercializar seus excedentes de produção.

Lênin considerava tratar-se de um “capitalismo de Estado” original e diferente do praticado nos países ocidentais, precisamente por se tratar de um capitalismo controlado e regulado pelo Estado operário (Lênin, 1979a, p. 625). Isso permitiria ao poder soviético controlar as concessões, mantendo o capitalismo de Estado dentro de determinados limites e eliminando-o assim que as condições para isto estivessem criadas. Apesar disso, houve muita polêmica na direção do Partido Bolchevique

em relação à caracterização desses componentes.

A Polêmica com Trotsky, Bukharin e Zinoviev

Bukharin inicialmente se opôs à aplicação do conceito de capitalismo de Estado para qualquer setor da sociedade soviética, argumentando que ele só seria válido para a coalizão do Estado burguês com os *trustes* capitalistas (Bukharin, 1979, pp. 133-134). Trotsky também manifestou, em repetidas ocasiões, suas reservas em relação à aplicabilidade do conceito na URSS (Trotsky, 1975; 1987). Em posição diametralmente oposta, Zinoviev e Kamenev argumentaram, após a morte de Lênin, que enquanto persistissem as diferenças entre os trabalhadores e a direção técnica, todas as empresas estatais na União Soviética (inclusive as do chamado “setor socialista”) deveriam ser consideradas como integrantes do capitalismo de Estado (vimos os problemas teóricos com este tipo de enfoque no *BIB*, n.º 39).² A questão foi discutida no XIV Congresso do Partido Bolchevique, no final de 1925, e chegou-se à conclusão de que o conceito de capitalismo de Estado era aplicável à realidade então vivida pela URSS, mas apenas para as relações estabelecidas entre o poder soviético e os setores não-socialistas, com base nos cinco componentes indicados acima

O fato é que relações estabelecidas com grupos capitalistas privados não chegaram a alcançar maiores proporções na sociedade soviética no decorrer dos anos 20. Já no início da aplicação da NEP, isso provocou o comentário bem-humorado de Lênin de que, em relação ao capitalismo de Estado, “as discussões são abundantes, mas as concessões poucas”.³ O setor da pequena produção cooperativizada acabou estabelecendo relações principais com o setor socialista, e não com os demais componentes identificados como pertencentes ao capitalismo de Estado. A maior parte deste setor cooperativizado não empregava trabalho assalariado alheio (não era, portanto, em si, capitalista). Nessas condições, o peso efetivo do capitalismo de Estado na URSS manteve-se

limitado, não correspondendo às expectativas iniciais do próprio Lênin.

Avaliações Social-Democratas nos Anos 1920

Karl Kautsky

No artigo do *BIB*, n.º 39, vimos como Kautsky e os mencheviques consideraram inicialmente a revolução soviética como uma revolução burguesa sustentada pelo campesinato, que só poderia resultar em alguma forma de desenvolvimento capitalista (via transmutação espontânea ou derrota política). Em 1919, Kautsky interpretava as políticas do período do “Comunismo de Guerra” como o estabelecimento, através da “ditadura burocrática”, de um sistema econômico que poderia ser caracterizado como “capitalismo de Estado” (Kautsky, 1973). Para o dirigente da social-democracia alemã, as formas ditatoriais assumidas pelo poder soviético, tanto na política quanto na produção, colocavam os trabalhadores russos na mesma situação em relação aos meios de produção do que os trabalhadores dos países capitalistas. Por isso (numa abordagem precursora dos argumentos que mais tarde viriam a ser adotados por Zinoviev e Kamenev) todo o setor estatal da Rússia soviética deveria ser caracterizado como “capitalista de Estado”. A mudança para a NEP no início dos anos 20 foi interpretada por Kautsky como o reconhecimento do caráter burguês da revolução russa pelos bolcheviques e o seu encaminhamento para formas “clássicas” de capitalismo privado. Assim, numa carta enviada ao dirigente menchevique Rafael Abramovitch, em 1925, ele comentava que “quanto aos desenvolvimentos na Rússia, quase se poderia crer que ‘os rapazes’ [os bolcheviques] se sentem diretamente obrigados a se comportar de forma que nós, em nossa análise, enquanto marxistas, acabamos por ter perfeitamente razão” (Kautsky *apud* Liebich, 1986, p. 353).

A Perspectiva dos Mencheviques

Os mencheviques, por sua vez, nunca aceitaram a caracterização do período do “Co-

munismo de Guerra” como uma forma de capitalismo de Estado. Eles tenderam a caracterizar o poder soviético como um regime utópico que teimava em querer construir o socialismo num país que não reunia as mínimas condições para isso. Por esta razão, suas críticas ao poder soviético, na época, insistiam precisamente na necessidade de este suspender a guerra civil contra os camponeses e reconstruir a indústria capitalista na Rússia, que havia sido destruída pela guerra e pela própria irresponsabilidade do governo bolchevique (Liebich, 1986, p. 347). Eles interpretaram a adoção da NEP como a aceitação envergonhada e não-assumida dessas críticas, que conduziria, assim, a um caminho mais ou menos longo de desenvolvimento capitalista clássico (fundado na propriedade privada) na URSS. A caracterização geral desse período como capitalismo de Estado não era aceita pelos mencheviques, já que a parte estatal da economia soviética era por demais insignificante para poder definir a formação econômico-social existente (Dallin, 1923). Tanto Kautsky quanto as distintas alas dos mencheviques viriam a alterar fundamentalmente essas interpretações à luz da “Grande Virada” de 1928, com a deflagração da industrialização e da coletivização aceleradas na União Soviética. Já acompanhamos a evolução do seu pensamento no artigo do *BIB*, n.º 39.

A Crítica dos Comunistas Conselhistas

Entre os setores anarquistas, alguns autores também associaram a “emergência de uma nova classe dominante” na URSS ao capitalismo de Estado. O escritor e poeta anarquista Voline, que havia participado do movimento Makhnovista na Ucrânia, por exemplo, protestava dizendo que a União Soviética deveria se chamar *União das Repúblicas do Capitalismo de Estado* — URCS em vez de União das Repúblicas Socialistas Soviéticas — URSS, dado o predomínio do “capitalismo de Estado integral” no seu interior (Voline, 1990, p. 358). Mas, na época, a principal teorização do caráter capitalista da URSS foi produzida pela corrente dos *comunistas conselhistas*, estrutu-

rada sobretudo na Alemanha e na Holanda no período do entreguerras.

A corrente *conselhista* ficou mais conhecida pela crítica dirigida a ela por Lênin, no seu famoso livro *O Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo* (Lênin, 1979b), do que pelas suas próprias formulações. Embora composta por diferentes organizações e concepções, essa corrente tinha como fundamento a visão da revolução socialista como obra de conselhos operários formados nas fábricas em oposição ao Estado. Na sua concepção, esses conselhos deveriam servir de base para o novo poder político e a nova administração econômica a serem instituídos após o triunfo revolucionário. Por este enfoque, os *conselhistas* eram extremamente críticos da ação político-parlamentar, o que os aproximava dos anarquistas e sindicalistas. Mas, por outro lado, eram áspers críticos dos sindicatos, os quais concebiam como instrumentos do Estado burguês para dividir os trabalhadores e semear uma mentalidade corporativa. Cabe registrar que o próprio Gramsci foi influenciado por essas idéias no início da sua formação política e teórica, tanto através de reflexões correlatas desenvolvidas por Sorel e Croce, como por seu envolvimento pessoal com o movimento dos conselhos operários em Turim, entre 1917 e 1920 (Gramsci, 1977a e b).

Herman Gorter e Anton Pannekoek

A origem da corrente *conselhista* remonta aos marxistas holandeses Herman Gorter e Anton Pannekoek. Estes pertenciam ao Partido Operário Social-Democrata — SDAP da Holanda, que manteve, originalmente, relações bastante próximas com o movimento anarquista (a ponto do próprio fundador do Partido, Romela Nieuwenhuis, ter se convertido, posteriormente, em líder anarquista). Descontentes com a evolução “direitista” do partido, que culminou no seu apoio à participação holandesa na Primeira Guerra, Pannekoek e Gorter abandonaram o SDAP e formaram um novo Partido Social-Democrata holandês. Pannekoek viveu na Alemanha entre 1906 e 1914, tendo se tornado importante líder da ala esquerda do Partido Social-Democrata alemão.

Pannekoek aclamou inicialmente a revolução russa como realização histórica do projeto *conselhista*, criticando duramente as posições de Kautsky e dos demais dirigentes social-democratas que se posicionavam contra o poder soviético. Mas não tardou em mudar a sua apreciação da obra dos bolcheviques. A centralização do poder de Estado na Rússia e a progressiva subordinação dos soviets ao Partido Bolchevique no transcurso da Guerra Civil o levaram a concluir que o poder soviético havia se transformado em uma ditadura *sobre* a sociedade (e o próprio proletariado). Refletindo sobre a natureza do regime social que emergia na URSS em função desta transformação, ele indicou que o “socialismo de Estado” soviético equivalia, na verdade, a um “capitalismo de Estado” no qual os trabalhadores, assim como no capitalismo da Europa Ocidental, não eram efetivamente proprietários dos meios de produção (Pannekoek, 1970). A nova classe dominante na União Soviética seria uma burguesia que se apropriava coletivamente desses meios de produção (*idem*, 1940).

Investigando as origens *teóricas* desta evolução por parte dos bolcheviques, Pannekoek apontou para problemas na própria base filosófica do pensamento de Lênin que, seguindo a tradição do pensamento marxista russo desde Plekhanov, teria sacrificado a dialética em favor do materialismo (*idem*, 1975). Mas, ao mesmo tempo, enfatizou (contraditoriamente, ao meu ver) que o desfecho “capitalista” da revolução soviética tinha sido determinado, sobretudo, pelas condições de atraso objetivo da sociedade russa — uma interpretação surpreendentemente análoga à do “determinismo estreito” que ele tanto criticava na II Internacional (sobretudo o de Kautsky). Ainda assim, na sua visão, os bolcheviques tinham pelo menos o mérito histórico de ter modernizado a Rússia nos marcos burgueses, introduzindo-a na corrente do progresso mundial.

Karl Korsch e Arthur Rosenberg

Apesar das suas origens holandesas, era na Alemanha que os comunistas *conselhistas* tinham a sua base mais forte ao fim da Primeira Guerra.⁴ Entre os autores alemães associados

à corrente se destacava Karl Korsch, que foi dirigente do Partido Comunista da Alemanha (KPD) até sua expulsão, em 1926. Sua análise do desenvolvimento soviético acompanhou a de Pannekoek. Apesar de dirigida por forças subjetivamente anticapitalistas, a revolução soviética teria sido nada mais do que um movimento de modernização objetivamente burguês e capitalista. O próprio bolchevismo, assim como o marxismo russo de uma maneira geral, teria se transformado na “nova veste ideológica” para a “luta material em favor do êxito do desenvolvimento capitalista na Rússia czarista e feudal” (Korsch *apud* Salvadori, 1986, p. 335). Essa interpretação korschiana influenciou profundamente o historiador alemão Arthur Rosenberg no seu conhecido estudo *História do Bolchevismo*, produzido nos anos 30 (Rosenberg, 1989).

Assim como Pannekoek, Korsch procurou identificar, nos anos 20, as raízes filosóficas da “mudança histórica de função” do marxismo russo. Na sua opinião, ela estava relacionada com o desprezo pela filosofia no próprio marxismo clássico a partir de 1848, em favor de um tratamento separado da economia, da política e da ideologia (Korsch, 1970). Isso teria resultado em uma incorporação enviesada do marxismo no início do século XX, marcada pelo “produtivismo” e pela análise isolada da política. Assim, a “filosofia revolucionária materialista” de Lênin, combinada com sua “política revolucionária jacobina”, o teria impedido de ver a “verdade histórica” de que “a sua revolução estava condenada a ser uma sucessora tardia das grandes revoluções burguesas do passado” (Korsch, 1975b, pp. 117-118, tradução minha). O próprio Korsch, não obstante, viria a se afastar progressivamente da teoria marxista a partir de meados dos anos 30. No pós-Guerra, chegou até mesmo a classificar as tentativas do seu resgate como “utopias reacionárias” (Korsch *apud* Bottomore, 1988, p. 209).

O KAPD Alemão

O principal partido *conselhista* na Alemanha logo após a Primeira Guerra, no entanto,

não era o KPD de Korsch, mas o Partido Operário Comunista da Alemanha — KAPD. Formado a partir de uma cisão do recém-criado KPD em 1920, o KAPD chegou a se tornar membro provisório da III Internacional (na qual pretendia estruturar uma “oposição revolucionária”). Sua oposição à adoção da NEP e à repressão da rebelião de Kronstadt na Rússia, no entanto, colocou-o em rota de colisão com o Partido Bolchevique. O partido foi duramente combatido no III Congresso da Internacional Comunista, em meados de 1921. O KAPD acabou se dissolvendo numa plêiade de grupos em 1922, não sem antes fundar uma “IV Internacional Comunista Operária” (KAI), que tampouco vingou. Essa KAI justificou sua fundação argumentando que, desde a primavera de 1921, “o Partido Bolchevique — o qual exerce a sua ditadura sobre a Rússia — passou ao capitalismo, passou imediatamente a exercer pressão sobre a III Internacional no sentido de um retorno ao capitalismo, a III Internacional tornou-se, de fato, capitalista e burguesa” (KAI, 1975, pp. 169-170). Caracterizações análogas a estas viriam a ser desenvolvidas mais tarde pelo comunista dissidente Amadeo Bordiga na Itália (Bordiga, 1966) e também por alguns setores próximos ao grupo oposicionista “Centralismo Democrático” no Partido Bolchevique (Ciliga, 1940; 1951).

Otto Rühle e Paul Mattick

Um dos comunistas *conselhistas* mais hostis ao poder soviético na Alemanha era Otto Rühle. Este havia sido enviado como representante do KAPD ao II Congresso da III Internacional em Moscou, em julho de 1920, mas retirou-se em protesto, antes mesmo do seu início (o que lhe valeu a expulsão do KAPD após seu retorno à Alemanha). Essa hostilidade e a caracterização da URSS como “capitalista de Estado” foram mantidas e desenvolvidas por Rühle nos anos 30 (Rühle, 1932), culminando, às vésperas da Segunda Guerra, com sua definição do poder soviético como um “regime burguês” que havia servido de modelo para o totalitarismo fascista. Por isso, na sua opinião, “a luta contra o fascismo

deveria começar pela luta contra o bolchevismo” (Rühle *apud* Salvadori, 1986, p. 336).

No pós-Guerra, a tese *conselhista* sobre o capitalismo de Estado na URSS foi reafirmada de maneira mais consistente por Paul Mattick, no seu livro *De Keynes a Marx*, de 1969 (Mattick, 1969b). Para ele, a socialização da produção levada a cabo na URSS representaria apenas uma forma de “nacionalização do capital como capital” (*idem*, p. 322). Embora tivesse eliminado a propriedade privada, os meios de produção permaneceriam com o caráter de capital por serem controlados pelo governo, em vez de por toda a sociedade. Em função disso, o sistema social existente nas sociedades de tipo soviético no Leste era uma forma de capitalismo de Estado que operava de maneira diversa do capitalismo “ortodoxo” no Ocidente.

Os Trotskistas Dissidentes

Raia Dunaievskaja e C. L. R. James

No âmbito da dissidência formada entre os colaboradores e seguidores de Trotsky nos anos 30 (vista no *BIB*, n.º 39), alguns autores identificaram o modo de produção originário da “degeneração do Estado operário” na URSS como uma reedição do capitalismo de Estado (e não um sistema radicalmente novo, como propunham Rizzi, Burnham e Schachtman). Vimos, no artigo anterior, que um dos precursores dessa interpretação foi o trotskista inglês R. Worrall, com o qual Hilferding polemizou em 1940. A tese de Worrall foi desenvolvida de maneira mais sistemática, no início dos anos 40, por Raia Dunaievskaja, antiga secretária de Trotsky. Referenciada nas análises de Marx que identificavam a dominação do trabalho vivo pelo trabalho morto (objetificado/acumulado) no capitalismo, ela caracterizava o “fetichismo da propriedade estatal” na URSS como uma extensão do “fetichismo das mercadorias” (Dunaievskaja, 1966, pp. 5-8). O produtivismo da burocracia soviética resultaria numa forma deturpada de planejamento, governada pela lógica de pagar ao trabalhador o mínimo necessário para sua subsistência e extrair dele o máximo possível de mais-valia. Em outras palavras, a economia soviética seria

governada pela lei do valor e sustentada por relações capitalistas de produção (*idem*, 1964).

O antigo colaborador de Schachtman, C. L. R. James, acompanhou Dunaievskaja nessas posições, formando com ela um grupo dissidente no âmbito da IV Internacional, que ficou conhecido pelos pseudônimos usados por ambos — “Forrest-Johnson” (Dunaievskaja-James). Ambos viriam a desenvolver relações muito próximas com o grupo *Socialismo ou Barbárie* na França (cujas posições examinaremos mais adiante). James fundamentou sua posição em reflexões desenvolvidas por Marx nos seus *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, de 1844, em que este argumenta que a propriedade privada era consequência do trabalho alienado, e não o contrário (Marx, 1989, p. 169). A persistência da alienação do trabalho na URSS, portanto, seria o fundamento das condições de escravidão assalariada e da miséria das massas, que, por sua vez, gerariam a burocratização massiva do Estado. Segundo James, o gigantesco mecanismo burocrático erguido na União Soviética “confronta o trabalhador individual com todas as consequências econômicas e políticas do capitalismo” (James, 1964, p. 28).

Tony Cliff

O esforço mais sistemático surgido no âmbito do pensamento trotskista para fundamentar a predominância do capitalismo de Estado nos países do Leste foi desenvolvido por Tony Cliff (1974). Ele integrava o Partido Comunista Revolucionário, seção inglesa da IV Internacional no imediato pós-Guerra. Influenciado pelo debate que havia surgido no movimento trotskista norte-americano, ele preparou, em 1948, um texto de discussão para o Partido intitulado *A Natureza da Rússia Stalinista*, no qual defendia a tese de que esta havia se convertido numa forma de capitalismo de Estado. Acabou sendo expulso da organização em 1950. Na Guerra da Coreia, Cliff se opôs à posição de defesa da Coreia do Norte e da China adotada pela IV Internacional, argumentando que ambas (junto com a URSS) eram formações sociais de capitalismo de Estado e que, portanto, seu confronto com a

Coreia do Sul e os Estados Unidos deveria ser considerado um conflito “interimperialista” (Bellis, 1979, p. 115). Nos anos 50, ele manteve contato estreito com Schachtman nos Estados Unidos, reproduzindo muitas das suas análises (apesar de discordar da sua caracterização da formação social existente na URSS como um “novo modo de produção”).

A análise de Cliff parte da mesma posição crítica em relação a Trotsky formulada anteriormente por Schachtman: se os trabalhadores não estão com o controle do Estado, isto significa que eles deixaram de ser a classe dominante e a URSS não podia mais ser considerada um “Estado operário”. Ele também registra que, ao reconhecer a necessidade de uma nova “revolução política” na URSS, Trotsky se encaminhava para essa mesma conclusão. Sua evolução nessa direção teria sido contida, no entanto, pela existência, no seu pensamento, de duas definições contraditórias sobre a natureza do Estado operário: a primeira exigia a existência efetiva de mecanismos e instituições de controle dos trabalhadores sobre o poder de Estado; a segunda, contraditória com a anterior, considerava as formas de propriedade independentemente das relações de produção, e concebia o caráter operário do poder político como mera decorrência da predominância de formas não-privadas (isto é, estatais) de propriedade (Cliff, 1974, pp. 266-269).

Tendo descartado, assim, a caracterização de Trotsky, Cliff partiu para a reelaboração da tese da prevalência do capitalismo de Estado nos Estados do Leste. Ele localizou sua emergência na URSS, a partir das transformações implementadas pelo Primeiro Plano Quinquenal (iniciado em 1928). Seria neste período que, pela primeira vez, a burocracia soviética procurou criar um proletariado e acumular capital rapidamente. No processo que se seguiu, segundo Cliff, todos os resquícios de controle operário foram destruídos; a coerção substituiu a convicção no processo de trabalho; e a classe operária foi atomizada via o embotamento de toda a vida social em um molde totalitário (*idem*, p. 153). A partir de então, o

rendimento da burocracia passou a ser constituído, em larga escala, de *mais-valia* (*idem*, p. 81).

Apesar de reconhecer que, vista isoladamente, era impossível identificar a regulação da economia soviética pela lei do valor (característica básica do capitalismo), Cliff insistiu que essa regulação seria imposta à URSS através das suas relações económicas com o sistema capitalista mundial. Como os fluxos de capital e as relações comerciais entre a União Soviética e os países capitalistas foram drasticamente reduzidos precisamente no período identificado por Cliff como o da gênese do “capitalismo de Estado”,⁵ ele foi obrigado a resgatar a tese de Schachtman sobre o desenvolvimento de uma “economia armamentista permanente” na URSS, identificando nesta a forma específica assumida pela lei do valor do sistema capitalista mundial na economia soviética (Cliff, 1957). Assim, no curioso capitalismo de Tony Cliff, a competição militar teria transformado os “valores de uso” na meta principal da produção capitalista (*idem*, 1974, p. 214). As origens intelectuais dessa interpretação remontam, na verdade, ao conceito de “capitalismo organizado” desenvolvido décadas antes por Hilferding.⁶

O Grupo *Socialismo ou Barbárie*

Nos anos 40, o movimento trotskista na França sofreu uma cisão análoga à que já vinha se processando nos Estados Unidos. No imediato pós-Guerra, um grupo se formou no interior do Partido Comunista Internacionalista — PCI francês questionando a caracterização da União Soviética mantida pela organização (e pela IV Internacional à qual estava filiada). A referência central para a constituição desse grupo foi um artigo publicado no *Boletim Interno* do PCI, em 1946, por um militante de origem grega, Cornelius Castoriadis, em que este argumentava contra a identificação da URSS como um “Estado operário degenerado” (Castoriadis, 1973a). Em 1948, Castoriadis e sua tendência (da qual fazia parte, também, Claude Lefort) romperam com a organização trotskista e fundaram um grupo político chamado *Socialismo ou Barbárie*, que

passou a publicar uma revista com o mesmo nome (que circulou até 1965).

Cornelius Castoriadis

A caracterização do regime social soviético tornou-se, desde o início, a preocupação teórica central da revista estruturada em torno de Castoriadis. Suas reflexões iniciais procuravam resgatar o pensamento de Marx contra as formulações de Trotsky. O editor de *Socialismo ou Barbárie* seguiu os passos de Rizzi e Schachtman ao enfatizar a necessidade de se diferenciar as *formas jurídicas* da propriedade das *relações reais de produção* na URSS, bem como ao afirmar a indissociabilidade do poder político e do poder social no Estado operário. Mas ele avançou em relação a ambos ao criticar Trotsky por opor conceitualmente “modo de repartição” a “relações de produção”. Segundo Castoriadis, estas duas dimensões também seriam indissociáveis no pensamento de Marx. Por isso, a compreensão trotskista da contradição entre relações de produção socialistas e normas de distribuição burguesas como base do fenômeno burocrático na União Soviética não faria sentido.⁷ Pelo contrário, como as “relações de repartição” eram determinadas sem ambigüidade pelas “relações de produção” em qualquer “modo de produção”, a natureza da sociedade soviética poderia ser deduzida da forma pela qual o produto social era repartido no seu interior (Castoriadis, s./d., p. 20). Esse foi, precisamente, o ponto de partida para a sua caracterização alternativa da URSS.

Analisando as normas de repartição adotadas na sociedade soviética, Castoriadis indica que, nos primeiros anos pós-revolucionários, as remunerações elevadas oferecidas a especialistas e técnicos eram concebidas como concessões necessárias, mas transitórias. Em seguida, no entanto, teria se instalado uma dinâmica de “autocriação” de privilégios pela burocracia, que resultou na cristalização e “castificação” desta. Isso teria resultado numa diferenciação de rendimentos sem qualquer relação com o valor fornecido, ou seja, numa relação de *exploração* (extração de *mais-valia*) dos trabalhadores pela burocracia (que se erigia, assim, em nova classe dominante). Se-

gundo Castoriadis, essa burocracia teria retirado à massa dos trabalhadores a possibilidade de exercer a mínima influência sobre a direção da economia e da sociedade em geral, passando ela mesma a dispor por completo dos meios de produção (tornando-se, portanto, proprietária efetiva dos mesmos). As relações entre a burocracia e o proletariado teriam se transformado, assim, em relações *de classe*: a burocracia disporia dos meios de produção e os operários sem ter outra opção a não ser vender a sua força de trabalho. As condições desta “venda”, no entanto, seriam piores do que as do capitalismo clássico, pois os trabalhadores não teriam direito sequer à “liberdade formal/jurídica”. A dominação/exploração dos trabalhadores soviéticos, assim, se assemelharia mais à “neo-escravidão” capitalista praticada pelo totalitarismo nazi-fascista (*idem*, pp. 78-80).

Nos seus primeiros trabalhos, Castoriadis simplesmente traçava analogias entre a dominação/exploração que ele identificava na URSS com a dos países capitalistas, sem chegar a caracterizar a sociedade soviética em si como capitalista. Nos anos 50, no entanto, ele já classificava os Estados de tipo soviético como países de “capitalismo burocrático” (Castoriadis, 1985b, p. 81). Mais tarde, ele cunhou a expressão “capitalismo burocrático total” para caracterizar os países do Leste, distinguindo-os do “capitalismo burocrático fragmentado” que se constituía no Ocidente (*idem*, p. 191). Um dos marcos distintivos deste “capitalismo burocrático total” seria o de ter apagado por completo a distinção entre a esfera pública “civil” e a esfera estatal, reduzindo a um mínimo “biológico” a própria esfera “privada”. No início dos anos 80, após a invasão soviética do Afeganistão, ele indicou estar emergindo, nos marcos do “capitalismo burocrático total” da URSS, uma nova sociedade *stratocrática* (isto é, dominada não pelo Partido, mas pelas Forças Armadas).

Vale registrar que Castoriadis não imputou esse defeito às condições de atraso enfrentadas pela revolução russa. Numa abordagem próxima à de Burnham, ele argumentou que a emergência do capitalismo burocrático

na URSS expressava as tendências mais profundas da produção moderna, como a grande concentração das forças produtivas; o deslocamento da propriedade privada como fundamento do poder político; o aparecimento de enormes aparelhos burocráticos de direção no âmbito das empresas; a fusão dos monopólios com o Estado; a crescente regulação estatal da economia etc. Tudo isso estaria deslocando o eixo estruturador das classes sociais no mundo contemporâneo da divisão social entre *proprietários* e *não-proprietários*, para a divisão entre *dirigentes* e *executantes* no processo de produção (*idem*, p. 81). No caso da União Soviética, teria concorrido para a “degeneração da revolução”, igualmente, a ideologia “produtivista” e “dirigista” de Lênin e do Partido Bolchevique, ideologia esta que, por sua vez, expressava concepções já predominantes nas obras do Marx “maduro” (Castoriadis, 1985a). Estas reflexões marcaram o progressivo afastamento de Castoriadis do pensamento marxista a partir de meados dos anos 50 (numa trajetória semelhante à de Karl Korsch), embora ele tenha se mantido politicamente próximo das perspectivas socialistas *conselhistas* discutidas anteriormente.

Claude Lefort

Claude Lefort manteve relações bastante atribuladas com Castoriadis no decorrer dos anos 50, tendo se afastado e reaproximado seguidamente do grupo *Socialismo ou Barbárie* até romper definitivamente com este em 1958.⁸ Apesar destas divergências, Lefort se apoiou nas teses do antigo companheiro de militância trotskista para desenvolver as suas próprias reflexões sobre os Estados de tipo soviético. Como ele, Lefort associou a emergência de uma nova classe dominante na URSS a um processo de acelerada concentração do capital nesse país, consubstanciado na expulsão dos antigos proprietários, na fusão dos monopólios num novo complexo produtivo e na subordinação dos trabalhadores a uma nova direção centralizada da economia. Assim como Burnham, ele indicou que esta evolução *econômica* marcaria o coroamento de um processo que se manifesta por toda a parte no

mundo capitalista contemporâneo, com a constituição de poderosos monopólios e a crescente intervenção do Estado na vida econômica e social. Do ponto de vista *estritamente econômico*, portanto, as transformações no Leste representariam a passagem de um tipo de apropriação a outro — a do capitalismo de Estado⁹ (Lefort, 1977, p. 177). Mas Lefort insistiu, igualmente, na necessidade de ir além da análise isolada da economia para captar a *especificidade política* dos Estados de tipo soviético.

Segundo ele, a emergência do capitalismo de Estado nas sociedades do Leste teria por base um movimento duplo e combinado de transformação do Estado em sociedade civil e de expulsão dos capitalistas privados pelo capital. Desta forma, ter-se-ia realizado a integração de todas as esferas da sociedade nesses países, abolindo a antiga divisão entre Estado e sociedade civil. Mas, ao contrário da via esperada e preconizada originalmente por Marx, esta abolição não teria se efetuado através da afirmação da comunidade, mas sob a forma “monstruosa” do *totalitarismo* (*idem*, pp. 128-129). Este, por sua vez, teria introduzido nessas sociedades uma nova separação social ainda mais profunda do que a que existia antes, opondo um Estado impenetrável (mas que a tudo penetra) de um lado, à sociedade que ele pretende expressar (mas a quem nega qualquer iniciativa ou responsabilidade), de outro.

A origem desse fenômeno seria o próprio partido totalitário, que concentrou nas suas mãos todos os poderes, se identificou com o Estado e, enquanto Estado, subordinou a si todas as outras instituições e escapou a todo controle social (ao mesmo tempo em que sufocava todas as oposições no seu interior). Sua gênese, portanto, remeteria a desenvolvimentos políticos no período da Guerra Civil na URSS, entre 1918 e 1920. Segundo Lefort, a grande diferença desse período para a época de Stalin era a de que, na primeira, ainda havia uma tensão entre a natureza já essencialmente “totalitária” do Partido e as considerações subjetivas dos seus dirigentes que compreendiam

as medidas “totalitárias” como mera resposta emergencial e provisória a uma conjuntura desfavorável e difícil; ao passo que na segunda, como esta “dor de consciência” já não existia mais, o totalitarismo teve curso livre para se desenvolver na URSS (*idem*, pp. 114-115).

Essas reflexões de Lefort sobre as sociedades de tipo soviético — baseadas em uma preocupação teórica principal com a dimensão política — serviram de ponto de partida para o desenvolvimento de suas reflexões posteriores sobre os fenômenos burocráticos (Lefort, 1979) e totalitários (1981). Neste desenvolvimento, ele também viria a romper política e teoricamente com o pensamento marxista, mas sua evolução se encaminhou mais para o *liberalismo tout court* do que para o *socialismo libertário* de Castoriadis.

Teses Maoístas e Pós-Maoístas

A Cisão do Movimento Comunista nos Anos 60

Por mais intelectualmente sofisticadas que tenham sido, as teses que identificavam a prevalência do capitalismo de Estado e/ou burocrático nos países do Leste tiveram impacto apenas marginal nos movimentos *políticos* de orientação marxista até os anos 60. Essa realidade só foi substancialmente alterada com a incorporação dessa tese por setores do próprio movimento comunista internacional polarizados pelo PC Chinês no final dessa década, e sua rápida disseminação por diferentes grupos de inspiração *maoísta* formados no rastro das rebeliões estudantis e juvenis da época.

Antes dos chineses, a Liga dos Comunistas da Iugoslávia já havia adotado essa caracterização em certos períodos dos anos 50, mas de forma inconstante e intermitente segundo as flutuações da política exterior iugoslava (Lapenna, 1965). Com a normalização das relações entre a Iugoslávia e a URSS no final dos anos 50, essa classificação foi abandonada. Esse período marca justamente, por outro lado, a deterioração das relações entre o PCUS e o PC Chinês. As diferenças entre os dois partidos — que vinham se desenvolvendo de forma

encoberta desde a reunião dos partidos governantes do campo socialista realizado em Bucareste, em 1957 — vieram a público na Conferência de 81 Partidos Comunistas e Operários realizada em Moscou, em 1960, e culminaram na ruptura entre os dois partidos (e na cisão do movimento comunista), em 1963. Em 1969, as relações estatais entre a URSS e a China nos marcos dessa cisão haviam se deteriorado tanto que ambos chegaram à beira de um confronto armado.¹⁰

As Críticas do PC Chinês e do PT da Albânia

No início da polêmica, a crítica do Partido chinês às posições oficiais soviéticas estava concentrada em questões teóricas (condenação das teses do PCUS sobre o Partido e o Estado “de Todo o Povo” como antimarxistas), estratégicas (não aceitação dos princípios da “transição pacífica para o socialismo” e da “coexistência pacífica entre Estados com sistemas sociais diferentes” como base da linha geral do movimento comunista) e históricas (crítica à unilateralidade da condenação de Stalin por Krushev). Nesse período, o PC Chinês criticava a direção do Partido e do Estado soviéticos por se afastarem de posições marxistas e revolucionárias (ou seja, por terem se tornado “revisionistas” e “reformistas”), mas não colocava em dúvida a natureza socialista da URSS — o máximo que fazia era alertar que as posições dos dirigentes soviéticos “abriam o caminho” para a restauração do capitalismo.¹¹

A segunda metade dos anos 60, no entanto, registraria uma mudança fundamental nessa apreciação. O marco dessa mudança parece ter sido a saudação enviada por Mao Tsetung ao V Congresso do Partido do Trabalho da Albânia, em novembro de 1966, na qual afirmava que “a União Soviética, a Iugoslávia e os outros países onde o poder está nas mãos dos revisionistas modernos mudaram ou estão a mudar de cor”.¹² No ano seguinte, inúmeros artigos foram publicados em diferentes órgãos da imprensa chinesa apontando para a “conversão da propriedade socialista na URSS em empreendimentos capitalistas nas mãos de um

estrato burguês privilegiado, e de amplos setores do povo trabalhador em escravos assalariados forçados a vender a sua mão-de-obra” (*Renmin Ribao e Hongqi*, 1968, p. 4).¹³ Após a invasão da Checoslováquia em 1968, além de capitalista, a União Soviética passou a ser caracterizada também como “social-imperialista” — isto é, “socialista em palavras e imperialista na essência” (*Renmin Ribao e Hongqi*, 1970). Na base dessa transformação estaria um processo através do qual:

“Desde que a clique revisionista renegada soviética usurpou o Partido e o poder de Estado na União Soviética, o estrato burguês privilegiado expandiu enormemente o seu poder econômico e político e ocupou a posição dominante no Partido, no governo, no exército assim como nos campos econômico e cultural. Deste estrato emergiu uma classe capitalista monopolista burocrática, isto é, um novo tipo de grande burguesia que domina toda a maquinaria do Estado e controla toda a riqueza social. Usando o poder de Estado sob o seu controle, esta classe capitalista monopolista burocrática de novo tipo transformou a propriedade socialista em propriedade dos defensores da via capitalista e transformou a economia socialista em uma economia capitalista, em uma economia capitalista monopolista de Estado” (*idem*, p. 15).

Segundo esta interpretação, portanto, o marco político da constituição desta nova “grande burguesia burocrática” foi a consolidação de Krushev na direção do Estado soviético em 1956/7. O Partido do Trabalho da Albânia acompanhou estes posicionamentos,¹⁴ assim como a maior parte dos partidos e organizações comunistas alinhados com o PC Chinês na época. Baseados nesta caracterização, tanto o governo chinês quanto o governo albanês erigiram em pedra angular das suas respectivas políticas externas a luta contra “as duas superpotências” (o “imperialismo norte-americano” e o “social imperialismo soviético”). Em meados dos anos 70, no entanto, a liderança da China, orientada pela chamada “Teoria dos Três Mundos”, passou a caracterizar a União Soviética como “inimiga principal” no Primeiro Mundo, e a se alinhar abertamente com as posições do governo norte-americano nas principais disputas internacionais.¹⁵ A

oposição da liderança albanesa a essa evolução culminou na ruptura entre os dois Partidos e Estados em 1977/8, em uma espécie de reedição em miniatura da própria cisão sino-soviética quinze anos antes.

Apesar de ocupar posição tão crucial na sua formulação política, nem o partido chinês nem o albanês desenvolveram uma análise mais global, profunda e objetiva das transformações fundamentais que teriam ocorrido nas relações de produção e na estrutura econômico-social da URSS no período em questão, para justificar a sua alegada conversão de país “socialista” em “capitalista”. Os documentos do PC Chinês, em particular, primaram por fazer declarações axiomáticas sobre o caráter capitalista da União Soviética (em geral, baseadas em citações de Mao Tsetung), seguidas de enxertos de exemplos isolados de diferentes facetas da vida econômico-social nesse país (sobretudo a persistência de elevadas diferenças de remuneração) como “comprovação” dessa caracterização. A liderança albanesa produziu alguns trabalhos mais robustos do ponto de vista teórico, mas ainda assim carentes se uma análise global empiricamente fundamentada (Pano, 1975; Hashorva, 1981).

A identificação da natureza capitalista da URSS por seus críticos comunistas parece, assim, ter sido muito mais fruto do *subjetivismo* — isto é, da transposição forçada de uma crítica política e ideológica aos seus dirigentes para a caracterização da sua formação econômico-social — do que de uma análise séria, objetiva e abrangente do desenvolvimento das relações sociais no seu interior. Este subjetivismo atingiu o seu ápice em formulações teóricas produzidas no auge do *maoísmo* na China (do início da Revolução Cultural, em 1966, à queda da “Gangue dos Quatro”, dez anos depois), em que se chegava a afirmar que a linha política e ideológica adotada pelos diretores de cada empresa determinariam a que classe ela pertencia (e, conseqüentemente, a sua natureza “capitalista” ou “socialista” (Chunchiao, 1975, p. 10).

Charles Bettelheim e Bernard Chavance

Coube a intelectuais simpáticos ao maoísmo no Ocidente procurar formular uma fundamentação mais global e profunda da tese do PC Chinês sobre a “restauração do capitalismo” na URSS. A principal obra gerada por esse esforço foram os quatro volumes da coleção *A Luta de Classes na União Soviética* produzidos pelo economista francês Charles Bettelheim (1976, 1978, 1982 e 1983). Cabe registrar, também, as reflexões do seu principal colaborador, Bernard Chavance (1980, 1981 e 1983). A evolução do pensamento de Bettelheim ao longo da produção da sua obra fundamental sobre o tema é, de fato, interessante e reveladora.

O ponto de partida da sua interpretação foi, uma vez mais, a afirmação da necessidade de distinguir as “relações reais de classe” das “relações jurídicas de propriedade” na sociedade soviética. Não deixa de ser irônica a incorporação desse enfoque por Bettelheim, já que a afirmação da mesma abordagem no texto clássico de Castoriadis publicado duas décadas antes (Castoriadis, s./d.) se apoiou justamente num ataque duro e violento ao economista francês, qualificado de “apologista da exploração burocrática” em função das análises que desenvolveu em um livro anterior sobre a planificação soviética (Bettelheim, 1939). O fato é que a incorporação dessa abordagem por Bettelheim se deu em linhas muito mais próximas às do próprio Castoriadis do que das análises “oficiais” chinesas e albanesas desenvolvidas até então — sua preocupação teórica principal se voltou para o exame dos mecanismos de controle efetivo do processo de produção existentes na URSS, e não das diferenças de remuneração.

Esta abordagem foi complementada por uma crítica (análoga à que foi feita anteriormente por Schachtman) ao economicismo das análises que insistiam em examinar as formas econômicas soviéticas isoladas das suas formas políticas (*idem*, 1971a, p. 17). O viés maoísta da elaboração desta crítica por Bettelheim se expressou na sua indicação da *orien-*

tação ideológica dos dirigentes como definidora da natureza de classe do poder político. Assim, a ascensão de representantes de “forças sociais burguesas” à liderança do Estado e do Partido em um país socialista alteraria, imediata e automaticamente, o caráter de classe do Estado, da propriedade nacionalizada e do próprio planejamento neste, convertendo-o de “proletário” em “burguês” (*idem*, 1971b, p. 43).

Fundamentando esta compreensão estava a identificação da persistente divisão social entre funções de direção e de execução, da separação entre trabalho manual e intelectual, das diferenças entre cidade e campo e entre operários e camponeses etc., como base objetiva para a existência de classes exploradoras no próprio socialismo (*idem*, 1976, p. 25). Na ausência de uma liderança política capaz de dirigir corretamente a luta de classes contra estas “formas capitalistas da divisão do trabalho” e as demais “relações sociais burguesas”, a reprodução continuada da separação dos produtores diretos dos seus meios de produção implicaria — mesmo com a eliminação jurídica da propriedade privada — na predominância de relações capitalistas de produção e na conversão coletiva dos que ocupam postos de comando no aparelho de estado em uma “burguesia capitalista” (*idem*, 1971b, p. 59). Com base nessa referência teórica, desenvolvida em uma série de trabalhos publicados em 1968 e 1969, Bettelheim concluiu que, sob a capa da propriedade estatal, existiam na União Soviética relações de exploração semelhantes às que existem nos países capitalistas ocidentais, embora a forma da existência dessas relações assumisse o caráter particular do capitalismo de Estado.¹⁶

A obra *A Luta de Classes na União Soviética* foi idealizada originalmente (em 1969) como uma análise histórica de fundamentação da tese maoísta da restauração do capitalismo na URSS após a ascensão política de Kruschchev. No prefácio do primeiro volume da obra, publicado em 1974, no entanto, ele já indicava que a restauração capitalista da década de 60 fora apenas a culminação de um processo deflagrado nos anos 20. Ao concluir o segundo

volume da obra, em 1977, ele afirmava que a “nova burguesia” soviética havia sido constituída (e o capitalismo de Estado implantado) nos marcos da coletivização forçada e da industrialização acelerada do primeiro plano quinquenal (entre 1928 e 1932). Nos dois últimos volumes da obra, publicados no início dos anos 80, ele concluiu, por fim, que, apesar das intenções subjetivas dos seus dirigentes, a Revolução de Outubro de 1917 na Rússia não havia passado de uma nova forma de revolução burguesa, orientada para a industrialização rápida do país em bases capitalistas.

Assim, de tanto criticar o “economicismo”, Bettelheim acabou com uma compreensão da revolução soviética idêntica à que havia sido desenvolvida em 1918 pelo “economicista-mor” da II Internacional, Karl Kautsky! Não deixa de ser curioso, igualmente, o fato de esta linha de interpretação ter sido resgatada, no período final da *perestroika*, por intelectuais muito próximos do núcleo central do poder na URSS, que passaram a caracterizar o regime econômico-social anterior às reformas de Gorbachev como uma forma de “capitalismo monopolista de estado”.¹⁷

A Perspectiva do Sistema-Mundo

Uma outra linha de argumentação que sustentou a natureza capitalista das sociedades de tipo soviético foi a que destacou a integração subordinada destas ao sistema (capitalista) mundial como elemento determinante do seu desenvolvimento. Do ponto de vista metodológico, esta linha de interpretação parte do enfoque do sistema mundial para examinar a evolução das realidades nacionais (substituindo, assim, o marco predominantemente nacional das análises anteriores). As teses de Max Schachtman e Tony Cliff, vistas anteriormente, foram, sem dúvida, precursoras desta abordagem (sobretudo ao enfatizar a imposição de uma “economia armamentista permanente” à sociedade soviética pelo sistema capitalista mundial). Mas sua inspiração mais direta vem de outras fontes intelectuais que ganharam corpo nos anos 60 e 70: a Teoria da Dependência (ou, para usar a designação preferida por

Fernando Henrique Cardoso, as "análises concretas de situações de dependência" (Cardoso, 1970) e a análise de *longue durée* do capitalismo histórico desenvolvida por Fernand Braudel.¹⁸ O "mundialismo metodológico" destes enfoques foi incorporado e ampliado por Immanuel Wallerstein ao desenvolver a sua "análise dos sistemas-mundo" (*world systems analysis*).¹⁹

Immanuel Wallerstein

Wallerstein não se ocupou centralmente dos Estados e sociedades de tipo soviético, mas a evolução destes foi explicitamente incorporada à sua teorização sobre a formação e o desenvolvimento da "economia-mundo" capitalista. Seguindo os passos de Paul Baran (1977) e Andre Gunder Frank (1967, 1969), ele rompeu com a visão "nacional-segmentada" das teorias dominantes da modernização dos anos 50 e 60 (em especial a de Walt Rostow, que comentamos no artigo do *BIB*, n.º 38) e apresentou como opção metodológica alternativa uma visão histórica de conjunto do sistema mundial, baseada na perspectiva hegeliano-marxista da *totalidade*. Nesta base, Wallerstein identificou a emergência de uma "economia-mundo" capitalista centrada na Europa no século XV e acompanhou, ao longo das suas principais obras, o processo histórico pelo qual este "sistema-mundo" conquistou e integrou o conjunto do globo nos seus marcos (Wallerstein, 1974-1988, 1974 e 1979). Segundo ele, este processo teria passado por quatro grandes fases:

1. *de 1450 a 1640* — surgimento da economia-mundo capitalista, abrangendo as regiões do globo dominadas pelas potências da Europa Ocidental;
2. *de 1640 a 1730* — período de retração provocado por uma prolongada depressão, com predomínio de práticas mercantilistas e o surgimento de um Estado hegemônico no sistema (a Inglaterra);
3. *de 1730 a 1917* — período da revolução industrial, em que o sistema-mundo europeu desbancou todos os sistemas-mundo concorrentes e passou a abarcar todo o globo;

4. *de 1917 até hoje* — período de consolidação do sistema-mundo capitalista e de ascensão de movimentos anti-sistêmicos.

A integração sistêmica mundial alcançada neste desenvolvimento seria tamanha que a compreensão e/ou explicação de fenômenos e desenvolvimentos específicos no interior deste "sistema-mundo" capitalista só seria possível a partir da lógica e das exigências do sistema como um todo. Justamente por isto, Wallerstein optou por empregar o termo "economia-mundo" em vez de "economia mundial" para caracterizar esse sistema, já que o último termo ainda se basearia na noção (para ele, inválida) da junção de economias nacionais separadas (Wallerstein, 1984c).

Cabe ressaltar que todo o argumento de Wallerstein se baseia numa compreensão da natureza do capitalismo mais próxima da economia política clássica de Adam Smith do que da crítica feita a ela por Marx. Sua definição do capitalismo como "a produção para a venda no mercado, em que o objetivo é o lucro máximo" (*idem*, p. 13) volta a deslocar a análise teórica desse sistema do processo de *produção* para o da *circulação* — justamente o contrário do que Marx concebia como necessário para desenvolver "a ciência real da economia moderna" (Marx, 1978, p. 337). Só nesta base é que Wallerstein pôde identificar a existência de uma "economia-mundo" *capitalista* na Europa já no século XV. Mas o que nos importa, aqui, não é questionar a ortodoxia marxista de Wallerstein ou nos aferrarmos a uma discussão semântica, e sim analisar que conseqüências advêm dessa conceituação para a análise da evolução do sistema capitalista mundial e dos Estados de tipo soviético.

O fato é que a abordagem desenvolvida por Wallerstein não distingue entre a *acumulação capitalista*, que opera segundo as leis específicas do movimento do modo de produção capitalista, e os processos históricos de *acumulação primitiva* que, a partir do século XVI, criaram as premissas para a acumulação capitalista na Europa feudal. Segundo Marx, a diferença fundamental entre as duas acumulações residiria, precisamente, nos tipos diferen-

tes de excedentes apropriados em cada caso, a que corresponderiam, por sua vez, distintos padrões de produção: o lucro *capitalista* se originaria na apropriação privada do excedente gerado por uma força de trabalho assalariada, agrupada em unidades manufatureiras ou industriais; já o lucro *comercial* do período mercantilista adviria da exploração das diferentes estruturas de preços nos distintos modos de produção recém-integrados pelas rotas mundiais de comércio — isto é, o capital mercantil se apropriava de (grande) parte do excedente gerado no âmbito de diferentes formas de produção pré-capitalistas (*idem*, pp. 330-331).

Por esta ótica, no início deste processo de acumulação primitiva no século XV, não se pode falar propriamente de “capitalismo” em nenhuma das pontas do intercâmbio, quanto mais caracterizar a Europa como o centro de uma “economia-mundo” capitalista (o único broto de “capitalismo real” existente na época se encontrava ainda nas suas formas manufatureiras iniciais e estava circunscrito às cidades do Norte da Itália). Historicamente, o fluxo de riquezas que se dirigiu para a Europa Ocidental nos marcos da “troca desigual” acima referida se constituiu em fator impulsor fundamental da dissolução da sociedade feudal e da transição para o capitalismo. Mas isso não significa que essa passagem tenha sido *determinada* pelo fluxo *em si*. Este só serviu de impulso para a transição nos países e regiões em que já se haviam formado as condições *internas* propícias ao desenvolvimento capitalista. O próprio Marx chamou atenção para as trajetórias distintas de Portugal e Holanda no período como comprovação disto (*idem*, pp. 332-333).

Como essa discussão histórico-conceitual se relaciona com o debate sobre a natureza das sociedades de tipo soviético no século XX? Segundo o conceito *comercial-circulacionista* de capitalismo adotado por Wallerstein, qualquer Estado ou sociedade que estabeleça relações de comércio no âmbito do mercado mundial único integra a “economia-mundo” capitalista e adquire uma natureza capitalista, independente das formas concretas assumidas pela sua produção interna. Nestes termos, ele

pôde caracterizar as sociedades do “socialismo real” como “componentes do sistema-mundo capitalista”, sem precisar examinar mais detidamente as relações de produção gestadas no seu interior:

“Assim como não há sistemas feudais, tampouco existem sistemas socialistas na economia-mundo de hoje. Só existe *um* sistema mundial. É uma economia-mundo com uma forma capitalista por definição. O socialismo implica na criação de outro tipo de sistema-mundo que não é nem um império-mundo, nem uma economia-mundo capitalista, mas um governo-mundo socialista” (Wallerstein, 1974, p. 415, tradução minha).

Mas se, conforme Wallerstein, o “sistema-mundo” capitalista só pode ser superado mundialmente, e os movimentos anti-sistêmicos que emergem na quarta fase do seu desenvolvimento (no século XX) se processam em marcos nacionais, que perspectivas concretas se apresentam para esses movimentos? Na verdade, não muitas. Todos os movimentos anti-sistêmicos que chegaram ao poder (e, em muitos casos, mesmo os que não chegaram) acabaram sendo cooptados pelo sistema-mundo capitalista. Para Wallerstein, é inevitável que assim seja, dada a lógica mundial dominante do sistema. Isto não significaria, no entanto, que inexistam contradições internas minando a estabilidade desse sistema-mundo. Wallerstein chama atenção para duas em especial: a contradição crônica entre a produção e o consumo no sistema; e a possibilidade permanente do surgimento de novas potências centrais a partir da sua “semiperiferia”. Mas, uma vez mais, as lutas anti-sistêmicas alimentadas por estas contradições se materializam e expressam no marco nacional, o que possibilita ao sistema-mundo capitalista não só absorvê-las, como inclusive transformar as suas vitórias em componentes de *fortalecimento* do próprio sistema (Wallerstein, 1984b, p. 130). Os movimentos anti-sistêmicos na economia-mundo capitalista, assim, seriam prisioneiros de uma espécie de “efeito Michels” (conforme discutido no artigo anterior), na medida em que só podem “comprar” sua sobrevivência organizativa ao “preço” de aceitar as regras do

sistema-mundo. Para Wallerstein, esta seria a chave para compreender a evolução das sociedades de tipo soviético (Wallerstein, 1984a, p. 93).

Robert Kurz

Embora não parta exatamente da mesma perspectiva mundial-sistêmica de Wallerstein, o sociólogo alemão Robert Kurz também estrutura a sua interpretação das sociedades de tipo soviético sobre uma compreensão comercial-circulacionista do capitalismo. Em seu livro *O Colapso da Modernização* — bastante discutido no Brasil no início dos anos 90 —, Kurz define o capitalismo como “a produção de mercadorias desencadeada até constituir um sistema de reprodução” (Kurz, 1993, p. 42). Nesse “sistema produtor de mercadorias”, o trabalho abstrato — na forma do dinheiro — se torna um fim em si, independente da sua utilidade social concreta (*idem*, pp. 25-28). Assim, na sociedade capitalista moderna, diferentemente do que ocorria em formações históricas anteriores, todas as forças vitais sociais e individuais são subordinadas ao *automovimento do dinheiro*.

Para o sociólogo alemão, essa subordinação ao automovimento do dinheiro é, de fato, a relação social básica do capitalismo, à qual corresponde uma forma particular de alienação — a idolatria fetichista do trabalho abstrato (que, como já indicara Max Weber, surgiu, inicialmente, sob a forma do *ethos* protestante). O “trabalho abstrato”, portanto, seria apenas a forma assumida pelo capital no “sistema produtor de mercadorias”, embora isto fosse sistematicamente oculto pela oposição superficial entre ambos (“Capital” e “Trabalho”) no mercado (*idem*, pp. 49 e 54). Segundo Kurz, o “marxismo do antigo movimento operário” (materializado nas experiências do “socialismo real”) teria ficado prisioneiro do “fetichismo do trabalho abstrato” da sociedade capitalista, sem conseguir pensar além das categorias básicas do mundo burguês da mercadoria. Por isso, esse marxismo se fixou em temas como a “exploração” e a “luta de classes”, sem focar o verdadeiro conflito básico da modernidade que teria sido identificado por Marx na sua

crítica da economia política: “aquele entre o conteúdo social e a forma não social, inconsciente, do próprio trabalho” (*idem*, p. 44).

Presas a essa concepção “vulgar e ingênua” do marxismo, as experiências do “socialismo real” não só desconsideraram a crítica ao princípio do trabalho abstrato, como adotaram esse princípio como pedra angular das suas sociedades, levando-o ao extremo (ainda que sob a forma de “metas” e “quotas” de produção medidas em toneladas). Nesta base, todas as categorias básicas do capitalismo — salário, preço e lucro — (re)apareceram nas sociedades de tipo soviético. Estas não teriam, portanto, substituído a forma social histórica da sociedade capitalista por outra, mas permanecido, elas próprias, como partes integrantes do “sistema produtor de mercadorias” burgueses.

Segundo Kurz, a forma específica assumida por esse sistema nas sociedades de tipo soviético foi determinada pelo grau relativamente limitado da sua socialização capitalista anterior. Dado o grau de unificação e integração já alcançado pelo mercado mundial em princípios do século XX, essas sociedades só puderam subsistir na concorrência externa com os países ocidentais mais desenvolvidos aplicando internamente, de forma absoluta, o princípio estatista (isto é, substituindo a concorrência interna por comandos estatais). O “socialismo real” assumiu, assim, a forma de “regime modernizador protocapitalista de sociedades burguesas atrasadas” (*idem*, p. 31), forma esta equivalente à dos regimes transitórios *estatistas* do capitalismo primitivo no Ocidente (como o absolutismo mercantilista e o regime inicial da Revolução Francesa).

O que se gestou nas sociedades de tipo soviético, portanto, era uma espécie de capitalismo primitivo, desprovido, justamente, do elemento dinamizador desse sistema: a *concorrência*. Por isto, apesar dos seus surtos modernizadores iniciais, o “socialismo real” esteve sempre fadado à estagnação, ao fracasso e ao colapso. E o pior é que não havia outro curso de desenvolvimento aberto para essas sociedades no âmbito do sistema produtor de

mercadorias. É nestes termos que Kurz conclui que o colapso do “socialismo real” configura, na verdade, o fracasso da modernização capitalista, e o prenúncio da crise global do sistema produtor de mercadorias (em função do brutal agravamento da contradição estrutural entre produção e consumo que este tem embutida dentro de si).

Além dos pontos de contato com as análises de Wallerstein, há evidentes paralelos entre as reflexões do sociólogo alemão e as dos autores ocidentais (vistos no artigo do *BIB*, n.º 38) que interpretaram as sociedades do Leste a partir da chave dos desafios da modernização e do desenvolvimento. Sua leitura também é próxima à do filósofo húngaro István Mészáros, que estabelece uma ponte entre as interpretações marxistas resenhadas no artigo anterior e neste ao indicar que, embora tenham abolido o *capitalismo*, as sociedades de tipo soviético não superaram o *poder do capital* (a divisão do trabalho baseada em uma estrutura hierárquica de comando) (Mészáros, 1995a e b).

Do ponto de vista da teoria marxista, não deixa de ser curioso (e revelador) o fato de Kurz não ter incluído a *propriedade privada* na sua relação das “categorias básicas” do capitalismo. Afinal, como vimos no artigo do *BIB*, n.º 39, o próprio Marx resumiu sua proposta de superação do capitalismo na fórmula “abolição da propriedade privada” (o que implica que ele concebia esta propriedade como *constitutiva* desse sistema!). Kurz não poderia mesmo incorporar esta “categoria” à sua definição do capitalismo, porque isso *desmontaria* todo o seu argumento sobre a analogia entre o “capitalismo primitivo” e o “socialismo real”. Mas esta opção conceitual resulta numa grave inconsistência histórico-empírica: que espécie de “acumulação capitalista primitiva” é esta que não resulta na formação/acumulação de capital privado (seja comercial, manufatureiro, industrial ou bancário)?

Como também já foi visto anteriormente, o mesmo Marx concebeu a necessidade de um longo período de transição histórica (o socialismo) para superar a forma concreta de alienação gerada pela economia de mercado. Ao

longo deste período, a sociedade socialista teria de adotar como norma distributiva básica um princípio oriundo do “direito burguês”, mas negado pelo próprio capitalismo: *a remuneração segundo o trabalho*. O que fundamenta esta proposição marxiana é o entendimento de que a superação geral da alienação humana só é possível nos marcos da superação progressiva das condições de *escassez* (e dos antagonismos sociais que ela sustenta). Esta me parece, sinceramente, uma abordagem bem mais realista do que a escatologia da “supressão radical da mercadoria moderna e de seu sistema mundial por uma nova razão sensível” que nos é apresentada 120 anos depois por Kurz (1993, p. 233).

Um Balanço Parcial

Com o exame das reflexões de Robert Kurz, completo a resenha dos autores marxistas que identificaram a prevalência de alguma forma de *capitalismo* nas sociedades de tipo soviético. Assim como foi feito nos artigos anteriores, concluo com um breve balanço das interpretações resenhadas. Como deverá ter ficado claro, as leituras examinadas neste artigo partiram de premissas e enfoques bem diferentes para chegar a uma conclusão comum (ou, pelo menos, semelhante) sobre a “natureza (capitalista) oculta” das sociedades do “socialismo real”. Mas, para além das suas diferenças, estas leituras partiram da mesma concepção “ideal-típica negativa” do socialismo (e do utopismo idealista por ela alimentado) que orientou as interpretações marxistas centradas na identificação de um “novo modo de produção” no Leste, que resenhei no *BIB*, n.º 39. Não vou repetir, aqui, a crítica já feita a essa opção teórico-metodológica nesse artigo. Destaco, entretanto, que o que distingue as leituras resenhadas neste artigo das que foram examinadas no anterior é sua ampliação do conceito de capitalismo para abarcar as características “não ideal-típicas do socialismo” identificadas nos países do Leste. Assim, dependendo do autor, a persistência de relações mercantis, ou de relações de trabalho hierarquizadas, ou de significativas desigualdades

salariais, ou da alienação humana etc., foi identificada com o “capitalismo”, muito embora na visão original (e mais realista) de Marx, todos estes fenômenos tenham sido concebidos como integrantes problemáticos do próprio socialismo (dada a sua natureza de *etapa de transição histórica*).

A inadequação desta base conceitual-metodológica comum acarretou graves e evidentes problemas de consistência empírica, entre os quais destaco, de forma tópica e resumida, os seguintes:

1. Embora várias das leituras resenhadas argumentassem que a persistência (ou ampliação) de formas mercantis na URSS determinaria o seu caráter capitalista, o fato é que o alcance das relações mercantis na União Soviética e nos demais estados do Leste se manteve restrito e limitado, em função da prática predominante do estabelecimento centralizado de metas detalhadas de produção, combinada com a garantia pelo Estado da oferta de insumos e da aquisição da produção (independente da sua qualidade) nos marcos do Plano.
2. Da mesma forma, o caráter mercantil do trabalho também se manteve restrito e limitado nessas sociedades, dada a prevalência da garantia do direito ao trabalho e a virtual eliminação do desemprego (instrumento fundamental para conter os “preços” dos salários próximos ao seu valor — isto é, aos custos necessários para a sua reprodução — nas sociedades capitalistas, onde o trabalho assume integralmente a forma de mercadoria). Este foi, aliás, um dos entraves básicos à elevação da produtividade econômica nas economias de tipo soviético — o trabalho e a remuneração eram assegurados independente do seu desempenho e rendimento (o que é claro indicativo do seu caráter predominantemente *não-mercantil*). Isso permitiu a generalização de práticas e relações retratadas na fórmula irônica de “você fingem que pagam, e nós fingimos que trabalhamos”.
3. Mesmo sem o saber (ou, pelo menos, sem o citar) as análises examinadas neste artigo

se basearam na distinção conceitual entre “formas jurídicas de propriedade” e “relações reais de produção”, formulada inicialmente pelos autores trotskistas dissidentes discutidos no *BIB*, n.º 39 (Rizzi e Schachtman). Nesta base, vários autores apontaram para a persistência (ou o agravamento) de relações iníquas de *distribuição* como prova do caráter efetivamente *privado* (e não social) da propriedade estatal nas sociedades do Leste. Do ponto de vista teórico, no entanto, já vimos como Marx indicou a remuneração diferenciada do trabalho individual segundo a sua quantidade, qualidade e produtividade como princípio distributivo básico do socialismo (que não se confunde com igualitarismo). O problema é que, em sociedades onde a operação das forças de mercado foi restringida, identificar o valor relativo de diferentes trabalhos fornecidos à sociedade (e, conseqüentemente, a sua adequada remuneração) torna-se extremamente problemático e depende, em última instância, de uma definição *política*. As possibilidades de distorção aqui são amplas, e remetem, uma vez mais, à problemática da estruturação democrática de um poder representativo do interesse coletivo no socialismo. Mas, do ponto de vista empírico, se é verdade que o esforço concentrado de industrialização dos primeiros planos quinquenais na URSS veio acompanhado da instituição de um leque bastante amplo de diferenças salariais, não é menos verdade que esse período foi marcado por uma gigantesca mobilidade social ascendente²⁰ (que muitos historiadores ocidentais identificam, inclusive, como a base social dos violentos expurgos deflagrados contra a elite administrava anterior nos anos 30).²¹ De qualquer forma, após o esforço de reconstrução do pós-Guerra (período em que teria se constituído uma “nova grande burguesia burocrática” na sociedade soviética, segundo as análises oficiais chinesas e albanesas nos anos 60 e 70), a evolução geral foi no sentido de *restringir*, e não no de *ampliar*, as diferenças de remuneração (Yanowitch, 1977; Mathews, 1979).

4. Se é verdade que os países do bloco sovié-

tico desenvolveram — desde o início — relações comerciais com os países capitalistas no âmbito do mercado mundial (o próprio Lênin considerava o desenvolvimento destas relações crucial para o reconhecimento diplomático do jovem poder soviético), é também verdade que este intercâmbio se manteve em proporções restritas e veio acompanhado de instituições, práticas e mecanismos que minimizavam o impacto dos fluxos do mercado mundial nos países socialistas (entre estes, destacavam-se o monopólio estatal de todas as relações econômicas com o exterior e a inconversibilidade das suas moedas nacionais nos mercados monetários globais). A maior parte do comércio externo dos países do bloco soviético era conduzido no âmbito do próprio “campo socialista” (Kornai, 1992, pp. 334-335). Em 1980, quando o intercâmbio comercial soviético com o Ocidente chegou ao seu auge (na seqüência da *détente*), o comércio da URSS com o conjunto dos países capitalistas desenvolvidos representava apenas um terço do seu comércio externo total (Shearman, 1988, p. 45). Como o seu giro comercial total (exportações e importações) representou, nesse ano, menos de 9% do seu Produto Social Bruto (conceito que equivale ao nosso Produto Nacional Bruto (PNB) menos o setor de serviços),²² isto quer dizer que, *no seu auge*, o intercâmbio comercial da URSS com os países capitalistas centrais não chegou a ter um peso relativo a 3% da sua economia. Convenhamos que é muito pouco para afirmar que o mercado (capitalista) mundial *determinava* o seu desenvolvimento interno. Os únicos países do “campo socialista” para os quais esse tipo de interpretação poderia fazer algum sentido eram a Iugoslávia, a Polónia e a Hungria, que se endividaram pesadamente junto a bancos ocidentais nos anos 70 e enfrentaram uma severa crise de endividamento externo nos anos 80 (Fernandes, 1990a, pp. 50-51).

5. Por fim, a mais flagrante evidência das limitações das teses que caracterizaram os antigos regimes do Leste como capitalistas foi (é) dada pela própria crise geral que

se instalou nesses países com sua derrocada. Afinal, se essas sociedades já eram capitalistas, porque estão sendo necessárias rupturas políticas, econômicas, sociais e culturais tão profundas e traumáticas para adequar o seu desenvolvimento à “normalidade” do mundo capitalista? Em se tratando da passagem de uma forma de capitalismo para outra, seria de esperar uma transição mais suave. Basta lembrar que a superação dos regimes nazi-fascistas na Europa do pós-Guerra não produziu crise semelhante. Enfim, nos termos da teoria marxista, fica evidente que os países do Leste estão passando por um processo de *profunda ruptura sistêmica*, e não de mera transição superestrutural.

Estas considerações encerram nosso balanço parcial das interpretações que identificaram a prevalência de alguma forma de capitalismo de estado e/ou burocrático nas sociedades de tipo soviético. Passemos, agora, a um balanço mais global do conjunto de interpretações marxistas resenhadas neste artigo e no anterior.

Da Crise do Marxismo à Crise do Socialismo

A teorização marxista sobre as sociedades de tipo soviético foi polarizada, ao longo do século XX, por duas formas opostas (mas análogas) de idealização do socialismo. No âmbito do movimento comunista, isto se traduziu em um reducionismo dogmático que, a partir da realização histórica do núcleo central da proposta socialista de Marx nas sociedades do Leste (a abolição da propriedade privada), *deduziu* a prevalência, nestas, das condições e realizações que a teoria marxista clássica havia associado a essa abolição. Isto resultou em uma compreensão limitada e simplista das complexas estruturas de classe que emergiram nessas sociedades após a socialização/estatização básica da propriedade, compreensão esta que desconsiderava a diferenciação de interesses no âmbito da classe operária, do campesinato e da intelectualidade. Por sua vez, a transformação do marxismo em doutrina oficial

implicou no “fechamento sistêmico” deste, e levou à generalização da prática de enfrentar problemas teóricos com o que Norberto Bobbio chamou de “abuso do princípio de autoridade” (Bobbio, 1987, pp. 40-42). Assim, problemas novos (ou então, mal ou insuficientemente resolvidos pelo marxismo do século XIX) não eram enfrentados com pesquisa empírica e desenvolvimento teórico, mas com a exegese de textos de Marx e Engels (e, depois, Lênin).

Nesta base, a dialética materialista de Marx acabou enfrentando um processo de congelamento teórico-conceitual análogo ao que acometeu a dialética idealista de Hegel um século antes. Isto é particularmente evidente no âmbito da teoria política. Embora não possa concordar com a tese da inexistência de uma teoria marxista do Estado levantada por Bobbio,²³ o fato é que, após sete décadas de ricas e dramáticas experiências, os marxistas do século XX foram incapazes de produzir um único trabalho de síntese/problematização teórica das formas assumidas pelo poder político nas sociedades do “socialismo real” que sequer se aproximasse do balanço, feito por Marx, da efêmera experiência política da Comuna de Paris logo em seguida à sua derrota.²⁴ A flagrante contradição entre a perspectiva do definhamento progressivo do Estado ao longo da transição socialista (conforme prognosticado, originalmente, pelo marxismo clássico) e a consolidação de formas extremamente concentradas e encasteladas de poder político nos países do Leste (com elevado grau de autonomia em relação às suas respectivas sociedades) foi simplesmente desconsiderado (ou então, confrontado com meras piruetas conceituais pseudodialéticas, como o argumento de Stalin de que o Estado, na URSS, “desapareceria” ao se “fortalecer ao máximo” [Stalin, 1977, p. 633]).

As interpretações que negavam a natureza socialista dos Estados e sociedades de tipo soviético, por sua vez, se assentavam sobre um subjetivismo igualmente dogmático, só que operando em direção inversa. Aqui, como vimos, a tendência foi a de partir da construção de um tipo ideal de sociedade socialista (um

retrato em negativo dos aspectos mais nocivos identificados no capitalismo) para constatar a não adequação das sociedades do Leste a esse tipo ideal e concluir pela sua natureza não-socialista. A responsabilidade pela discrepância entre o projeto teórico e a experiência histórica foi imputada inteiramente a esta, sem sequer cogitar a possibilidade de ela se originar em desafios, dilemas, impasses e contradições do próprio projeto. Este tipo de enfoque também tolheu o desenvolvimento da teoria marxista, impedindo que este pudesse se confrontar com as questões suscitadas pelas primeiras tentativas de materialização histórica do seu objetivo socialista. A matriz filosófica *idealista* desta abordagem é revelada de forma gráfica pelas interpretações maoístas mais extremadas, que, como vimos acima, identificavam a natureza de formações econômico-sociais a partir das inclinações ideológicas dos seus governantes e/ou dirigentes.

Embora nem todas as interpretações marxistas resenhadas neste artigo e no anterior se enquadrem na bipolarização dogmática discutida acima, foi ela, sem dúvida, que acabou predominando e comandando as reflexões sobre o tema. Este congelamento teórico-conceitual tanto expressa quanto compõe um quadro mais geral de crise no pensamento marxista, crise esta que foi se agravando ao longo do século XX, à medida que esse pensamento deixava de dar respostas a um número cada vez maior de problemas suscitados pelo desenvolvimento do mundo. Entre estes, dois, em particular, me parecem nodais da atual crise teórica do marxismo (e foram enfocados, por diferentes ângulos, ao longo desta seqüência de artigos):

1. o problema da autonomização do poder de Estado nos marcos da abolição da propriedade privada (e a questão político-prática a ela associada das formas institucionais a serem assumidas por um poder político que almeja a sua própria dissolução);
2. o problema da perda de dinamismo da economia socializada/estatizada uma vez vencida a etapa do desenvolvimento extensivo recuperador (e a questão político-

prática a ela associada de encontrar um mecanismo econômico capaz de estimular o progresso técnico e a elevação da produtividade, sem reproduzir grandes diferenças e antagonismos sociais).

Estou convencido de que o não-enfrentamento/resolução destes problemas teóricos está na origem da crise que se instalou nos países do Leste e resultou no desmantelamento do antigo “campo socialista”. Em outras palavras, a crise (teórica) do marxismo está no cerne da crise (política) do socialismo. Diante disto, movimentos para resgatar uma suposta “pureza doutrinária” do marxismo são de pouca valia. O desafio crucial não é tanto o de explicitar/recuperar o “conteúdo ético do socialismo”, e sim o de comprovar a sua viabilidade. E isto requer, entre outras coisas, um confronto teórico e prático sério com os questionamentos formulados pelos críticos ocidentais da economia de comando que examinamos no artigo do *BIB*, n.º 38. Visto por esta ótica, é bem possível que o fracasso das experiências socialistas no século XX se deva menos à preservação de categorias mercantis, do que a excessos voluntaristas na sua restrição.

A Convergência Problemática no Conceito de Stalinismo

Ao longo do amadurecimento da crise dupla referida acima, grande parte dos autores e correntes de inspiração marxista convergiu para uma utilização algo indiscriminada do conceito de *stalinismo* nas suas referências aos antigos regimes e sociedades do Leste (embora, por trás desse conceito, persistissem as antigas diferenças de interpretação sobre o modo de produção prevalente nesses estados). A lógica (consciente ou inconsciente) que presidiu esta convergência foi a tentativa de resgatar a legitimidade da perspectiva socialista diante de uma apreciação cada vez mais negativa das experiências do “socialismo real” por amplas parcelas da opinião pública mundial.

No âmbito da “sovietologia” Ocidental, os teóricos do totalitarismo sempre haviam

sustentado a natureza liberticida do socialismo (com os argumentos de fundo liberal já vistos no *BIB*, n.º 38). Para estes, o desenvolvimento antidemocrático das sociedades de tipo soviético era conseqüência inevitável do próprio projeto socialista (tanto na sua versão marxista como leninista), e os fundamentos do totalitarismo haviam sido lançados já nos primórdios da revolução soviética.²⁵ Essa abordagem compôs o discurso oficial da administração norte-americana no transcurso da Guerra Fria. Em oposição a este enfoque, um número cada vez maior de autores marxistas passou a contra-argumentar que a origem da evolução antidemocrática no Leste residia, na verdade, na prevalência de uma concepção político-ideológica estranha e/ou oposta tanto ao marxismo, quanto ao impulso emancipador original da revolução soviética: o stalinismo.

O conceito de stalinismo, com o significado que acabei de indicar, foi formulado inicialmente por Trotsky em meados dos anos 30, quando este passou a identificar a necessidade de uma “nova revolução política” na URSS (McNeal, 1977). Até então, Trotsky caracterizava a corrente encabeçada por Stalin principalmente como *centrista*, e a considerava uma potencial aliada (ainda que vacilante) na luta contra a “direita” do Partido Bolchevique. O termo stalinismo também surgiu — de forma dispersa e com uma conotação positiva — em diferentes publicações do movimento comunista na época. Mas essa prática não era, em geral, incentivada, já que a “linha oficial” do movimento sempre buscou fundamentar a legitimidade da liderança de Stalin no fato de ele ser “o discípulo mais fiel de Lênin”, e o das suas políticas no fato de serem “mera continuação/aplicação do marxismo-leninismo”. Foi nesta base que o próprio Stalin cunhou o termo “trotskismo”, em 1924, para caracterizar as posições defendidas pelo seu principal oponente na luta interna do Partido Bolchevique como oriundas de um corpo de idéias “em contradição irreconciliável com o leninismo” (Stalin, 1975, p. 129). A lógica da formulação é, portanto, eminentemente ortodoxa. Dez anos depois, Trotsky não fez mais do que

repetir essa operação, só que com os sinais trocados.

Embora o movimento organizado por Trotsky e os seus seguidores nos anos 30 (a IV Internacional e os seus múltiplos desdobramentos) nunca tenha alcançado maior expressão política no mundo, sua formulação do conceito de stalinismo acabou se tornando um dos maiores tentos de *marketing político global* de toda a história. O termo penetrou profundamente o discurso jornalístico, político e acadêmico mundial, influenciando o pensamento e o julgamento de amplos setores da humanidade. Este sucesso, no entanto, só foi alcançado depois da morte do seu formulador. Podemos identificar três grandes ondas na difusão do termo:

1. Da sua formulação na década de 30 até meados dos anos 50, a utilização do conceito de stalinismo ficou, basicamente, restrita a pequenos círculos marxistas dissidentes (mais ou menos próximos das posições da IV Internacional de Trotsky e dos comunistas *conselhistas* discutidos acima) ou a algumas análises críticas isoladas do movimento social-democrata (este, desde Kautsky, tendeu a preferir termos que se prestassem à condenação global da experiência soviética, em vez de apenas um período do seu desenvolvimento).
2. Entre meados das décadas de 50 e 80, a sua difusão se ampliou enormemente sob o impacto das críticas formuladas a Stalin no "Relatório Secreto" de Krushev ao XX Congresso do PCUS em 1956 e a política de "desestalinização" que se lhe seguiu. Vale registrar que os próprios dirigentes responsáveis por esta política no "bloco soviético" não se referiam a ela como "desestalinização", e sim como "crítica ao culto da personalidade". Apesar de incorporado por alguns dos seus setores, o conceito de stalinismo (implícito no termo "desestalinização") permaneceu mal visto pela maior parte do movimento comunista. Nos debates do PC Italiano sobre o tema, ainda em 1956, o seu principal dirigente, Palmiro Togliatti (considerado o

grande precursor do "eurocomunismo" dos anos 70), insistia em que:

"Não podemos aceitar o termo 'stalinismo' e os seus derivativos porque ele conduz à falsa conclusão de que estamos lidando com um sistema errado *a priori*, em vez de nos estimular a buscar os males que o infiltraram mais tarde. Esta infiltração resulta de causas determinadas e se deu nos marcos de um processo essencialmente positivo de construção econômica e política, e de uma atuação correta e justa no campo das relações internacionais que levou a vitórias decisivas" (Togliatti *apud* Boffa, 1992, p. 7, tradução minha).

Na mesma linha, uma resenha publicada pelo jornal do PC Francês, *L'Humanité*, em 1976, rejeitou o termo "stalinismo" por entender que ele "sugere a existência de um sistema com suas leis, sua lógica e sua necessidade" (*apud* Martelli, 1990, p. 101, tradução minha). Ainda em 1979, um artigo analítico especialmente dedicado ao conceito no jornal do PC Italiano, *Unità*, concluiu que se tratava de "uma expressão ambígua e não muito esclarecedora" (*apud* Boffa, 1992, p. 7, tradução minha). Apesar destas resistências, o próprio impacto mundial do processo deflagrado por Krushev resultou em uma grande aceitação do termo em meios não-comunistas (sobretudo, os de esquerda), rompendo o círculo estreito a que estava restrita a sua utilização no período precedente. Ao mesmo tempo, a difusão do conceito foi facilitada pela redução das tensões da Guerra Fria e o questionamento crescente do paradigma do totalitarismo nos "estudos da área soviética" que lhe acompanhou. Alguns autores ocidentais chegaram, mesmo, a vislumbrar o "stalinismo" como uma alternativa conceitual ao "totalitarismo".²⁶

3. O termo stalinismo alcançou o auge da sua influência e difusão na segunda metade dos anos 80, quando, na sequência da *perestroika* de Gorbachev, ele foi incorporado pelo discurso oficial da maior parte dos regimes do "bloco soviético" para caracterizar negativamente o "modelo" que havia presidido todo o seu desenvolvimento anterior (excetuando-se o período do

triunfo da Revolução de Outubro ao fim da NEP na URSS). Ao final da década de 80, assim, o círculo parecia ter se fechado, com a incorporação do conceito de stalinismo ao discurso dominante em praticamente todo o mundo. Mas o período de maior triunfo do termo foi, também, o mais efêmero. Com o colapso dos antigos regimes no Leste em 1989-1991 — e os processos de ruptura sistêmica que se lhe seguiram —, a orientação dominante nesses Estados se deslocou da “renovação” das estruturas do “socialismo real” para o seu *desmantelamento*. Com isso, as novas forças dirigentes preferiram resgatar o conceito de “totalitarismo” — que trazia embutido dentro de si uma condenação global de toda a herança passada — a continuar insistindo no conceito de stalinismo. Essas forças recuperam, hoje, o enfoque que foi adotado pelo escritor dissidente russo, Alexandr Soljenítsin, já nos anos 70 — o de identificar no pensamento e ação de Lênin (sobretudo, após a revolução) a origem dos fenômenos normalmente associados ao conceito de stalinismo (Soljenítsin, 1973-78; 1980). Este conceito, por outro lado, também deixou de ser de grande valia para a esquerda da região, que adotou, nas novas condições, uma orientação cada vez mais *defensiva* voltada para a *preservação* de determinadas estruturas e conquistas do período anterior (o que inviabilizava a estruturação do seu discurso sobre um conceito que implicava na condenação de todo o sistema preexistente). Como resultado, o termo caiu em crescente desuso no discurso jornalístico, político e acadêmico dos anos 90, embora ainda ocupe lugar de destaque no pensamento de esquerda no Ocidente.

Ao longo das seis atribuladas décadas da sua existência, o conceito de stalinismo foi definido das mais variadas formas: como orientação político-ideológica, forma de Estado, sistema político, prática política, sistema social, psicologia, distúrbio mental, desvio de comportamento, conjunto de valores culturais, via de desenvolvimento nacional, modelo econômico, sistema econômico, formação econô-

mico-social etc. O elemento comum a todas estas definições é a apresentação da dimensão particular enfocada como um desenvolvimento claramente oposto à teoria e à prática de Marx ou Lênin (e, por isso, a sua identificação como *Stalinismo*).

Para efeito desta resenha, o que mais nos interessa são as definições que se valeram do termo para caracterizar/determinar a natureza dos Estados e sociedades do “socialismo real” (ou, pelo menos, de alguma fase da sua evolução). Poucos autores que utilizaram o conceito neste sentido se deram ao trabalho de apresentar, de forma mais sistematizada, o que consideravam ser os traços fundamentais e definidores do regime e/ou sistema stalinista.²⁷ Entre os que o fizeram, a variedade de interpretações é grande. Ela vai desde caracterizações que o equivaleram a um modo de produção, até outras que o identificaram como mero sistema ou regime político, passando por aquelas que o conceberam como modelo político-econômico ou formação econômico-social. O filósofo iugoslavo Mihailo Markovic produziu o que considero ser a sistematização mais representativa deste conjunto de abordagens, tanto pela sua abrangência quanto pelo caráter integrador/totalizador do seu enfoque. Partindo de uma construção ideal-típica de nítida inspiração metodológica weberiana, Markovic identificou seis traços que, na sua opinião, compunham as “condições necessárias e suficientes do stalinismo”:

“1. O compromisso com uma revolução violenta anticapitalista que não se desenvolve além da substituição do poder político da burguesia pelo poder da *burocracia política*, e da *propriedade privada* pela *propriedade estatal* dos meios de produção.

2. A força dirigente da revolução e a coluna vertebral da sociedade pós-revolucionária radicam-se em um *partido monolítico*, altamente disciplinado e estritamente hierárquico, que detém o *monopólio* de todo poder econômico e político e *reduz todas as outras* organizações sociais a *meras correias de transmissão*.

3. O Estado continua existindo, mesmo após a completa liquidação da classe capitalista. Sua nova função primária é o planejamento *adminis-*

trativo rígido de toda a produção e o controle completo de toda a vida política. O Estado é designado oficialmente como uma ditadura da classe operária, mas é, em realidade, uma ditadura da liderança do partido ou de um único líder.

4. A nova sociedade é constituída como uma sociedade de Bem-Estar coletivista, em que sobrevivem a maior parte das formas de alienação econômica e política.

5. Como conseqüência da sua estrutura política e econômica centralista, é negada a autodeterminação das nações menores dentro de um país multinacional, e essas nações continuam a ser dominadas pela nação maior.

6. Toda a cultura é subordinada à esfera da política, e é controlada e censurada estritamente pelo partido dominante" (Markovic, 1977, pp. 299-300, tradução minha, ênfases no original).

Para além da sua escolha curiosa de ênfases, esta sistematização equipara o stalinismo a um novo modo de produção *estatista* (nos moldes das interpretações análogas resenhadas no *BIB*, n.º 39). Mas sua classificação abrange, também, características centrais atribuídas ao conceito por outras abordagens marxistas.

É interessante comparar os traços do "stalinismo" no tipo ideal de Markovic com os que foram atribuídos ao "totalitarismo" na interpretação clássica do tema pela "soviologia" ocidental (conforme visto no *BIB*, n.º 38). Quatro dos seis traços fundamentais do tipo ideal do totalitarismo desenvolvido por Friedrich e Brzezinski foram reproduzidos no conceito de stalinismo do filósofo iugoslavo (a saber, uma ideologia (cultura) oficial abrangente; a dominação de um partido e/ou líder único; a monopolização de todos os meios de difusão informativa e cultural; o controle e direção centralizados de todas as organizações sociais). Um dos dois traços ideal-típicos do totalitarismo não incorporados na classificação de Markovic — o "monopólio quase completo do uso efetivo de armas de combate" (Friedrich e Brzezinski, 1965, p. 22) — é, na verdade, irrelevante, pois trata-se de uma característica comum a todos os Estados modernos. Já a não inclusão do outro — o "sistema de terror" — tornou a definição de "stalinis-

mo" mais abrangente²⁸ (um desenvolvimento análogo ao dos autores ocidentais que identificaram a persistência de um "totalitarismo sem terror" na URSS após a ascensão de Krushev²⁹). Por outro lado, dois traços anticapitalistas ausentes do esquema de Friedrich e Brzezinski foram introduzidos na classificação: a abolição da propriedade privada e a montagem de uma "sociedade de Bem-Estar coletivista".

Visto com base nesta comparação, o conceito de stalinismo não passa de um *subtipo* do conceito clássico de totalitarismo desenvolvido pela "soviologia" ocidental (subtipo este que identifica a espécie *não-capitalista* dentro do gênero totalitário). Se esta discriminação classificatória ajuda a enfatizar diferenças sistêmicas que foram ofuscadas pela taxonomia original, ela continua se estruturando sobre o mesmo viés analítico liberal que já examinamos criticamente no primeiro artigo desta série.

Com base na discussão que desenvolvemos ao longo desta seqüência de artigos, podemos ver que muitas das características centrais que Markovic associa ao stalinismo são, na verdade, traços/problemas inerentes ao próprio projeto socialista, conforme formulado originalmente por Marx (a abolição da propriedade privada; a centralização de todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado; a persistência de formas de alienação econômica e política; o fim da clivagem entre o "público" e o "privado"; a problemática da autonomia do Estado etc.). Já outras se referem a formas político-institucionais gestadas no período inicial da revolução soviética, antes de Stalin ter se tornado o dirigente máximo da URSS (a constituição do regime de partido único; o banimento de todos os outros partidos; a concepção das demais organizações sociais como correias de transmissão etc.). Embora as concepções e práticas desenvolvidas no âmbito destas formas político-institucionais tenham variado ao longo do tempo, muitas das políticas adotadas na URSS a partir da "Grande Virada" de 1928 (período identificado como o da constituição do "sistema stalinista") já haviam sido renunciadas no período do "Comu-

nismo de Guerra” e compunham, no final dos anos 20, a plataforma da oposição encabeçada por Trotsky.

Por fim, há que ver que, quando se tratou de desmontar as configurações político-institucionais e econômicas dos países do Leste após a derrubada dos seus antigos regimes, o processo que seguiu encaminhou-se (independentemente dos desígnios originais das forças que o deflagraram) para o desmantelamento de todas as estruturas econômico-sociais fundamentais do socialismo. Isto sugere que a identificação conceitual anterior de um “sistema stalinista” distinto e separado do “sistema socialista” não era apropriada. Do ponto de vista político, isto se materializou na triste ironia de ver a “revolução antiburocrática”, tão ansiada por Trotsky, acabar sendo hegemonizada por forças abertamente pró-capitalistas (inclusive neoliberais), obcecadas com a destruição de todos os vestígios e heranças do socialismo.

Por tudo isto, não há como discordar das considerações feitas pelo filósofo polonês Leszek Kolakowski, em sua polêmica com Markovic:

“Muitos marxistas críticos costumavam dizer — ‘Isto [o sistema soviético] é uma caricatura do marxismo’. Eu não negaria isso. Lembro, no entanto, que só se pode falar de caricatura quando esta se assemelha ao original — e é precisamente este o caso [...]. A ideologia soviética incorporou o esqueleto do marxismo, destituído da sua complexidade, como um guia extremamente simplificado (mas não falsificado) da construção da nova sociedade. Não foi Stalin quem inventou que toda a teoria comunista poderia ser resumida na frase única ‘abolição da propriedade privada’; ou que não pode mais haver trabalho assalariado quando não há capital; ou que o Estado tem de controlar centralizadamente todos os meios de produção; ou que as hostilidades nacionais estariam destinadas a desaparecer junto com o antagonismo de classe. Todas estas idéias, como sabemos, estão claramente formuladas no *Manifesto Comunista*. Tomadas em conjunto, elas não só sugerem como implicam que, uma vez passada a propriedade das fábricas e da terra para as mãos do Estado — conforme viria a ocorrer na Rússia —, a sociedade seria, no fundamental, libertada.” (Kolakowski, 1977, p. 296, tradução minha)

O aprofundamento destas considerações críticas por Kolakowski acabaram conduzindo-o à ruptura com o próprio marxismo. Mas isto não isenta os marxistas de hoje da necessidade de confrontar seriamente os problemas e impasses por ele revelados. Por tudo o que foi exposto até aqui, estou convencido de que a convergência das interpretações marxistas no conceito de “stalinismo” representou uma fuga do enfrentamento com sua própria crise teórica e política. Se reconhecemos como problemáticas as teorias ocidentais que afirmam a predeterminação, pelo projeto socialista, das formas particulares assumidas pelas sociedades de tipo soviético; é forçoso reconhecer como igualmente problemáticas as interpretações marxistas que se negam a admitir que essas formas constituíram uma resposta determinada (embora não a única possível) a contradições e desafios do próprio socialismo.

Um Breve Balanço Geral

Chegou a hora de juntar os diferentes “quadrantes” da varredura teórica efetuada neste conjunto de artigos. Certamente, algumas leituras terão escapado à nossa visão panorâmica. Basta ver que o economista russo Oleg Tsukânov localizou, no seu arquivo pessoal, nada menos de três dezenas de denominações classificatórias alternativas para a sociedade soviética (Tsukânov, 1995, pp. 17-18) — e isso só entre materiais publicados na URSS de 1989 a 1991! Boa parte destas caracterizações não passavam de exercícios em “imaginação invectiva”,³⁰ sem maior consistência conceitual. Isto não chega a surpreender. Afinal, não é de hoje (e não só na Rússia) que, numa espécie de “Lei de Say” editorial, o papel aceita tudo — e depois cria a sua própria demanda. Estou seguro, no entanto, de ter coberto, ao longo destes artigos, as principais interpretações teóricas existentes sobre as experiências do “socialismo real”. Mas esta abrangência teve um custo — muitas das leituras não puderam ser examinadas com a profundidade e atenção que mereciam. Apesar

disso, arrisco, a seguir, algumas sistematizações e conclusões gerais.

No primeiro artigo, examinei criticamente os fundamentos teóricos e metodológicos das principais perspectivas ocidentais sobre os Estados e sociedades do Leste. Entre os problemas teóricos mais comuns identificados nestes, cabe destacar:

- (a) a insistência em decompor a realidade social em esferas separadas e segmentadas para privilegiar a análise isolada de cada uma delas, ignorando ou subestimando a integração e inter-relação dos processos sociais;
- (b) a tendência a reificar fenômenos, formas e estruturas sociais, assumindo-os como “naturais” ou “dados” e desconsiderando o seu desenvolvimento histórico;
- (c) a aceitação acrítica e axiomática da dicotomia abstrata entre o “público” e o “privado” como ponto de partida analítico, com rendimentos limitados do ponto de vista explanatório e contraditórios do ponto de vista normativo; e
- (d) a transposição para as sociedades de tipo soviético de conceitos e categorias gerados no estudo de realidades sociais bem distintas, resultando na obliteração analítica de diferenças sistêmicas cruciais.

Esses problemas teóricos gerais foram agravados, ainda, por limitações específicas de cada leitura, já assinaladas no *BIB*, n.º 38. Como vimos, sob o peso conjunto dessas insuficiências, a “soviologia ocidental” chegou ao final dos anos 80 inteiramente fragmentada e pulverizada em um grande número de perspectivas e interpretações concorrentes, evidenciando a sua própria crise teórica. Tanto as abordagens dominantes da “soviologia” ocidental quanto as do pensamento marxista revelaram, assim, graves limitações nas suas interpretações do “socialismo real”. As críticas epistemológicas, metodológicas e teóricas formuladas ao longo desta resenha sugerem alguns elementos que poderiam servir de base para uma leitura mais consistente da evolução

dos Estados e sociedades do Leste. Entre estes, eu destacaria:

- (a) o reconhecimento epistemológico simultâneo da existência objetiva dos processos sociais e da impossibilidade de neutralidade na sua observação;
- (b) a compreensão da realidade social como um todo integrado, complexo e contraditório;
- (c) a análise *histórica* do desenvolvimento de relações, formas e instituições sociais (incluindo o Estado);
- (d) o entendimento de que as variadas dimensões da realidade social se relacionam de forma distinta em diferentes sistemas (e que, portanto, é necessário formular conceitos e categorias sistêmico-específicos, em vez de insistir na transposição conceitual intersistêmica);
- (e) a identificação do dinamismo das formas de produção como chave fundamental (mas não-exaustiva) para compreender o desenvolvimento sistêmico; e
- (f) o reconhecimento das relações de classe como dimensão central (mas não exclusiva) da agregação de interesses na sociedade.

Já tive a oportunidade de explorar o potencial heurístico e explanatório deste enfoque em outro artigo (Fernandes, 1994), que submeto à consideração do leitor. Por ora, encerro esta seqüência de artigos com a esperança de que as reflexões neles desenvolvidas auxiliem, de alguma forma, a busca de um pensamento mais consciente nas Ciências Sociais. Espero, em particular, que tenham ajudado o leitor a localizar (e refletir criticamente sobre) as origens teóricas de palavras, conceitos, idéias e interpretações que tendemos a incorporar de forma irrefletida ao nosso vocabulário do dia-a-dia.

(Recebido para publicação
em maio de 1996)

Notas

1. Para uma discussão dessa polêmica ver Gerratana (1987).
2. Ver resumo do argumento de Zinoviev e Kamenev em Fischer (1948, p. 487).
3. Citado em Trotsky (1987, p. 297). Segundo Alec Nove, a produção total das 68 empresas estrangeiras “concessionárias” na URSS não passava de 0,6% da produção industrial global da URSS (Nove, 1984, p. 89).
4. Para uma análise da evolução dessa corrente na Alemanha após a Primeira Guerra, incluindo uma coletânea dos textos mais representativos do seu pensamento, ver Authier (1975).
5. Examine isto no sétimo capítulo do meu livro *URSS — Ascensão e Queda* (Fernandes, 1992).
6. Ver seu esboço inicial em Hilferding (1985) e a discussão crítica que desenvolvo a seu respeito no segundo capítulo do meu livro (*idem*).
7. Na verdade, como vimos no artigo anterior, a identificação da necessária predominância do “direito burguês” no socialismo partiu do próprio Marx. A compreensão de Trotsky sobre esta questão se distanciava da de Marx na direção oposta à identificada por Castoriadis — ele concebia a predominância do direito burguês como uma característica da fase de transição ao socialismo, e não do socialismo em si (isto é, da primeira fase do comunismo).
8. Para a crítica de Castoriadis a Lefort no período da ruptura definitiva entre ambos, ver Castoriadis (1985c).
9. Note-se que, diferentemente de Castoriadis, Lefort preferiu usar o termo mais usual “capitalismo de Estado” em vez de “capitalismo burocrático”. Isto, no entanto, não parece refletir diferenças teóricas mais de fundo na utilização dos respectivos conceitos por ambos.
10. Para uma discussão geral do conflito sino-soviético no movimento comunista, ver Fejtő (1976). Uma descrição desses eventos simpática às posições chinesas pode ser encontrada em Baby (s/d.). A versão do Partido do Trabalho da Albânia (que se alinhou com o PC Chinês e foi o pomo da divergência aberta entre este e o PCUS na Conferência de Moscou em 1960) pode ser vista em Hoxha (1980). Críticas soviéticas às posições chinesas podem ser encontradas em Pavlov *et alii* (1977) e Editorial Nóvosti (1981).
11. As posições fundamentais do PC Chinês neste período podem ser vistas em PCCh (1963) e *Renmin Ribao* e *Hongqi* (1963a, 1964a e b). É verdade que a qualificação da Iugoslávia como um Estado “não-socialista” em função da orientação revisionista da sua liderança, à época, já era o embrião da futura caracterização da URSS como capitalista (*Renmin Ribao* e *Hongqi*, 1963b).
12. Reproduzido em despacho da Agência Hsinhua de 2 de novembro de 1966. Publicações chinesas afirmariam, mais tarde, que o “camarada Mao” já havia enunciado a “brilhante tese” de que “a ascensão ao poder do revisionismo significa a ascensão ao poder da burguesia” e de que “a União Soviética de hoje vive sob a ditadura da burguesia” em conversas mantidas em 1964. Como não há registro publicado disso, essa afirmação parece mais uma tentativa de reescrever a história, projetando no passado posições então tidas como “oficiais” (e, portanto, verdadeiras), de forma a ressaltar a “clarividência” do dirigente chinês.
13. Os principais artigos foram reunidos numa coletânea intitulada *How the Soviet Revisionists Carry Out All-Round Restoration of Capitalism in the USSR* (*Renmin Ribao* e *Hongqi*, 1968). Vale registrar que esta formulação reproduz a mesma confusão entre “estrato social” e “classe social” (categorias distintas no pensamento marxista) já assinalada nas reflexões de Kautsky e de outros autores que argumentaram a existência de uma nova classe dominante ou de uma nova burguesia nos países do Leste.
14. Ver, por exemplo, alguns escritos sobre o tema produzidos pelo principal dirigente do partido albanês, Enver Hoxha, entre 1968 e 1979 (Hoxha, 1975a e b; 1979).

15. Basta lembrar que a China chegou até mesmo a fornecer ajuda militar ao governo Pinochet após o golpe no Chile, em função do combate ao inimigo principal (a URSS) e seus “agentes” na América Latina. O texto “inaugural” da Teoria dos Três Mundos foi o discurso proferido por Teng Hsiaoping na Assembléia Geral da ONU em 1974 (Hsiaoping, 1974).
16. Estes textos estão reunidos em Sweezy e Bettelheim (1971).
17. Ver, por exemplo, a análise desenvolvida a esse respeito pela conhecida socióloga Tatiana Zaslavskaja (1990).
18. Para um balanço geral dos “teóricos da dependência”, ver Goldenstein (1994), Cardoso (1993), Kay (1989) e os ensaios reunidos em Seers (1981). Apresentações da perspectiva braudeliiana da *longue durée* pelo próprio podem ser encontradas no seu artigo “A História e as Ciências Sociais” (Braudel, 1972) e no primeiro capítulo do terceiro volume da sua trilogia *Civilização e Capitalismo* (Braudel, 1985). Para uma defesa mais recente dessa perspectiva, ver a introdução do livro de Giovanni Arrighi, *O Longo Século XX* (Arrighi, 1996).
19. Para uma discussão da “ruptura metodológica” que sustenta a “análise dos sistemas-mundo”, ver Robert Bach (1980) e Wallerstein (1991).
20. Ver, a este respeito, os textos reunidos no livro *Social Dimensions of Soviet Industrialization* (Rosenberg e Siegelbaum, 1993).
21. Ver, por exemplo, Fitzpatrick (1984), Getty (1985), Kuromiya (1988) e Schröder (1992).
22. Calculado com base em dados do *International Trade Statistics Yearbook: 1986*, da ONU e do Relatório apresentado por Leonid Brejnev ao XXVI Congresso do PCUS (Brejnev, 1981, p. 41).
23. Escrevi um texto refutando esta alegação de Bobbio, texto este que acompanha a gestação e evolução da teoria política de Marx no século XIX, em suas diferentes fases (Fernandes, 1990b).
24. A referência, aqui, é ao “Manifesto do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre a Guerra Civil na França em 1871”, escrito por Marx em abril/maio desse ano, que constitui a parte principal do seu livro *A Guerra Civil na França* (Marx, 1977).
25. Ver, por exemplo, Fainsod (1953), Armstrong (1961), Ulam (1963, 1976), Daniels (1969). Para uma interpretação análoga oriunda de um filósofo “dissidente” do Leste, ver Kolakowski (1977).
26. Ver, por exemplo, Cohen (1997) e Tucker (1977).
27. Entre estes, Gill (1990), Tucker (1977), Martelli (1990) e Boffa (1992).
28. Curiosamente, isto excluiu do conceito de stalinismo a característica que muitos autores consideravam/consideram a mais típica do período da liderança de Stalin na URSS — o recurso recorrente ao terror para enfrentar adversários políticos reais ou imaginários.
29. Ver, por exemplo, Kassoff (1964).
30. Referência contraposta à “imaginação sociológica” de C. Wright Mills (1959).

Bibliografia

- Afanasyev, L. *et alli*
 1974 *The Political Economy of Capitalism*. Moscou, Progresso.
- Ali, Tariq
 1984 *The Stalinist Legacy. Its Impact on Twentieth Century World Politics*. Harmondsworth, Penguin.

- Antunes, Ricardo
 1994 "A Prevalência da Lógica do Capital". *Crítica Marxista*, vol. 1, n.º 1.
- Armstrong, John
 1961 *The Politics of Totalitarianism*. Cambridge, Harvard University Press.
- Arrighi, Giovanni
 1996 *O Longo Século XX*. Rio de Janeiro, Contraponto.
- Authier, Denis (org.)
 1975 *A Esquerda Alemã (1918-1921)*. Porto, Afrontamento.
- Baby, Jean
 s.d. *As Grandes Divergências do Mundo Comunista*. São Paulo, Senzala.
- Bach, Robert L.
 1980 "On the Holism of a World-Systems Perspective", in T. K. Hopkins e I. Wallerstein (eds.), *Processes of the World System*. Beverly Hills, Sage.
- Baran, Paul
 1977 *A Economia Política do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Bellis, Paul
 1979 *Marxism and the USSR*. New Jersey, Humanities.
- Bettelheim, Charles
 1939 *La Planification Soviétique*. Paris, Librairie Marcel Rivière.
 1971a "On the Transition between Capitalism and Socialism", in P. Sweezy e C. Bettelheim, *On the Transition to Socialism*. New York, Monthly Review.
 1971b "Dictatorship of the Proletariat, Social Classes and Proletarian Ideology", in P. Sweezy e C. Bettelheim, *On the Transition to Socialism*. New York, Monthly Review.
 1976 *A Luta de Classes na União Soviética — Primeiro Período (1917-1923)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
 1978 *Class Struggles in the USSR — Second Period (1923-1930)*. New York, Monthly Review.
 1982 *Les Luttes de Classes en URSS — Troisième Période (1931-1941) — Les Dominés*. Paris, Seuil.
 1983 *Les Luttes de Classes en URSS — Troisième Période (1931-1941) — Les Dominants*. Paris, Maspero/Seuil.
 1985 "La Pertinence des Concepts Marxistes de Classe et Lutte de Classes pour Analyser la Société Soviétique", in B. Chavance, *Marx en Perspective*. Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- Bettelheim, Charles e Chavance, Bernard
 1980 "Stalinism as the Ideology of State Capitalism". *Review of Radical Political Economics*, vol. 13, n.º 1.
- Binns, Peter
 1975 "The Theory of State Capitalism". *International Socialism*, n.º 74.
- Binns, Peter e Hallas, Duncan
 1976 "The Soviet Union — State Capitalist or Socialist?". *International Socialism*, n.º 91.
- Bobbio, Norberto
 1987 *Qual Socialismo?*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

- Boccard, Paul
1978 *Estudos sobre o Capitalismo Monopolista de Estado*. Lisboa, Estampa.
- Boffa, Giuseppe
1992 *The Stalin Phenomenon*. Ithaca, Cornell University Press.
- Bordiga, Amadeo
1966 *Struttura Economica e Sociale della Russia d'Oggi*. Milão, s/e.
- Bottomore, Tom (ed.)
1988 *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Braudel, Fernand
1972 "History and the Social Sciences", in P. Burke (ed.), *Economy and Society in Early Modern Europe*. Londres, Routledge & Kegan Paul.
1985 *Civilization & Capitalism 15th-18th Century*. Londres, Fontana Press (3 vols.).
- Brejnev, Leonid
1981 *Relatório do Comitê Central do PCUS ao XXVI Congresso do Partido Comunista da União Soviética e as Tarefas Imediatas do Partido no Campo da Política Interna e Externa*. Moscou, Nóvosti.
- Bricianer, Serge (org.)
1969 *Pannekoek et les Conseils Ouvriers*. Paris, EDI.
- Bukharin, Nikolai
1970 *Tratado de Materialismo Histórico*. Rio de Janeiro, Laemmert.
1979 *The Politics and Economics of the Transition Period*. Londres, Routledge & Kegan Paul.
1987 "O Partido e o Bloco de Oposição", in A. Bertelli (org.), *A Nova Política Econômica (NEP)*. São Paulo, Global.
- Cardoso, Fernando Henrique
1970 "Teoria da 'Dependência' ou Análises Concretas de Situações de Dependência?". *Estudos CEBRAP*, n.º 1
1993 "Originalidade da Cópia: A CEPAL e a Idéia do Desenvolvimento", in F. H. Cardoso, *As Idéias e o seu Lugar*. Petrópolis, Vozes.
- Cardoso, Fernando Henrique e Faletto, Enzo
1970 *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Castoriadis, Cornelius*
s/d. *As Relações de Produção na URSS*. Lisboa, Presença.
1973a "Sur le Règime et Contre la Défense de l'URSS", in C. Castoriadis, *La Société Bureaucratique 1: Les Rapports de Production en Russie*. Paris, UGE.
1973b *La Société Bureaucratique 2: La Révolution Contre la Bureaucratie*. Paris, UGE.
1977 "A Revolução Proletária Contra a Burocracia", in A. Neves (org.), *A Natureza da URSS (Antologia)*. Porto, Afrontamento.
1985a "O Papel da Ideologia Bolchevique no Nascimento da Burocracia", in C. Castoriadis, *A Experiência do Movimento Operário*. São Paulo, Brasiliense.
1985b "Balanço, Perspectivas, Tarefas", in C. Castoriadis, *A Experiência do Movimento Operário*. São Paulo, Brasiliense.

* Alguns destes trabalhos foram inicialmente publicados sob os pseudônimos Pierre Chaulieu ou Paul Cardan.

- 1985c "Proletariado e Organização, II", in C. Castoriadis, *A Experiência do Movimento Operário*. São Paulo, Brasiliense.
- 1987a "O Regime Social da Rússia", in C. Castoriadis, *As Encruzilhadas do Labirinto*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- 1987b "Os Destinos do Totalitarismo", in C. Castoriadis, *As Encruzilhadas do Labirinto*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Charlier, Fernand
1972 *Capitalismo ou Socialismo?*. Porto, Delfos.
- Chavance, Bernard
1980 "Sobre as Relações de Produção na URSS". *Teoria e Debate*, n.º 3.
1981 "La Nature du Système Soviétique, Questions et Enjeux". *Les Temps Modernes*, vol. 37, n.º 419.
1982 "Trois Types d'Economie Socialiste: Union Soviétique, Yougoslavie, Chine. Pour Une Approche Comparative". *Critiques de l'Economie Politique*, n.º 19.
1983 "Pourquoi le Capitalisme Étatique?". *Babylone*, n.º 2/3.
- Chunchiao, Chang
1975 *On Exercising All-Round Dictatorship Over the Bourgeoisie*. Pequim, Edições em Línguas Estrangeiras.
- Ciliga, Ante
1940 *The Russian Enigma*. Londres, s/e.
1951 *Au Pays du Mensonge Déconcertant*. Paris, Plon.
- Claudin, Fernando
1970 *La Crisis del Movimiento Comunista*. Paris, Ruedo Ibérico.
- Cliff, Tony
1957 "Perspectives on the Permanent War Economy". *Socialist Review*, vol. 4, n.º 8.
1974 *State Capitalism in Russia*. Londres, Pluto.
- Colletti, Lucio
1977 "The Question of Stalin", in R. Blackburn (ed.), *Revolution and the Class Struggle. A Reader in Marxist Politics*. Glasgow, Fontana/Collins.
- Cohen, Stephen
1977 "Bolshevism and Stalinism" in R. Tucker (ed.), *Stalinism: Essays in Historical Interpretation*. New York, Norton.
- Dallin, David
1923 "Gusudarstvenni Kapitalizm". *Socialisticheski Vestnik*, 1.º de julho.
- Daniels, Robert
1969 *The Conscience of the Revolution*. New York, Simon and Schuster.
- Dunaievskaja, Raia
1944 "New Revision of Marxian Economics". *American Economic Review*, setembro.
1945 "Revision or Affirmation of Marxism? A Rejoinder". *American Economic Review*, setembro.
1964 *Marxism and Freedom from 1776 until Today*. New York, Twayne.
1966 "State Capitalism and Marx's Humanism". *News and Letters*, vol. 11, n.º 9.

Editorial NÓvosti

1981 *Pekin: Rumbo Peligroso*. Moscou, NÓvosti.

Ellenstein, Jean

1975a *L'URSS Contemporaine — Histoire de l'URSS*. Paris, Éditions Sociales, vol. 4.

1975b *Histoire du Phenomène Stalinien*. Paris, Grasset.

Ellenstein, Jean e Latham, Peter

1976 *The Stalin Phenomenon*. Londres, Lawrence and Wishart.

Engels, Friedrich

1977 “Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico”, in K. Marx e F. Engels, *Textos* — Vol. 1. São Paulo, Alfa-Omega.

1979 *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

Fainsod, Merle

1953 *How Russia is Ruled*. Cambridge, Harvard University Press.

Fejtő, François

1975 *As Democracias Populares: 1. A Era de Estaline*. Mem Martins, Europa-América.

1976 *O Conflito China-URSS*. Mem Martins, Europa-América, 2 vols.

Fernandes, Luis

1987 “O Marxismo e o Debate sobre a Natureza da Sociedade Soviética”. *Comunicação e Política*, vol. 1, n.º 7.

1990a “...E o Vento (do Oeste) Levou: Implicações para a América Latina das Mudanças no Leste”. *Contexto Internacional*, n.º 11.

1990b “A Democracia como Valor Histórico: A Teoria de Marx e Engels sobre o Estado”. *Princípios*, n.º 19.

1991 “Sobre a Natureza das Sociedades do Leste”. *Princípios*, n.º 23.

1992 *URSS — Ascensão e Queda*. São Paulo, Anita Garibaldi.

1994 “Conceitos Fora do Lugar: Uma Crítica Epistemológica das Principais Teorias Ocidentais sobre os Estados Socialistas do Leste”. *Dados*, vol. 37, n.º 2.

Fischer, Ruth

1948 *Stalin and German Communism*. Cambridge, s/e.

Fitzpatrick, Sheila

1979 *Education and Social Mobility in the Soviet Union 1921-1934*. Cambridge, Cambridge University Press.

1984 “The Russian Revolution and Social Mobility: A Re-examination of the Question of Social Support for the Soviet Regime in the 1920s and 1930s”. *Politics & Society*, vol. 13, n.º 2.

1986a “New Perspectives on Stalinism”. *The Russian Review*, vol. 45, n.º 4.

1986b “Afterword: Revisionism Revisited”. *The Russian Review*, vol. 45, n.º 4.

Frank, Andre Gunder

1967 *Capitalism and Underdevelopment in Latin America*. New York, Monthly Review.

1969 “Sociology of Development and Underdevelopment of Sociology”, in A. G. Frank, *Latin America: Underdevelopment or Revolution*. New York, Monthly Review.

- Frederico, Celso
 1994 *Crise do Socialismo e Movimento Operário*. São Paulo, Cortez.
 1995 “A Desintegração de um Modelo e a Permanência do Marxismo”, in P. Vicente Sobrinho (org.), *Reflexões sobre a Desintegração do Comunismo Soviético*. São Paulo, Alfa-Omega.
- Friedrich, Carl e Brzezinski, Zbigniew
 1965 *Totalitarian Dictatorship and Autocracy*. New York, Praeger Publishers.
- Gerratana, Valentini
 1987 “Estado Socialista e Capitalismo de Estado”, in A. Bertelli (org.), *A Nova Política Econômica (NEP)*. São Paulo, Global.
- Getty, J. Arch
 1985 *Origins of the Great Purges*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Gill, Graeme
 1990 *The Origins of the Stalinist Political System*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Goldenstein, Lídia
 1994 *Repensando a Dependência*. São Paulo, Paz e Terra.
- Goldfield, Michael e Rothenberg, Melvin
 1980 *The Myth of Capitalism Reborn*. San Francisco, Line of March.
- Golubovic, Zagorka
 1981 “Stalinism and Socialism”. *Praxis International*, vol. 1, n.º 2.
- Goulner, Alvin
 1980 “Stalinism: A Study of Internal Colonialism”. *Political Power and Social Theory*, n.º 1.
- Gramsci, Antônio
 1977a “Workers Democracy”, in A. Gramsci, *Selections from Political Writings, 1910-1920*. Londres, Lawrence & Wishart.
 1977b “The Factory Council”, in A. Gramsci, *Selections from Political Writings, 1910-1920*. Londres, Lawrence & Wishart.
- Hashorva, Omer
 1981 “The Present Socio-economic Order in the Soviet Union — A Capitalist Order”. *Albania Today*, n.º 1.
- Hilferding, Rudolf
 1977 “Capitalismo de Estado ou Economia Totalitária?”, in A. Neves (org.), *A Natureza da URSS (Antologia)*. Porto, Afrontamento.
 1985 *Finance Capital*. Londres, Routledge & Kegan Paul.
- Honneth, Axel e Robinson, Gary
 1986 “Rescuing the Revolution with an Ontology: On Cornelius Castoriadis’ Theory of Society”. *Thesis Eleven*, n.º 14.
- Hoxha, Enver
 1975a *A Batalha da Classe Operária nos Países Revisionistas*. Lisboa, Povo e Cultura.
 1975b *Informe da Atividade do CC do Partido do Trabalho da Albânia — Apresentado ao VI Congresso do PTA em 1 de Novembro de 1971*. Lisboa, Maria da Fonte.

- 1979 *El Imperialismo y la Revolución*. Tirana, 8 Nëntori.
- 1980 *Los Jruschovistas*. Tirana, 8 Nëntori.
- Hsiaoping, Teng
- 1974 *Speech at the Special Session of the UN General Assembly — April 10, 1974*. Pequim, Edições de Línguas Estrangeiras.
- James, C. L. R.
- 1964 "Trotsky's Revolution Betrayed". *International Socialism*, n.º 16.
- Jerome, W. e Buick, A.
- 1977 "Capitalismo de Estado Soviético? História de uma Idéia", in A. Neves (org.), *A Natureza da URSS (Antologia)*. Porto, Afrontamento.
- Kai (Internacional Comunista Operária)
- 1975 "Linhas de Orientação da KAI", in D. Authier (org.), *A Esquerda Alemã (1918-1921)*. Porto, Afrontamento.
- Kassoff, Allen
- 1964 "The Administered Society: Totalitarianism without Terror". *World Politics*, vol. 16, n.º 4.
- Kautsky, Karl
- 1925 *Die Internationale und Sowjetsrussland*. Berlim, s/e.
- 1973 *Terrorism and Communism*. Westport, Hyperion.
- 1979 *A Ditadura do Proletariado*. São Paulo, Ciências Humanas.
- Kay, Cristóbal,
- 1989 *Latin-American Theories of Development and Underdevelopment*. Londres, Routledge.
- Kolakowski, Leszek
- 1977 "Marxist Roots of Stalinism", in R. Tucker (ed.), *Stalinism*. New York, W. W. Norton.
- Kornai, Janos
- 1992 *The Socialist System*. Oxford, Clarendon.
- Korsch, Karl
- 1967 *Karl Marx*. Londres, Chapman & Hall.
- 1970 *Marxism and Philosophy*. Londres, New Left.
- 1975a *Marxisme et Contre-Révolution dans la Première Moitié du XX Siècle*. Paris, Seuil.
- 1975b "Lenin's Philosophy", in A. Pannekoek, *Lenin as a Philosopher*. Londres, Merlin.
- 1989 "A Crise do Marxismo". *Teoria & Política*, n.º 12.
- Korsch, Karl *et alli*
- 1975 *La Contre-Révolution Bureaucratique*. Paris, UGE.
- Kuromiya, Horoaki
- 1988 *Stalin's Industrial Revolution: Politics and Workers: 1928-1932*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Kurz, Robert
- 1993 *O Colapso da Modernização*. São Paulo, Paz e Terra.
- Lapenna, Ivo
- 1965 *State and Law in Soviet and Yugoslav Theory*. New Haven, s/e.

Laquer, Walter

- 1964 "In Search of Russia". *Survey*, n.º 50.
1990 "Why Stalin? A National Debate". *Society*, vol. 27, n.º 3.

Lefort, Claude

- 1974-5 "What is Bureaucracy". *Telos*, n.º 22.
1977 "O Totalitarismo sem Estaline", in A. Neves (org.), *A Natureza da URSS (Antologia)*. Porto, Afrontamento.
1979 *Éléments d'Une Critique de la Bureaucratie*. Paris, Gallimard.
1981 *L'Invention Democratique: Les Limites de la Domination Totalitaire*. Paris, Fayard.

Lênin, Vladimir Ilitch

- 1978a "A Catástrofe que nos Ameaça e como Combatê-la", in V. I. Lênin, *Obras Escolhidas — Vol. 2*. Lisboa, Avante!.
1978b "O Estado e a Revolução", in V. I. Lênin, *Obras Escolhidas — Vol. 2*. Lisboa, Avante!.
1978c "O Infantilismo 'de Esquerda' e o Espírito Pequeno-Burguês", in V. I. Lênin, *Obras Escolhidas — Vol. 2*. Lisboa, Avante!.
1979a "IV Congresso da Internacional Comunista", in V. I. Lênin, *Obras Escolhidas — Vol. 3*. Lisboa, Avante!.
1979b "A Doença Infantil do 'Esquerdismo' no Comunismo", in V. I. Lênin, *Obras Escolhidas — Vol. 3*. Lisboa, Avante!.
1979c "Sobre o Imposto em Espécie", in V. I. Lênin, *Obras Escolhidas — Vol. 3*. Lisboa, Avante!.

Liebich, André

- 1986 "Os Mencheviques diante da Construção da URSS", in E. Hobsbawm et alii, *História do Marxismo — Vol. 7*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Löwy, Michael

- 1983 "La Bureaucratic Stalinienne comme 'État' Social", in E. Pisier-Kouchner (ed.), *Les Interprétations du Stalinisme*. Paris, PUF.

Lukács, György

- 1967 "Carta sobre o Stalinismo". *Revista da Civilização Brasileira*, vol. 3. Caderno Especial n.º 1.

Martelli, Roger

- 1990 "Reflexions sur le Stalinisme". *Cahiers d'Histoire*, n.º 43.

Marx, Karl

- 1976 "Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política", in K. Marx e F. Engels, *Textos — Vol. 3*. São Paulo, Alfa-Omega.
1977 "A Guerra Civil na França", in K. Marx e F. Engels, *Textos — Vol. 1*. São Paulo, Alfa-Omega.
1978 *Capital — Vol. 3*. Moscú, Progresso.
1989 *Manuscritos Económico-Filosóficos*. Lisboa, Edições 70.

Marx, Karl e Engels, Friedrich

- s/d. *A Ideologia Alemã I*. Lisboa, Presença.

Mathews, Mervyn

- 1979 *Privilege in the Soviet Union*. Londres, George Allen & Unwin.

- Mattick, Paul
 1964 "The Marxism of Karl Korsch". *Survey*, n.º 53.
 1969a "Mandel's Economics: Another View". *International Socialism*, n.º 37.
 1969b *Marx and Keynes: The Limits of the Mixed Economy*. Londres, Merlin.
- McAuley, Martin
 1983 *Stalin and Stalinism*. Harlow, Longmans.
- McNeal, Robert
 1977 "Trotskyist Interpretations of Stalinism", in R. Tucker (ed.), *Stalinism*. New York, W. W. Norton.
- Mészáros, István
 1983 "Política Radical e Transição para o Socialismo — Reflexões sobre o Centenário de Marx". *Ensaio*, n.º 11-12.
 1985 "Poder Político e Dissidência nas Sociedades Pós-Revolucionárias". *Ensaio*, n.º 14.
 1995a *Beyond Capital (Towards a Theory of Transition)*. Londres, Merlin.
 1995b "O Marxismo Hoje - Entrevista". *Crítica Marxista*, n.º 2.
- Meyer, Alfred
 1989 "The Origins of Stalinism: A Review Article". *Comparative Studies in Society and History*, vol. 31, n.º 1.
- Miliband, Ralph
 1975 "Bettelheim and the Soviet Experience". *New Left Review*, n.º 91.
- Mills, C. Wright.
 1959 *The Sociological Imagination*. New York, Oxford University Press.
- Murphy, Peter
 1989 "Between Romanticism and Republicanism: The Political Theory of Claude Lefort". *Thesis Eleven*, n.º 23.
- Naves, Márcio Bilharinho
 1994 "Marxismo e Capitalismo de Estado". *Crítica Marxista*, vol. 1, n.º 1.
- Nicolaus, Martin
 1975 *Restoration of Capitalism in the USSR*. Chicago, Liberator Press.
- Nove, Alec
 1977 *The Soviet Economic System*. Boston, Allen & Unwin.
 1984 *An Economic History of the USSR*. Middlesex, Penguin Books.
- Ohlweiler, Otto
 1982 "Acerca da Natureza da Formação Social na URSS". *Teoria e Política*, n.º 4.
- Pannekoek, Anton
 1940 "Why Past Revolutionary Movements Failed?". *Living Marxism*, outono.
 1970 *Workers' Councils*. Somerville, Kont & Branch.
 1975 *Lenin as a Philosopher*. Londres, Merlin.
- Pano, Aristotel
 1975 "A Capitalist Economy from Top to Bottom". *Albania Today*, n.º 4.
- Pavlov, B. et alli
 1977 *A República Popular da China e os Problemas de Fronteiras*. Lisboa, Estampa.

- PCCh (Partido Comunista Chinês)
- 1963 *A Proposal Concerning the General Line of the International Communist Movement*. Pequim, Editora de Línguas Estrangeiras.
- Pisier-Kouchner, Evelyne (ed.)
- 1983 *Les Interprétations du Stalinisme*. Paris, PUF.
- Rebello, José (ed.)
- 1975 *China País Capitalista ou Socialista*. Lisboa, Assírio & Alvim.
- Reichman, Henry
- 1988 "Reconsidering 'Stalinism'". *Theory and Society*, vol. 17, n.º 1.
- Reiman, Michal
- 1987 *The Birth of Stalinism: The USSR on the Eve of the "Second Revolution"*. Bloomington, Indiana University Press.
- Reis Filho, Daniel Aarão
- 1983 *URSS: O Socialismo Real (1921-1964)*. São Paulo, Brasiliense.
- 1994 *De Volta à Estação Finlândia*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- Renmin Ribao e Hongqi (Departamentos Editoriais)
- 1963a *On the Question of Stalin*. Pequim, Editora de Línguas Estrangeiras.
- 1963b *Is Yugoslavia a Socialist Country?*. Pequim, Editora de Línguas Estrangeiras.
- 1964a *Peaceful Coexistence — Two Diametrically Opposed Policies*. Pequim, Editora de Línguas Estrangeiras.
- 1964b *On Khrushchev's Phoney Communism and Its Historical Lessons for the World*. Pequim, Editora de Línguas Estrangeiras.
- 1968 *How the Soviet Revisionists Carry Out All-Round Restoration of Capitalism in the USSR*. Pequim, Editora de Línguas Estrangeiras.
- 1970 *Leninism or Social-Imperialism?*. Pequim, Editora de Línguas Estrangeiras.
- Rio, Eugenio del
- 1981 *La Teoría de la Transición en Mao Tsetung*. Madri, Revolución.
- Rizzi, Bruno
- 1977 *L'URSS, Collectivisme Bureaucratique: La Bureaucratization du Monde*. Paris, Champ Libre.
- Rockmore, Thomas
- 1979 "Kolakowski and Markovic on Stalinism, Marxism and Marx". *Philosophy and Social Criticism*, vol. 6, n.º 3.
- Rosenberg, Arthur
- 1989 *História do Bolchevismo*. Belo Horizonte, Oficina de Livros.
- Rosenberg, William e Siegelbaum, Lewis (eds.)
- 1993 *Social Dimensions of Soviet Industrialization*. Bloomington, Indiana University Press.
- Rossanda, Rossana
- 1992 "Para uma Análise Marxista da Crise das Sociedades do Leste Europeu", in R. P. Lyra (org.), *Socialismo: Impasses e Perspectivas*. São Paulo, Scritta.
- Rühle, Otto
- 1932 *La Crise Mondiale*. Paris, Gallimard.

- Salvadori, Massimo
 1986 "A Crítica Marxista ao Stalinismo", in E. Hobsbawm *et alii*, *História do Marxismo* — Vol. 7. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Schaff, Adam
 1992 "Unexplored Areas of Present-Day Socialism". *Socialism of the Future*, vol. I, n.º 1.
- Schachtman, Max
 1962 *The Bureaucratic Revolution*. New York, Donald.
- Schröder, Hans-Henning
 1992 "Upward Social Mobility and Mass Repression: The Communist Party and Soviet Society in the Thirties", in N. Lampert e G. Rittersporn (eds.), *Stalinism: Its Nature and Aftermath*. Londres, Macmillan.
- Schwarz, Roberto
 1992 "Um Livro Audacioso". *Folha de S. Paulo*, 17/5/1992.
- Seers, Dudley (ed.)
 1981 *Dependency Theory: A Critical Reassessment*. Londres, Frances Pinter.
- Shearman, P.
 1988 "Moderazione e Pragmatismo per un'Influenza Più Stabile". *Politica Internazionale*, n.º 3.
- Smart, D. A. (ed.)
 1978 *Pannekoek and Gorter's Marxism*. Londres, Pluto.
- Soljenítsin, Alexandr
 1973-1978 *The Gulag Archipelago, 1918-1956*. Londres, Collins/Fontana (3 vols.).
 1980 "Misconceptions about Russia Are a Threat to America". *Foreign Affairs*, Spring.
- Stalin, Josef
 1975 "Trotskyism or Leninism?", in J. Stalin, *On the Opposition*. Pequim, Editora em Línguas Estrangeiras.
 1977 "Balance del Primer Plan Quinquenal", in J. Stalin, *Cuestiones del Leninismo*. Pequim, Editora em Línguas Estrangeiras.
- Ticktin, Hillel
 1976 "The Contradictions of Soviet Society and Professor Bettelheim". *Critique*, n.º 6.
- Tiersky, Ronald
 1985 *Ordinary Stalinism: Democratic Centralism and the Question of Communist Political Development*. Londres, Allen & Unwin.
- Trotsky, Leon
 1975 "A 'Bloc' with Zinoviev (For a Diary)", in L. Trotsky, *The Challenge of the Left Opposition (1923-1925)*. New York, Pathfinder.
 1987 "Informe sobre a Nova Política Econômica e suas Condições", in A. Bertelli (org.), *A Nova Política Econômica (NEP)*. São Paulo, Global.
- Tsetung, Mao
 1977 *A Critique of Soviet Economics*. New York, Monthly Review.

- Tsukânov, Oleg
 1995 "A Essência e a Crise do Socialismo Feudal de Aparelho", in P. Vicente Sobrinho (org.), *Reflexões sobre a Desintegração do Comunismo Soviético*. São Paulo, Alfa-Omega.
- Tucker, Robert
 1977 "Stalinism as Revolution from Above", in R. Tucker (ed.), *Stalinism*. New York, W. W. Norton.
- Ulam, Adam
 1963 *The New Face of Soviet Totalitarianism*. Cambridge, Harvard University Press.
 1976 *Os Bolcheviques*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- Vodolazov, Grigori
 1990 "L'Essence et les Racines du Stalinisme". *Revue de Sciences Sociales en URSS*, n.º 3.
- Voline
 1990 *The Unknown Revolution*. Montréal, Black Rose.
- Wallerstein, Immanuel
 1974 "The Rise and Future Demise of the World Capitalist System". *Comparative Studies in Society and History*, vol. 16, n.º 4.
 1974-1988 *The Modern World System*. New York, Academic Press (3 vols.).
 1979 *The Capitalist World-Economy*. Cambridge, Cambridge University Press.
 1984a "Socialist States: Mercantilist Strategies and Revolutionary Objectives", in I. Wallerstein, *The Politics of the World Economy*. Cambridge, Cambridge University Press.
 1984b "Nationalism and the World Transition to Socialism: Is There a Crisis?", in I. Wallerstein, *The Politics of the World Economy*. Cambridge, Cambridge University Press.
 1984c "Patterns and Prospectives of the Capitalist World-Economy", in I. Wallerstein, *The Politics of the World Economy*. Cambridge, Cambridge University Press.
 1985 *O Capitalismo Histórico*. São Paulo, Brasiliense.
 1990 "Marx, Marxism-Leninism, and the Socialist Experiences in the Modern World-System". *Thesis Eleven*, n.º 27.
 1991 *Unthinking Social Science*. Cambridge, Polity Press.
- Yanowitch, Murray
 1977 *Social and Economic Inequality in the Soviet Union*. White Plains, M. E. Sharpe.
- Zaslavskaja, Tatiana
 1990 "Perestroika e Socialismo", in L. Pomeranz (org.), *Perestroika: Desafios da Transformação Social na URSS*. São Paulo, EDUSP.
- Zaslavsky, Victor
 1982 *The Neo-Stalinist State*. New York, Sharpe.
 1984 "Soviet Society and the World Systems Analysis". *Telos*, n.º 62.

Resumo

Leituras do Leste III. Parte Final: As Leituras Centradas na Prevalência do Capitalismo de Estado e/ou Burocrático e a Convergência Problemática no Conceito de Stalinismo.

Conclui uma seqüência de três artigos em que foram examinadas criticamente as principais teorias sobre as sociedades e os Estados que compunham o antigo "campo socialista" no Leste. O presente

artigo focaliza as distintas interpretações marxistas que identificaram a (re)emergência do capitalismo nessas sociedades já antes da “queda do muro” em 1989/1991. A resenha dessas leituras abrange a formulação original do conceito de “capitalismo de Estado” por Friedrich Engels e sua recuperação por Lênin e a liderança do Partido Bolchevique no início do século; as considerações social-democratas sobre a natureza burguesa da revolução soviética nos anos 20 (destacando as considerações de Karl Kautsky e dos mencheviques russos); a crítica dos comunistas *conselhistas* à experiência soviética (as posições de Herman Gorter, Anton Pannekoek, do KAPD alemão, de Karl Korsch, Arthur Rosenberg, Otto Ruhle e Paul Mattick); as reflexões de uma segunda vertente de “trotskistas dissidentes” (Raia Dunaievskaja, C. L. R. James e Tony Cliff); a teorização desenvolvida no âmbito do Grupo *Socialismo ou Barbárie* (com destaque para Cornelius Castoriadis e Claude Lefort); as teses maoístas e pós-maoístas (as posições oficiais do PC Chinês e do Partido do Trabalho da Albânia nos anos 60 e 70, além das reflexões desenvolvidas por Charles Bettelheim e Bernard Chavance); e a teorização desenvolvida a partir de perspectivas “mundial-sistêmicas” (como a de Immanuel Wallerstein e Robert Kurz). Ao final, é examinado criticamente o refúgio problemático da maior parte das interpretações marxistas (redesenhadas neste artigo e no anterior) sobre o conceito de stalinismo. Argumenta-se que este refúgio representa muito mais uma fuga dos problemas fundamentais que determinam a presente crise teórica do pensamento marxista do que uma tentativa corajosa de enfocá-los à luz da experiência negativa das primeiras experiências socialistas do nosso século.

Abstract

Interpretations of the East III: The Debate on the Nature of Soviet-Style Societies and States (Final Part: Interpretations Centered Around the Prevalence of State and/or Bureaucratic Capitalism and the Problematic Convergence Regarding the Concept of Stalinism)

This is the last in a series of three articles critiquing today's main theories on the societies and States formerly belonging to the East's socialist camp. This final article focuses on different Marxist interpretations that had identified the (re)emergence of capitalism within these societies even before the 1989-91 tumbling of the Berlin wall. The review of these readings encompasses (1) Friedrich Engels' original formulation of the State capitalism concept and its later resuscitation by Lenin and the Bolshevik party leadership in the early years of this century; (2) social-democratic views regarding the bourgeois nature of the Soviet revolution during the 1920s (highlighting the perspectives of Karl Kautsky and the Russian Mensheviks); (3) criticisms of the Soviet experience by the so-called council Communists (i.e., the positions of Herman Gorter, Anton Pannekoek, Germany's KAPD, Karl Korsch, Arthur Rosenberg, Otto Ruhle, and Paul Mattick); (4) the stances of a second line of 'dissident Trotskyists' (Raia Dunaievskaja, C.L.R. James, and Tony Cliff); (5) the theories developed by the Socialism or Barbarism group (particularly Cornelius Castoriadis and Claude Lefort); (6) Maoist and post-Maoist theses (the official positions of the Chinese C.P. and the Albanian Labor Party during the 1960s and 1970s, plus the ideas developed by Charles Bettelheim and Bernard Chavance); and (7) positions grounded in world-system theory (Immanuel Wallerstein and Robert Kurz, for example). The article closes with a critical examination of the problematic recourse used in most Marxist interpretations of the concept of *Stalinism* (reviews found in this and my previous article). It is argued that this recourse is more an escape from the fundamental problems underlying the current theoretical crisis in Marxist thinking than any courageous effort to examine these problems from the angle of the negative experience of this century's first experiments in socialism.

Notas Críticas à Literatura sobre Estado, Políticas Estatais e Atores Políticos

Eduardo Cesar Marques

Introdução

As décadas de 70 e 80 encerram grandes transformações em diversas dimensões da vida social. Podemos observar a desestruturação do padrão de acumulação implementado com maior força no pós-Guerra, com transformações nas estruturas produtivas, nas relações de produção, nos padrões de consumo, nas formas de sociabilidade e nas diversas espacialidades da economia mundial. Paralelamente e de forma articulada, os Estados de Bem-Estar foram paulatinamente desmontados. Atores sociais e políticos de importância fundamental para a compreensão da cena política e econômica dos países centrais até os anos 70, como os sindicatos e os grandes bancos americanos, perderam força, enquanto outros setores, como a indústria das finanças, ganharam importância. Os próprios Estados nacionais tiveram seu poder significativamente alterado, redesenhando o mapa do poder no mundo (cf. Carnoy *et alii*, 1994; Leborgne e Lipietz, 1990; Reich, 1994; Piccioto, 1991; Sassen, 1991; Soja, 1993 e 1994, entre outros).

Ao mesmo tempo, os anos 70 e 80 representam um marco nas Ciências Sociais. Com o esgotamento explicativo dos modelos macroteóricos, representados principalmente pelo funcionalismo e pelo marxismo, diante de um mundo em transformação, assistimos a uma grande efervescência teórica e à consolidação da busca de novos caminhos para a teoria social. A característica mais geral dessa busca de caminhos é a convergência. Em vez de se insistir nas polêmicas entre modelos

explicativos, alguns partindo das estruturas e outros da ação, a ordem do dia parece ser a produção de análises, trabalhos teóricos e metateóricos que permitam um diálogo entre paradigmas e matrizes disciplinares, incorporando e articulando olhares em vez de tentar hegemonizar um determinado campo de questões. Dentre essas novas perspectivas podemos destacar iniciativas tão diversas como a tentativa de John Rawls de construir uma teoria das possibilidades de justiça, incorporando a reciprocidade e os monumentais esforços de Jürgen Habermas de realizar uma síntese crítica das Ciências Sociais, construindo-lhes novas bases de forma a escapar das armadilhas postas por certos processos de racionalização sem abdicar do caráter crítico e ativo da razão moderna (cf. Rawls, 1992; Bernstein, 1985).

Nesta perspectiva de diálogo e convergência de olhares, merecem destaque, dentre as questões a serem rediscutidas, o Estado e seu papel na condução das políticas, seja pelos impasses e limites colocados aos Estados nacionais pelo processo de globalização da economia, seja pelo ataque neoliberal às estruturas de *welfare state* e à valorização de posturas teóricas pró-mercado, como os trabalhos da escola austríaca e principalmente Hayek (cf. Evans, 1993; Fiori, 1992; Roemer, 1994).

Também nesse campo, contribuições teóricas recentes têm introduzido novas possibilidades analíticas, oriundas de campos disciplinares diversos como a Ciência Política, a Economia e a Sociologia. A presente resenha pretende mapear essas contribuições, discutindo algumas das correntes da literatura consi-

deradas como as mais promissoras para o estudo de um tema específico: os atores políticos e sua capacidade de influenciar as políticas estatais. O ponto de partida para a discussão será a literatura neomarxista do Estado. Chamo de neomarxismo a corrente de estudos que voltou a trabalhar o papel do Estado na sociedade capitalista no interior do paradigma marxista a partir da década de 60, após um longo período de distanciamento da problemática. Acredito que esta perspectiva de análise apresenta grande valor explicativo das ações do Estado. O destaque dado pelos autores marxistas, tanto clássicos como contemporâneos, aos interesses dos atores, assim como a idéia de que a burguesia, na maior parte das situações históricas, constitui o principal ator político na definição das ações do Estado, encontra respaldo direto na forma como se desenvolve a luta política, e por esta razão essa literatura será adotada como referência para a discussão a ser travada aqui. O ponto a criticar na perspectiva neomarxista está em que o privilegiamento deste ator foi transformado por aquela literatura em sobredeterminação, definindo *a priori* o resultado das lutas concretas que se desenrolaram na sociedade. O diálogo com as demais tradições pretende ressaltar a relevância de outros atores, enriquecendo e complexificando a realidade descrita pelo modelo teórico marxista.

Ressaltamos aqui a importância de dois outros atores, considerados também como fundamentais na constituição e gestão das ações do Estado: os agentes estatais e as corporações profissionais. O trabalho toma então a forma de uma crítica à literatura marxista formulada a partir das perspectivas das literaturas neo-institucionalista, da análise setorial e do *State-in-society approach*. A primeira perspectiva constitui-se hoje em umas das mais promissoras linhas de estudo sobre o Estado, as políticas públicas ressaltando o papel do próprio Estado, conforme será discutido posteriormente.¹ A análise setorial apresenta abrangência muito menor, mas produziu um modelo de análise bastante eficiente que ressalta de maneira específica um dos atores mais importantes na

produção e implementação de políticas setoriais — as comunidades profissionais. A terceira perspectiva, partindo de uma concordância parcial com os neo-institucionalistas, tenta reincorporar à análise os atores presentes na sociedade, adotando um eixo de análise mais balanceado nas ênfases entre Estado e sociedade. A introdução de elementos diversos em debate com os marxistas fará com que observemos os limites e contribuições das quatro perspectivas. Discutirei duas questões fundamentais presentes na literatura: a natureza do Estado e o papel dos diversos atores na proposição, implementação, gestão e resultados das políticas públicas.

É importante que se ressalte que as quatro perspectivas trabalhadas aqui têm *status* teórico completamente diverso, e o debate entre elas pretende ressaltar questões com objetivos meramente analíticos. A perspectiva marxista se conforma como uma teoria geral da sociedade, da economia e da política, pretendendo dar conta de uma teoria geral da história, de um modelo da economia sob o capitalismo e de uma teoria social capaz de explicar sociedades capitalistas específicas (Katznelson, 1992, cap. 2).

O neo-institucionalismo, por sua parte, pretende constituir-se em uma teoria de médio alcance, re-introduzindo as variáveis institucionais nos debates sobre a política e a economia. Acredito que não estaríamos longe da realidade se definíssemos o neo-institucionalismo como um lugar analítico e metodológico para o qual têm convergido estudiosos descontentes com os enfoques correntes em suas disciplinas e áreas temáticas respectivas, sejam elas a economia, a política, a sociologia, os estudos históricos ou a política comparada. Como consequência, a perspectiva é marcada por uma postura teórica muito aberta, na qual a hierarquia dos fatores mais importantes para o estudo de cada caso é dada *a posteriori*, segundo as conjunturas encontradas. Assim, embora considere os argumentos neo-institucionalistas de grande importância para a realização de uma crítica construtiva da perspectiva marxista, esta não se constitui como teoria

(visto que quase tudo importa), mas como um ferramental analítico de grande valia para o estudo do Estado e suas políticas públicas (Przeworski, 1990, pp. 30-7). Voltaremos a este ponto mais adiante no texto.

A análise setorial, por sua vez, constitui-se em uma abordagem específica construída com objetivos analíticos, pretendendo dar conta da análise do “Estado em ação”. A análise, desta perspectiva, de fatores relacionados com a dinâmica política e social mais geral está relacionada apenas à convicção dos autores da necessidade de integrar a análise das políticas públicas em uma concepção mais geral das relações Estado-sociedade (Jobert e Muller, 1987, p. 10). A perspectiva do *State-in-society*, por fim, se conforma como uma continuação crítica do neo-institucionalismo, como será observado no desenrolar do texto. Embora em sua formulação original consubstanciada em Migdal *et alii* (1994), a perspectiva presente objetivos teóricos ainda mais modestos — dar conta do estudo de processos sociais e políticos de transformação em países de Terceiro Mundo — acredito que as discussões trazidas por aquela literatura contribuem para o estudo dos processos políticos em âmbito mais geral.

O texto será dividido em seis partes. Na primeira resenharei as contribuições de uma série de autores da tradição marxista com relação aos pontos citados anteriormente. Na segunda, terceira e quarta partes levantarei alguns pontos presentes nas literaturas neo-institucionalista, da análise setorial e do *State-in-society* que me parecem importantes para a crítica à perspectiva marxista. Na quinta parte, discutirei os argumentos colocados pela literatura marxista à luz das outras perspectivas. Na sexta e última parte concluirei retomando as questões fundamentais do debate e acrescentando algumas considerações sobre a relevância dos argumentos para a análise das políticas públicas no Brasil.

Estado e Atores no Marxismo

A literatura marxista enfoca o Estado e a questão das políticas públicas de um ângulo bastante preciso. Para os autores que operam

no interior deste paradigma, o Estado tem um caráter de classe. São inúmeras as formas de explicar a relação Estado-capital, mas a subordinação do primeiro ao segundo está presente em todas as versões da tradição, mesmo que de forma indireta e mediada. As ações do Estado podem ser explicadas através da estrutura da sociedade capitalista, da ação direta e da articulação dos capitalistas, de sua ação indireta através de mecanismos de socialização política, da diferente posição estrutural das diversas classes no capitalismo ou considerando a estruturação interna do Estado como filtro contra políticas danosas ao capital.

Para os autores desta perspectiva, a luta política não é contingente, ou a sua margem de contingência é muito pequena. Apenas alguns poucos autores marxistas, como Adam Przeworski, Bob Jessop e Mike Davis consideram de forma central as estratégias dos atores, sendo que apenas os dois primeiros estudam centralmente o Estado (ver Przeworski, 1989, 1990, 1994a e 1994b; Jessop, 1983 e 1985; Davis, 1981 e 1993a, b, c, d). Considerando a grande variedade de enfoques e argumentos com relação ao papel do Estado, a análise da literatura marxista será feita aqui a partir do privilegiamento de certas questões.

A Autonomia Relativa

Da perspectiva marxista clássica, o Estado deve ser entendido como um órgão diretamente de classe. Esta forma de interpretar o Estado estava presente já em Marx, que ao menos em um determinado momento de sua produção considerava que a burguesia: “acabou por conquistar [...] o domínio político exclusivo no moderno Estado parlamentar. O executivo do Estado moderno não é mais do que uma comissão para administrar os negócios coletivos de toda a classe burguesa” (Marx e Engels, 1987, p. 36). Esta postura era não apenas teórica, mas também política, visto que estava diretamente associada à definição de uma estratégia de luta para os trabalhadores.

Ao longo dos vinte anos que se seguiram à derrota das classes trabalhadoras nas revoluções de 1848, Marx relativizou sua posição

com relação à dominação direta da burguesia sobre o Estado, mantendo, no entanto, a subordinação estrutural deste aos interesses da classe economicamente dominante. Essa postura tomou corpo nas teorias da autonomia e da abdicação de Luís Bonaparte apresentadas no seu magistral "O 18 Brumário de Luís Bonaparte". Segundo essas teorias, em uma conjuntura política específica e contingente o Estado pode se autonomizar com relação às classes, dependendo inclusive da consolidação da "máquina do Estado [...] em relação à sociedade burguesa" (Marx, 1982, p. 125). Esta autonomia, no entanto, não é levada ao seu limite, e o ator individual que exerce o poder autonomamente acaba por agir em favor da burguesia. Esta abdica do exercício direto do poder para exercê-lo indiretamente. Não se trata de resenhar aqui o pensamento de Marx sobre o Estado, bastante complexo e multifacetado, mas de ressaltar que alguns dos principais argumentos presentes no debate recente dos neomarxistas já haviam sido colocados por ele.

A obra teórica que coloca pela primeira vez o Estado no centro do marxismo é a de Nicos Poulantzas. Para a primeira formulação do pensamento deste autor, o Estado cumpriria a dupla função de organizar os interesses dos capitalistas como classe, atomizados no mercado, e desorganizar os trabalhadores como classe, apresentados na esfera da política como cidadãos e não como vendedores de força de trabalho. Dessa forma, as ações do Estado apresentariam uma autonomia relativa, existindo uma margem de manobra para a realização de ações legitimadoras da ordem e do Estado burgueses que não entrassem em choque com as políticas de interesse estrito do capital. Para ele, o capital não poderia ser interpretado de forma monolítica, mas apresentaria inúmeras frações em luta constante.

As classes e frações hegemônicas na formação social formariam o bloco no poder, articulação contraditória que controlaria o Estado, imprimindo a este a racionalidade dos interesses das frações hegemônicas. Por outro lado, em face da contradição principal, as contradições internas da burguesia perderiam im-

portância, e o Estado se autonomizaria em relação aos interesses da fração hegemônica implementando, em última instância, ações que reproduzissem a sociedade capitalista como tal.

Poulantzas apresentou posteriormente uma segunda formulação de sua teoria, em que define o Estado não mais a partir de suas funções, mas de sua natureza. Para ele o Estado seria um campo de poder, uma arena, onde se condensariam materialmente as lutas e conflitos entre os diversos atores: classes e frações de classe. Este campo organizaria as classes dominantes em torno dos interesses de curto prazo das frações hegemônicas no bloco de poder, e da classe burguesa no longo prazo. Isso seria possível pela autonomia relativa do Estado no que tange aos interesses particulares dos grupos e frações de classe. Da mesma forma, o Estado desorganizaria as classes dominadas por concentrar em si a relação de força entre dominados e dominadores. Como o Estado não seria o depositário de um poder externo ou uma fonte do poder em si, mas um campo de lutas, suas diversas agências apresentariam caráter contraditório, defendendo posições divergentes com relação às classes, às frações de classe, e mesmo aos diversos componentes do bloco no poder. De toda a forma, no entanto, o Estado capitalista apresentaria irreversível caráter de classe, sendo impossível às classes dominadas assumir o seu controle, ou de agências centrais, na condução das políticas estatais.

A teoria do Estado contida no segundo Poulantzas apresenta, portanto, caráter contraditório. Ao mesmo tempo que admite um grau elevado de contingência das lutas políticas quando define o Estado, afirma o determinismo dos interesses da burguesia quando o coloca em ação. Conforme observaremos adiante, um outro autor marxista, Bob Jessop, realizará uma leitura deste segundo Poulantzas que aprofunda a contingência da luta política priorizando o estudo das estratégias e dos projetos das diversas classes e frações de classe.

A Desproporcionalidade do Poder Social

O tema da desproporcionalidade do poder das classes não é privilégio da literatura marxista.² Esta, no entanto, é a que tem tematizado a questão de maneira mais central, além de ser a única que afirma que a desproporcionalidade do poder imprime ao Estado um caráter de classe. A forma de apresentá-la varia bastante de autor para autor, embora os vários enfoques sejam convergentes, cada um apresentando uma das fontes do desequilíbrio estrutural de poder. Cada uma dessas explicações naturalmente apresenta uma das facetas do caráter classista do Estado e suas ações. Usualmente são três as questões enfocadas, as quais veremos a seguir.

As Elites Econômicas e Estatais

Alguns autores marxistas revisitaram a teoria das elites de Charles Wright Mills, utilizando a idéia de elite do poder articulada com o estudo das classes sociais. Para eles, a presença de uma elite estatal explicaria o caráter de classe das ações do Estado. A classe capitalista seria entendida como sendo a dominante, isto é, como uma “classe social que exerce poder sobre o governo [aparato estatal] e subordina a população de uma dada nação [Estado]” (Domnhoff, 1979, p. 12).

Para Domnhoff, esse domínio seria alcançado através de quatro processos: a influência para a satisfação de interesses particulares pontuais, o processo de formação das políticas públicas, a escolha de candidatos a cargos eletivos, e a ideologia, que disseminaria valores e crenças permitindo a manutenção do *status quo*. O agente direto desses processos seria a elite no poder, entendida por Domnhoff como o “braço operacional da classe dirigente” (*idem*, p. 13), composta por membros da classe capitalista ou altos funcionários de empresas de sua propriedade.

Para este autor, que realizou estudo detalhado sobre a influência das elites e da classe dirigente nos Estados Unidos, a desproporção estrutural de poder na sociedade capitalista

estaria associada à distribuição desigual de renda e riqueza, a padrões diferenciados de vida e bem-estar, ao controle sobre as mais importantes instituições sociais e econômicas do país, e, por fim, ao domínio direto sobre os processos governamentais. Dos quatro processos citados anteriormente, o mais importante para a demonstração do caráter classista do Estado seria o da produção das políticas públicas, especialmente nas “grandes questões” como as políticas externa, fiscal, ambiental e de bem-estar. O autor destaca a importância de uma série de organizações empresariais e paraempresariais na “rede de produção das políticas”. Para ele, ao contrário do processo pulverizado de representação de interesses, a produção das políticas sobre os grandes temas é um ponto de convergência da ação da classe dominante. A articulação dos inúmeros e dispersos interesses privados em torno de consensos sobre temas fundamentais seria conseguida através da ação de suas organizações, que também serviriam de correia de transmissão para a imposição das políticas ao Estado. Para Domnhoff, o caráter classista do Estado estaria associado às ações da elite no poder e de suas instituições.

Em uma linha de análise similar, Ralph Miliband, o mais importante autor desta perspectiva, ressalta o papel da elite estatal na fixação das políticas e ações do Estado. Miliband observou o Estado de uma forma muito mais próxima, distinguindo suas diversas partes — o governo, o elemento administrativo, os militares, o judiciário e as unidades locais. A elite estatal seria composta pelas pessoas em posição de comando em cada uma dessas instituições. Ao contrário de Domnhoff, que imputa uma importância muito grande à associação entre elites estatais e econômicas, para Miliband a elite estatal não seria um mero rebatimento, mesmo que mediado, dos capitalistas. A classe capitalista não estaria no governo, apesar de ser “bem representada no executivo político e em outras partes do sistema estatal” (Miliband, 1972, p. 74). A forma como o autor explica a influência e o lugar privilegiado de poder do empresariado está associada

à idéia da socialização política e à posição dos capitalistas no sistema de valores e representações sobre a sociedade, conforme será comentado a seguir. Para Miliband, a existência da elite estatal explica o caráter de classe do Estado, mas a explicação da existência dessa elite não se situa na esfera econômica, mas, simultaneamente, na cultura e na política.

A Articulação dos Capitalistas

A existência de um certo padrão de articulação entre os capitalistas é central na obra de Domnhoff. No entanto, este autor trata como dado um certo padrão de articulação, não investigando a lógica de sua ação coletiva. Esta lógica é estudada centralmente por Offe (1984), que analisa as ações coletivas de capitalistas e trabalhadores. Ao demonstrar a diferença entre elas, o autor explicita mais um importante desnível estrutural na distribuição de poder na sociedade.

A análise de Offe parte da idéia de que a concentração das unidades de capital nas mãos de cada capitalista, apesar de individual, já tem conseqüências coletivas. Desta forma, a primeira agregação de trabalhadores — o sindicato — responde à própria existência do capital como relação social. A diferença entre as duas ações coletivas está em que para os trabalhadores, a ação deve ser precedida de solidariedade (única forma de evitar o dilema do prisioneiro), organização e diálogo, e para o capitalista não há necessidade de nenhuma ação, visto que a sua própria existência subordina, por definição, o trabalho morto ao seu comando.

Além disso, para alcançar outros níveis de agregação — centrais, federações e associações — os capitalistas encontram grande facilidade, considerando que seus interesses são objetivos e mensuráveis, permitindo um cálculo de custos e benefícios claro e direto. Para os trabalhadores as dificuldades são muito maiores, já que os custos e benefícios não são tão claros, e a diversidade dos interesses é maior do que para os capitalistas. Por outro lado, como conseqüência do caráter dialógico de sua ação coletiva, as lideranças dos trabalhadores acu-

mulam muito menos poder do que as lideranças empresariais. Enquanto a organização dos trabalhadores tem poder potencial proporcional à participação de seus membros, e deve convencer o maior número a participar o maior tempo possível, a dos capitalistas tem poder proporcional aos recursos financeiros de que dispõe.

Assim, as ações coletivas de trabalhadores e capitalistas obedecem a lógicas absolutamente diversas, não apenas pelas diferentes estruturas de preferências, mas pelas próprias posições dos atores nas relações de produção. Ao contrário do que sustentaria a literatura pluralista, portanto, a distribuição assimétrica da capacidade de fazer representar seus interesses dá diferente poder às duas classes. Como resultado, o Estado é muito mais influenciado por capitalistas do que por trabalhadores.

Mas de que forma se articulam os capitalistas como classe? Esta pergunta é respondida principalmente de duas formas distintas pela literatura marxista. Em uma primeira perspectiva, adotada por Domnhoff em seu estudo sobre os Estados Unidos, os capitalistas se articulam duplamente através de uma origem de classe comum, o que inclui uma socialização própria através de clubes, escolas, casamentos cruzados etc., mas principalmente através de entidades representativas que se relacionam de inúmeras formas com os aparelhos de Estado influenciando as políticas públicas.

Através de uma outra linha analítica, autores como o inglês Michael Useem ressaltam o papel da interpenetração das propriedades empresariais na formação de um fórum de articulação dos interesses de classe. Segundo este autor, a superposição das diretorias das grandes empresas com inúmeros membros comuns de mesma origem social, formaria o *inner circle*, espaço de discussão e produção do interesse e da estratégia de classe capitalista. Para o autor, as transformações recentes na organização interna dos grandes grupos empresariais e na formação de seus interesses expressariam o surgimento do "capitalismo

institucional”, uma nova “forma através da qual o capital tenta moldar seu ambiente político” (Useem, 1983, p. 300). De forma paralela a essa articulação, o mundo dos negócios tomaria cada vez maiores responsabilidades com relação ao planejamento e ao controle sobre a economia, reduzindo a margem de poder do Estado, e conseqüentemente a sua autonomia. O caráter de classe do Estado estaria associado crescentemente à sua subordinação ao “capital coletivo”.

A Reprodução dos Valores Burgueses

Em vários dos autores citados cabe à socialização política parte da explicação da natureza classista do Estado. O autor que desenvolve de forma mais clara este argumento é Ralph Miliband. Para ele, o compartilhamento do universo de valores e representações é a explicação de fundo para o caráter de classe do Estado na sociedade capitalista. Para o autor, apesar das ações dos capitalistas não terem, de forma alguma, um caráter neutro em relação à política, o número de empresários envolvido com tais questões é relativamente muito pequeno e não poderia explicar todas as ações do Estado. O importante é que o controle e a gestão do Estado estão a cargo da elite estatal, que tem a mesma composição que a elite econômica. Nas palavras de Miliband:

“isto porque os empresários pertencem, em termos econômicos e sociais, às classes médias e altas — e é justamente nessas classes que são recrutados predominantemente, para não dizer em sua maioria esmagadora, os membros da elite estatal” (Miliband, 1972, p. 79).

O controle do Estado está, portanto, entregue a pessoas imersas no mesmo conjunto de valores, visões de mundo e representações dos capitalistas. Esta situação faz com que os interesses de classe do capital sejam entendidos como os interesses nacionais, o que o autor denomina “tendência preconceituosa em relação a determinadas classes, interesses ou grupos” (*idem*, p. 96). Este fenômeno, também ressaltado por Offe (1984), reduz de forma drástica a ocorrência de ações estatais contra

os interesses do capital. Quando ocorrem, essas ações são dirigidas a capitais individuais ou a frações não hegemônicas. Miliband utiliza esse raciocínio para explicar por que mesmo os partidos socialistas, quando chegam ao poder, quase nunca adotam medidas contra os interesses do capital em geral.³ Como contraponto, ações em favor de capitais individuais, ou no interesse do capital em geral, são muito mais prováveis.

A Dependência Estrutural do Estado ao Capital

O tema dos limites do poder estatal em uma sociedade em que os meios de produção se encontram sob controle dos capitalistas também não é privilégio da literatura marxista, tendo sido desenvolvido também por Lindblom (1979). Para os marxistas, no entanto, esta questão é fundamental para que se entenda o caráter classista do Estado na sociedade capitalista. Para Offe e Volker, esta questão envolve duas características fundamentais da forma institucional do poder público denominada de Estado capitalista, sendo parte de sua definição “a privatização da produção — o poder público está estruturalmente impedido de organizar a produção material segundo seus próprios critérios políticos [...] e a [...] dependência dos impostos — o poder público depende, indiretamente, através de mecanismos do sistema tributário, do volume de acumulação privada” (Offe e Volker, 1984, p. 123). Como o Estado não dispõe dos meios de produção, e depende do ritmo da acumulação para sua sobrevivência financeira, as ações estatais muito raramente irão contra os interesses do capital. É interessante que se observe que este argumento dá materialidade à “tendência preconceituosa do sistema”, ao menos no que se refere ao Estado.

Este argumento também é desenvolvido por Przeworski (1994a). Para ele, que pretendia neste trabalho recuperar o argumento em debate com autores pluralistas, a questão colocada pela literatura marxista é absolutamente pertinente, visto que a autoridade política e a propriedade são dissociadas na sociedade ca-

pitalista. Além disso, enquanto as decisões do Estado são centralizadas, as que ocorrem no mercado são descentralizadas e dispersas. O Estado está envolto, portanto, em um alto grau de imprevisibilidade com relação às suas ações, inclusive porque essas também transformam a estrutura de preferências dos consumidores e firmas. O autor destaca, no entanto — e este é um ponto importante —, que a dependência estrutural é de natureza econômica, sendo necessário observá-la como um “produto dos conflitos políticos que colocam o Estado em uma situação de dependência dos atores privados” (*idem*, p. 8). Esta postura com relação à contingência dos resultados da luta política coloca o autor em um lugar muito específico no interior do debate marxista, reafirmando a centralidade dos capitalistas, mas negando o caráter classista do Estado. Este ponto será retomado mais adiante.

Um outro autor do campo marxista, Fred Block, também destaca a importância da propriedade privada na criação de uma dependência estrutural do Estado ao capital. Para ele, a divisão do trabalho entre capital, pessoal do Estado e classe trabalhadora faz o aparato estatal dependente do nível de atividade econômica. Esta situação daria aos capitalistas um poder de veto com relação às políticas estatais, desencorajando o pessoal do Estado a adotar políticas danosas ao capital. O veto, longe de ser consciente, estaria consubstanciado no clima dos negócios presente da sociedade — a confiança do mundo dos negócios⁴ — e seria produto da agregação dos comportamentos individuais dos capitalistas. Como resultado do mecanismo, praticamente nunca seriam adotadas políticas em desacordo com os interesses do capital, e intervenções em seu favor são muito prováveis. Apesar da existência de uma dependência do Estado ao capital, me parece que Fred Block exagera quando considera a mobilidade do capital completa e as oportunidades de valorização múltiplas e infinitas. Embora essa situação seja cada vez mais observada para os capitais financeiros em mercados crescentemente globalizados, está bastante longe de caracterizar o capital em geral, na sua

maior parte “fixado” a territórios no interior de Estados nacionais.

A Seletividade Estrutural do Estado Capitalista

O último argumento importante da literatura marxista diz respeito ao efeito da estrutura interna do Estado capitalista sobre as políticas por ele implementadas. Para Offe (1975), o principal defensor desta perspectiva, não basta o estudo do conteúdo das políticas, embora este seja importante. É imprescindível analisar os procedimentos formais que geram as ações estatais. A relação entre forma e conteúdo das políticas é biunívoca e simétrica: “as regras formais que estruturam e dão continuidade à operação do aparato estatal não são meramente procedimentos instrumentais criados para executar ou implementar objetivos políticos ou para resolver problemas sociais. Eles próprios determinam, de uma forma oculta e implícita, que objetivos potenciais serão estes e que problemas terão chance de aparecer na agenda do sistema político” (*idem*, p. 135).

Para Offe, as estruturas estatais seriam dotadas de seletividade, que filtraria as questões apresentadas ao Estado, implementando as ações associadas diretamente à criação e recriação das condições de acumulação e ao processo de legitimação da dominação de classe. A seletividade, característica estrutural do Estado capitalista, operaria sucessivamente através de sua estrutura, da ideologia, do processo político e da repressão. Apesar de emprestar grande importância à relação entre a forma do Estado e a acumulação, e ao efeito da primeira sobre a segunda, Offe não investiga o caminho contrário, ou como o processo de acumulação se cristaliza e molda a forma do Estado.

Partindo de uma perspectiva diversa, Bob Jessop (1983) indica uma linha analítica bastante mais promissora para o entendimento da questão. Para ele, a superação dos problemas da teoria marxista do Estado, causados pelo uso do conceito de autonomia relativa, passa pela utilização dos conceitos de estratégia e hegemonia. Embora os conceitos permitam

que se trabalhe com um nível considerável de contingência na luta política, implicitamente colocam em xeque o caráter classista do Estado e da sociedade.

Para Jessop, o modelo de crescimento econômico vigente expressa a estratégia de acumulação da fração de capital que conseguiu conquistar hegemonia econômica no sentido gramsciano, bastante diverso da dominação econômica. Essa estratégia seria, portanto, uma dentre muitas possíveis, dependendo das inúmeras correlações de forças presentes na sociedade. Segundo esta perspectiva, o caminho estaria aberto inclusive para a conquista da hegemonia por frações do capital que, impondo o seu projeto, agissem contra os interesses do capital em geral, ou dos capitalistas do classe. Este seria o caso da estratégia de acumulação hegemônica no capitalismo inglês, que subordinando o modelo econômico aos interesses dos capitais financeiros da City, teria levado a uma extraordinária perda de posições dos capitais britânicos no cenário internacional.

Da mesma forma que a estratégia de acumulação no campo econômico, existiriam projetos hegemônicos na sociedade como um todo, associados primordialmente a assuntos não-econômicos. As estratégias de acumulação mais próximas do projeto hegemônico teriam maiores chances de se tornarem hegemônicas. Ambas as hegemonias estariam ligadas, não apenas às classes ou frações de classe hegemônicas na sociedade, mas a outros grupos sociais. Para o autor, os intelectuais orgânicos, por exemplo, têm papel de destaque na formulação dos projetos hegemônicos.

Para Jessop, a forma do Estado é a materialização dos projetos, estratégias e lutas ocorridas no passado. A seletividade das estruturas estatais, portanto, não apenas influi de forma central nos padrões de acumulação e nos projetos de desenvolvimento, como é, ela própria, produto das lutas travadas anteriormente e das diversas estratégias dos atores.

Apesar de chamarem a atenção para a importância da forma do Estado, Offe e Jessop não deixam de considerar a centralidade da

relação Estado-capital na formação das políticas. Isto faz com que suas obras se diferenciem de maneira fundamental da produção dos autores neo-institucionalistas e da análise setorial, mesmo a de Jessop, que adota alguns conceitos assemelhados como teve oportunidade de destacar. O papel da burguesia aqui é absolutamente central, e a análise das políticas públicas passa fundamentalmente pelo estudo de sua influência na definição das ações do Estado.

Estado e Atores na Perspectiva Institucional

Denominamos neo-institucionalismo a corrente recente das Ciências Sociais que tem ressaltado, de maneira enfática, a importância das instituições para o entendimento dos processos sociais. O neo-institucionalismo não se configura como uma corrente teórica unitária, mas como um lugar para o qual têm convergido teóricos e estudiosos de diversos matizes e origens disciplinares no interior das Ciências Sociais, desde a economia neoclássica até a ciência política de inspiração marxista, por exemplo. Em todos os casos, esses estudiosos ressaltam que as instituições importam, e que longe de representarem um rebatimento de outros fenômenos ou esferas, as instituições devem ser encaradas de forma central nas análises relativas aos processos políticos e sociais. São enfocadas sob esta ótica questões tão díspares como o funcionamento do mercado, as políticas públicas, a formação das classes sociais e a constituição dos Estados nacionais. Para os neo-institucionalistas não é possível estabelecer grandes postulados definitivos ou teorias gerais, mas apenas teorias de médio alcance baseadas em afirmações provisórias a serem testadas e alteradas a partir da realização de estudos históricos.

A denominação neo-institucionalismo sugere uma linha de continuidade com o antigo institucionalismo da Ciência Política, em que se realizavam comparações estáticas de estruturas institucionais e jurídicas em diferentes países e estados norte-americanos.⁵ Esta ligação, no entanto, não é verdadeira, e o neo-ins-

titucionalismo encontra sua ancestralidade muito mais em autores como Alexis de Tocqueville, Karl Marx, Max Weber e Karl Polanyi do que no antigo institucionalismo. Na verdade, as razões da convergência de autores oriundos de lugares teóricos e epistemológicos tão distintos estão relacionadas justamente com a rejeição de modelos de análise estáticos, e com a necessidade de incorporar as particularidades específicas de cada situação histórica nas análises. Sob o ponto de vista concreto, o neo-institucionalismo surge como uma reação aos estudos de política comparada e de ciência política de inspiração behaviorista presentes e hegemônicos no cenário acadêmico e intelectual norte-americano até a década de 1970.⁶ Um dos pontos mais importantes da crítica neo-institucionalista a estes trabalhos diz respeito à sua incapacidade de dar conta da diversidade de situações históricas presentes nos países centrais durante a reestruturação econômica e institucional ocorrida a partir das décadas de 1960 e 70. Quais seriam as razões que explicariam as diferentes respostas à crise implementadas por países de níveis de desenvolvimento similares, assim como a diferente eficácia das reestruturações? Para os autores desta corrente analítica, a resposta está na diversidade de arcabouços institucionais, e na forma como as estratégias de reestruturação se articularam com eles.

Duas distinções conceituais devem ser estabelecidas antes de apresentarmos a perspectiva neo-institucional. Em primeiro lugar, é necessário estabelecer os limites do próprio conceito de instituição. De uma forma abstrata, para os neo-institucionalistas, enquanto os atores sociais poderiam ser comparados aos jogadores em uma partida esportiva, as instituições seriam a delimitação do campo e as regras do jogo. Concretamente, a amplitude do conceito de instituição tem sido motivo de polêmica na literatura. Segundo uma perspectiva, as instituições incluem “regras formais, procedimentos consentidos, práticas operacionais padronizadas que estruturam a relação entre os indivíduos nas várias unidades da política e da economia” (Hall *apud* Thelen e

Steinmo, 1992, p. 2, nota 7). Esta definição ampla inclui tanto regras formais como constrangimentos informais relacionados com códigos de comportamento e convenções em geral. Levy (1991a, p. 81) critica a amplitude desta definição e propõe uma distinção entre as normas, cujos incentivos e desincentivos são cognitivos e sociais, e as instituições que “contêm um aspecto legal e repousam numa estrutura relativamente clara de implementação de decisões”. É interessante observar que essa distinção é também central para autores não institucionalistas, como, por exemplo, o marxista analítico Jon Elster, para quem, enquanto as normas representam “alguma propensão psicológica sobre a qual sabemos pouco”, as instituições representam as regras do jogo postas para todos os agentes sociais em suas decisões individuais, protegendo a sociedade das “conseqüências destrutivas da paixão e do auto-interesse” (Elster, 1994, pp. 148 e 174).

Douglass North (1990) propõe a segunda distinção conceitual importante, sugerindo a separação entre instituições e organizações. A fronteira entre os dois grupos freqüentemente é de difícil construção, mas representa um importante passo para o entendimento do funcionamento de ambos. Embora North não compartilhe da primeira distinção com Levy, e proponha o estudo tanto de constrangimentos informais como formais, defende que se diferenciem as instituições das organizações. Enquanto as primeiras “incluem qualquer forma de constrangimento que molda as interações humanas”, as segundas englobam “corpos políticos (partidos políticos, o Senado, uma prefeitura, uma agência regulatória), corpos econômicos (firmas, sindicatos, fazendas familiares, cooperativas), corpos sociais (igrejas, clubes, associações atléticas) e corpos educacionais (escolas, universidades, centros de treinamento vocacional)” (*idem*, pp. 4-5).

No interior do neo-institucionalismo podemos observar duas grandes correntes oriundas de pontos de partida muito diversos e que discutem os processos analisados aqui:⁷ a primeira originária da teoria da escolha racional

e da economia neoclássica e a segunda da sociologia histórica, isto é, de estudos históricos comparativos de inspiração marxista e weberiana.⁸ A primeira corrente é usualmente conhecida como neo-institucionalismo da escolha racional e a segunda como neo-institucionalismo histórico. As duas correntes têm em comum a “preocupação com a pergunta de como as instituições moldam as estratégias políticas e influenciam os resultados políticos” (Thelen e Steinmo, 1992, p. 7). As diferenças entre as perspectivas, no entanto, são bastante grandes, e apesar de esforços de aproximação, um diálogo mais intenso parece difícil.⁹

O neo-institucionalismo da escolha racional considera as instituições fundamentais para a definição das estratégias dos atores. Para eles, as instituições representam constrangimentos à escolha estratégica, alterando o comportamento auto-interessado. As instituições resolveriam situações de impasse em interações estratégicas, reduzindo a ocorrência de soluções subótimas. Utilizando a teoria dos jogos, poderíamos dizer que situações do tipo dilema do prisioneiro seriam minimizadas, o que reduziria os riscos de participar de transações desse tipo. Através desse conceito de instituição, os economistas poderiam resolver o problema dos custos presentes em qualquer transação oriundos da imperfeição da informação. Segundo os neo-institucionalistas da escolha racional, ao contrário do que afirma a teoria neoclássica, em toda transação o conhecimento dos agentes sobre as condições que cercam o negócio não é perfeito e completo.¹⁰

Em todas as trocas os preços têm imbutidos os custos relativos às incertezas e à redução do risco. Na venda de uma casa, por exemplo, o comprador tentará reduzir o preço por não estar perfeitamente informado sobre as condições físicas do imóvel, a ocorrência de problemas com a vizinhança etc. O vendedor, por sua vez, tentará aumentar o preço por não conhecer completamente as condições financeiras do comprador, a sua boa fé etc. Para o aumento das informações e a redução dos riscos serão contratados advogados, empresas de investigação, avaliadores, consultores dos

mais variados tipos. Os custos de todos esses serviços serão repassados ao negócio. Todos os preços incluiriam, então, além dos custos de transformação, custos de transação, e as instituições serviriam para reduzir estes últimos, diminuindo a fricção e tornando possível a disseminação das trocas a custos baixos.

Autores em uma posição intermediária entre os neo-institucionalistas da escolha racional e históricos criticam o princípio funcionalista presente por trás dessa afirmação, defendendo que as instituições podem até reduzir os custos de transação, mas não existem para e por causa disso. Para North (1990), só se poderia afirmar a funcionalidade das instituições se se descobrisse um ator consciente que as construfsse, ou ao menos um processo que selecionasse as mais úteis. Este argumento, além de ontologicamente inconsistente para as Ciências Sociais, não se verifica empiricamente: enquanto uma série de instituições existentes historicamente realmente reduzem os custos de transação, outras os aumentam. Para North, as instituições são o produto da ação estratégica dos atores (embora também sejam um constrangimento a ela) e podem funcionar bem ou mal, tanto como produto de intenções, como de conseqüências não previstas. North utiliza esta idéia para explicar a existência de tão grandes diferenças entre as *performances* econômicas entre países. Os arcabouços institucionais interferem diretamente na economia, reduzindo custos de transação ou aumentando-os. Este último caso expressaria boa parte das razões da continuidade do atraso dos países do Terceiro Mundo.¹¹

A segunda corrente do neo-institucionalismo corresponde ao neo-institucionalismo histórico. Os autores desta corrente concordam que as instituições estruturam as situações em que os atores se encontram, alterando suas estratégias. No entanto, os históricos discordam de que os atores sejam maximizadores bem-informados e egoístas de preferências, como considera a escolha racional, afirmando que os agentes, na maior parte do tempo, tentam seguir as regras e normas sociais sem pensar sobre o seu próprio interesse. Além

disto, e este é o ponto mais importante, as instituições para eles não apenas constroem as interações sociais, mas também alteram a conformação das preferências dos atores. Enquanto para os neoclássicos e neo-institucionalistas da escolha racional as preferências são exógenas ao modelo, para os neo-institucionalistas históricos as preferências são endógenas, sendo construídas social e politicamente no bojo dos processos sob estudo. Para eles, “as instituições não são apenas mais uma variável, [...]. Dando forma não apenas às estratégias dos atores (como na escolha racional), mas às suas metas também, e mediando suas relações de cooperação e conflito, as instituições estruturam as situações políticas e deixam suas marcas nas conseqüências da política” (Thelen e Steinmo, 1992, p. 9). É com esta corrente que o presente texto trabalha, e é a ela que se estará referindo a partir de agora como neo-institucionalismo.

O Neo-Institucionalismo Histórico

O objetivo central do neo-institucionalismo é construir uma teoria de médio alcance que estabeleça uma ponte entre análises centradas no Estado e na sociedade, enfocando variáveis de nível intermediário para dar conta da variação histórica e conjuntural dos fenômenos. Os históricos rejeitam o enfoque determinista presente em muitas teorias gerais globalizantes como o marxismo, a teoria dos sistemas e o funcionalismo.¹² Para eles, a escala mais propícia para a investigação dos fenômenos sociais é o nível intermediário, no qual as grandes estruturas como a luta de classes, por exemplo, são mediadas pelas instituições como os partidos, os sindicatos etc., e ganham formas históricas específicas, sem o risco de explicações deterministas e unicasais. O modelo deste tipo de análise é o estudo clássico de Polanyi (1980) sobre o surgimento e o desaparecimento da sociedade de mercado. Embora enfocando as transformações em uma macroestrutura, Polanyi ancora sua análise em instituições de nível intermediário — as legislações, as decisões judiciais e as relações tradicionais entre tribos de sociedades primitivas, por exemplo. Em sua

análise, as fronteiras entre a economia e a sociedade são rompidas e as relações sociais se incrustam nas econômicas, exceto por um curto período de tempo marcado pela existência do livre-mercado.¹³

Para os neo-institucionalistas não há variáveis especiais a serem consideradas nas análises, ao contrário de autores marxistas e pluralistas, para quem as classes e os grupos de interesse são os principais agentes dos processos políticos. Sem negar a importância das classes sociais e dos grupos de interesse presentes na cena política, os neo-institucionalistas chamam atenção para o fato de que as relações entre instituições e sociedade ocorrem nos dois sentidos. O que se pretende é contextualizar os atores (onde quer que eles estejam), seus interesses e ações estratégicas. Nas palavras de Thelen e Steinmo (1992, p. 13): “assim como uma configuração institucional particular estrutura uma situação política, uma abordagem institucional estrutura a explicação dos fenômenos políticos, permitindo identificar como essas inúmeras variáveis se relacionam entre si.” Neste sentido, sua crítica à literatura marxista sobre o Estado, por exemplo, reside em que os autores marxistas realizaram estudos centrados apenas na sociedade, desconhecendo o papel primordial das instituições e dos atores estatais na esfera política.

Além disto, a literatura marxista tendeu a se concentrar em estudos teóricos extremamente abstratos, desconhecendo a riqueza dos processos de formação de cada sociedade e cada Estado em particular. Essa tendência levou as análises marxistas a um crescente distanciamento da realidade empírica a ser explicada, trabalhando com grandes estruturas históricas como modos de produção e formas de coerção. Tilly (1992) denomina este nível de abstração de sistêmico-estrutural, e embora concorde que é necessário estabelecer alguns conceitos e parâmetros provisórios para que se consiga realizar estudos de natureza histórica, rejeita a idéia de que seja possível realizar análises nesta escala. O instigante modelo proposto por este autor é bastante ilustrativo do

tratamento dado pelos neo-institucionalistas às situações históricas. Para o estudo de estruturas e processos, Tilly dá ênfase aos estudos comparativos entre realidades distintas e à articulação das escalas de análise, conservando para o nível intermediário o papel de articulador que permite mediar as ações concretas com as grandes estruturas e ancorá-las nas estratégias e comportamentos dos atores.

Como a ênfase da perspectiva recai sobre a mediação realizada pelas instituições, é fundamental para esta literatura responder a duas perguntas: como são criadas as instituições, e como (e por que) elas se transformam. Os estudos realizados até o momento respondem de forma muito mais satisfatória à segunda pergunta do que à primeira. A estabilidade institucional estaria associada a fenômenos de três ordens: normas, coerção e coação. Os dois primeiros processos aumentariam os custos da desobediência às instituições, o primeiro pelo lado da possibilidade de sanções sociais e o segundo pelo possível uso da força. O terceiro mecanismo agiria aumentando os prêmios de adesão e obediência a elas através da distribuição de benefícios.

Margareth Levy, uma autora localizada entre o neo-institucionalismo histórico e o da escolha racional, afirma que mudanças ocorrem principalmente quando desaparece um quarto elemento — o consenso contingente. Sem negar a importância da coação, das normas ou dos incentivos, Levy (1991a, p. 84) chama a atenção para o fato de que certas “decisões institucionais produzem como conseqüências não intencionadas um solapamento daquilo que chamo de consenso contingente, e, por isto, elevam os custos de implementação das regras”. A autora propõe a existência de dois tipos de normas: um primeiro, de caráter moral e não discutido, e outro, relacional e contextual. A obediência a este último tipo estaria condicionada a que os indivíduos considerassem que os arranjos institucionais em vigor são justos e que os demais indivíduos estão seguindo as regras. Para ela, esta é uma norma de equanimidade justa e na qual a reciprocidade deve estar garantida. Enquanto as

instituições são tais que se estabelece uma norma de equanimidade em torno delas, ocorre um consenso contingente e os indivíduos aceitam as instituições. Quando a justiça e/ou a reciprocidade da norma são quebradas, os agentes têm a motivação para agir contra ela. Dependendo da capacidade de resistência à mudança das forças políticas dominantes (que está relacionada com os dois primeiros fatores — coerção e coação), as instituições podem sofrer uma transformação.

Esta perspectiva de análise permite analisar a mudança sem simplificar o complexo quadro político que cerca as grandes transformações, enfocando centralmente a estratégia dos atores. Ao contrário das idéias de transformação/manutenção centradas na coerção/coação/norma, baseadas em grande parte na força (ou na possibilidade dela), as idéias de equanimidade e de consenso trazem em si uma mistura de imposição/convencimento que lembra o conceito gramsciano de hegemonia. A “contingência” do consenso, por seu lado, mantém a flexibilidade do modelo explicativo para dar conta das situações históricas. É interessante observar que o modelo de Levy se aproxima muito da análise do marxista analítico Adam Przeworski sobre a construção de instituições democráticas, em que se ressaltam diretamente as estratégias e os pactos. Segundo a sua “teoria da durabilidade das instituições democráticas” é a adesão voluntária das forças políticas aos pactos e acordos motivada por seus interesses individuais que permite a durabilidade das instituições. Segundo essa perspectiva, a explicação das transformações institucionais passa centralmente pela análise da adesão e da rejeição dos atores sociais às instituições em uma dada situação estratégica.

A influência das instituições na sociedade tem sido relacionada pelos neo-institucionalistas a duas ordens de questões: a autonomia e o poder dos atores estatais, e a influência das instituições enquadrando a esfera da política. Os dois pontos são discutidos, a seguir, separadamente, enfocando centralmente a literatura neo-institucionalista que analisa os “corpos

políticos” de Douglass North — as instituições políticas e o Estado, e as políticas públicas.

O Estado como Ator

A existência de autonomia do Estado é normalmente aceita pelos estudiosos da política para os períodos de crise e os regimes totalitários. Para os neo-institucionalistas, no entanto, esses períodos apresentam apenas de forma mais transparente um processo contínuo presente em todas as sociedades: grupos de funcionários estatais, especialmente de carreira, relativamente isolados dos interesses presentes na sociedade, são capazes de estabelecer políticas públicas de longo prazo distintas daquelas preconizadas pelos atores e grupos de interesses que se dirigem ao Estado. Este poder está presente fora de períodos excepcionais porque os funcionários estatais cumprem um papel intelectual no sentido gramsciano na sociedade, baseado não apenas na força e na coerção, mas também (e talvez principalmente) na construção de um projeto global, expresso através da produção de um diagnóstico dos problemas sociais e na elaboração das estratégias de ação a ele associadas. Para que isto aconteça, entretanto, é necessário que os funcionários tenham um certo grau de autonomia dos interesses presentes na sociedade. Para os neo-institucionalistas, esta autonomia é compreendida como um isolamento, expresso pelo conceito de “insulamento” (Skocpol, 1985, p. 13). Este seria função da estrutura organizacional da máquina pública, da estabilidade e consolidação das agências e da maior presença de controle do Legislativo sobre o Executivo, além da estrutura de relações e laços de poder entre, de um lado, os agentes presentes em uma determinada agência, e de outro, o nível central, as outras agências e o ambiente no qual elas estão inseridas.

Para os neo-institucionalistas, a autonomia estatal não é uma característica estrutural do Estado capitalista que possa se definir *a priori*, como sustentam alguns autores marxistas. Ela varia de caso a caso, e dentro de cada um, de agência para agência. Isto ocorre porque a autonomia é definida em cada situação

histórica pelas “potencialidades estruturais” (*idem*, p. 14) que cercam as ações autônomas do Estado, pelas estratégias dos vários atores presentes e pelas mudanças implementadas pelo próprio Estado na organização administrativa e na coerção. Segundo a perspectiva neo-institucionalista, apenas a realização de estudos históricos para cada sociedade e para cada processo de formação do Estado permite determinar as autonomias presentes em cada agência estatal em sua conjuntura específica. Não existem, portanto, Estados fortes ou fracos, visto que as condições de insulamento variam muito, segundo as conjunturas. Para os neo-institucionalistas as políticas agrícolas implementadas nos Estados Unidos durante o entreguerras, por exemplo, somente podem ser compreendidas se considerarmos o papel do Estado como ator. Durante um período específico podemos observar, no interior de um Estado considerado pela literatura de Ciências Sociais como fraco, “uma ilha de força estatal” (*idem*, p.13), ou mesmo períodos de grande desenvolvimento e expansão estatais, como os aparatos estatais e políticas analisados por Skowronek (1982) e Bense (1990) durante a guerra civil norte-americana. De uma forma geral, para esta literatura, a definição de força estatal deve ser obtida através da análise combinada de autonomia e capacidade estatais.

A afirmação da autonomia estatal não pressupõe a racionalidade do Estado como ator, mas apenas sua não-subordinação a interesses presentes na sociedade, como afirmam autores marxistas e pluralistas. Segundo a perspectiva de análise neo-institucional, as ações das agências estatais podem ser parciais e fragmentadas, assim como irracionais e desarticuladas. Para aqueles autores, o resultado e a racionalidade das políticas é contingente. A única certeza que podemos ter com relação à lógica das ações estatais é de que estas tentarão ser auto-reprodutoras. As ações do Estado tentarão aumentar ou reproduzir o poder e o controle das instituições estatais sobre a sociedade, pois esta é a lógica da ação coletiva dos funcionários do Estado. A efetividade dessas políticas dependerá das estratégias dos ato-

res dentro e fora do Estado, além do processo de formação de suas instituições, que define em grande parte a existência ou ausência de certos “instrumentos de política” para a implementação das ações. De maneira inversa, o processo de produção das políticas públicas dependerá da própria capacidade do Estado, visto que os agentes estatais tenderão, majoritariamente, a propor políticas que possam implementar.

Os estudos sobre Estado e políticas públicas tomariam então um caráter relacional, não se restringindo à análise do Estado e suas instituições. Este é um ponto bastante importante de se ressaltar, visto que a perspectiva neo-institucionalista não propõe a substituição do privilegiamento da sociedade, típico das análises marxistas e pluralistas, por um enfoque meramente estatal. Para eles, além de se analisar a história da formação das instituições e os atores estatais, é necessário observar a sua posição (política e de poder) em relação aos “ambientes socioeconômicos e políticos povoados por atores portadores de interesses e recursos” (Skocpol, 1985, p. 19). O centro da análise deve ser posto na correlação entre os recursos e as posições dos atores estatais e não estatais, e não na mera observação das estratégias dos primeiros. Esta postura já estava presente nas primeiras formulações da perspectiva, mas tem se tornado mais central nos últimos anos, com um afastamento do estudo do Estado como ator e um privilegiamento das relações e interpenetrações entre Estado e sociedade.¹⁴

É interessante transcrever aqui a pertinente crítica de Przeworski (1990) à literatura neo-institucionalista. Este autor sustenta que a própria idéia de autonomia não tem sentido dentro do quadro conceitual neo-institucionalista. Como a origem do poder estaria no Estado, pelo monopólio dos meios legítimos de exercício da força, o único conceito de autonomia possível diria respeito à sociedade. Assim, poderíamos discutir se a sociedade é autônoma do Estado, origem última do poder, mas não indagar se o Estado é independente da sociedade. O deslocamento recente da literatura de

uma postura mais fortemente centrada no Estado para uma análise das relações, interpenetrações e trocas entre Estado e sociedade resolve em parte o problema, mas cria outro, deixando a literatura sem uma definição sólida da origem do poder na sociedade. A pertinência da crítica não retira as grandes potencialidades da perspectiva para a realização de análises concretas, mas põe em dúvida os seus limites como teoria dos processos políticos.

Apesar do neo-institucionalismo se apresentar como o mais promissor modelo analítico para a discussão do Estado e das políticas, parece-me que se ressentem da falta de uma relação mais sólida entre a aceitação da definição weberiana clássica do Estado assumida em Skocpol (1985 e 1993), por exemplo, e a operação do modelo analítico. Não ficam muito claras, nas análises da perspectiva, as origens do poder político e, por conseguinte, a hierarquia dos processos e atores a privilegiar. Como consequência, todos os processos e agentes são considerados relevantes, adotando uma postura teórica quase completamente aberta para escolhas analíticas *ad hoc*, assim como nos estudos da perspectiva pluralista e ao contrário do paradigma marxista.

As Instituições e a Política

A literatura neo-institucionalista chama atenção para uma segunda forma importante de influência estatal sobre a esfera da política, denominada por Skocpol (1985) de “*tocquevilleana*” por ter sido explorada pela primeira vez por Alexis de Tocqueville em seu estudo sobre a revolução francesa e democracia nos Estados Unidos (*idem*, p. 21). Segundo esta perspectiva de análise, as instituições são centrais no estudo da política não apenas pela importância do Estado como ator e autor de ações específicas, mas porque ele, assim como as demais instituições políticas, influenciam diretamente a cultura política, a estratégia dos atores e a produção da própria agenda de questões a serem objeto de políticas, enquadrando a luta política através das suas instituições. Para a observação do caráter “*tocquevilleano*” do Estado e demais instituições é necessário

observá-lo de uma perspectiva macro, analisando a relação entre sua estrutura, suas intervenções e a esfera da política como um todo.

A influência das instituições ocorre de diversas formas. Em primeiro lugar, a própria formulação das representações sobre a política e a possibilidade de sucesso nas demandas são mediadas pela formação histórica daquele Estado e suas instituições políticas. As representações dos atores sobre temas como, por exemplo, partidos, políticas públicas e cidadania são fortemente influenciadas pela forma como historicamente o Estado se comportou e como se configura no momento atual. Por outro lado, para além da existência concreta de Estado e de suas políticas, pode-se discutir a existência, também real, de um sentido ou sentimento de Estado. Este sentimento, ou a ausência deste por razões históricas concretas, por exemplo, seria para alguns autores a razão principal para a ciência política americana continuamente afirmar a excepcionalidade do caso dos EUA e a natureza "liberal" daquela sociedade como uma sociedade sem Estado.¹⁵ O que seria particular do caso norte-americano não seria a ausência de Estado, capaz, já antes da guerra civil, de construir (a partir da independência e, mais tarde, da adesão das ex-Colônias à Constituição) e manter uma soberania nacional sobre um território significativamente grande e sempre em expansão (através de guerras por ele patrocinadas). A particularidade estaria na ausência de um sentimento de Estado na sociedade americana, incluindo seus cientistas sociais, que teriam sempre trabalhado para demonstrar o que não estava presente sem conseguir compreender o que estava.

Em segundo lugar, os grupos de interesse se formam e produzem suas agendas em diálogo com a reprodução de suas questões em estruturas organizacionais e agências estatais existentes. Neste sentido, a criação de uma agência responsável por determinado tema ou política gera, por si só, um potencial aumento de demandas por aquele tema, provocando uma possível alteração na agenda de questões que são levadas ao Estado. Esta é a razão pela qual, através de acordos corporativos, os Esta-

dos conseguem induzir demandas por questões passíveis de solução, reduzindo o risco de impasses no sistema político. Conseqüentemente, o debate que cerca as políticas públicas a serem implementadas

"depende majoritariamente da estrutura social da nação e dos acordos políticos [...] mas também depende das formas como as políticas existentes [...] influenciam as alianças políticas e fazem surgir debates sobre outras alternativas" (Weir *et alii*, 1988, p. 5).

Um bom exemplo desta influência está na descrição que Skocpol (1994) apresenta da transformação das preferências e possíveis alianças do movimento sindical norte-americano na virada do século. A partir de 1880, inúmeras derrotas do trabalho nos tribunais provocaram um sistemático retrocesso nos avanços conquistados na esfera legislativa. Isso tornou os sindicatos, e especialmente sua federação nacional, avessos a qualquer estratégia de implantação de políticas que passasse pela legislação e o Estado, tornando impossível a formação de uma coalizão entre trabalhadores e reformistas sociais. Ao contrário do que postulam os autores pluralistas, portanto, os *inputs* do Estado não são dados inteiramente de fora, mas dependem, em grande parte, do próprio Estado como ator e como instituição. Da mesma forma, ao contrário do que gostariam os partidários da escolha racional, a formação das preferências não é externa aos acontecimentos políticos, mas, em grande parte, por eles produzida.¹⁶

Em terceiro lugar, as instituições políticas mediam a relação entre as estratégias dos atores e a implantação de determinadas políticas públicas. A existência e o desenho das instituições permitem que demandas expressas de formas similares por atores de poder equivalente tenham resultados totalmente diversos, como mostrou Immergut (1993) com relação às políticas de saúde na França, na Suécia e na Suíça. A análise daquela autora demonstrou a importância do estudo de como as instituições, fixando as regras do jogo político, moldam situações de resultados diferentes. Para Immergut, a chave para a compreensão do papel

institucional no resultado da política passa pelo mapeamento dos pontos no processo de decisão nos quais certos atores podem exercer poder de veto, denominados pela autora de "pontos de veto".

Por fim, o ajuste entre a estrutura da organização dos demandantes por políticas públicas e a forma como estão organizadas as instituições (temática e espacialmente), define, em grande parte, as chances de vitória e mesmo as possibilidades de crescimento na mobilização. O melhor exemplo desta influência está na centralidade, na análise de Skocpol (1994), do encaixe entre a estrutura das organizações demandantes (de reformistas sociais e de mulheres no pós-Guerra civil) e a estruturação do sistema político norte-americano, centrado nas comunidades e em esquemas de clientelismo eminentemente locais. Para ela, este encaixe foi um dos principais definidores do sucesso das demandas no caso estudado, e do desenvolvimento de políticas maternalistas de bem-estar e não de uma reforma social de suporte ao trabalho, como iria acontecer nos países europeus algumas décadas depois.

As interpretações do neo-institucionalismo para o surgimento diferenciado das políticas de bem-estar entre os vários países capitalistas industrializados estão diretamente associadas a essas formas de influência das instituições sobre a política. Para entendê-lo é necessário estudar os processos de formação dos diferentes Estados, os vários contextos históricos e institucionais e as diversas alianças entre os atores presentes em cada caso. Uma série de outros argumentos, associados aos valores nacionais, ao desenvolvimento do capitalismo, ao grau de industrialização, ao nível do conflito de classes e à presença de movimentos operários expressivos devem ser relegados ao segundo plano em favor da análise do processo político-institucional a partir do qual é possível unificar os nexos causais e os processos em curso. Processos tão diversos como a elaboração da Constituição, o envolvimento em guerras, a democratização da política e o surgimento de eleições, a consolidação da burocracia de Estado, e a presença e impor-

tância de diversos atores, assim como o *timing* de todos estes processos, devem ser estudados integradamente. A articulação histórica específica destas questões para cada Estado em cada conjuntura define condições diferenciadas de construção das políticas de bem-estar, e explica o surgimento do Estado de bem-estar maternalista norte-americano do pós-Guerra civil, da proteção precoce da Alemanha de Bismarck e das alianças entre reformistas e trabalhadores na Inglaterra.

Corporações e Atores na Análise Setorial

Os estudos da análise setorial visam analisar o "Estado em ação".¹⁷ Neste sentido, não explicitam propriamente uma visão sobre a natureza do Estado, centrando suas preocupações nas políticas e ações do Estado, tanto em seus aspectos de normatização e controle sobre atividades e processos, quanto de intervenção direta. Esta ação do Estado é marcada por paradoxos e contradições, relacionados com características da estrutura estatal e das respostas dos diversos aparatos e agências aos problemas colocados a partir da sociedade. Por esta razão os autores rejeitam de forma enfática a idéia de um Estado racional e unificado, capaz de imprimir à sociedade a sua racionalidade. Discordam, portanto, do princípio geral da literatura marxista de que o Estado é capturado, direta ou indiretamente, por classes ou grupos sociais. Para eles, as relações Estado-sociedade são complexas, diversas e mediadas por uma série de questões relacionadas a cada política e grupo social diferenciado. O resultado das políticas é necessariamente contingente, sendo o papel dos atores fundamental.

Para a análise setorial, a ação estatal é responsável pela manutenção da coesão social, entendida como a existência de um mínimo de ordem e da aceitação de regras comuns de convivência. A coesão é colocada em risco pelos desajustamentos entre os diferentes sistemas sociais e pelo descolamento dos sujeitos do sistema de valores que representa e justifica a ordem social. Para a análise setorial, o Estado restabelece continuamente a coesão (embora

de forma contraditória), através de ações de regulação e legitimação.

A regulação é realizada através da ação reequilibradora do Estado entre os diferentes subsistemas sociais, tendo em vista o fato de que cada subsistema obedece a lógica e ritmo próprios, e que um mínimo de compatibilidade entre eles é fundamental para a reprodução social. No caso da sociedade ser estruturada principalmente através de diferenciação territorial, a regulação toma a forma de uma ação equilibradora das unidades espaciais, como, por exemplo, políticas de desenvolvimento de periferias ou regiões periféricas. No caso da forma predominante de diferenciação social ser setorial, a ação do Estado toma a forma de políticas de desenvolvimento ou regulação de setores da sociedade. Por setor se entende aqui, e esta é uma categoria muito importante para esta perspectiva de análise, “um conjunto de papéis sociais estruturados através de uma lógica vertical e autônoma de reprodução” (Jobert e Muller, 1987, p. 18). Para estes autores, os “papéis sociais” estruturados e estruturantes dos setores estão associados a práticas profissionais, e suas identidades, a identidades profissionais.

Chama-se de ações legitimadoras, por outro lado, às intervenções que aumentam a aceitação das regras e valores relacionados com as diversas hegemonias existentes na sociedade. A idéia aqui presente não é de homogeneização absoluta, visto que continuam coexistindo diversas formas de vida e até modos de produção na sociedade, mas de reprodução do consentimento da dominação por certo modo de vida, sem fazer desaparecer os outros. As ações legitimadoras do Estado podem ser reconhecidas no tratamento diferenciado dispensado aos grupos dominados e na “gestão da heterogeneidade” (*idem*, p. 17) entre os diversos grupos presentes na ordem social.

As ações estatais incluem sempre ações reguladoras e legitimadoras, mas não necessariamente de uma forma coerente ou convergente. As diversas intervenções do Estado apresentam caráter contraditório. Para que não houvesse conflitos, a regulação deveria ser

compatível com os grupos dominantes, e a legitimação deveria manter em níveis baixos a insatisfação dos grupos dominados, mas nem sempre acontece assim. A ação do Estado é contingente e as lógicas dela resultantes são, por vezes, incompatíveis, apesar da subordinação de toda ação estatal aos constrangimentos da ordem social vigente. Por esta razão, para esta perspectiva de análise é necessário estudar as políticas setoriais bem de perto, observando seus atores e sua articulação política particular.

A imprevisibilidade dos resultados da política ocorre, em primeiro lugar, porque o processo de produção dos atores sociais é múltiplo e variado, não sendo possível prever a transformação das tensões sociais em problemas políticos a serem objeto de intervenção do Estado. Em segundo lugar, porque é impossível prever exatamente a reação dos diferentes atores às políticas de Estado, sendo irrealizável para este um cálculo de custos e benefícios de cada ação particular. Em terceiro lugar, a incerteza está presente porque é necessário separar capacidade de elaboração da capacidade de execução das políticas. Esta última está a cargo das burocracias responsáveis por cada agência, o que aumenta a imprevisibilidade dos resultados da ação estatal. Os conflitos interburocráticos não expressam problemas técnicos, mas a construção de “atores administrativos” (*idem*, p. 45).

Apesar de todas essas questões, a ação do Estado guarda certa coerência interna e estabilidade. Para os autores, isto ocorre porque o Estado age transformando seus próprios *inputs*. Em primeiro lugar, o Estado altera a produção dos atores, concedendo condições diferenciadas de interlocução e diálogo, ou mesmo distribuindo de forma não uniforme recursos financeiros. Esta é a principal razão para o desenvolvimento de pactos corporativos que, trazendo para o âmbito do Estado a concertação social, aumentam a previsibilidade e reduzem os riscos. Além disto, e este ponto é fundamental, o Estado enquadra questões e atores por sua própria ação e estruturação internas. Isto é, as questões que entram na

agenda são, principalmente, as que aparentemente podem ser resolvidas, criando uma certa convergência sobre as questões em debate.

Para a análise setorial, toda política pública é concebida a partir de uma representação do setor à qual ela se refere, assim como a um conjunto de normas, organizações, técnicas e recursos de poder que a implementarão. Para a análise das políticas é necessário integrar a dimensão da representação à dimensão das práticas, visto que estas estão intimamente interrelacionadas. Para esta perspectiva de análise, as políticas são compostas de três elementos importantes, denominados por eles de "chaves de análise": a relação global-setorial, o referencial do setor e os mediadores da política.

Por relação global-setorial os autores denominam um certo entendimento do setor que o recorta da realidade global, definindo atores e questões pertinentes. A divisão entre setores é apenas analítica e extremamente fluida. Os setores se interpenetram e se superpõem, e por isto não são definidos por indivíduos, que participam de mais de um setor ao mesmo tempo, mas por papéis sociais. Cada indivíduo se insere em vários setores, considerando suas diversas atividades: se insere em um setor como profissional, em outro como militante político, em vários outros como consumidor etc.

Os setores são estruturados por diversas lógicas internas, mas a análise setorial destaca duas: a profissional e a administrativa. A primeira é a dominante na sociedade civil, criando uma corporação profissional setorial, no interior da qual determinados profissionais são dominantes e conseguem impor sua visão de mundo, do setor e de seu objeto de trabalho. Da mesma forma, o Estado se estruturará coerentemente com os limites do setor estabelecidos na relação global-setorial, desenvolvendo estratégias de organização e especializando determinados funcionários como especialistas sobre as questões pertinentes ao setor. Estes funcionários, longe de se relacionarem entre si de forma harmônica, estabelecem lutas pelo controle administrativo sobre o setor, assim

como pela definição e redefinição da relação global-setorial.

Para a análise setorial, o estabelecimento das hegemonias profissional e administrativa é uma condição básica para a existência e a implementação de uma determinada política, definindo os limites, as questões relevantes e os atores participantes dos processos políticos no interior do setor. Os sujeitos profissionais e administrativos dominantes modelam o setor à sua imagem e segundo seus interesses, dando a ele forma e conteúdo. Os autores denominam esses atores de mediadores das políticas públicas. Além disso, para que exista uma política pública, é necessária a acomodação e a articulação das lideranças nos dois campos, estabelecendo uma relação convergente entre as ações do Estado e da corporação profissional setorial. Na verdade, a construção das duas lideranças ocorre de forma concomitante, assim como a elaboração da relação global-setorial.

O último ponto importante colocado pelos autores no que diz respeito à relação global-setorial enfoca a questão da articulação dos diferentes setores. Para eles, os diferentes setores se hierarquizam na sociedade e no Estado segundo a importância de cada um na divisão social do trabalho e a posição de poder de suas lideranças hegemônicas na sociedade. Essa hierarquia explica a distribuição de recursos e investimentos do Estado e a importância e o *status* de cada setor e profissão na sociedade.

O segundo elemento fundamental para a análise setorial é o referencial do setor. Por referencial os autores denominam a representação do setor, assim como o seu papel na sociedade. O referencial é composto analiticamente por uma representação da sociedade — o referencial global —, por uma representação do setor — o referencial setorial —, e por uma articulação entre ambos.

Por representação da sociedade se pretende definir um conjunto de normas e valores sobre a sociedade inteira integrados ao modelo cultural e aos valores dominantes. Este referencial está diretamente associado a um certo projeto de sociedade, produzido a partir dos projetos

dos atores hegemônicos na sociedade como um todo — os mediadores globais. Este conjunto de valores e normas não é, de forma alguma, neutro, mas está atado de forma indissolúvel às relações de dominação ali presentes. Como aquelas, o referencial global é múltiplo e contraditório, consistindo, na verdade, em uma hierarquia entre as diversas normas coexistentes na ordem social. Esta hierarquia é produto das relações de força entre os diversos grupos, atores e mediadores presentes no campo político. É interessante observar aqui como a idéia de referencial global se aproxima do conceito de projeto hegemônico apresentado por Jessop (1983). Os agentes que produzem socialmente estas duas representações, no entanto, são totalmente diversos, conforme terei oportunidade de discutir mais tarde neste texto.

O referencial setorial, de forma similar ao referencial global, expressa as normas e valores com relação ao setor. Esta imagem é socialmente construída e é objeto de disputa entre os atores ali presentes. Para a análise setorial, o referencial do setor expressa os valores do grupo profissional dominante no seu interior — o mediador setorial. Por ser produzido socialmente, também não é coerente e racional, mas expressa no campo dos valores e normas as lutas estabelecidas pelos diversos grupos pela hegemonia setorial. A principal consequência da representação do setor é o estabelecimento de seus limites, definindo atores e questões relevantes. Assim, os grupos sociais presentes no setor lutam entre si para o estabelecimento de seus referenciais particulares porque estes definem não apenas olhares sobre os diversos problemas colocados, mas também os próprios problemas e seus interlocutores. Os referenciais são simultaneamente objeto e instrumento da hegemonia dos mediadores, definindo a relação global-setorial e estabelecendo as abrangências espaciais, temáticas e sociais de cada política pública.

Por fim, resta assinalar que os dois tipos de referenciais não existem de forma autônoma e separada, e apenas analiticamente podem ser diferenciados. A relação entre eles pode ser

estabelecida através de certos elementos de transição que integram os referenciais setoriais no referencial global. A possibilidade de um determinado projeto corporativo setorial se transformar em hegemônico no setor está intimamente ligada à sua aderência ao referencial global. Em um contexto geral de hegemonia de um ideário privatista, por exemplo, é muito difícil que um projeto corporativo de cunho estatista e redistributivo se torne hegemônico em âmbito setorial, ou caso consiga estabelecer-se, venha a ganhar hegemonia na sociedade e se transformar em política.

O terceiro elemento-chave da análise setorial das políticas públicas está nos mediadores setoriais. Estes atores cumprem uma função intelectual no interior do setor no sentido gramsciano do termo.¹⁸ Não se trata de produzir novas técnicas ou formas de intervenção, mas de elaborar uma visão da sociedade e do setor, um projeto sociocultural, e a partir dele estabelecer um campo normativo próprio. Não se trata também da produção de uma ideologia, mas de construir uma representação social a partir das práticas concretas existentes no setor e na sociedade.

Para a análise setorial, os mediadores globais da sociedade moderna são os tecnocratas. De uma certa forma, todos os agentes setoriais hegemônicos também contribuem para a produção do referencial global. A diferença entre os profissionais tecnocráticos que produzem os dois tipos de referencial está em que os mediadores setoriais têm sua temática associada mais diretamente ao seu setor respectivo. Para esta literatura, os mediadores podem estar no interior do Estado ou fora dele, e nos dois casos terão estratégias diferenciadas — corporativa e hegemônica, respectivamente. Estas duas estratégias, no entanto, terão sempre o caráter de decodificação do referencial global e de recodificação, tanto do seu projeto político, como da “setorialização” do referencial global no referencial setorial. A partir desta recodificação são produzidas as normas e técnicas de intervenção relativas ao setor. Os autores da análise setorial chamam atenção para o fato de que de forma concomitante são

produzidos “algoritmos” ou “receitas” de caráter normativo que resumem o referencial setorial e ao mesmo tempo orientam os comportamentos no interior do setor.

Estado, Sociedade e Atores na *State-in-Society Approach*

A abordagem do Estado-na-sociedade constitui uma contribuição bastante recente, caracterizada principalmente pelos artigos presentes na coletânea Migdal, Kohli e Shue (1994). Os autores desta abordagem partem de uma leitura crítica da literatura neo-institucionalista, de forma a recolocar o eixo de pesquisa em uma perspectiva de análise mais equilibrada entre Estado e sociedade. Embora concordando com a crítica neo-institucionalista às análises marxistas e estrutural-funcionalistas com relação à importância do papel do Estado e das instituições políticas, os autores dessa corrente de análise afirmam que os neo-institucionalistas foram longe demais no destaque do papel do Estado nas análises, desequilibrando os estudos e deixando de priorizar dimensões e atores fundamentais localizados na sociedade.

Acredito que a maioria das críticas do *State-in-society* se aplica de forma precisa aos primeiros textos neo-institucionalistas, como Skocpol (1979 e 1985) e Amenta e Skocpol (1986), por exemplo. Os textos mais recentes dos autores daquela abordagem já haviam incorporado muitas das questões colocadas pela abordagem do *State-in-society*, e a apreensão dessa literatura deve levar em conta os avanços verificados pelos neo-institucionalistas representados, por exemplo, por Skocpol (1993 e 1994), Bense (1990) e Immergut (1993).¹⁹ Apesar disto, o destaque específico da abordagem do *State-in-society* no fato de que os Estados são parte da sociedade e são influenciados por ela tão ou mais do que a influenciam me parece bastante interessante para a discussão, especialmente pela ênfase na autonomia e na permeabilidade do Estado. Além disto, essa perspectiva destaca importantes questões de escala de análise e tenta avançar na diferenciação interna ao Estado.

Para esses autores, pelo menos quatro dimensões deveriam ser melhor observadas nos estudos sobre a política, o Estado e o desenvolvimento:

- A efetividade dos Estados varia principalmente por suas diferenciadas formas de articulação com suas sociedades, e não apenas pelo insulamento de suas burocracias. Acredito que essa questão já havia sido resolvida pelos neo-institucionalistas através de um refinamento do conceito de insulamento que apontou para as diferenciadas formas de articulação entre Estado e sociedade, e não apenas o isolamento dos aparelhos e agências do primeiro. O excelente texto de Evans (1993) é um bom exemplo desta elaboração mais recente, que refina bastante o conceito de Skocpol (1985), associando a *performance* diferenciada dos Estados a uma combinação entre insulamento e inserção — a autonomia inserida.
- Os Estados devem ser desagregados, estudando-se não apenas as agências e políticas do topo da organização estatal localizadas espacialmente nos centros do poder, mas também organizações envolvidas com políticas menos centrais e níveis de governo e localizações periféricas. Este ponto é fundamental para que seja possível concretizar as articulações entre Estado e sociedade, visto que os padrões de relacionamento (e consequentemente o insulamento e a inserção) não se reproduzem de cima para baixo ao longo das estruturas estatais. De forma concomitante com a existência de grande autonomia nos níveis centrais, podem existir situações locais (temática e geograficamente), em que ocorra grande articulação ou até mesmo a captura de agências e organizações. De uma forma geral, os governos locais são mais expostos e potencialmente permeáveis aos interesses e pressões dos agentes presentes na sociedade.
- A importância e a força de agentes sociais, assim como a dos Estados, são contingentes das situações históricas concretas. O lugar dos sujeitos na estrutura social ou nas rela-

ções de produção não define de antemão sua influência. Acredito que esta crítica não se aplica à literatura neo-institucionalista, exceto ao tratamento dispensado ao Estado nas primeiras formulações daqueles autores. Aplica-se à literatura marxista do Estado e, como vimos, o poder da burguesia depende das situações concretas e das estratégias dos atores presentes na luta política. Na verdade, este já era um dos pontos principais da crítica neo-institucionalista ao marxismo.

- O poder do Estado e da sociedade não compõe um jogo de soma zero, e Estado e sociedade podem ter mutuamente poder. Transformações sociais podem reduzir ou aumentar o poder dos dois campos sem que haja necessariamente uma troca de poder, como se este fosse uma substância com quantidade definida e imutável.

Para a abordagem do *State-in-society*, os padrões de dominação presentes em uma formação social são definidos por diversas lutas, algumas grandes e localizadas, outras dispersas e subliminares. Os autores destacam a existência de “múltiplas arenas de dominação e oposição” (Migdal, 1994, p. 9) como os lugares nos quais são gestados e transformados os padrões de dominação. Para eles, a maioria dos estudos tem localizado a atenção nas grandes batalhas travadas no âmbito nacional por forças sociais de larga escala (sociedade civil, Estados inteiros etc.). Sem desprezar a importância dessas lutas, o *State-in-society* pretende iluminar as demais lutas pelo poder ocorridas nas arenas múltiplas, assim como as respostas diferenciadas dos diversos níveis e agências do Estado a uma mesma dinâmica ou processo.

A importância desse destaque está em que, na maioria dos casos históricos, a dominação não é integrada, o Estado obedece a um padrão coerente e articulado. Quase sempre a dominação ocorre de forma dispersa, e nem o Estado, nem nenhuma outra força social conseguem tornar hegemônica a dominação em todas as frentes em todo o território nacional. Como nesses casos não ocorre uma condução

coerente e articulada das políticas e ações do Estado, o estudo das arenas múltiplas pode auxiliar enormemente nas análises.

Como consequência da embricação do Estado na sociedade, mesmo que um Estado conseguisse produzir um projeto político de forma absolutamente autônoma, o que é altamente improvável, a execução e a gestão da intervenção passariam pela contínua negociação com os atores sociais, resultando em uma política diversa da planejada. Raramente uma força social consegue dominar sem alianças, coalizões e acomodações, o que invariavelmente a transforma. Esta é a conclusão de Hagopian (1994) com relação ao caso brasileiro durante o regime militar. A autora ressalta a transformação do projeto político dos governos militares, de um primeiro momento de centralismo tecnocrático e de despolitização das questões, a um segundo, de composição com as elites políticas regionais tradicionais. Para a autora, a razão para tal mudança de rumo estaria em que

“o grau e a direção da mudança política possível [...] foram estrangidos pela herança da forma como a sociedade era organizada politicamente e vinculada ao Estado, e de como o autoritarismo foi formado a partir das relações preexistentes entre sociedade e Estado” (*idem*, p. 39).

Considero uma simplificação a idéia de que o projeto autoritário-burocrático implantado no Brasil não foi bem-sucedido por não ter transformado definitivamente a política, visto que o insulamento produzido pela despolitização tecnocrática verificada no início do regime permitiu o direcionamento de um projeto de desenvolvimento altamente bem-sucedido sob o ponto de vista econômico. Não há dúvidas, no entanto, quanto à transformação verificada em uma série das políticas implantadas pelo regime. Em inúmeros casos, como os das políticas de habitação e infra-estrutura urbana, podemos observar uma trajetória que vai da racionalidade econômico-financeira no desenho da política ao uso clientelista dos recursos na sua implementação.

Para os autores da *State-in-society*, as estratégias e as alianças constitutivas da política

só podem ser percebidas se levarmos em conta o “labirinto de ramificações e organizações estatais” (Migdal, 1994, p. 14), e não observarmos apenas as elites estatais nas agências centrais. O estudo do Estado e suas políticas passa então pela análise dos diferentes níveis do Estado, incluindo os pontos mais baixos de sua hierarquia em que seu relacionamento com a sociedade é mais direto, e, principalmente, pelo estudo da relação entre os níveis da organização estatal. Para esta perspectiva, o resultado final do jogo político não é produto dos interesses do Estado entendido abstratamente, como gostariam os neo-institucionalistas, mas o resultado da “complexa interação entre os diferentes níveis do Estado e as pressões particulares enfrentadas em cada nível” (*idem*, p. 15).

Com objetivos analíticos, os autores propõem dividir o Estado em quatro níveis, diferindo em relação ao tipo de pressões enfrentadas de autores não estatais. São eles:

- As trincheiras — nível diretamente executivo das agências locais, onde o contato com a população alvo é direta. As pressões tendem a ser diretas e intensas, mas apresentam caráter tópico e localizado.
- Os escritórios de campo dispersos — tratam-se das organizações locais e regionais que trabalham em circunscrições territoriais menores que o Estado-nação, e são responsáveis pelas decisões-chave sobre a alocação de recursos e às vezes de definição de políticas. Tendem a sofrer pressões mais amplas e articuladas de agentes sociais locais e regionais, assim como intervenção de organizações estatais centrais.
- Os escritórios centrais das agências — representam as elites burocráticas de cada agência e a política setorial, localizando-se na capital ou nas mais importantes cidades, e definindo o escopo e desenho geral das políticas. Tendem a sofrer a influência de grandes grupos de interesse articulados nacional ou internacionalmente.
- O alto comando — nível mais alto do Estado, onde estão localizados os mais importantes elementos da elite estatal. Tende a

sofrer pressões de poderosos grupos de interesse nacionais e internacionais sobre as estratégias mais gerais a serem decididas com relação, por exemplo, ao modelo de industrialização e desenvolvimento.

Além das pressões externas sofridas pelos agentes estatais, a perspectiva do *State-in-society* destaca três outros tipos de influências internas ao próprio Estado: de cima para baixo, ou de supervisores, chefes ou do topo da hierarquia; de baixo para cima, de subalternos ou agências relacionadas com a prestação direta de serviços e ações; e horizontais, de outras agências estatais. O resultado geral da superposição entre as pressões e estratégias nos diferentes níveis e localizações explica por que os Estados muito raramente apresentam uma única resposta unificada e homogênea a um conjunto de ações. Por esta razão, os autores destacam, é impossível se afirmar a existência de uma autonomia geral para o Estado, mas uma miríade de autonomias contingentes de conjunturas concretas.

De uma forma mais global, o resultado das pressões mútuas entre Estado e sociedade é compreendido pela literatura através de quatro resultados tipos ideais. O primeiro é a transformação total da sociedade, com o Estado penetrando, cooptando, destruindo ou subjulgando as forças sociais à sua dominação. Situações históricas raramente se aproximam deste tipo, visto que a própria incorporação dos grupos sociais à nova forma de dominação a transforma de alguma maneira. No segundo tipo, o Estado incorpora as forças sociais existentes. Neste caso, o Estado é bem-sucedido ao imprimir um certo padrão de dominação, mas no decorrer do processo ele próprio é transformado pelas alianças que possibilitam a incorporação dos atores não estatais, sendo o resultado geral a implantação de um novo padrão de dominação. Para Migdal (1994), a situação brasileira, conforme a análise de Hagopian referida anteriormente, aproxima-se deste tipo. No terceiro tipo ideal o Estado é incorporado pelas forças sociais existentes. Neste caso, apesar dos esforços do Estado, não se

impõe um novo padrão de dominação, ou no novo padrão não estão presentes novas forças estatais, mas forças não estatais que galgaram posições nas estruturas de poder. Em ambas as situações, o resultado concreto difere significativamente do projeto elaborado pelos agentes estatais. No quarto e último tipo ideal, o Estado falha completamente em suas tentativas de penetrar na sociedade. Assim como no primeiro tipo, dificilmente casos históricos se aproximam desta situação.

A dinâmica das relações entre Estado e sociedade, destacam os autores, leva constantemente à transformação mútua e gradual dos dois pólos ao longo das lutas cotidianas travadas nas múltiplas arenas. Migdal (*idem*) observa que ao longo dos confrontos entre Estado e sociedade ambos têm suas próprias fronteiras redefinidas continuamente na medida em que agentes estatais e forças sociais têm sucesso em estabelecer vitórias parciais e localizadas nas arenas múltiplas, alterando, conseqüentemente, seus oponentes. Para esta perspectiva, considerar as “relações Estado-sociedade como se ambas tivessem fronteiras firmes, como fez boa parte da recente teoria social, é perder a mais importante parte da dinâmica das lutas de transformação” (*idem*, p. 26): a cotidiana interação e transformação das forças sociais nas múltiplas arenas, razão última da contingência dos processos políticos.

Em Direção a uma Crítica: Atores, Constrangimento Estrutural e Resultados Contingentes

O princípio marxista geral de privilegiar os capitalistas como atores individuais ou coletivos na constituição das ações do Estado me parece correto. Isto porque, como tivemos oportunidade de observar, os capitalistas ocupam um lugar privilegiado de poder em relação a todos os demais atores na sociedade. Acredito que os principais autores neo-institucionalistas não discordariam desta afirmação. No entanto, a literatura marxista transformou o capital no único ator relevante, ou ao menos no ator a ser considerado em última instância, sendo os resultados da luta política considera-

dos como dados. Acredito que a introdução da contingência no processo político passa pelo privilegiamento de outros atores nas análises do comportamento do Estado. Destaco a relevância dos dois mais importantes para as políticas públicas: os agentes estatais e as corporações profissionais, discutindo concomitantemente as conseqüências das suas ações para a contingência dos resultados da política.

Como ressaltei através da literatura neo-institucionalista, é necessário primeiramente levar a sério a influência das instituições políticas e do próprio Estado. Se a classe capitalista ou alguma de suas frações defendem uma determinada política, dependerão dos funcionários do Estado para implementá-la. Estes, apesar de constrangidos pelas conjunturas concretas de que se cercam, podem agir por conta própria. Além disto, mesmo que tenham interesse em implementar determinada política de interesse do capital, ainda devem conseguir fazê-lo, tarefa às vezes bastante árdua. Da mesma forma, mesmo que o capital, em determinado momento, tenha interesse em extinguir ou substituir instituições e funcionários rebeldes ou ineptos, também terá de conseguir fazê-lo. Esta pode ser outra tarefa extremamente difícil, visto que a consolidação das agências estatais em estruturas burocráticas modernas lhes empresta uma grande inércia.

Por outro lado, como afirma Fred Block (1981), a classe capitalista dispõe de um poder de veto que se expressa através da confiança do mundo dos negócios. Esta abordagem, entretanto, aparentemente desconsidera que o controle sobre a máquina também significa poder, associado às sanções que os órgãos e políticas estatais podem impor aos capitalistas e suas empresas. São exemplos de ações estatais que expressam este poder as políticas fiscal e cambial, além de diversas das políticas setoriais e de bem-estar associadas à distribuição do que Oliveira (1988) denominou de “antivalor”. Assim, as elites estatais não são apenas espectadoras das ações e deslocamentos dos capitais, mas agentes capazes de influenciá-las e induzi-las, ou punir seletivamente frações ou capitalistas individuais.

As instituições, além disto, também estabelecem constrangimentos a todos os agentes, incluindo o capital e o próprio Estado. Como destacou Immergut (1993) de maneira precisa, os arranjos institucionais, através da distribuição, localização e importância dos pontos de veto, podem levar um mesmo quadro político a resultados bastante diferentes, e atores de grande poder podem ser incapacitados, pela existência de pontos de veto específicos, de exercer seu poder transformando suas preferências e interesses em resultados concretos. Estes mesmos agentes podem utilizar seu poder para eliminar os pontos de veto institucionais, mas eliminá-los consome recursos e tempo, não podendo ser feito de forma imediata. Para além da existência ou não de pontos de veto, no entanto, sabemos por Skocpol (1994) que o efeito destes não é uniforme, mas depende do grau de encaixe entre as estruturas institucionais e as organizações dos atores.

Além disso, a importância das estruturas institucionais não é estática, e certos pontos de veto podem ser de interesse de um ator, mas em determinado momento significarem um entrave à transformação de seus interesses em resultados. Esta situação foi retratada por Immergut no que diz respeito ao surgimento do sistema de saúde na Suécia. A estrutura institucional daquele país emprestava grande poder ao Executivo com a quase inexistência de pontos de veto: parte significativa das questões legislativas eram encaminhadas através de Comissões Reais, desenhadas pelo monarca para evitar o controle legislativo. Este mesmo arranjo permitiu a implantação das políticas sociais depois da vitória social-democrata em 1932, resultado altamente inesperado pelos agentes que haviam implantado a estrutura institucional.

Outra grande fonte de imprevisibilidade dos resultados da luta política está no fato de que as classes são compostas por frações, passíveis de transformação em atores políticos segundo ações coletivas baseadas em suas identidades, interesses e estratégias particulares. Como as partes não apresentam necessariamente a mesma racionalidade do todo, os atores estatais, gestores últimos das políticas,

podem se associar a determinadas frações que, apesar de ocuparem posição decisiva de poder, defendam ações danosas aos interesses do capital como um todo. Este ponto demonstra a importância do destaque dado por Jessop (1983) ao estudo das estratégias e das articulações entre os atores. O autor exemplifica a situação com o caso da hegemonia das frações financeiras da City no seio do capital inglês, que, se por um lado manteve a centralidade do país nos fluxos da alta finança internacional, por outro causou a queda crescente e contínua de posições da economia inglesa em face do restante das economias capitalistas avançadas. Vale destacar aqui que a hipótese de uma composição de interesses individuais danosa ao interesse capitalista coletivo está aparentemente ausente das obras da maioria dos autores marxistas. Para quase todos eles, o resultado das políticas não é contingente, expressando uma certa teleologia no campo da política considerado globalmente. É interessante observar que isto ocorre mesmo com a centralidade que toma na literatura marxista a idéia de instabilidade constante no seio da economia capitalista. A solução teórica e analítica encontrada foi, em vez de levar às últimas consequências a contingência da política, instituir o Estado como o fiel da acumulação em geral, considerando-o como responsável por minimizar as consequências não intencionadas das estratégias míopes dos capitais individuais. Acredito, ao contrário, que seja necessário articular as estratégias dos vários atores para o entendimento das ações do Estado. Este deve ser o ponto de partida para se desvendar as razões pelas quais, em inúmeras circunstâncias, o resultado atende a interesses de alguma fração do capital, não bastando explicar este resultado pelos interesses e desejos de certos atores.

Além disto, como destacado de forma precisa pela abordagem do *State-in-society*, o Estado também não apresenta caráter homogêneo. Tanto geográfica como organizacionalmente, as permeabilidades, inserções e capturas dos aparelhos estatais são variadas. Neste sentido, se podemos aceitar que determinadas agências centrais sejam alvo de pressões ou

mantenham relações de articulação com certas frações do capital, é absolutamente impossível que todas as agências, em todos os lugares, em todos os níveis estejam sob um controle unificado e articulado do capital em abstrato, ou mesmo sob o controle contraditório e desarticulado de inúmeras frações diferentes. Concordar com isto pressupõe aceitar que em vários casos, grupos dominados terão sucesso em tornar hegemônicas arenas específicas. Situações como esta são auxiliadas pela diferente permeabilidade dos aparelhos estatais e de suas burocracias aos diversos atores não estatais, normalmente maior para os dominados nos níveis inferiores da burocracia.

No que diz respeito ao argumento marxista, embora as posições estruturais de poder dos capitalistas os coloquem em situação privilegiada na maioria das situações, em cada uma das arenas múltiplas os capitais presentes terão de tornar hegemônicas as demais forças sociais, incluindo, com o destaque devido, os agentes estatais. Explicar o desenrolar dessas lutas é demonstrar as estratégias e movimentos operados por cada um dos contendores em cada situação localizada. A desproporção estrutural de poder explica por que as conquistas dos grupos dominados raramente atingem escala ampliada ou agências centrais, mas não garante os resultados da luta política.

Vale destacar aqui outro ponto fundamental levantado pelos atores do *State-in-society approach*: a natureza tênue das fronteiras entre Estado e sociedade. Não se trata de destacar o grau de autonomia estatal, mas de ressaltar a migração de indivíduos entre posições estatais e privadas. Acredito que este ponto é central para o entendimento das políticas estatais, especialmente em casos como o brasileiro, no qual em inúmeras situações as distinções simplesmente desaparecem. Os Estados realmente são parte de suas sociedades, embora tenham características e natureza peculiares. Podemos acrescentar aqui, considerando a importância dada à literatura da análise setorial, que as comunidades profissionais também o são. Embora em alguns casos nas três primeiras literaturas resenhadas as distinções entre os dois

campos não sejam tão rígidas como caracterizado pela crítica do Estado-na-sociedade, acredito que raramente a complexidade da ligação entre os dois campos tenha sido tratada adequadamente. Assim, por exemplo, apesar dos grandes avanços presentes nos estudos de Domhoff, a atenção central dedicada à presença concreta de elementos ou representantes dos capitalistas sugere que o poder se exerce sempre de forma direta. No outro extremo, a extraordinária coesão interna das comunidades estatais e profissionais que mediam certos setores nas análises de Pierre e Muller oblitera a permeabilidade entre determinadas comunidades profissionais e as frações hegemônicas do capital em cada setor (como pensar a comunidade dos engenheiros químicos sem pensar a indústria química, por exemplo?). Acredito que esta questão se coloca mais significativamente em situações históricas em que o equilíbrio entre o insulamento e a inserção dos agentes do Estado é precário. Em situações nas quais as instituições estabelecem procedimentos firmes com relação à participação de profissionais da iniciativa privada em cargos públicos, como a questão da “quarentena” dos presidentes dos bancos centrais, por exemplo, o problema se coloca menos sob o ponto de vista analítico. Quando, ao contrário, essas regras não são claras, ou quando o Estado institui atores e elege interlocutores, atribuindo “status público aos grupos de interesse”, para utilizarmos a feliz expressão de Offe (1989), a questão da permeabilidade se transforma em um dos pontos mais importantes da análise, e deve ser deixada como uma possibilidade analítica em aberto para o estudo das situações concretas. O ponto de vista mais proveitoso, na minha opinião, é a adoção de uma “permeabilidade contingente”.

O segundo ator relevante destacado aqui é aquele ressaltado pela literatura da análise setorial: as corporações profissionais setoriais. A maior contribuição dos autores desta abordagem está no destaque dado ao fato de que os setores da sociedade que circunscrevem políticas estatais não são naturais, mas produzidos socialmente. A produção dos referenciais e das

relações global-setoriais não é produto de campanhas promovidas articuladamente pelo capital, embora isto possa ocorrer em alguns casos. Na maior parte das vezes, a produção dessas representações é o resultado complexo de debates, lutas e alianças entre diversos atores, dentro e fora do Estado.

O entendimento dessas questões é fundamental para a compreensão das políticas públicas, pois, ao contrário da perspectiva clássica das análises marxistas, não basta ressaltar os interesses em jogo, mas é necessário demonstrar as estratégias dos diversos atores para alcançá-los (cf. Roemer, 1989; Elster, 1985; Przeworski, 1988 e 1990). Por esta razão, o estudo dos mediadores é central para as análises políticas. As corporações e os demais mediadores realmente obtêm hegemonia dos setores e cumprem funções intelectuais gramscianas. Assim, a forma como as posições potenciais de poder da burguesia, ressaltadas anteriormente, se transformam em vantagens concretas na implementação de políticas depende da ação dos mediadores. Não quero afirmar que os mediadores cumprem uma função ideológica em proveito do capital, muito pelo contrário. O que gostaria de destacar é que a transformação das posições potenciais de poder da burguesia em resultados depende da existência de determinados padrões de articulação com os mediadores globais e setoriais (pois aqui também as fronteiras são flutuantes). Estes padrões são contingentes, e a articulação das corporações pode ocorrer com atores distintos, inclusive com as classes e frações dominadas. Mais uma vez, vale lembrar a importância do próprio Estado, cujo pessoal em muitos casos se articula e se superpõe às corporações profissionais. O poder das comunidades profissionais, por seu lado, também é contingente da sua inserção na sociedade, das suas alianças com outros atores sociais importantes, o capital entre eles.

Outra questão a destacar com relação às corporações é que as diferentes permeabilidades das agências e níveis de organização do Estado referidas anteriormente também estão associadas a características das comunidades

profissionais. Os referenciais global e setorial de cada comunidade valoram de forma diversa os vários atores presentes na política, o que define comportamentos e permeabilidades distintas com relação àqueles. De uma maneira geral, as comunidades relacionadas à “burocracia ao nível da rua” das políticas sociais, como assistentes sociais, por exemplo, são bem mais permeáveis aos grupos dominados do que comunidades mais técnicas cuja prática profissional e mesmo sua auto-imagem estão associadas aos núcleos de poder, como é o caso dos economistas e engenheiros. O ponto importante a destacar está no fato de que os insulamentos e os referenciais são produzidos de forma concomitante, o que torna o resultado histórico ainda mais contingente.

No caso brasileiro, o movimento nacional pela reforma sanitária ocorrido durante a década de 1980 exemplifica bem a importância dos mediadores, ao mesmo tempo que a relativiza. O movimento teve como ator hegemônico um determinado grupo de sanitaristas oriundo de agências estatais e do meio acadêmico, que em uma conjuntura política específica — a redemocratização, com a crítica disseminada ao modelo de políticas públicas vigente nos anos 1970 — e a realização da Assembleia Nacional Constituinte, conseguiu transformar seu projeto político em referencial setorial. Este referencial tinha caráter fortemente estatista e redistributivo, e apesar de consagrado na nova Constituição, não chegou a se transformar em intervenção concreta nos anos subsequentes. Estes anos foram marcados por uma guinada conservadora e por uma hegemonia do neoliberalismo no campo do referencial global, mas também por uma intensa mobilização dos capitais contratistas e conveniados com a prestação dos serviços de responsabilidade do Estado, no caso, hospitais privados, fabricantes de equipamentos e medicamentos e empresas de saúde e previdência privada.²⁰ Como resultado, a política de saúde defendida pela Reforma Sanitária não chegou a ser implementada, apesar de se transformar em política oficial proposta pelo Estado.

Finalmente, vale reafirmar que vários dos argumentos da literatura marxista sobre a des-

proporção de poder a favor dos capitais apresentam enorme relevância: a maior disponibilidade de recursos financeiros e *status*, a disseminação de valores burgueses, a origem social comum das elites econômicas e estatais e a dependência estrutural do Estado ao capital, por exemplo. No entanto, nenhum destes fenômenos tem caráter de determinação. Todos expressam a maior probabilidade de ocorrência de ações em favor dos interesses dos capitalistas, ou ao menos da não ocorrência de intervenções contra eles. É verdadeiro que os capitalistas apresentam maiores condições de sucesso nas suas ações. É verdade também que dos vários atores presentes, os trabalhadores ocupam estruturalmente as piores posições de poder na sociedade, e portanto, há uma baixa probabilidade de que ações em seu interesse único sejam implementadas. Por outro lado, é também verdadeiro que atores como os agentes estatais e as corporações profissionais ocupam posições estruturais de poder importantes na sociedade, posições que lhes garantem boas chances de verem implementadas ações em seu interesse.

Conclusão

Vimos que o resultado das políticas é contingente e depende da luta e das estratégias traçadas pelos diversos atores. Acredito que os três mais importantes são os capitalistas, os atores estatais e as corporações profissionais, iluminadas pelas três primeiras literaturas resenhadas e discutidas ao longo do texto. So-

mente o estudo das articulações e estratégias dos atores em cada caso pode nos permitir compreender seus papéis no processo de produção das políticas.

Vale destacar, mais uma vez, que em muitos casos concretos a distinção entre os atores e suas fronteiras não é muito clara, sendo mais analítica do que empírica e concreta. A superposição ou interligação dos agentes — capitais que agem no interior do setor, corporação que obtém hegemonia para o setor e funcionários do Estado por ele responsáveis — é comum e demonstra a relevância do estudo dinâmico das estratégias e da análise relacional dos atores. Para uma melhor compreensão das políticas estatais no caso brasileiro devem ser estudadas, principalmente, as articulações entre os referenciais e mediadores setoriais encontrados em cada análise, os atores estatais relevantes e os capitalistas presentes no setor e na sociedade. Em muitas oportunidades se chegará à conclusão de que existe complexa articulação entre eles. Estudos sobre a questão deveriam investigar as complexas relações e superposições que as corporações guardam com as burocracias técnicas dos órgãos estatais e com os setores privados produtores dos vários bens, insumos e serviços utilizados em cada setor. Apenas através da articulação das estratégias desses atores e das suas relações é possível compreender de forma aprofundada a produção e a implementação das políticas do Estado.

(Recebido para publicação em agosto de 1996)

Notas

1. De forma recente, esta literatura tem se deslocado de uma postura centrada no Estado para uma linha de análise centrada nas relações entre Estado e sociedade em um ambiente organizado e constrangido por instituições. Devo a incorporação das contribuições mais recentes neste texto, assim como minha descoberta deste deslocamento, ao professor Ira Katznelson do Departamento de Ciência Política da Columbia University, EUA, a quem agradeço.
2. Importantes autores de origem pluralista, que originalmente sustentavam o equilíbrio de poder político entre burguesia e proletariado têm concordado, mais recentemente, com a grande diferença de poder entre as classes. Este é o caso de Charles Lindblom e mesmo Robert Dahl que, após centrarem suas preocupações em temas como o poder dos sindicatos e a natureza dos governos democráticos, passaram a tematizar o desequilíbrio de poder nas sociedades de mercado, a “posição privilegiada da empresa” (Lindblom, 1979, p. 195) e “as conseqüências da posse e controle das empresas” (Dahl, 1990, p. 11) sobre a liberdade e a igualdade.

3. É interessante confrontar esta explicação com a análise de Przeworski (1989), que explica o mesmo fenômeno a partir das escolhas estratégicas do movimento social-democrata europeu a partir das primeiras décadas do século XX.
4. *Business confidence* no original de Block (1981, p. 38).
5. Para Robertson (1993), a explosão de estudos comparativos nas últimas décadas do século XIX nos EUA esteve relacionada com o fenômeno específico daquele país no pós-Guerra civil, onde ocorreu uma grande expansão legal e jurídica por parte dos estados, criando uma demanda pela descrição daquelas instituições políticas. Por outro lado, é possível compreender aquela literatura no bojo dos esforços da criação de um campo de conhecimento autônomo para a Ciência Política e diferente da disciplina histórica nos EUA da virada do século. Cf. Bryce (1909).
6. Da mesma forma, para o neo-institucionalismo sociológico, a incorporação das instituições é uma reação ao estruturalismo parsoniano hegemônico nas análises até os anos 1970. Para uma discussão histórica do nascimento das correntes como reação à ortodoxia das disciplinas, cf. Robertson (1993) e Cammack (1992).
7. Poderíamos incluir um terceiro grupo de estudos consubstanciando um neo-institucionalismo sociológico. Esta literatura tem focado a importância das instituições na ação social como um todo, e dialoga intensamente com a sociologia das organizações. Para uma descrição cf. Hall e Taylor (s/d). Não a incluímos neste artigo, já que seus estudos não enfocam os processos e atores aqui discutidos.
8. Foram considerados representativos das duas perspectivas: Oliver Williamson e o primeiro Douglass North (*rational choice*); Kathleen Thelen, Sven Steinmo, Elen Immergut, James March, Johan Olsen, Charles Tilly e Theda Skocpol (históricos). O segundo North, consubstanciado em North (1990), e Margareth Levy se situam entre as perspectivas. Considerarei-os mais próximos dos históricos pela sua ênfase nos processos políticos.
9. Cf. Smith (1992) a partir do neo-institucionalismo histórico, e Jackson (1990) a partir da escolha racional.
10. A literatura que enfoca esta questão tem sido denominada de nova economia institucional — NEI.
11. É interessante observar como a idéia geral de North se articula e complementa os argumentos de Peter Evans sobre as *performances* econômicas diferenciadas entre países com diversos tipos de Estados desenvolvimentistas. Cf. Evans (1993).
12. Almond (1988) discorda que a perspectiva traga algo de novo, afirmando que a boa ciência política norte-americana sempre levou em conta argumentos institucionais, com o que discordam inúmeros neo-institucionalistas como Thelen e Steinmo (1992), Smith (1992) e Robertson (1993). Por outro lado, é com certeza verdade que a hierarquia dos agentes no neo-institucionalismo é feita *a posteriori*, assim como no pluralismo e ao contrário do marxismo, o que mais uma vez vem sugerir a fragilidade da corrente como teoria autônoma dos grandes paradigmas da Ciência Política.
13. Granovetter (1985) discorda de Polanyi afirmando que o embricamento da sociedade nas relações econômicas é menor do que queria aquele autor, embora seja maior do que consideram os economistas neoclássicos e os adeptos da escolha racional. Esta discussão remete, em última instância, para os tipos de racionalidade do comportamento humano, à discussão travada por Harsanyi (1986). Para uma visão de racionalidade diametralmente oposta à de Polanyi, cf. Becker (1986).
14. O melhor exemplo deste deslocamento está na obra de Skocpol. A leitura atenta de seus livros de 1979 e de 1994 não deixa dúvidas sobre o distanciamento da utilização do Estado como ator, apesar de a autora sustentar que tudo se trata apenas de um problema de interpretação com relação às suas formulações anteriores. Cf. Skocpol (1994, p. 569).

15. Para a formulação acabada da idéia de excepcionalidade, cf. Hartz (1955).
16. Sobre o primeiro ponto estão de acordo as quatro perspectivas discutidas aqui, mas sobre o segundo não se encontra concordância nem no interior do institucionalismo entre históricos e partidários da escolha racional.
17. Tomarei como representativa da perspectiva da análise setorial a obra de Pierre Muller e Bruno Jobert consubstanciada em Muller (1985) e Jobert e Muller (1987).
18. A influência de Gramsci na formulação da análise setorial é explícita, como pode ser observado em Muller (1985, p. 177) e em Jobert e Muller (1987, p. 75).
19. A mudança de ênfase é admitida em parte por Skocpol na sua proposição de mudar a denominação da abordagem neo-institucional, definida originalmente por ela mesma como *state-centric approach* (Skocpol, 1985), para *polity-centric approach*, enfatizando mais a política e menos os processos burocráticos (cf. Skocpol, 1994, p. 569). A dimensão do deslocamento, no entanto, parece-me subestimada, visto que o destaque do Estado como ator deixa de ser central nas análises.
20. Ver os artigos contidos em Teixeira (1989).

Bibliografia

- Alexander, J.
1987 "O Novo Movimento Teórico". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 2, n° 4.
- Almond, G.
1988 "The Return to the State". *American Political Science Review*, vol. 82, n° 3.
- Amenta, E. e Skocpol, T.
1986 "States and Social Policies". *Ann. Rev. Sociol.*, n° 12.
- Amenta, E.; Dunleavy, K. e Bernstein, M.
1994 "Stolen Thunder? Huey Long's 'Share our Wealth': Political Mediation and the Second New Deal". *American Sociological Review*, vol. 59, october.
- Becker, G.
1986 "The Economic Approach to Human Behaviour", in J. Elster (org.), *Rational Choice*. Oxford, Basil Blackwell Ltd.
- Bensel, R.
1990 *Yankee Leviathan: The Origins of Central State Authority in America*. New York, Cambridge University Press.
- Bernstein, R.
1985 *Habermas and Modernity*. Cambridge, Polity Press.
- Block, F.
1980 "Beyond Relative Autonomy: State Managers as Historical Subjects", in R. Miliband e J. Saulle (eds.), *The Social Register 1980*. Londres, Merlin Press.
1981 "The Ruling Class Does Not Rule: Notes on the Marxist Theory of the State", in T. Ferguson e J. Rogers (eds.), *Political Economy: Readings and Economics of American Public Policy*. New York, M. E. Sharpe.
1992 "Capitalism without Class Power". *Politics & Society*, vol. 20, n° 3.

- Bowler, S.
1987 "Corporatism and the Privileged Position of Business". *West European Politics*, vol. 10, n° 2.
- Bryce, J.
1909 "The Relations of Political Science to History and to Practice". *American Political Science Review*, n° 3, fevereiro.
- Cammack, P.
1992 "The New Institutionalism: Predatory Rule, Institutional Persistence and Macro-Social Change". *Economy and Society*, vol. 21, novembro.
- Carnoy, M.; Castells, M.; Cohen, S. e Cardoso, F. H.
1994 *The New Global Economy in the Informational Age: Reflections on our Changing World*. Philadelphia, The Pennsylvania State University Press.
- Castro, M. H. de.
1991 "Interesses, Organizações e Políticas Sociais". *BIB — Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n° 31.
- Cohn, G.
1989 "El Marxismo y la Explicación Funcional", in J. Roemer (org.), *El Marxismo: Una Perspectiva Analítica*. Cidade do México, Fondo de Cultura Económica.
- Cook, K. e Levy, M.
1990 *The Limits of Rationality*. Chicago, The University of Chicago Press.
- Dahl, R.
1990 *Um Prefácio à Democracia Econômica*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.
- Davis, M.
1981 "The New Right's Road for Power". *New Left Review*, n° 128.
1993a "Linhas de Poder", in M. Davis, *Cidade de Quartzos: Escavando o Futuro em Los Angeles*. São Paulo, Ed. Página Aberta.
1993b "Who Killed L. A.? A Political Autopsy". *New Left Review*, n° 197.
1993c "Who Killed L. A.? Part Two. The Verdict is Given". *New Left Review*, n° 199.
1993d "Dead West: Ecocide in Marlboro Country". *New Left Review*, n° 200.
- Del Brena, G. (org.).
1985 *O Rio de Janeiro de Pereira Passos: Uma Cidade em Questão II*. Rio de Janeiro, Ed. Index.
- Domnhoff, W.
1979 *The Powers that Be: Process of Ruling-Class Domination in America*. New York, Vintage Books.
1991 "Class, Power and Parties in the New Deal: A Critique of Skocpol's State Autonomy Theory". *Berkeley Journal of Sociology*, vol. 36.
- Elster, J.
1985 *Making Sense of Marx*. New York, Cambridge University Press.
1989a *Marx Hoje*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra.
1989b "Marxismo, Funcionalismo e Teoria dos Jogos". *Lua Nova*, n° 17.
1994 *Peças e Engrenagens das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.

- Evans, P.
1993 "O Estado como Problema e como Solução". *Lua Nova*, n° 28/29.
- Fiori, J. L.
1992 "Para Pensar o Papel do Estado sem Ser um Neoliberal". *Revista de Economia Política*, vol. 12, n° 1.
- Gonzalez, F.
1989 "Razão e Política: Entrevista com Claus Offe". *Lua Nova*, n° 19.
- Granovetter, M.
1985 "Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddness". *American Journal of Sociology*, vol. 91, n° 3.
- Hagopian, F.
1994 "Traditional Politics Against State Transformation in Brazil", in J. Migdal; A. Kohli e V. Shue (orgs.), *State Power and Social Forces: Domination and Transformation in the Third World*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Hall, P. e Taylor, R.
s/d *Political Science and the Three New Institutionalisms*. Cambridge, Harvard University, mimeo.
- Harsanyi, J.
1986 "Advances in Understanding Rational Behaviour", in J. Elster (org.), *Rational Choice*. Oxford, Basil Blackwell Ltd.
- Hartz, L.
1955 *The Liberal Tradition in America*. New York, Harcourt Pub.
- Immergut, E.
1993 *Health Politics: Interests and Institutions in Western Europe*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Jackson, J.
1990 "Institutions in American Society: An Overview", in J. Jackson (org.), *Institutions in American Society: Essays in Market, Political and Social Organization*. Ann Arbor, University of Michigan Press.
- Jessop, B.
1977 "Recent Theories of the Capitalist State". *Cambridge Journal of Economics*, vol. 1, n° 4.
1983 "Accumulation Strategies, State Forms and Hegemonic Projects". *Kapitalistate*, n° 10/11.
1985 *Nicos Poulantzas: Marxist Theory and Political Strategy*. London, MacMillan.
- Jobert, B. e Muller, P.
1987 *L'État en Action: Politiques Publiques et Corporatismes*. Paris, PUF.
- Katznelson, I.
1992 *Marxism and the City*. New York, Oxford University Press.
- Leborgne, D. e Lipietz, A.
1990 "Flexibilidade Defensiva ou Flexibilidade Ofensiva: O Desafio das Novas Tecnologias e da Competição Mundial", in E. Preteceille e L. Valladares (orgs.), *Reestruturação Urbana: Tendências e Desafios*. São Paulo, Ed. Nobel.

- Levy, M.
 1988 "The Transformation of Agrarian Institutions: An Introduction and Perspective". *Politics and Society*, vol. 16, n° 2-3.
- 1991a "Uma Lógica da Mudança Institucional". *Dados – Revista de Ciências Sociais*, vol. 34, n° 1.
- 1991b "Are There Limits to Rationality?". *Archives Européennes de Sociologie*, vol. 32, n° 1.
- Lindblom, C.
 1979 *Política e Mercados: Os Sistemas Políticos e Econômicos do Mundo*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Mann, M.
 1992 "O Poder Autônomo do Estado: Suas Origens, Mecanismos e Resultados", in J. Hall (org.), *Os Estados na História*. Rio de Janeiro, Imago.
- March, J. e Olsen, J.
 1984 "The New Institutionalism: Organizational Factors in Political Life". *American Political Science Review*, vol. 78.
- Marx, K.
 1982 *O 18 Brumário de Louis Bonaparte*. Lisboa, Ed. Avante.
- Marx, K. e Engels, F.
 1987 *Manifesto do Partido Comunista*. Moscou, Ed. Progresso.
- Migdal, J.
 1994a "An Introduction", in J. Migdal; A. Kohli e V. Shue (orgs.), *State Power and Social Forces: Domination and Transformation in the Third World*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Migdal, J.; Kohli, A. e Shue, V. (orgs.)
 1994b *State Power and Social Forces: Domination and Transformation in the Third World*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Miliband, R.
 1972 *O Estado na Sociedade Capitalista*. Rio de Janeiro, Zahar Ed.
- 1973 "Poulantzas and the Capitalist State". *New Left Review*, n° 82.
- Muller, P.
 1985 "Un Schéma d'Analyse des Politiques Sectorielles". *Revue Française de Science Politique*, n° 2.
- Nettl, J.
 1968 "The State as a Conceptual Variable". *World Politics*, vol. 20, julho.
- North, D.
 1990 *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. New York, Cambridge University Press.
- Offe, C.
 1975 "The Theory of Capitalist State and the Problem of Policy Formation", in Lindberg *et alii* (orgs.), *Stress and Contradictions in Modern Capitalism*. Toronto, Lexington.
- 1984 "Dominação de Classe e Sistema Político: Sobre a Seletividade das Instituições Políticas", in C. Offe (org.), *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. São Paulo, Tempo Brasileiro.

- 1989 "A Atribuição de *Status Público* aos Grupos de Interesse", in C. Offe, *Capitalismo Desorganizado*. São Paulo, Ed. Brasiliense.
- Offe, C. e Volker, R.
1984 "Teses sobre a Teoria do Estado", in C. Offe (ed.), *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. São Paulo, Tempo Brasileiro.
- Oliveira, F. de.
1988 "O Surgimento do Antivalor". *Novos Estudos Cebrap*, nº 22.
- Piccioto, S.
1991 "The Internationalization of the State". *Capital and Class*, nº 43.
- Polanyi, K.
1980 *A Grande Transformação: As Origens de Nossa Época*. Rio de Janeiro, Ed. Campus.
- Poulantzas, N.
1976 "The Capitalist State: A Reply to Miliband and Laclau". *New Left Review*, nº 95.
1985 *O Estado, o Poder e o Socialismo*. Rio de Janeiro, Graal.
1986 *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo, Martins Fontes.
- Poulantzas, N. e Miliband, R.
1975 *Debate sobre o Estado Capitalista*. Porto, Crítica e Sociedade.
- Przeworski, A.
1988 "Marxismo e Escolha Racional". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 6, nº 3.
1989 *Capitalismo e Social-Democracia*. São Paulo, Companhia das Letras.
1990 *The State and the Economy under Capitalism*. Chur, Harwood Academic Publishers.
1994a *Economic Constraints on Political Choices: On the Continuing Relevance of Marxist Political Theory of Capitalism*. Chicago, University of Chicago Press.
1994b *Democracia e Mercado no Leste Europeu e na América Latina*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- Rawls, J.
1992 "Justiça como Equidade: Uma Concepção Política, Não Metafísica". *Lua Nova*, nº 25.
- Reich, R.
1994 *O Trabalho das Nações: Preparando-nos para o Capitalismo do Século XXI*. São Paulo, Educator.
- Reis, F. W.
1991 "Rationality, Sociology and the Consolidation of Democracy". *Série Estudos*, Rio de Janeiro, IUPERJ.
- Robertson, D.
1993 "The Return to History and the New Institutionalism in American Political Science". *Social Science History*, nº 17.
- Roemer, J.
1989a "Introdução", in J. Roemer (org.), *El Marxismo: Una Perspectiva Analítica*. Cidade do México, Fondo de Cultura Económica.
1989b "O Marxismo da 'Escolha Racional': Algumas Questões de Método e Conteúdo". *Lua Nova*, nº 19.
1994 "An Anti-Hayekian Manifesto". *New Left Review*, nº 201.

- Sassen, S.
 1991 *The Global City: New York, London, Tokyo*. New Jersey, Princeton University Press.
- Skocpol, T.
 1979 *States and Social Revolutions*. New York, Cambridge University Press.
 1985 "Bringing the State Back In: Strategies of Analysis in Current Research", in P. Evans; D. Rueschmeyer e T. Skocpol (eds.), *Bringing the State Back In*. New York, Cambridge University Press.
 1993 "Formation de l'État et Politiques Sociales aux États-Unis". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n° 96-97.
 1994 *Protecting Soldiers and Mothers: The Political Origins of Social Policy in the United States*. Cambridge, Harvard University Press.
- Skowronek, S.
 1982 *Building a New American State*. New York, Cambridge University Press.
- Smith, R.
 1992 "If Politics Matters: Implications for a New Institutionalism". *Studies in American Political Development*, n° 6.
- Soja, E.
 1993 *Geografias Pós-Modernas: A Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores.
 1994 "O Desenvolvimento Metropolitano Pós-Moderno nos EUA: Virando Los Angeles pelo Averso", in M. Santos; M. A. Souza e M. L. Silveira (orgs.), *Território: Globalização e Fragmentação*. São Paulo, Hucitec/ANPUR.
- Teixeira, S.
 1989 *Reforma Sanitária: Em Busca de uma Teoria*. Rio de Janeiro, Cortez/Abrasco.
- Thelen, K. e Steimo, S.
 1992 "Historical Institutionalism in Comparative Politics", in S. Sven; K. Thelen e F. Longstreth (orgs.), *Structuring Politics: Historical Institutionalism in Comparative Analysis*. New York, Cambridge University Press.
- Tilly, C. (org.)
 1975 *The Formation of National States in Western Europe*. Princeton, Princeton University Press.
 1992 *Big Structures, Large Processes, Huge Comparisons*. New York, Russel Sage Foundation.
- Useem, M.
 1983 "Business and Politics in the United States and United Kingdom: The Origins of Heightened Political Activity of Large Corporations during the 1970s and Early 1980s". *Theory and Society*, vol. 12, n° 3.
- Weir, M; Orloff, A. e Skocpol, T. (eds.)
 1988 *The Politics of Social Policy in the United States*. New Jersey, Princeton University Press.

Resumo

*Categoria Analítica ou Passe-Partout Político-Normativo:
Notas Bibliográficas sobre o Conceito de Sociedade Civil*

O artigo analisa, inicialmente, a trajetória do conceito de sociedade civil na teoria social moderna. Aprofunda, em seguida, o exame da recente redescoberta da categoria, delimitando duas vertentes distintas na utilização teórica e política do conceito, a saber, uma enfática e uma moderada. Por fim, examina o emprego da expressão no contexto da democratização brasileira, caracterizando as variações nos significados atribuídos ao conceito pelos diferentes atores nas diversas fases do processo de transição.

Abstract

Critical Notes on the Literature on the State, State Policies, and Political Actors

In this critical discussion of some of the most relevant recent contributions to the study of the State, special attention is devoted to the most important actors within policy-making and enforcement. The main arguments put forward in four groups of studies are reviewed and discussed: recent traditions in neo-Marxism and in neo-institutionalism, French sectoral analysis, and the US State-in-society approach. Comparisons between the four are drawn particularly as regards two fundamental questions: the nature of the State and the role actors play in proposing, managing, and dealing with the results of public policies. The discussion makes it possible to underscore, in theoretical terms, three actors that must indispensably be analyzed in joint and integrated fashion when studying State policies: the capitals present in the production of each policy; State agents; and professional communities.

Cultura Política e Escolha Racional na América Latina: Interfaces nos Estudos da Democratização

Paulo J. Krischke

Esta resenha resulta de uma pesquisa com o apoio do CNPq (Krischke, 1995) sobre “Democratização e Cultura Política na América Latina: Aspectos Teórico-Metodológicos”, e aborda especificamente, para o caso dos países latino-americanos, certas contribuições ao estudo da democratização relacionadas ao tema da cultura política e derivadas da teoria da escolha racional (denominadas “racionalistas” por Eckstein, 1988, p. 789), em comparação com as daqueles estudos que mais se aproximam à corrente central das pesquisas sobre cultura política (rotuladas de “culturalistas” pelo mesmo autor). O conhecimento convencional na Ciência Política tem caracterizado estas duas abordagens como mutuamente excludentes (Barry, 1974), e a fundamentação teórica desse debate não será tratada diretamente nesta resenha.¹ Contudo, a convergência temática destes estudos, na investigação dos processos de democratização, tem permitido o surgimento de certas interfaces (ou, talvez, mútuas influências?) relacionadas a fatores circunstanciais, tais como a crescente acumulação de dados, o maior intercâmbio acadêmico internacional, o acesso a recursos de pesquisa mais sofisticados, e, principalmente, ao desenvolvimento dos próprios processos históricos que se busca interpretar. Parafraseando o título de recente trabalho de Barry Ames (1995b) — *Soft Theory, Hard Evidence* —, sobre escolha racional no sistema político brasileiro, é possível sugerir que há crescentes evidências práticas de complementação temática entre ambas as abordagens dos

processos de democratização na América Latina, à espera de futuros trabalhos de sistematização teórica.

A seguir farei uma apresentação geral da problemática tratada nesta resenha (parte I), passando depois a uma discussão das contribuições derivadas da escolha racional (parte II) e daquelas relacionadas com o “culturalismo” (parte III), para terminar delineando algumas interfaces emergentes entre as duas abordagens (parte IV).

Situando o problema

A área de estudos sobre cultura política na América Latina apresenta grande dinamismo, com muitas pesquisas em desenvolvimento e importantes resultados apresentados em congressos internacionais. (A pesquisa de que deriva esta resenha examinou inicialmente cerca de 150 trabalhos acadêmicos sobre o tema na América Latina, e mais de 200 outros com ele relacionados, cf. Krischke, 1994a). A exemplo do que ocorre em outras regiões do mundo (nesta época de superação dos “socialismos reais”, de crise e reformulação dos *Welfare States*, e de processos de democratização institucional em muitos países e regiões do chamado “Terceiro Mundo”), essas pesquisas buscam constatar em que medida há uma difusão e adesão a valores, convicções e comportamentos democráticos entre segmentos significativos da população — que apoiem a estabilidade ou “consolidação” do regime democrático (ou sua reforma

e aperfeiçoamento, no caso dos países centrais do Ocidente).

Esta resenha não pretende examinar, nem sequer mapear, o conjunto dessas pesquisas. Mas focalizar, para o caso dos estudos sobre cultura política na América Latina, aquele que aparece como o aspecto mais saliente e atual dessa literatura: a disjuntiva, e as interfaces emergentes, entre as abordagens “culturalistas” e as centradas na “escolha racional”. Esta seleção se justifica não apenas pela importância desse debate entre duas abordagens usualmente consideradas excludentes, mas também como ponto de partida para o eventual tratamento de outras linhas de investigação sobre o tema.

Harry Eckstein (1988, p. 789), na sua argumentação em favor da primeira dessas correntes, afirmava ser esse culturalismo “plausível de consideração como uma das duas abordagens gerais ainda válidas para a interpretação e a teorização política”, pois

“a determinação de qual das duas modalidades de explicação e teoria, a ‘culturalista’ ou a ‘racionalista’, será capaz de oferecer os melhores resultados pode constituir-se no tema individual mais importante hoje na agenda da ciência política”.

O caráter defensivo da argumentação (aliás, mais agudamente adotado por Almond, 1990) não deixa dúvidas sobre a mútua incompatibilidade suposta pelos principais seguidores dessas abordagens — e consagrada pela revisão fundamental de Brian Barry (1974, p. 186):

“Si comparáramos a Downs, representante de la escuela ‘económica’, con Parsons, representante de la escuela ‘sociológica’, comprobamos que, salvo la tendencia de ambos a tomar distancia respecto a los hechos, se contraponen en todo lo demás. Downs opera con el supuesto psicológico de maximizar utilidades, mientras que Parsons pone mucho mas énfasis en las coerciones normativas y afirma que es imposible comprender la acción a menos que se la considere en términos de los condicionamientos normativos.”

Contudo, certas revisões mais recentes da literatura (por exemplo, Wilson, 1992; Brint, 1991) têm sugerido uma certa complementação entre a abordagem “culturalista” e outras

que com ela competem.² Isto também se aplica às linhas “racionalistas”, inclusive porque alguns dos culturalistas empíricos (por exemplo, Almond, 1966, p. 877) e neocontratualistas filosóficos (por exemplo, Rawls, 1982, pp. 34-35) nunca esconderam seu apreço inicial pela abordagem da escolha racional ou, ao menos, por algumas de suas derivações, como as teorias dos jogos e de *public choice*.³

Além disso, as perspectivas dessa interlocução aparecem como uma possibilidade fecunda nos estudos sobre a transição política e a eventual consolidação do regime democrático na América Latina (Krischke, 1996). Pois a estabilidade dos regimes pós-autoritários supõe o funcionamento de instituições representativas capazes de canalizar as interações estratégicas das elites, e que tais instituições sejam também aceitas pela população, suas crenças, valores e comportamentos. Além disso, as orientações dos públicos massivos têm mudado significativamente durante a transição, supondo-se que devam contribuir decisivamente para a legitimação do novo regime (Moisés, 1995).

Vários estudos sobre a superação dos regimes autoritários (por exemplo, O'Donnell *et alii.*, 1986; Przeworski, 1986) seguiram com êxito a abordagem racionalista, de análise das interações estratégicas entre as elites nas “transições pactadas” dos anos 80 na América Latina. E outros estudos têm feito recurso à “interpretação econômica do voto” (Downs, 1957) para entender o comportamento eleitoral do público massivo (por exemplo, O'Donnell, 1991; outros autores têm também encaminhado este enfoque, com qualificações, como Marcus Figueiredo, 1991, e Wanderley Guilherme dos Santos, 1987). Por outra parte, como veremos, têm sido também notadas (por exemplo, Castro, 1992) as vantagens de uma convergência possível entre a “interpretação econômica do voto” no estudo do comportamento eleitoral e as linhas da chamada “sociologia eleitoral” derivadas de Almond e Verba (1965) para o estudo da cultura política.

Por sua vez, os estudos “culturalistas” têm passado por grande expansão e considerável

aperfeiçoamento durante a última década, considerada de “renascimento da cultura política” (Inglehart, 1988) no mundo inteiro. A liberalização dos regimes autoritários na Europa Oriental e no Sudeste da Ásia tem suscitado notáveis desafios à política comparada, que também se aplicam, crescentemente, à América Latina. O futuro dos regimes pós-autoritários (ou seja, a sua “consolidação”)⁴ depende, em grande medida, da análise comparativa das transformações culturais que vêm ocorrendo nos processos de legitimação dos novos regimes democratizantes.

Certos estudos acerca dos atores políticos durante a democratização (por exemplo, Schedler, 1992; Geddes, 1995) tratam de examinar as negociações intra-elites à luz das concertações sociais mais amplas, que vinculam os atores e interesses corporativos ao pacto democrático — nesta fase de reajustes estruturais e reconversão produtiva da economia latino-americana. Outros estudos têm focalizado a importância do aprendizado democrático (Bonino e McCoy, 1992; Garretón, 1994) que tornou possível, nos regimes pós-autoritários, a legitimação eleitoral da transição à democracia nos países do Cone Sul — superando, assim, certa determinação econômica acerca das “bases sociais da democracia” (Lipset *et alii*, 1993) e estabelecendo a justa autonomia da esfera política nos processos de institucionalização democrática (conforme os argumentos de Remmer, 1990; Bermeo, 1992).

Por outra parte, os estudos sobre cultura política têm exibido crescente sofisticação metodológica, permitindo-lhes superar certas limitações e dificuldades de generalização, principalmente no âmbito da pesquisa comparativa. A linha de estudos proposta por Inglehart (1977) é um notável exemplo da ousadia da nova abordagem culturalista — neste caso, principalmente com relação às mudanças geracionais, em suas relações com a política local (Clark e Inglehart, 1990) e as subculturas alternativas (Gibbins, 1989; Dalton e Kuechler, 1990). Poucas têm sido as tentativas de focar estes temas no caso da América Latina (por exemplo, Landa, 1994;

Baño e Faletto, 1992), mas outras inovações da linha “culturalista” têm sido crescentemente introduzidas em nossa região, como também veremos.

Este trabalho faz, a seguir, uma revisão das abordagens “racionalistas” e “culturalistas” (para seguir usando os termos de Eckstein) no que tange à evolução recente dos estudos sobre cultura política na América Latina. Mas é bom lembrar que esta é apenas uma resenha parcial e preliminar dos múltiplos desdobramentos havidos nesta área de estudos. E outras abordagens relevantes, que deixamos de tratar nesta ocasião, por razões de espaço e prioridade analítica (como a “histórico-genética”⁵ de Louis Hartz, Howard Wiarda e Robert Moser, dentre outros, ou a que enfatiza o “desenvolvimento moral-cognitivo”, na linha de Piaget/Kohlberg/Habermas), serão apenas mencionadas brevemente, como linhas limítrofes ao tema central desta resenha.

Antes de entrar no tema, cabe aqui uma aproximação preliminar ao conceito de cultura política usualmente adotado na literatura. Almond e Verba (1965) mencionaram dezenas de definições diferentes do termo, e autores distintos chegam, por razões diversas, a considerá-lo como “categoria residual” (Lane, 1992; Chilton, 1990; Welch, 1993).⁶ A concepção pioneira introduzida por Almond e Verba (1965, p. 13) caracteriza a cultura política como “attitudes toward the political system and its various parts, and attitudes toward the role of the self in the system”, incluindo orientações cognitivas, afetivas e valorativas. A proposta tem suscitado muita controvérsia e considerável especificação por parte dos autores,⁷ mas serve ao menos como ponto de partida para uma aproximação ao tema nesta resenha. Note-se que, a partir desta definição, as linhas “racionalistas”, que veremos a seguir, pareceriam centrar a atenção em certos aspectos da dimensão cognitiva das orientações sociopolíticas, ao passo que as culturalistas (como também veremos adiante) focalizariam principalmente a dimensão valorativa ou normativa dessas orientações. No entanto, como salientam os estudiosos do “de-

envolvimento moral-cognitivo” (Kohlberg, 1981), a separação entre ambas as dimensões é uma questão disputada (ver adiante a nota 24, com um questionamento de Habermas acerca da pesquisa empírica de valores culturais). E, em todo caso, cada interlocutor deste debate tende a absolutizar a sua própria conceituação da racionalidade e da cultura-prática, aliás, inaugurada nesta área de estudos pela operacionalização que fizeram Almond e Verba da “omnivorous” abordagem funcionalista das “pattern variables” de Parsons (1951, pp. 46-51 e 57-58).

As linhas “racionalistas”

Desde que Goodin e Dryzek (1980) lançaram seu desafio a Almond e Verba (1965) e Verba e Nie (1972), ficou demonstrado que era possível apresentar uma versão baseada na escolha racional para a análise comparativa da participação política que superasse as aporias da abordagem “culturalista” (Pateman, 1971), adotando até os mesmos dados e métodos de *survey* utilizados por Verba *et alii*. Em poucas palavras, era possível interpretar esses dados sobre participação à luz da utilidade diferenciada ou “poder relativo” do eleitorado, sem recair “under the spell [...] of social psychologists [who] see subjective efficacy as a mere reflection of an ‘ego strenght’ [...] [that] bears little relationship to one’s real influence” (Goodin e Dryzek, 1980, p. 273).⁸

Nos casos específicos dos estudos do comportamento eleitoral, as “interpretações econômicas do voto” trazem importante contribuição ao conhecimento da cultura política, inclusive à superação da chamada “falácia ecológica” — ou seja, a de supor a “racionalidade do comportamento dos eleitores a partir de resultados agregados do processo eleitoral, em situações institucionais diversas” (Castro, 1992, p. 14). Neste sentido, Castro revisa a crescente literatura das explicações econômicas do voto no Brasil (por exemplo, Figueiredo, 1991; Lima Jr., 1990; Santos, 1987; Reis, 1988), sugerindo sua complementação aos estudos de “sociologia eleitoral” (“culturalistas”), que enfocam “as dimensões simbólica e

estrutural” (Castro, 1992, pp. 29-30) do comportamento eleitoral. A fecundidade deste apelo à interlocução entre as interpretações “racionalistas” e “culturalistas” do comportamento eleitoral é indubitável.

Além disso, cabe reconhecer que a contribuição principal que as abordagens fundadas na escolha racional têm oferecido aos estudos da democratização na América Latina focaliza o comportamento das elites nos processos de transição — principalmente (mas não exclusivamente) no que refere aos objetivos e incentivos da burocracia, aos processos decisórios como resultado de interações estratégicas, e às conseqüências não pretendidas das políticas públicas (cf. Geddes, 1994). Esta última autora (Geddes, 1991) tem contribuído para esclarecer historicamente o comportamento dos governos latino-americanos em termos de políticas redistributivas, clientelistas e populistas, com vistas a assegurar êxitos eleitorais — e, como Ames (1987) também fizera anteriormente, indica as escolhas públicas governativas como recursos para maximizar as chances de permanência e recondução dos incumbentes.

Por outra parte, mais recentemente, Geddes (1995) enfatizou e atualizou a proposta de Remmer (1990) acerca da relativa independência entre os fatores e condicionantes econômicos e aqueles propriamente voltados à consolidação da esfera política, salientando — contrariamente à sabedoria convencional (Lipset *et alii*, 1993) — a arquitetônica institucional como principal fator para a “consolidação” do regime democrático. Na verdade, a ênfase na “engenharia institucional”, ou no estabelecimento das chamadas “regras do jogo” político, tornou-se dominante na literatura sobre os processos de democratização (Munck, 1996).

A ênfase constitucional tem sido sublinhada também por outros autores da linha “racionalista” (como Elster, 1993, acerca da Europa Oriental). Entre eles, Przeworski (1991) examina comparativamente as reformas econômicas e políticas em curso na Europa Oriental e na América Latina, operando

com sua conhecida ênfase na “incerteza” como fator contingente que assegura os pactos de transição e consolidação institucional.⁹ Outros autores usam a abordagem “racionalista” para examinar os efeitos das escolhas institucionais sobre a estabilidade política, o crescimento econômico e a distribuição da renda (Shugart, 1994), ou ainda sobre os efeitos da extensão do sufrágio (e sua moralização) nas políticas públicas, como a de reforma agrária (Lapp, 1994). As abordagens com ênfase na *public choice* estão entre as mais influentes aplicações da escolha racional nos estudos da democratização.

Outros estudos, mais gerais, sobre partidos e sistemas partidários enfatizam o seu papel utilitário, como, por exemplo, *transaction cost minimizers* (Wielhower e Regens, 1993), ou sua capacidade de agregação e representação nos processos de transição europeus e latino-americanos (Bartlett e Hunter, 1993); ou, ainda, a cooperação entre suas elites para instaurar a democracia, e como o público massivo pode influenciar esse resultado — constringendo o comportamento das elites em sua correlação de forças (Casper e Taylor, 1993). Santiso (1993) também enfatiza os constringimentos institucionais e eleitorais latino-americanos sobre as escolhas dos agentes, e Arturi (1994) segue esta linha ao analisar historicamente a “democratização outorgada” no Brasil. Por sua vez, Fabiano G. Santos (1994), a partir da “teoria dos jogos”, analisa as decisões legislativas, atribuindo seus fundamentos ao caráter oligopólico e aos interesses regionais da representação partidária, como “microfundamentos do clientelismo político no Brasil”.

Todas essas abordagens “racionalistas” encaminham sugestões relevantes para a reforma política e constitucional e apresentam supostos significativos acerca das bases sociais, eleitorais e culturais dos sistemas partidários (expressas, em geral, no comportamento eleitoral). Todas elas, entretanto, tendem a atribuir uma certa moralidade fixa ao eleitorado, qual seja (nas palavras de Castro, 1992, p. 8), a intenção de “maximizar, ou, em algumas versões da teoria, otimizar seus ganhos, como

os consumidores no mercado econômico”. Guillermo O’Donnell (1991), em sua influente interpretação das “democracias delegativas” (a seu ver imperantes nos países do Cone Sul, com exceção do Chile e Uruguai, e em outros exemplos de “novas democracias” na América Latina e Europa Oriental), foi quem mais radicalizou os aspectos negativos e plebiscitários dessa relação utilitária entre as elites e as massas:

“[A]quele que ganha uma eleição presidencial é autorizado a governar o país como lhe parecer conveniente, e, na medida em que as relações de poder o permitem, até o final do mandato” (O’Donnell, 1991, p. 30).

Neste contexto delegativo e plebiscitário, fica ameaçada a estabilidade do regime, pois se acentua “o viés antiinstitucionalizante desses processos, e se ratifica tradições de alta personalização e concentração de poder no Executivo” (*idem*, p. 38).¹⁰ A tese central é que, na ausência de uma *accountability* horizontal entre as instituições de governo e de representação (o equilíbrio entre os poderes), essas democracias “delegativas” não se poderiam consolidar, devido à violação sistemática que realizariam do princípio de representatividade, responsável pelos corretivos e controles (*checks and balances*) para o exercício da governabilidade.

Embora essa ameaça de ingovernabilidade certamente exista (e foi retomada mais recentemente por Ames, 1995a, com relação ao atual governo do PSDB-PFL), resta saber se o suposto de O’Donnell (e dos “racionalistas” em geral) acerca da moralidade simplesmente utilitária do eleitorado se pode sustentar.¹¹ Na verdade, a perspectiva consociativa, adotada com tanta pertinência pelas abordagens “racionalistas” às mudanças ocorridas durante as “transições pactadas” ao regime democrático, na América Latina e em outras regiões (por exemplo, O’Donnell, Schmitter e Whitehead, 1986), não se tem limitado ao exame do comportamento das elites políticas, mas tem sido também aplicada por outros autores ao comportamento de setores representativos da sociedade (cf. Schedler, 1992). Neste caso, inclu-

sive, a bibliografia remete a uma visão mais abrangente da racionalidade, que extrapola os limites da "escolha racional", na sua versão simplesmente utilitária.¹²

Esta perspectiva consociativa mais inclusiva tem sido elaborada por vários autores, desde Flisfisch (1987, pp. 353-371), que encaminhou instigante proposta para a elaboração de modelos decisórios para políticas de coalizão e programas de governo, em combinação com consultas de opinião, e tendo como base elementos das teorias da "escolha racional" (Elster) e do neocontratualismo rawlsiano. Brunner (1987) também abordou a escolha pública de políticas culturais no contexto da pré-transição chilena numa linha de ação comunicativa (Habermas, 1987). Schedler (1992, p. 24) cita vários outros pesquisadores que estudaram, por exemplo, a redefinição de identidades num sentido consociativo entre distintos setores, principalmente os de representação corporativa:

"La integración de actores en sistemas de negociación presupone que se reconozcan mutuamente como actores políticos legítimos. En los contextos pos-autoritarios en América Latina, esta legitimación mutua entre los actores ha constituido una de las funciones principales de las políticas de concertación."

Tal "função simbólica" da interação comunicativa, sua contribuição à formação, reconstituição e redefinição de identidades, tem sido amplamente valorizada (por exemplo, Dos Santos, 1987; Acuña, Cavarozzi e Filgueira in PREALC, 1988; Lechner, 1985). Pois essas redefinições permitem uma "institucionalização do consenso", principalmente entre os agentes corporativos socioeconômicos, por estabelecer uma "restrição política estrutural" que, ao neutralizar determinados riscos políticos, reduz a "percepção de ameaça" em face da incerteza institucional que "caracteriza e constitui os sistemas políticos democráticos".¹³

Uma hipótese bastante difundida nesta literatura é que a concertação social cumpre uma função legitimadora do regime

"ao desviar do governo as aspirações sociais, pois na elaboração participativa das políticas públicas

o Estado renuncia a certas atribuições que lhe são exclusivas, enquanto os atores sociais, sindicais, empresariais e partidários aceitam uma co-responsabilidade no planejamento e implementação dessas políticas" (Schedler, 1992, p. 4).

O suposto é que, com o deslocamento das responsabilidades, deslocam-se também os "destinatários" das expectativas e demandas sociais, assim como as atribuições de êxito ou fracasso dessas políticas. Ao se "devolver" dessa forma à sociedade civil o processamento de seus próprios problemas e conflitos, lograr-se-ia não uma despolitização, mas uma certa "desestatização" dos processos decisórios (cf. Tironi, 1987; Dos Santos, 1987; Lechner, 1985). São óbvias as conseqüências deste enfoque para o estudo da governabilidade dos regimes pós-autoritários.¹⁴

Estudos mais recentes, sobre o apoio eleitoral e sindical aos governos latino-americanos que têm implementado as políticas de ajuste e reestruturação, apesar dos impactos negativos destas políticas sobre a economia popular, tendem a corroborar tais efeitos legitimadores (cf., por exemplo, Geddes, 1995, *passim*; Kelsey e Levitsky, 1994, sobre o "trade off" entre os governos mexicano e argentino e os sindicatos, que incluem recursos simbólicos, legais e também materiais, ou Rabkin, 1994, sobre o "aprendizado social" do neoliberalismo no Chile). Estes resultados legitimadores não são inesperados. Estudos anteriores, na concepção defendida por Schedler, assimilam as transformações na cultura política dos atores a uma normatividade procedimental:

"La eventual valorización positiva de procedimientos consensuales, basada en el previo reconocimiento mutuo de los actores, puede modelar decisivamente su decisión de entrar en sistemas de negociación, antes y más allá de la incidencia de los cálculos costo-beneficios [...]" (Schedler, 1992, p.18)

Esta formação de um "espírito de cooperação" está fortemente influída por fatores históricos, experiências anteriores de concertação, ou por experiências traumáticas de confrontação e crise, que se busca superar num novo aprendizado da democracia (Bonino e

McCoy, 1992; Tironi, 1987; Dos Santos, 1987). Schedler (1992, pp. 28-29) recorda que essa “cultura política consensual” somente estabelece “una, digamos, prioridade procedimental”, ou preferência pelo consenso, um “uso mínimo de los instrumentos de presión” (Tironi, 1987, p. 36):

“Los actores no renuncian a sus recursos de poder, aun cuando temporalmente prescindan de su ejercicio. Hay que suponer que no negocian incondicionalmente, con apoyo exclusivo en normativas compartidas, sino que están dispuestos a reactivar sus recursos de sanción cuando consideraciones estratégicas lo exijan.” (Schedler, 1992, p. 29)

Como vemos, esta ênfase nos procedimentos e processos de aprendizado conducentes ao pacto democrático sublinha uma convergência e mútua complementação entre as abordagens com base na escolha racional e concepções cognitivistas mais amplas da racionalidade, como a defendida pela ação comunicativa habermasiana ou pelo neocontratualismo rawlsiano. Tal convergência tem sido defendida entre nós, no que refere às contribuições de Habermas e da escolha racional, principalmente por Fabio Wanderley Reis (1984 e 1988), com respeito inclusive aos estudos sobre comportamento eleitoral. Esta linha supõe também o tratamento dos processos de desenvolvimento moral e cognitivo de setores do eleitorado, que têm sido abordados por alguns estudos pontuais no Brasil (por exemplo, Krischke, 1994b; Lulhier, 1996; Biaggio, 1992; Freitag, 1989). Mas há ainda muito trabalho pela frente, tanto em termos de análise empírica como de elaboração teórica, para que as linhas “racionalistas” (e outras, cognitivistas) de estudo da cultura política possam convergir mais eficazmente e contribuir para um entendimento conjunto dos processos de institucionalização e de legitimação da esfera pública democrática, segundo o ambicioso desígnio do neocontratualismo.¹⁵

As Linhas “Culturalistas”

W. Russell Neuman (1986) introduz o seu influente estudo sobre a sofisticação do eleito-

rado apresentando o que considera o “paradoxo da política de massas”:

“The paradox of mass politics is the gap between the expectation of an informed citizenry put forward by democratic theory and the discomfiting reality revealed by systematic survey interviewing” (Neuman, 1986, p. 3).

O interesse desta citação está na simetria que exhibe com o chamado “paradoxo do voto” da corrente “racionalista” (ou “econômica”) dos estudos eleitorais (Monroe, 1991): se esta se surpreende que os eleitores participem (dados os supostos da escolha racional) (Figueiredo, 1991), os “culturalistas” (nesta versão, que se ocupa dos processos de socialização)¹⁶ desapontam-se com o fato de que tal participação não atinja os padrões desejados pela teoria democrática “não-elitista” (Bachrach, 1967). Mas, tal como vimos entre as correntes “racionalistas”, as “culturalistas” também desdobram-se em algumas variantes, que têm sido muito influentes nos estudos sobre cultura política na América Latina.

O estudo *cross-national* de Almond e Verba (1965) — e seu *rejoinder* de 1980 — introduziu um processo de inovação nos estudos políticos comparativos da democratização cultural que está longe de seu término. As muitas críticas recebidas pela chamada “revolução comportamentalista” dos anos 50-60 suscitaram um refinamento conceitual e metodológico das técnicas de *survey*, promovendo estratégias de investigação aperfeiçoadas, com muitos resultados acumulativos e diferenciados.¹⁷

A linha central da corrente culturalista, especialmente difundida na América Latina durante os processos de democratização dos anos 80, tem buscado singularizar as características nacionais da cultura tradicional, que Almond e Verba (1965) retrataram originalmente no México em seu estudo pioneiro — sendo que alguns desses estudos (por exemplo, Ponte, 1994) reafirmaram, com qualificações, para o México, os resultados básicos daquela pesquisa dos anos 60 e outros o fizeram para os casos do Brasil (Cohen, 1989) e da Argentina (Calvert e Calvert, 1990). Tem-se enfati-

zado, ademais, o caráter “difuso” do apoio à democracia nos contextos de transição (por exemplo, Catterberg, 1991; Echegaray, 1994; Seligson, 1983; Tiano, 1986; Baquero e Reis, 1992), num antiautoritarismo que não chega a constituir orientações estruturadas de republicanismo e liberalismo político. Outros, ainda, têm salientado a importância do apoliticismo, alienação ou indiferença política de setores significativos dos públicos massivos (por exemplo, Jones, 1992; Baño, 1988; Booth e Seligson, 1989; Filgueira, 1988), para certos casos nacionais. Todos esses estudos, se não reafirmam a continuidade dos diagnósticos originais de Almond e Verba (1965) sobre o caráter não-participativo da cultura política na América Latina, enfatizam a importante presença das atitudes de sujeição, deferência e ineficácia subjetiva em segmentos significativos do eleitorado.

Na busca das “bases sociais da democracia” (Rochon e Mitchell, 1989), alguns estudos têm tentado localizar as origens das mudanças em curso na cultura dos públicos massivos, seja na esfera atitudinal, seja nas chamadas variáveis demográficas. No plano das atitudes, alguns autores (como Davis e Speer, 1991) preferem enfatizar os “*trade offs*” do eleitorado com o sistema político, com um argumento instrumental (e racionalista) acerca das expectativas de utilidade e/ou da avaliação real de custo-benefícios do apoio político (ver também Cohen, 1989; Mettenhein, 1992, para o caso do Brasil). Contudo, os próprios Davis e Speer concluem que as motivações de segurança econômica apresentam fraca relação com as atitudes políticas, pelo menos nos casos do México e da Venezuela.¹⁸ Estes autores (e outros como Booth e Seligson, 1989; Tiano, 1986; Ranis, 1991; Echegaray, 1994) adotam um argumento não-instrumental, e antes “expressivo” para a explicação das variáveis atitudinais em termos multidimensionais — usando indicadores de tolerância e participação, ou de alienação e envolvimento, auto-identificação partidária etc.

Os estudos comparativos, desde Almond e Verba, tendem a enfatizar também as variá-

veis sociodemográficas, tais como renda, classe social, idade e escolarização (Booth e Seligson, 1989; Inglehart e Abramson, 1993; Echegaray, 1994), como condicionantes mais relevantes e estáveis das atitudes políticas. Echegaray (1994, p. 20), por exemplo, realiza análise multivariada dos fatores atitudinais e demográficos, para o caso dos trabalhadores no Brasil, revelando que “instrumental mores alone exert a significant and relatively important effect over anti-authoritarianism, following a direction in which pro-paternalistic leanings are linked to an anti-authoritarian stance”. Mas também que

“tolerance is a key precondition for the development of anti-authoritarian values [...] [and] valoration of a democratic order is fed upon the rejection of radical government and an ideal of radical social harmony, as long as these imply the imposition of restrictions (legal or physical) to free political expression” (*idem*, p. 21).

As variáveis expressivas e não-instrumentais são, para este autor, mais preditivas das orientações e atitudes em sua distribuição sociodemográfica:

“Liberal considerations are more important than interpretations of the social role of the state in prompting democratic consensus. Therefore, the prevalence of political factors over economic ones should be clear” (*idem*, p. 22).¹⁹

Esta pesquisa não constata marcantes diferenças de orientações entre trabalhadores e empregadores no Brasil e confirma tendências de mudança já assinaladas por Lamounier e Souza (1991), Lamounier e Marques (1992) e, mais recentemente,²⁰ por Moisés (1995) — sendo que este último autor realiza um estudo muito mais completo, de corte longitudinal, sobre as transformações da cultura política brasileira em anos recentes (inclusive suas subculturas), de cujas notáveis contribuições já tratamos em outra oportunidade (Krischke, 1994c). Mas o exemplo do trabalho de Echegaray é especialmente útil pelo caráter integrativo que atribui às variáveis sociodemográficas e atitudinais (instrumentais e expressivas), com resultados que

tendem a sublinhar a importância das atitudes expressivas, embora sem descuidar da presença das demais variáveis.

Um estudo comparativo que também salienta atitudes expressivas (no caso, de satisfação/insatisfação com o cotidiano) é o de Inglehart e Abramson (1993). Embora esta linha de análise sobre o chamado “pós-materialismo” tenha tido poucos seguidores na América Latina (por exemplo, Landa, 1994; Garretón, 1994; Baño e Faletto, 1992, tratam apenas de alguns aspectos relacionados com esta linha), ela é sumamente importante, pois focaliza mudanças geracionais e culturais (Nevitte e Gibbins, 1990) que se têm difundido no mundo inteiro, nos termos de uma “nova cultura política” (Clark e Inglehart, 1990). Ademais, esta linha de pesquisa tem logrado relacionar seus resultados a tendências eleitorais crescentes, e ao reajuste de políticas públicas em âmbito local, que estão influenciando administrações e programas partidários no sentido da “liberalização social” em várias partes do mundo (por exemplo, Clark, 1985 e 1993), inclusive na América Latina — por exemplo, no contexto do NAFTA (Inglehart, Bazáñez e Nevitte, 1994). Tal corrente interpretativa tem recebido muitas críticas e opositores (por exemplo, Bran, 1990; Pieper e Schneider, 1990; Ester e Halman, 1990), que não salientam apenas tendências progressivas e “pós-materialistas” nas novas faixas etárias e subculturais dos países centrais do Ocidente.²¹

Apesar de incipiente na América Latina, esta linha corrobora a saliência que tem recebido o estudo das chamadas “novas” subculturas alternativas (ecológicas, feministas, juvenis) que emergiram e alcançaram visibilidade durante os processos de democratização, extensão do sufrágio e de participação sociopolítica em geral.²² Inclusive, emerge agora uma nova linha de “estudos culturais” pós-estruturalistas (Alvarez, Dagnino e Escobar, 1997) que se dedica ao estudo das “políticas culturais” dos “*subaltern counterpublics*” na América Latina e enfatiza o “direito à diferença” e a questão da desigualdade como base para uma “expansão da esfera pública além das

fronteiras do Estado” — em oposição aos estudos da democratização centrados nos processos de institucionalização estatal.²³

Em conexão com estes desafios no estudo de subculturas, uma importante proposta de interpretação da cultura política em termos de “desenvolvimento moral-cognitivo” apóia-se na homologia sugerida por Habermas (1989), e derivada de Kohlberg (1981), entre a maturidade individual da cidadania e a evolução das estruturas normativas e jurídicas da sociedade²⁴ — definindo a cultura política como “uma forma de relação ‘compartilhada’ apenas quando *publicamente* comum numa dada coletividade” (Chilton, 1990, p. 80). Esta “forma de relação” compartilharia “critérios de validade intersubjetiva” sobre normas de ação que sejam “públicas” e “comuns” entre os participantes das interações. Pois as mesmas são: “(a) compreendidas como um entendimento *communis*; e (b) usadas de fato pelos participantes para orientarem-se mutuamente em assuntos sociopolíticos (como seu foco *público* de orientação)” (Chilton, 1990; grifos no original). Esta é uma proposta importantíssima, pelas inovações teórico-metodológicas que aporta aos estudos empíricos sobre cultura política. Mas o seu refinamento dependerá de novos projetos de pesquisa ainda por se realizar na América Latina. Em todo caso, isto apenas se menciona aqui como importante fator emergente nas linhas “culturalistas”, uma vez que o seu tratamento sistemático no campo da cultura política está ainda longe de encontrar um equacionamento adequado e abrangente — pelo menos no caso das pesquisas latino-americanas (Krischke, 1997).²⁵

Todos esses desdobramentos das abordagens “culturalistas” sublinham a importante complementação de seus resultados com aqueles apresentados pelas abordagens “racionalistas”, no que respeita ao estudo da cultura política na América Latina. Como bem salientou Wilson (1992, introdução) em termos teóricos gerais, é necessário “repensar a cultura política nos termos de sua função legitimatória” (como Moisés, 1995, demonstrou também, empiricamente, para o caso do Brasil). Tal revisão deve

considerar a emergência dos indivíduos na esfera pública, como cidadãos que perseguem racionalmente os seus interesses, à luz da evolução das subculturas em que se inserem, das normas mais gerais do comportamento político dessas sociedades, em vias de democratização cultural. Além disso, tal ênfase no comportamento político, nas atitudes normativas e estratégicas da cidadania, inclui também o reconhecimento de suas origens, dos seus efeitos e dos seus limites na construção institucional da esfera pública e na formação de suas elites. Essa será a possível convergência, entre as linhas “racionalistas” e “culturalistas”, tal como vêm presentemente evoluindo as pesquisas sobre cultura política na América Latina.

Interfaces e desafios à pesquisa

- a) A superação da homogeneidade das “interpretações econômicas do voto” mediante “modelos de participação racional” (acerca da “utilidade diferenciada do voto”, conforme circunstâncias socioeconômicas e demográficas), por parte dos racionalistas, e a influência das variáveis sociodemográficas e das atitudes instrumentais nas orientações dos públicos massivos, segundo os culturalistas.
- b) A “desagregação” do regime político numa esfera institucional e outra comportamental, no campo dos racionalistas, e a realização de pesquisas diferenciadas junto às elites e setores mais amplos do eleitorado, no campo dos culturalistas.
- c) A ênfase na “incerteza” adotada por certos racionalistas, e a constatação do caráter “difuso” das orientações antiautoritárias do público massivo, sublinhada por certos culturalistas.
- d) A “institucionalidade informal” do clientelismo, particularismo etc., detectada por autores racionalistas, e as atitudes de “deferência, ineficácia subjetiva” etc. de setores do público massivo, constatadas pelos culturalistas.
- e) A superação do determinismo econômico pelas teorias racionalistas e de “*public choice*”, e a ênfase dos culturalistas nas atitudes não-instrumentais (“expressivas”) para interpretar a adesão à democracia entre os públicos massivos.
- f) O tratamento conjunto das questões “consociativas”, da governabilidade e da legitimação, por parte da literatura acerca da “concertação social”, e as ênfases separadas, na governabilidade por parte dos racionalistas, e na legitimação por parte dos culturalistas.
- g) A ênfase na dimensão liberal de democracia, constatada pelos estudos das elites nacionais (e sua correspondência institucional nos processos de desregulamentação, reforma do Estado etc.), e a “liberalização social” enfatizada pelos estudos da “nova cultura política” (principalmente no âmbito das administrações locais).
- h) A concepção “minimalista” das instituições, sublinhada por certos racionalistas, e a ênfase oposta dos neoculturalistas na “expansão da esfera pública além das fronteiras do Estado”.
- i) A eventual correspondência entre o desenvolvimento dos acordos regionais, como o do Mercosul, e as mudanças geracionais da “nova cultura política”, já constatada no contexto do NAFTA.
- j) Os debates (seus pontos em comum e suas diferenças) tanto dos racionalistas como dos culturalistas com os estudiosos “pós-estruturalistas”, pós-marxistas etc. (os “estudos culturais”, da “pós-modernidade” etc.) — e como tais debates influenciam as concepções de ambas as correntes acerca dos processos e limites da democratização.

E cada leitor encontrará outras interfaces neste desafiador intercâmbio, que não promete terminar tão cedo, pois parece inerente ao processo de democratização.

(Recebido para publicação em maio de 1996)

Notas

1. Mesmo sem seguir aqui a sua ambiciosa proposta de “reconstrução teórica”, tenho presente nesta resenha a advertência epistemológica de Habermas (1987, vol. I, p. 17): “[E]n última instancia, el único respaldo con que [las teorías acerca de las ciencias] pueden contar es que la teoría reconstructiva resulte capaz de destacar aspectos internos de la historia de la ciencia y de explicar sistemáticamente, en colaboración con análisis de tipo empírico, la historia efectiva de la ciencia, narrativamente documentada, en el contexto de las evoluciones sociales (cfr. la discusión en torno a Kuhn, sobre todo Lakatos, etc.)”.
2. Brint, por exemplo, propõe que “rather than a critical dialogue being portrayed as an enterprise in which one paradigm or tradition is defeated by a kind of rationality capable of adjudicating between different forms of rationality, it may better be described as a way in which each position, within its own well-defined problematic demonstrates the limits of analysis offered by its rivals” (Brint, 1991, pp. 123-124).
3. A menção a Rawls deve-se à sua importância para a corrente de estudos sobre “concertação” ou pacto social, que veremos adiante.
4. Seja qual for o significado que se atribua a este termo, O'Donnell (1996) levanta séria indagação sobre suas conotações etnocêntricas.
5. David Bell (1992) diferencia entre as correntes históricas de estudo da cultura política e as que utilizam métodos empíricos de *survey*.
6. Welch (1993, pp. 67-70), por exemplo, revisa várias abordagens como “variants of a way of looking at political culture that is quite common, namely treating it as a residual category, an ‘explanation’ for variations for which no other explanation can be found”.
7. A definição mais recente e completa da abordagem clássica da cultura política está em Almond e Verba (1980, pp. 143-144): “Political culture theory defines political culture in this four-fold way: (1) It consists of the set of subjective orientations to politics in a national population or subset of a national population. (2) It has cognitive, affective and evaluative components; it includes knowledge and beliefs about political reality, feelings with respect to politics, and commitment to political values. (3) The content of political culture is the result of childhood socialization, education, media exposure, and adult experiences with governmental, social and economic performance. (4) Political culture affects political and governmental structure and performance — constrains it, but surely does not determine it. The causal arrows between culture and structure and performance go both ways.”
8. O “modelo de participação racional” destes autores tem inclusive a pretensão de superar o culturalista, visto como um “programa de pesquisa em fase degenerativa” (Lakatos, 1970), ao mesmo tempo em que revisa a usual homogeneidade da “interpretação econômica do voto” (Downs, 1957), pois “some people count much more than others”, tendo em vista a utilidade diferenciada do voto, conforme circunstâncias socioeconômicas e estruturais.
9. Przeworski (1991, pp. 66-99) utiliza a teoria dos jogos para modelar a construção constitucional: situações em que a correlação de forças é desconhecida antes da constitucionalização são mais conducentes à estabilidade; ao enfrentar alta incerteza sobre a correlação de forças, todos os setores relevantes buscarão soluções constitucionais enfatizando “checks and balances” e proteção das minorias. Elster analisa os problemas das recentes constituições da Europa Oriental à luz das tradições americana e francesa sobre a preservação dos direitos das minorias.
10. Ao contrário de O'Donnell, que acentua as debilidades institucionais do fenômeno “delegativo”, Weffort (1992, p. 108) sumariou as características centrais dessa forma de governo, sublinhando a dimensão do comportamento (e tradições culturais): “[A forma delegativa] é uma espécie particular de democracia representativa, na qual há uma preponderância de

- comportamentos e relações delegativas no interior de um padrão institucional definido pelo sistema representativo. Evidencia uma preeminência geral de, por exemplo, lideranças personalistas, eleições plebiscitárias, voto clientelístico etc., sobre relações parlamentares, partidárias etc. A despeito de as instituições definirem-se de acordo com um padrão representativo, o *comportamento* tanto da população quanto da liderança é predominantemente delegativo” (grifo no original; ver Krischke, 1996).
11. Na verdade, à simplificação utilitária, ou “interpretação econômica do voto”, se agrega, no caso de O’Donnell (1991, p. 30), um segundo elemento de padronização, de determinismo cultural: “outras instituições, não formalizadas, mas fortemente atuantes — especialmente o clientelismo, o patrimonialismo e, certamente, a corrupção”. Este determinismo cultural, de muita influência no pensamento conservador, acerca do “caráter nacional” dos países latino-americanos tem sido defendido por uma variante dos historiadores da cultura (por exemplo, Wiarda, 1992; Morse, 1988; Hartz, 1964). Também é notória a utilização que faz O’Donnell dos conceitos weberianos (sobre esta forma de utilização de Weber na América Latina, ver Zabudowsky, 1989).
 12. Schedler remete principalmente à teoria da ação comunicativa habermasiana (Habermas, 1987), mas é possível referir-se à obra central do neocontratualismo contemporâneo (Rawls, 1982), bem como à sua atualização recente (Rawls, 1993a) e notável aplicação às sociedades “hierárquicas” (Rawls, 1993b), ainda que esta perspectiva tenha sido, até agora, pouco trabalhada na América Latina (sobre isto ver Krischke, 1993a).
 13. Schedler (1992, p. 4) salienta, porém, o caráter contrafático do discurso da concertação social na América Latina: “Ha sido una característica distintiva de la discusión latinoamericana el haberse constituido originalmente como un discurso normativo [...] La concertación no se ha presentado primeramente como un desafío empírico sino como una exigencia normativa (aunque controvertida), intimamente vinculada con diagnósticos de crisis correspondientes [...] Al mismo tiempo, ha empezado a operar como un factor subversivo de la discusión, puesto que una ciencia empírica no puede estabilizarse sólo a base de buenos deseos.”
 14. Schedler (1992, p. 61) anota, contudo, “la sospecha de que la vigencia de este razonamiento se limite principalmente a los ‘ciudadanos colectivos’, participantes directos en foros de negociación. Es mucho más difícil que un gobierno ‘se salga’ de su ‘responsabilidad’ ante los ‘ciudadanos individuales’”.
 15. Sobre isto, ver o projeto de doutoramento de Gustavo Venturi ao Departamento de Ciência Política da USP, sobre cultura política e desenvolvimento moral; ou ainda o projeto de doutoramento, no mesmo Departamento, de Álvaro de Vita, sobre o neocontratualismo.
 16. Esta versão do “culturalismo”, que se ocupa da sofisticação e aprendizado político do eleitorado, tem uma longa tradição nos estudos norte-americanos, desde a contribuição germinal de Converse (1964). Esta ênfase tem permitido o reconhecimento de variações culturais nos públicos massivos, relacionadas com processos de socialização e outros aspectos (Brody, 1986; Westholm e Niemi, 1992; Feldman, 1988; Crone, 1993; Ester e Halman, 1990; Alvarez, 1993). A ênfase destes estudos em *core values*, suas variações, conflitos e lentas transformações, tem ajudado a relativizar a freqüente rigidez, de caráter tipológico, nas pesquisas empíricas através de *surveys* sobre valores — afirmando, em geral, a importância das tradições culturais em face de novos fatores emergentes (cf. Ester e Halman, 1990). Lamentavelmente, esta linha de pesquisas não tem tido seguidores na América Latina, situação que poderá reverter-se no futuro, diante da maior disponibilidade de dados longitudinais, como os do “Latinobarômetro”.
 17. A reafirmação ufanista de Lucien Pye (1990) sobre o “retorno da modernização”, como teoria comportamentalista relevante para o estudo das transformações em curso na política mundial, não deve ser tomada como simples conservadorismo — como querem os seus críticos (por

exemplo, Welch, 1993, pp. 33-34). O caráter linear e etnocêntrico das propostas “desenvolvimentistas” dos anos 50 não se aplica mais ao contexto da atual globalização da cultura ocidental (sobre isto ver Fekete, 1987; Gibbins, 1989; Cramston e Boralevi, 1988; Garretón, 1994; Slater, 1994; Subercaseaux, 1991, que enfatizam, de diferentes ângulos, certos impactos da chamada “pós-modernidade”). O que está em questão, portanto, é a revisão dos supostos teóricos originais da linha culturalista.

18. Vários estudos “culturalistas” ocupam-se também em relacionar as transformações da cultura política com a mudança da “cultura econômica” — ou seja, as orientações do público massivo acerca do mercado e da intervenção estatal, nesta época de desregulamentação da economia e reajustes estruturais na Europa Oriental e América Latina. Gibson *et alii*. (1992 e 1993) encontram correlações significativas entre atitudes democratizantes no plano político e pela liberalização no plano econômico no caso da Rússia e outros países do chamado segundo mundo. Resultados semelhantes, ainda que mais modestos, foram encontrados também para os casos da Argentina (Echegaray, 1992), Chile, Brasil e Peru (Echegaray e Elordi, 1994). Outro estudo, mais geral, examina as atitudes do público massivo acerca da liberdade e igualdade em 22 países (Turner e Cilley, 1993), matizando as conclusões de Lipset (Lipset *et alii*, 1993) sobre a determinação econômica das orientações políticas.
19. Este autor adverte, porém, sobre “the limited socializing impact of multiparty competition in generating ideological identities, despite some clear-cut philosophical differences among major political forces and mass alignments that occurred about the time of the survey (the overt ideological polarization taken place with the run-off election for president in November-December, 1989)” (Echegaray, 1994, p. 24). A posterior pesquisa longitudinal de Moisés (1995) detecta um crescimento das identificações partidárias, embora a um nível ainda bastante inferior ao existente em outros países do Cone Sul.
20. Soares de Lima e Cheibub (1996) pesquisaram a cultura política das elites (inclusive as sindicais), sublinhando a importância da adesão ao liberalismo, em contraste com outras orientações e dimensões da democracia. Moreira (1994) pesquisou as elites uruguaias e Anchar, Silva e González (1994), as argentinas (em comparação com as brasileiras, acerca do Mercosul, neste caso).
21. Ester e Halman (1990), por exemplo, afirmaram que “despite the growing consensus about the trend toward individualistic values [...] traditional attitudes are still widespread in modern society. [...] The more modern a nation is, the more modern values are spread among the population [...] the differences between generations may be smaller, whereas in less modern countries these differences will be large”.
22. Cf. Garretón, 1994; Avritzer, 1995; Scherer-Warren e Krischke, 1987; Krischke, 1993b; Slater, 1994; Arditi, 1992; Landi, 1988; Dagnino, 1994; Alvarez, Dagnino e Escobar, 1997. Esta ênfase, que trata de combinar um certo “pluralismo metodológico” com um intento de revisão “metateórico”, faz muitas vezes recurso a métodos fenomenológicos e antropológicos de pesquisa da cultura política — de que a mais completa e acabada versão é o livro de Stephen Welch (1993), embora muitos outros autores dos países centrais também tratem do tema (por exemplo, Gibbins, 1989; Dalton e Kuechler, 1990 etc.).
23. Ver Storey (1993) e Harris (1992) para avaliações diferentes da corrente de “estudos culturais” (Hall, 1992) na Europa.
24. Habermas (1989, pp. 126-127) questiona os estudos usuais das linhas “culturalistas” centrais acerca da abordagem empírica sobre os valores políticos dos respondentes de *surveys*: “Os valores culturais são [...] na melhor das hipóteses, *candidatos* a materializar-se em normas destinadas a expressar um interesse geral [...] É apenas relativamente a normas e sistemas normativos destacados da totalidade da vida social que os participantes podem tomar a distância necessária para adotar face a estes uma atitude hipotética [...] [a qual] estende-se

apenas às questões práticas que se podem debater racionalmente, ou seja, com a perspectiva de alcançar um consenso. Isto não se relaciona com a preferência de valores, mas sim com a validade das normas de ação” (grifo no original; a tradução brasileira foi corrigida à luz do original). Estes critérios foram adotados numa pesquisa sobre subculturas (Krischke, 1994b).

25. Bohman (1990) sugere que a definição habermasiana da “democracia como institucionalização de discursos” supõe que “os discursos são institucionalizados na medida em que é criado um contexto social que permita acordos coletivos, pós-convencionais, os quais, por sua vez, criam sejam quais forem as estruturas partilhadas por esses atores” (Habermas, 1979, p.73). A democracia é vista, assim, como uma “hipótese prática”, já que as instituições democráticas “colocam sob controle o desenvolvimento dos sistemas sociais, através de uma institucionalização do discurso efetivamente política” (Habermas, 1973, p. 398). Por outro lado, a teoria habermasiana da mudança social repousa em dois postulados: o primeiro é que “o aprendizado é o mecanismo evolutivo básico da cultura”; o segundo é que “há padrões homólogos de desenvolvimento cognitivo, nos planos ontogenético e filogenético” (Habermas, 1979, pp. 99 e 205). Ademais, a sua teoria do desenvolvimento moral-cognitivo é multidimensional (Habermas, 1989), incluindo a dimensão cognitiva (o desenvolvimento de “visões de mundo”), ao lado da dimensão normativa (o desenvolvimento jurídico-moral) e da dimensão subjetiva (o desenvolvimento de identidades e estruturas de personalidade mais complexas).

Bibliografia

- Almond, Gabriel A.
1966 “Political Theory and Political Science”. *American Political Science Review*, 60 (Dec.), pp. 878-897.
1990 *A Discipline Divided. Schools and Sects in Political Science*. Newburg Park, Sage.
- Almond, Gabriel A. e Verba, Sidney
1965 *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Boston, Little, Brown & Co.
1980 *The Civic Culture Revisited*. Boston, Little, Brown & Co.
- Alvarez, R. Michael
1993 When Core Beliefs Colide: Conflict, Complexity or Just Plain Confusion? APSA Congress, Washington, D.C., Sept. 2-5.
- Alvarez, Sonia; Dagnino, Evelina e Escobar, Arturo (orgs.)
1997 *The Cultures of Politics/The Politics of Cultures. Revisioning Latin American Social Movements*. Boulder, Westview, no prelo.
- Ames, Barry
1987 *Political Survival: Politicians and Public Policy in Latin American*. Berkeley, UCLA.
1995a “The Crisis of Governance in Brazil”. *Boletim Notícias*, The Woodrow Wilson Center, May.
1995b. Soft Theory, Hard Evidence. Rational Choice and Empirical Investigation in Brazil. LASA Congress, Washington, D.C., Sept. 2.
- Anchard, Diego; Silva, Manuel Flores e González, Luis Eduardo
1994 *Las Élités Argentinas y Brasileñas frente al Mercosur*. Buenos Aires, BID/INTAL.
- Arditi, Benjamin
1992 “La Intervención Social ante las Transformaciones de la Política”. *Encuentros Internacionales de Juventud*, Asturias.

- Arturi, Carlos S.
1994 Os Militares e a "Democratização Outorgada" no Brasil (1974-1985). Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, GT Forças Armadas, Estado e Sociedade, 23-27 novembro.
- Avritzer, Leonardo
1995 "Cultura Política, Atores Sociais e Democratização". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Anpocs, n. 28, pp. 109-122.
- Bachrach, Peter
1967 *The Theory of Democratic Elitism*. Boston, Little, Brown e Co.
- Baquero, Marcello e Reis, Jussara Pra
1992 "Cultura Política e Cidadania no Brasil: Uma Análise Longitudinal". *Estudos Leopoldenses*, 28 (129-30), set.-dez., pp. 87-110.
- Baño, Rodrigo
1988 Transición y Cultura Política en Chile. Santiago, FLACSO, Documento de Trabajo, n. 390.
- Baño, Rodrigo e Faletto, Enzo
1992 "El Apoliticismo: El Factor Generacional". Santiago, FLACSO, Documento de Trabajo, Série Estudios Políticos, n. 25.
- Barry, Brian M.
1974 *Los Sociólogos, los Economistas y la Democracia*. Buenos Aires, Amorrortu Editores.
- Bartlett, David e Hunter, Wendy
1993 Comparing Transitions from Authoritarian Rule in Latin America and Eastern Europe: What Have We Learned and Where Are We Going?. APSA Congress, Sept. 2-5, Washington, D.C..
- Bell, David V.J.
1992 *The Roots of Disunity. A Study of Canadian Political Culture*. Toronto, Oxford University Press.
- Bermeo, Nancy
1992 "Democracy and the Lessons of Dictatorship". *Comparative Politics*, n. 24, abril, pp. 273-291.
- Biaggio, Angela M.B.
1992 "Julgamento Moral, Ansiedade e Diferença de Sexo". *Psico*, PUC-RS, 23 (2), jul.-dez., pp. 7-28.
- Bohman, James
1990 "Communication, Ideology and Democratic Theory". *American Political Science Review*, n. 84, pp. 93-109.
- Bonino, Luis Carlos e McCoy, Jeniffer
1992 Political Learning in Reemerging Democracies: Framework for Analysis and Illustrations from Uruguay. LASA Congress, Los Angeles, Sept..
- Booth, John A. e Seligson, Mitchell A.
1989 *Elections and Democracy in Central America*. Chapel Hill, The University of North Caroline Press.

- Bran, Michael
 1990 The Sources of Fiscal and Social Liberalism in Six Countries. ISA Congress, 2 de julho, Madri.
- Brint, Michael
 1991 *A Genealogy of Political Culture*. Boulder, Westview Press.
- Brody, Charles J.
 1986 "Things Are Rarely Black and White: Admitting Gray in the Converse Model of Attitude Stability". *American Journal of Sociology*, 92 (3), pp. 657-677.
- Brunner, José Joaquim
 1987 *Um Espelho Trizado. Ensayos sobre Cultura y Políticas Culturales*. Santiago, FLACSO.
- Calvert, Susan e Calvert, Peter
 1990 *Argentina: Political Culture and Instability*. Pittsburgh, University of Pittsburg Press.
- Casper, Gretchen e Taylor, Michelle M.
 1993 A Game Theoretic Analysis of Elite Cooperation and the Prospects for Democratic Consolidation. APSA Congress, Sept. 2-5, Washington, D.C..
- Castro, Maria Mata Machado de
 1992 "Sujeito e Estrutura no Comportamento Eleitoral". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Anpocs, n. 20, ano 7, outubro, pp. 7-30.
- Catterberg, Edgardo
 1991 *Argentina Confronts Politics. Political Culture and Public Opinion in the Argentina Transition*. Boulder, Lynne Rienner.
- Chilton, Stephen
 1990 *Grounding Political Development*. Boulder, Lynne Rienner.
- Clark, Terry Nichols
 1985 "The Dynamics of Political Culture: Liberalism, Radicalism and New Fiscal Populism". *The Tocqueville Review*, vol. 7, pp. 179-190.
 1993 "Local Democracy and Innovation in Eastern Europe". *Environment and Planning: Government and Policy*, vol. 11, pp. 171-198.
- Clark, Terry Nichols e Inglehart, Ronald
 1990 The New Political Culture. Changing Dynamics of Support for the Welfare State and Other Policies in Post-Industrial Societies. ISA Congress, Madri, July 14.
- Cohen, Youssef
 1989 *The Manipulation of Consent. The State and Working-Class Consciousness in Brazil*. Pittsburgh, University of Pittsburgh Press.
- Converse, Philip E.
 1964 "The Nature of Belief Systems in Mass Public", in Apter, David E. (org.), *Ideology and Discontent*, Nova York, The Free Press.
- Cramston, Maurice e Boralevi, Lea Campos (orgs.)
 1988 *Culture et Politique/Culture and Politics*. Berlim, Walter de Guyter.
- Crone, Martha Ellis
 1993 The Nature of Political Sophistication in Mass Publics. APSA Congress, Washington, D.C., Sept. 2-5.

- Dagnino, Evelina (org.)
1994 *Anos 90. Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo, Brasiliense.
- Dalton, Russell J. e Kuechler, Manfred
1990 *Challenging the Political Order. New Social and Political Movements in Western Democracies*. Nova York, Oxford University Press.
- Davis, Charles e Speer, John
1991 "The Psychological Bases of Regime Support Among Urban Workers in Venezuela and Mexico". *Comparative Political Studies*, 24 (3), pp. 319-343.
- Dos Santos, Mario (org.)
1987 *Concertación Político-Social y Democratización*. Buenos Aires, CLACSO.
- Downs, Anthony
1957 *An Economic Theory of Democracy*. Nova York, Harper.
- Echegaray, Fabián
1992 "Understanding Support for Free-Market Policies in Argentina". *International Journal of Public Opinion Research*, 5 (4), pp. 369-375.
1994 Working-Class Attitudes towards Democracy in Brazil. LASA Congress, Atlanta, March 12.
- Echegaray, Fabián e Elordi, Carlos
1994 "Democracy in Latin America: In Search of 'Regularization'". *The Public Perspective*, mar.-abr., pp. 32-33.
- Eckstein, Harry
1988 "A Culturalist Theory of Political Change". *American Political Science Review*, n. 82, pp. 789-804.
- Elster, Jon.
1993 "Majority Rule and Individual Rights", in Shute, S. e Hurley, S. (orgs.), *On Human Rights*, Nova York, Basic Books.
- Ester, P. e Halman, L.
1990 Basic Values in Western Europe: An Empirical Exploration. ISA Congress, 2 de julho, Madri.
- Fekete, John (org.)
1987 *Life after Postmodernism Essays on Value and Culture*. Nova York, St. Martin's.
- Feldman, Stanley
1988 "Structure and Consistency in Public Opinion: The Role of Core Beliefs and Values". *American Journal of Political Science*, 32 (3), pp. 417-440.
- Figueiredo, Marcus
1991 *A Decisão do Voto*. São Paulo, Anpocs/Sumaré.
- Filgueira, Carlos H. et alii
1988 De la Transición a la Consolidación Democrática: Imágenes y Cultura Política en el Uruguay. CIESU, Montevideo.
- Flisfisch, Angel
1987 *La Política como Compromiso Democrático*. Santiago, FLACSO.

- Freitag, Barbara G.
 1989 "O Conflito Moral". In Habermas, Jürgen *et al.*, *Jürgen Habermas: 60 Anos*, número especial de *Tempo Brasileiro*, n. 98, pp. 79-124.
- Garretón, Manuel Antonio
 1994 *La Faz Sumergida del Iceberg. Estudios sobre la Transformación Cultural*. Santiago, CESOC/LOM.
- Geddes, Barbara
 1991 "A Game Theoretic Model of Reform in Latin American Democracies". *American Political Science Review*, n. 85, pp. 371-392.
 1994 "Uses and Limitations of Rational choice in the Study of Developing Countries", in Smith, Peter (org.), *Comparative Perspectives on Latin America: Methods and Analysis*, Boulder, Westview.
 1995 "The Politics of Economic Liberalization". *Latin American Research Review*, 30 (2), pp.195-215.
- Gibbins, John R. (org.)
 1989 *Contemporary Political Culture. Politics in a Postmodern Age*. Londres, Sage.
- Gibson, James L.
 1993 Political and Economic Markets: Connecting Attitudes toward Political Democracy and a Market Economy within the Mass Culture of the USSR. APSA Congress, Washington, D.C., Sept. 2-5.
- Gibson, James L. *et alii*
 1992 "Democratic Values and the Transformation of the Soviet Union". *Journal of Politics*, 54 (2), pp. 329-371.
- Goodin, Robert e Dryzek, John
 1980 "Rational Participation: The Politics of Relative Power". *British Journal of Political Science*, n. 10, pp. 273-292.
- Habermas, Jürgen
 1973 *Kultur und Kritik*. Frankfurt, Surkamp.
 1979 *Communication and the Evolution of Society*. Boston, Beacon Press.
 1987 *Teoría de la Acción Comunicativa*. Madri, Taurus, 2 vols.
 1989 *Consciência Moral e Agir Comunicativo*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- Hall, Stuart
 1992 "Cultural Studies and its Theoretical Legacies", in Grossberg, L.; Nelson, Cary e Treichler, Paula (orgs.), *Cultural Studies*, Londres, Routledge.
- Harris, David
 1992 *From Class Struggle to the Politics of Pleasure. The Effects of Gramscianism in Cultural Studies*, London, Routledge.
- Hartz, Louis (org.)
 1964 *The Founding of New Societies*. Nova York, Harcourt, Brace and World, Inc.
- Inglehart, Ronald
 1977 *The Silent Revolution. Changing Values and Political Styles among Western Publics*. Princeton, Princeton University Press.

- 1988 "The Renaissance of Political Culture". *American Political Science Review*, 82 (4), pp.1.204-30.
- Inglehart, Ronald e Abramson, Paul
 1993 Values and Value Change on Five Continents. APSA Congress, Washington, D.C., sept. 2-5.
- Inglehart, Ronald; Bazáñez, Miguel e Nevitte, Neil
 1994 *Convergência em Norteamérica. Comércio, Política y Cultura*. México, Siglo XXI.
- Jones, Mark P.
 1992 A Comparative Study of Popular Confidence in Democratic Institutions in Argentina, Chile and Mexico. LASA Congress, Los Angeles, Sept. 24-27.
- Kelsey, Sarah e Levitsky, Steve
 1994 Captivating Aliances: Unions, Labor-Backed Parties and the Politics of Economic Liberalization in Argentina and México. LASA Congress, Atlanta, March 10-12.
- Kohlberg, Lawrence
 1981 *Essays on Moral Development*. Berkeley, University of California Press.
- Krischke, Paulo J. (org.)
 1993 *O Contrato Social, Ontem e Hoje*. São Paulo, Cortez.
 1993b "Actores Sociales y Consolidación Democrática. América Latina: Identidades, Estratégias y Cultura Cívica". *Fermentum — Revista Venezolana de Sociología y Antropología*, 3 (6 e 7), número especial, pp. 1-25.
 1994a Democratização e Cultura Política na América Latina: Aspectos Teórico-Metodológicos. Relatório parcial ao CNPq, julho.
 1994b Cultura Política e Participação Social. Encontro Anual da Anpocs, Caxambu.
 1994c "Os Brasileiros e a Democracia: Bases Sociais da Legitimidade Democrática no Brasil" (resenha do livro de José A. Moisés). *Revista de Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, Ipea, n. 11, pp. 297-304.
 1995 Democratização e Cultura Política na América Latina: Aspectos Teórico-Metodológicos. Relatório final ao CNPq, versão preliminar, julho.
 1996 "Brasil: Democracia Delegativa?", in Pinto, Celi e Guerrero, Hugo (orgs.), *América Latina: O Desafio da Democracia nos Anos 90*, Porto Alegre, Editora da UFRGS.
 1997 "Challenges to Cultural Studies in Latin America", in Alvarez, Sonia; Dagnino, Evelina e Escobar, Arturo (orgs.), *The Cultures of Politics/The Politics of Cultures. Revisioning Latin American Social Movements*, Boulder, Westview.
- Lakatos, Inre
 1970 "Falsification and the Methodology of Scientific Research Programmes", in Lakatos, Inre e Musgrave, Alan (orgs.), *Criticism and the Growth of Knowledge*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Lamounier, Bolivar e Souza, Amaury
 1991 "Democracia e Reforma Institucional no Brasil: Uma Cultura Política em Mudança". *Dados — Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Iuperj, vol. 34, n. 3, pp. 311-348.

- Lamounier, Bolivar e Marques, Hubner
 1992 "A Democracia Brasileira no Final da Década Perdida", in Lamounier, B. (org.), *Ouvindo o Brasil*, São Paulo, IDESP/IRS.
- Landa, Martha
 1994 Local Leaders and the New Political Culture in a Context of Transition to Democracy: The Case of Argentine Local Government. ISA Congress, Bielefeld, July 18-22.
- Landi, Oscar
 1988 *Las Culturas Políticas en Números (Argentina en Democracia)*. Buenos Aires, CEDES.
- Lane, Ruth
 1992 "Political Culture: Residual Category or General Theory?". *Comparative Political Studies*, 25 (3), pp. 362-387.
- Lapp, Nancy
 1994 The Extension of Suffrage and Land Reform in Latin America. LASA Congress, Atlanta, March 10-12.
- Lechner, Norbert
 1985 "Pacto Social nos Processos de Democratização: A Experiência Latino-Americana". *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, Cebrap, n. 13.
- Lima Jr., Olavo Brasil
 1990 "Alienação Eleitoral e Seus Determinantes — Notas de Pesquisa". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Anpocs, n. 14.
- Lipset, Seymour Martin *et alii*
 1993 "A Comparative Analysis of the Social Requisites of Democracy". *International Social Science Journal*, n. 136, May.
- Llulhier, Louise A.
 1996 "Autoritarismo e Formação Democrática na Universidade Pública: Uma Pesquisa com Estudantes de Graduação". *Psico*, PUC-RS, 28 (2), jul.-dez.
- Mettenhein, Kurt von
 1992 Democratic Theory and Public Opinion in Latin American. LASA Congress, Los Angeles, Sept. 24-27.
- Moisés, José Álvaro
 1995 *Os Brasileiros e a Democracia. Bases Sociais da Legitimidade Democrática no Brasil*. São Paulo, Ática.
- Monroe, Keith R. (org.)
 1991 *The Economics Approach to Politics*. Nova York, Harper Collins Publ.
- Moreira, Constanza
 1994 La Agenda de la Reforma Económica en Uruguay: Una Visión desde las Élités. Seminário Uruguay-Brasil: Élités Estratégicas y Alternativas de Desarrollo. Montevideú.
- Morse, Richard
 1988 *O Espelho de Próspero*. São Paulo, Cia das Letras.
- Munck, Gerardo
 1996 "Disaggregating Political Regime: Conceptual Issues in the Study of Democratization". *Kellogg Institute Working Paper*, n. 228.

- Neuman, W. Russell
 1986 *The Paradox of Mass Politics. Knowledge and Opinion in the American Electorate.* Cambridge, Mass., Harvard University Press.
- Nevitte, Neil e Gibbins, Roger
 1990 *New Elites in Old States. Ideologies in the Anglo-American Democracies.* Toronto, Oxford University Press.
- O'Donnell, Guillermo
 1991 "Democracia Delegativa?". *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, Cebrap, n. 31, pp. 25-40.
 1996 "Another Institutionalization: Latin America and Elsewhere". *Kellogg Institute Working Paper*, n. 222.
- O'Donnell, Guillermo; Schmitter, Philip e Whitehead, Laurence (orgs.)
 1986 *Transitions from Authoritarian Rule.* Baltimore, The Johns Hopkins University Press.
- Parsons, Talcott
 1951 *The Social System.* Nova York, The Free Press.
- Pateman, Carole
 1971 "Political Culture, Political Structure and Political Change". *British Journal of Political Science*, n. 1, pp. 291-305.
- Pieper, Richard e Schneider, Michael
 1990 New Age vs. New Regionalism. Comparing Values of Two "Anti-Modernistic" Ideologies in Modern Society. ISA Congress, 2 de julho, Madri.
- Ponte, Victor Manuel Durand
 1994 La Larga Duración del Autoritarismo del Sistema Político y Su Lenta Transición a la Democracia: El Papel de la Cultura Política. Seminario Democratização e Opinião Pública: Um Enfoque Comparativo. USP, 28-30 de novembro.
- PREALC (org.)
 1988 *Política Económica y Actores Sociales. La Concertación de Ingresos y Empleo.* Santiago, PREALC.
- Przeworski, Adam
 1986 "Some Problems in the Study of the Transition to Democracy". in O'Donnell, G.; Schmitter, P. e Whitehead, L. (orgs.), *Transitions from Authoritarian Rule*, Baltimore, The Johns Hopkins University Press.
 1991 *Democracy and the Market: Political and Economic Reforms in Eastern Europe and Latin America.* Cambridge, Cambridge University Press.
- Pye, Lucian W.
 1990 "Political Science and the Crisis of Authoritarianism". *American Political Science Review*, n. 84.
- Rabkin, Rhoda
 1994 The Lessons of Chile: Economic Expertise, Social Learning, and the Consolidation of Market Reforms. LASA Congress, Atlanta, March 10-12.
- Ranis, Peter
 1991 "View from Below: Working-Class Consciousness in Argentina". *Latin American Research Review*, 26 (2), pp. 133-156.

- Rawls, John
 1982 *Uma Teoria da Justiça*. Brasília, Ed. da UnB.
 1993a *Political Liberalism*. Nova York, Columbia University Press.
 1993b "The Law of Peoples", in Shute, Stephen e Hurley, Susan (orgs.), *On Human Rights*, Nova York, Basic Books.
- Reis, Fábio W.
 1984 "Política e Racionalidade: Problemas de Teoria e Método para uma Sociologia 'Crítica' da Política". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 37 (edição especial).
 1988 "Identidade, Política e a Teoria da Escolha Racional". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Anpocs, 3 (6).
- Remmer, Karen L.
 1990 "Democracy and Economic Crisis". *World Politics*, 42 (3), pp. 315-335.
- Rochon, Thomas R. e Mitchell, Michael J.
 1989 "Social Bases of the Transition to Democracy in Brasil". *Comparative Politics*, 2 (22), April, pp. 307-322.
- Santiso, Javier
 1993 "La Démocratie Incertaine. La Théorie des Choix Rationnels et la Démocratisation en Amérique Latine". *Revue Française de Science Politique*, 43 (6), dezembro, pp. 970-993.
- Santos, Fabiano Guilherme dos
 1994 *Teoria das Decisões Legislativas: Microfundamentos do Clientelismo Político no Brasil*. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, IUPERJ.
- Santos, Wanderley G. dos
 1987 *Crise e Castigo: Partidos e Gerais na Política Brasileira*. Rio de Janeiro, IUPERJ/Vértice.
- Schedler, Andreas
 1992 "Condiciones y Racionalidades de la Concertación Social. Una Revisión del Debate Latinoamericano". *Documento de Trabajo*, Serie Estudios Sociales, Santiago, FLACSO, n. 23.
- Scherer-Warren, Ilse e Krischke, Paulo J. (orgs.)
 1987 *Uma Revolução no Cotidiano?* São Paulo, Brasiliense.
- Seligson, Mitchell A.
 1983 "On the Measurement of Diffuse Support: Some Evidence from Mexico". *Social Indicators Research*, n. 12.
- Shugart, Matthews
 1994 "The Effects of Timing of Elections for President and Assembly", in Mainwaring, S. e Shugart, M. (orgs.), *Presidentialism and Democracy in Latin America*, Notre Dame, Notre Dame University Press.
- Slater, David
 1994 "Exploring Other Zone of the Post-Modern: Problems of Ethnocentrism and Difference Across the North-South Divide", in A. Rattansi e S. Westwood (orgs.), *Modernity, Identity and Racism: In the Western Front*, Londres, Polity Press.
- Soares de Lima, Maria Regina e Cheibub, Zairo Borges
 1996 "Instituições e Valores: As Dimensões da Democracia na Visão da Elite Brasileira". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Anpocs, n. 31, pp. 83-116.

- Storey, John
1993 *An Introductory Guide to Cultural Theory and Popular Culture*. Londres, Harvester/Wheatsheaf.
- Subercaseaux, B.
1991 "Política y Cultura — Desencuentros y Aproximaciones". *Nueva Sociedad*, n. 116, pp. 138-145.
- Tiano, Susan
1986 "Authoritarianism and Political Culture in Argentina and Chile in the Mid 1960's". *Latin America Research Review*, 21 (1), pp. 73-98.
- Tironi, Eugenio
1987 "Una Economía Mista de Concertación: ¿Alternativas para Chile?", in Dos Santos, Mario (org.), *Concertación Político-Social y Democratización*, Buenos Aires, CLACSO.
- Turner, Frederick C. e Cilley, Marita Carballo de
1993 "Equality and Democracy". *International Social Science Journal*, n. 136, May, pp. 271-283.
- Verba, Sidney e Nie, Norman H.
1972 *Participation in America*. Nova York, Harper and Row.
- Weffort, Francisco C.
1992 *Qual Democracia?* São Paulo, Cia das Letras.
- Welch, Stephen
1993 *The Concept of Political Culture*. Nova York, St. Martin's Press.
- Westholm, Anders e Niemi, Richard G.
1992 "Political Institutions and Political Socialization: A Cross-National Study". *Comparative Politics*, 44 (1), pp. 49-80.
- Wiarda, Howard J. (org.)
1992 *Politics and Social Change in LA. Still a Distinct Tradition?* 3.^a ed., Boulder, Westview.
- Wielhower, Peter W. e Regens, James L.
1993 Political Parties as Transaction Cost Minimizers. APSA Congress, Sept. 2-5, Washington, D.C..
- Wilson, Richard
1992 *Compliance Ideologies. Rethinking Political Culture*. New Haven, Cambridge University Press.
- Zabludovsky, Gina
1989 "The Reception and Utility of Max Weber's Concept of Patrimonialism in Latin America". *International Sociology*, 4 (1), pp. 5-66.

Resumo

Cultura Política e Escolha Racional na América Latina: Interfaces nos Estudos da Democratização

Resenha comparativa dos estudos sobre os processos de democratização na América Latina, focalizando principalmente os que tratam das transformações atuais da cultura política dos públicos massivos (autodenominados “culturalistas”), e outros que abordam o comportamento das elites sob o prisma da escolha racional (considerados “racionalistas”). A resenha argumenta que há entre essas duas abordagens excludentes uma crescente convergência temática, relacionada com seus respectivos desdobramentos internos e com sua competição na América Latina com novas correntes de interpretação, que lhes são limítrofes e/ou alternativas. Tudo isso tem suscitado interfaces emergentes e inovadores desafios à pesquisa nessa área de estudos.

Abstract

Political Culture and Rational Choice in Latin America: Interfaces within Democratization Studies

This comparative review of studies on Latin America's democratization processes focuses primarily on those scholars addressing current transformations in the political culture of mass publics (self-declared 'culturalists') and those addressing the behavior of the elites from a rational-choice perspective (deemed 'rationalists'). The review argues that these mutually exclusive approaches share ever more common ground in the issues they explore, both as a consequence of internal developments within each and of their competition with new lines of interpretation within Latin America — lines which border on theirs and/or are actual alternatives. All this is generating new interfaces and presenting fresh research challenges in this area of studies.

Abreu, Eide Sandra Azevêdo

O Reparo de Objetos na Sociedade do Descartável: Resistência e Preservação. Mestrado em Sociologia, Unicamp, 1996, 151 pp. Orientadora: Ana Maria de Niemeyer.

A dissertação está voltada ao estudo das práticas de reparadores de objetos — sapatos e tênis, relógios, jóias e bijuterias, guarda-chuvas, panelas, brinquedos e objetos eletrônicos em geral —, bem como das de usuários que se valem de seus serviços, no intuito de desvendar os significados que elas apresentam em uma sociedade como a nossa, pautada na produção para não durar e no consumo voraz dos objetos. Baseando-se em observações e entrevistas abertas com reparadores e usuários, a pesquisa permitiu notar que suas práticas, não se encontrando apartadas do processo de aceleração da produção e do consumo dos objetos, podem ao mesmo tempo, ser interpretadas como resistência a ele, ao se voltarem ao *prolongamento do tempo de duração* dos objetos, através do recurso a atividades fundadas numa *lentidão* de gestos e numa maleabilidade do tempo de trabalho.

Almeida, Rosemary de Oliveira

Violência, Identidade e Processos Organizativos: O Forró da Bala como Cenário de Análise. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 1995, 195 pp. Orientadora: Elza M. Franco Braga.

Procura entender a violência entre os setores excluídos, especialmente entre os jovens marginalizados, que desenvolvem uma violência do tipo coletivo. Empiricamente, tem por base o bairro Serviluz, zona portuária de Fortaleza-CE. Volta-se para jovens da gangue da favela Forró da Bala, naquele bairro. Mostra a violência como fenômeno plural, ambíguo, no qual se articulam destrutibilidade e indestrutibilidade, entendida esta última como ação coletiva, violenta, dos jovens, que impulsiona a afirmação de uma identidade, viabilizando táticas de sobrevivência e imposição de força e respeito.

Amaral, Liana Viana do

O Legionário — Dimensões Culturais na Formação da Classe Operária. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 1995, 116 pp. Orientadora: Maria Sylvia Porto Alegre.

Examina dimensões culturais na formação da classe operária no Ceará, a partir de *O Legionário*, jornal operário editado na década de 30, em Fortaleza. Trata da constituição da classe operária brasileira, em geral; do “ser operário”; da diversidade cultural e do papel desempenhado pela imprensa (em termos de informação, formação e interpretação) na construção da classe. Por fim, analisa, especificamente, o contexto histórico-cultural de

surgimento do jornal *O Legionário* em Fortaleza e a relação deste com “parcela do operariado cearense”.

Amorim, Rosendo Freitas

O Imaginário do Corpo Masculino na Musculação. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 1995, 248 pp. Orientadora: Mirtes M. Amorim Maciel.

Tem como preocupação central a proliferação maciça da musculação e o uso de drogas anabolizantes estereóides pelos fisiculturistas. Pressupõe o corpo como produto de uma sociedade e não apenas uma entidade biológico-natural. Assim, fala de representações do corpo e aborda o dualismo corpo-alma. Portanto, enfoca o imaginário e o simbólico na construção do corpo; correlaciona identidade, corpo e classe social e, por fim, analisa o imaginário do corpo masculino na musculação. Pesquisa academias na cidade de Fortaleza-CE, entrevistando homens na faixa etária de 17 a 31 anos, de variadas profissões, praticantes da musculação.

Araújo, Lindemberg Medeiros de

Trabalho e Saúde-Doença nas Indústrias da Construção Civil de João Pessoa (PB). Mestrado em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, 1995, 185 pp. Orientadora: Maria Carmela Buonfiglio.

Investiga os problemas ligados à relação trabalho-saúde nas indústrias da construção civil de João Pessoa (PB), e a busca, pelo sindicato da categoria, de estratégias de luta que sejam capazes de fazer frente a essa problemática relação, no interior do processo produtivo do subsetor de edificações. Dessa perspectiva, é feita uma caracterização geral do trabalho daquela atividade industrial; são levantadas e discutidas as diversas formas de adoecer dos operários e as implicações do processo de trabalho nesse adoecer.

Arruda, Gerardo Clésio Maia

O Sol Nascente na Terra do Sol: Impactos Sociais da “Japonização” do Processo de Trabalho na Indústria Cearense. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 1995, 164 pp. Orientadora: Elza M. Franco Braga.

Estudo da indústria de confecção em Fortaleza, enfocando processo produtivo e relações de trabalho. Tomando duas empresas locais, uma com sistema rígido de produção e a outra com métodos e técnicas flexíveis, examina implicações sociais advindas da adoção de formas alternativas de organização do trabalho ao modelo taylorista/fordista. Analisa os reflexos sobre o cotidiano do trabalhador, quando se passa de um trabalho parcelar e rotinizado, para um trabalho polivalente. Averigua na realidade concreta algumas assertivas a respeito de implicações da “japonização” sobre o conteúdo do trabalho fabril.

Barbosa, João Luiz Domingues

Naquele Tempo era uma Família Só. Uma Análise sobre Família e Mudança Social no Município de Araruama-RJ. Mestrado em Sociologia, IFCS/UFRJ, 1996, 126 pp. Orientadora: Regina Lúcia de Moraes Morel.

Investiga as mudanças sociais ocorridas no município de Araruama-RJ, e seus reflexos sobre as “famílias”, a partir da análise dos depoimentos de membros da comunidade com mais de

60 anos, que ainda hoje residem no município. Primeiramente, problematiza-se a relação do pesquisador com o objeto de pesquisa, uma vez que se trata de um pesquisador/membro da comunidade estudada; em seguida, analisa-se a metodologia da utilização da história oral. O trabalho discute ainda, a concepção de família dos atores sociais, retirando dos depoimentos os traços mais marcantes do discurso em relação a ela. Utilizando a análise das genealogias sociais comentadas e comparadas, discute a formação das redes de relações sociais, como elemento estruturante do poder simbólico, e procura mostrar o desenrolar do jogo existente entre a “tradição” e a “mudança”, no município.

Bastos, Pedro Paulo Zahluth

A Revolta dos Financistas: A Política dos Objetivos Econômicos Nacionais na Era da Transnacionalização Capitalista. Mestrado em Ciência Política, IFCH/Unicamp, 1996, 210 pp. Orientador: Sebastião Carlos Velasco e Cruz.

O trabalho atesta a existência de um ciclo de ascensão, queda e renascimento dos mercados financeiros internacionais, entre 1870 e o final do século XX; e estuda os efeitos desse ciclo sobre a autonomia das políticas econômicas dos países integrados à ordem burguesa internacional. A dissertação é uma análise do processo histórico, dos interesses econômicos e dos embates políticos que produziram o *atual* poder estrutural do capital financeiro transnacional. Busca, também, discutir os mecanismos de poder através dos quais tais interesses capitalistas fazem valer, atualmente, sua influência — no contexto da competição internacional entre Estados burgueses pela qualidade relativa de suas moedas. Com efeito, as pressões políticas a favor da “austeridade” passaram a ser, nas décadas de 1980 e 1990, dominantes nos embates em torno à condução das políticas macroeconômicas: o mecanismo de poder por excelência do capital financeiro transnacional, i.e., a *saída*, tendeu a retirar, dos Estados nacionais incorporados pela “globalização econômica”, a autonomia de execução de políticas econômicas que desrespeitem os interesses imediatos do capital transnacionalizado.

Bilac, Maria Beatriz Bianchini

As Elites Políticas de Rio Claro: Um Estudo sobre a Formação dos Setores Dirigentes em um Município Paulista. Doutorado em Ciências Sociais, Unicamp, 1995, 280 pp. Orientador: Élide Rugai Bastos.

Estudo sobre as elites políticas de Rio Claro, a partir do processo de composição e recomposição desse grupo no município, no período entre a transição do Império à República até o golpe de 1964. A cidade, no período, foi marcada pelas transformações na estrutura socioeconômica e política do país, que provocou abalos na hegemonia política dos coronéis nas primeiras décadas deste século e desafiaram suas bases de sustentação, exigindo novas formas de acomodação dos interesses e da composição política. Em Rio Claro, o período pré-30 pode ser caracterizado como predominantemente agrícola e pela vigência do coronelismo, com lutas girando em torno do Partido Republicano Paulista. A existência de um eleitorado urbano no município provocou, também, o deslocamento das bases do poder e do prestígio dos coronéis, do meio rural exclusivamente, para os dois pólos da economia local. Abriam-se espaços políticos para novas categorias sociais, de origem burguesa e imigrante. Entretanto, mesmo assim, a influência dos coronéis permaneceu viva, pela dominação indireta, com a ascensão de novos elementos na política local passando pela *aquiescência* dos antigos. Foi

somente a partir de 1947 que essas novas lideranças se consolidaram efetivamente. Em Rio Claro, os membros da elite política, até 1964, acabaram sendo elementos pertencentes aos setores médios, ao lado de significativa ausência das classes mais baixas. Não obstante os espaços de participação política tenham sido abertos, verificou-se que a dinâmica da ascensão aos cargos políticos atingia aqueles indivíduos já em mobilidade ascendente, espelhando um processo que caracteriza o sistema social brasileiro, bastante hierarquizado e restritivo.

Braga, Sérgio Soares

Quem Foi Quem na Assembléia Constituinte de 1946: Um Perfil Socioeconômico e Regional da Constituinte de 1946. Mestrado em Ciência Política, IFCH/Unicamp, 1996, 536 pp. Orientador: Décio Azevedo Marques de Saes.

Busca elaborar um perfil socioeconômico e regional da Assembléia Constituinte de 1946, apresentando de maneira sistemática informações biográficas e sobre a atuação constituinte dos 338 parlamentares (senadores e deputados; titulares e suplentes) que participaram da Constituinte de 1946. No primeiro capítulo, faz uma breve revisão bibliográfica dos principais estudos realizados até o presente momento sobre a Constituinte de 1946. No segundo capítulo, expõe os objetivos básicos e as linhas gerais da metodologia utilizada para a coleta e sistematização dos dados. No terceiro capítulo, procura construir e examinar uma série de tabelas apreendendo a Assembléia de 1946 em suas seguintes dimensões básicas: (i) a posição relativa dos diversos partidos representados na Constituinte; (ii) a trajetória política anterior dos parlamentares dos diferentes partidos; (iii) o perfil social das bancadas das várias agremiações presentes na Assembléia. Finalmente, no capítulo 4, apresenta um “Quem foi quem na Assembléia Constituinte de 1946”, onde procura expor de maneira sistemática informações sobre as bancadas regionais dos diferentes partidos, sobre a trajetória política de cada parlamentar, e sobre a atuação de cada um deles durante o processo de elaboração constitucional.

Buonicore, Augusto Cesar

Os Comunistas e a Estrutura Sindical Corporativa (1948-1952): Entre a Reforma e a Ruptura. Mestrado em Ciência Política, IFCH/Unicamp, 1996, 260 pp. Orientador: Armando Boito Júnior.

Analisa a política sindical do PCB entre 1948 e 1952, especialmente as suas oposições em relação à estrutura sindical estatal criada no pós-30. Além do estudo da bibliografia referente à política do PCB no período, concentra-se nos documentos oficiais do Partido e na sua imprensa. A pesquisa constatou uma contradição entre o conjunto das memórias dos militantes comunistas, que serviram de base para construção de uma história oficial do PCB e os documentos oficiais desse Partido. Ao contrário do que afirma essa história oficial, constata-se que a política de construção de organizações de trabalhadores à margem da estrutura sindical não teve como objetivo a construção de uma outra estrutura sindical paralela de caráter permanente. Essa foi a forma encontrada pelos comunistas para acumular forças no sentido de reconquistar os sindicatos oficiais. A pesquisa não indicou também que a política adotada pelos comunistas tenha sido diretamente responsável pelo descenso da luta de massas e pela perda de influência dos comunistas junto aos trabalhadores urbanos. Em geral tais teses tenderam a subestimar o papel desempenhado pela repressão durante o governo Dutra e a superestimar a adesão operária ao sindicato oficial. Conclui que este foi o período em que os

comunistas chegaram mais perto de romper com o chamado populismo sindical. Mas, a conjuntura, no geral, desfavorável à classe operária e os limites da crítica comunista à estrutura sindical estatal impossibilitaram que os comunistas pudessem substituir esta estrutura tutelada por uma outra assentada no sindicalismo livre.

Cabrera, José Roberto

Os Caminhos da Rosa: Um Estudo sobre a Social-Democracia no Brasil. Mestrado em Ciência Política, Unicamp, 1995, 191 pp. Orientador: Caio Navarro de Toledo.

Busca discutir os alcances e os limites da “social-democracia” na realidade brasileira, a partir do estudo das formulações teóricas e da ação política do Partido Democrático Trabalhista — PDT, e do Partido da Social-Democracia Brasileira — PSDB. Analisa a proposta “social-democrática”, considerando a evolução teórica e política dessa corrente, a partir das perspectivas e dos limites colocados pela experiência dos welfare states, buscando refletir sobre os possíveis alcances de uma proposta reformista em um país capitalista dependente, com as características do Brasil. Além dessas questões teóricas, o texto procura indicar as contribuições e dificuldades teóricas, políticas e organizativas encontradas pelo PDT e pelo PSDB para se viabilizarem enquanto alternativas programáticas identificadas com a social-democracia.

Castro, Elisa Guaraná de

Entre o Rural e Urbano: Dimensões Culturais dos Assentamentos Rurais do Estado do Rio de Janeiro. Mestrado em Sociologia, IFCS/UFRJ, 1995, 250 pp. Orientador: Gian Mario Giuliani.

Objetiva contribuir para a compreensão das formas de sociabilidade desenvolvidas nos assentamentos rurais do Estado do Rio de Janeiro. A partir das dimensões culturais, pode-se perceber como as formas de sociabilidade vão se formando através da confluência de tradições e do processo de modernização, envolvendo valores, relações familiares, formas de solidariedade, de organização do trabalho e da produção, assim como as próprias normas de convivência. Estes elementos podem contribuir para pensar as identidades que surgem nos assentamentos e a reconstrução de espaços sociais. Com este intuito, realiza uma análise comparativa de dois assentamentos rurais: São José da Boa Morte (município de Cachoeiras de Macacu, na microrregião Bacias de S. João e Macacu) e Mutirão Sol da Manhã (município de Itaguaí, na Baixada Fluminense). Dois eixos centrais foram abordados: as ações coletivas e individuais e as relações entre o rural e o urbano. Através da análise dos elementos aqui apontados, pretende debater questões que podem contribuir para a compreensão e para uma maior problematização dos assentamentos rurais no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil. Da mesma forma, também é intenção percebê-los dentro do debate da questão fundiária e da construção de novas identidades no campo.

César, Benedito Tadeu

Verso, Reverso, Transverso — O PT e a Democracia no Brasil. Doutorado em Sociologia, Unicamp, 1995, 337 pp. Orientador: Francisco de Oliveira.

Saudado como “novidade” no cenário político brasileiro, o Partido dos Trabalhadores tem dividido as opiniões de seus analistas e interlocutores. Por sua afirmação classista e por sua proposição socialista, muitos o apontam como expressão de modernidade, enquanto outros, também numerosos, o consideram evidência de anacronismo. Nesta controvérsia, não se

chegou até aqui a um acordo a respeito de sua contribuição à democracia no país. Nem partido operário-socialista tradicional, típico das sociedades industriais clássicas, nem partido-ônibus ou agarra-tudo, característico das “sociedades de massas” atuais, a tese que se defende é a de que o PT é um partido original — um partido classista e socialista contemporâneo. Organizando autonomamente um bloco social e político novo, ele rompe com o padrão histórico de exclusão política das parcelas trabalhadoras no país, dotando-as de uma identidade e um projeto próprio, imprescindíveis para a construção de uma sociedade pluralista efetivamente democrática. Por meio da análise do perfil social e político da base de sustentação petista, bem como do acompanhamento, via documentos oficiais nacionais, da trajetória de construção de seu projeto político-societário demonstra-se que, mais do que uma novidade “ambígua”, o PT expressa, na composição social de seus militantes, dirigentes e eleitores e na tensão permanente entre concepções políticas existentes em seu interior, as contradições da sociedade da qual ele faz parte e sobre a qual se propõe agir.

Chávez Borjas, Manuel de Jesus

Comunidade de Memória: Memória Metafórica de uma Localidade em el Sertão Brasileiro. Doutorado em Antropologia, Universidade de Brasília, 1995, 280 pp. Orientadora: Ellen F. Woortmann.

Comunidade de memória é um conceito proposto para atualizar a categoria “memória coletiva” de Halbwachs. Comunidade de memória opera nos grupos humanos cujos indivíduos se conectam entre si e geram uma rede referencial, espacial e temporal, onde compartilham, como um todo, o repertório de experiências acumuladas através de múltiplos meios. Seus membros adscvem-se nesse todo através de um interjogo que lhes permite individualizar-se dinamicamente, abrindo a comunidade de memória a um processo de construção de intrageração e intergeração. Na presente tese a comunidade de memória estudada pertence a uma localidade do sertão no sudeste do Estado de Tocantins. Ali viveram no começo do século XX uma experiência dolorosa provocada por uma espécie de “feud” entre famílias do Estado de Goiás. A violência prolongada por longos anos desestruturou a localidade em todos os níveis da vida social. Depois de muitos anos de abandono, perseguição e refúgio no nordeste baiano, as famílias foram retornando até reorganizar a comunidade social e culturalmente. Este complicado processo tem sido sintetizado pelos atores como o “barulho” e “massacre dos nove” para referir-se, respectivamente, a todo o processo de conflito e aos assassinados. Assim, construíram uma comunidade de memória baseada numa lógica metafórica que lhes permitiu sobrepor-se aos estigmas da violência e gerar um processo no qual tentaram redefinir todas as coisas: o espaço físico do povoado, as alianças políticas, os núcleos familiares, o nome do lugar — e, sobretudo, ante as pressões da modernidade, redefiniram sua memória, gerando uma projeção do passado que lhes permite adaptarem-se às novas circunstâncias da vida social brasileira mantendo a hegemonia na localidade.

Cittadino, Monique Guimarães

Emergência e Declínio da Política Populista na Paraíba - 1945/1964: Impactos do Golpe Militar. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, 1995, 247 pp. Orientadora: Joana Neves.

Analisa a estrutura de poder na Paraíba, entre 1945 e 1964, levando em conta as transformações processadas na política local, percebidas como instrumentos utilizados pelas classes

dominantes para a manutenção de seu poder. Para isso, procurou estudar as condições sociopolítico-econômicas que possibilitaram um processo de transição de uma política coronelista para uma política populista e, em face dos rumos tomados por esta última, a sua supressão com o retorno a uma política autoritária, elitista e excludente, possibilitada pela implantação, em âmbito nacional, e através de um golpe militar, do Estado burocrático autoritário.

Codato, Adriano Nervo

Estrutura Política e Interesse de Classe: Uma Análise do Sistema Estatal no Brasil Pós-1964 — O Caso do Conselho de Desenvolvimento Econômico. Mestrado em Ciência Política, Unicamp, 1995, 343 pp. Orientador: Décio A. M. de Saes.

Discute a organização do sistema decisório de política econômica no Brasil pós-1964. Tomando como objeto de análise uma agência específica — o Conselho de Desenvolvimento Econômico – CDE —, procura entender, num primeiro momento, as razões que levaram o governo Geisel (1974-1979) a armar uma estrutura burocrática capaz de processar, com relativa autonomia, as múltiplas demandas colocadas sobre o Estado ditatorial. Em seguida, pretende determinar em que medida as disputas políticas conduzidas por setores importantes da burguesia brasileira a partir de meados dos anos 1970 — e que compreendem, grosso modo, a batalha ideológica contra a “estatização da economia” (1975/1976) e o engajamento (relativo) do empresariado nacional na campanha pela “redemocratização” do regime (1977/1978) — têm a ver com o processo de reorganização do conjunto do sistema estatal, promovido justamente pela instituição do CDE.

Dias, Margarida Maria Santos

“Intrepida Ab Origine” (O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a Produção da História Local — 1905/1930). Mestrado em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, 1994, 96 pp. Orientadora: Joana Neves.

Demonstra o projeto específico de concepção da história paraibana sistematizada a partir de 1905 pelo Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Partindo da visão mais arraigada sobre a história local e que permeia não só os espaços formais de educação, como sobretudo, toda a sociedade paraibana, mostra a ligação dessa produção historiográfica — tanto no início do século, como na atualidade — com as facilidades proporcionadas pelo Estado. História a fundação do IHGP, sua ligação com a história nacional formulada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e explicita os objetivos e motivações dos fundadores do Instituto Histórico ao propor a sistematização da história paraibana. Conclui com uma análise historiográfica dos seis primeiros volumes da *Revista do IHGP* no que concerne ao processo histórico formulado para a Paraíba, seus fatos e personagens.

Fancello, Maria Soares de Moura

Os Herdeiros de Gutenberg Processo Representacional entre os Tipógrafos do Recife. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, 1995, 117 pp. Orientador: Mauro G. P. Koury.

Contém observações e reflexões sobre a atividade profissional na tipografia. Tem por objetivo procurar compreender a realidade nesse universo a partir do fluxo de representações que

povoam o imaginário da categoria onde habitam memória, símbolos e técnica, e no qual o trabalhador reconhece a si e à sua sociedade.

Fernandez, Annelise Caetano Fraga

Assim é meu Subúrbio: O Projeto de Dignificação dos Subúrbios entre as Camadas Médias Suburbanas de 1948 a 1957. Mestrado em Sociologia, IFCS/UFRJ, 1995, 115 pp. Orientador: Luiz Antonio Machado da Silva.

Estudo sobre camadas médias do subúrbio do Rio de Janeiro no período de 1948 a 1957. O objetivo é demonstrar como determinados valores e práticas voltadas para o progresso social e urbano da região fazem parte de um projeto consciente de dignificação dos subúrbios e, acredita-se, constituem elementos fundamentais para a construção da identidade social desse grupo. Sugere que a imprensa de bairro foi o principal veículo de explicitação e transformação dos conteúdos deste projeto. A tese está centrada basicamente na análise da *Subúrbios em Revista*, que, no período estudado, destaca-se como o principal órgão divulgador dos ideais e expectativas das camadas médias suburbanas.

Ferreira, Leontina

Akwe-Xerente: Caminhos da (re)Organização Indígena. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, 1995, 121 pp. Orientadora: Maria Otília T. Storni.

Aborda a questão dos caminhos da (re)organização do grupo Akwe-Xerente na sua luta para suprir a auto-sustentação básica. Trata também da comparação do seu sistema organizacional do passado em face da colonização e mudanças atuais com a sociedade capitalista, e da reintegração às tradições, adaptando-as à realidade presente.

Fonseca, Ivonildes da Silva

De Negros a Morenos: Invertendo o Itinerário dos Estereótipos Étnicos. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, 1995, 123 pp. Orientadora: Maristela O. de Andrade.

Estuda os comportamentos culturais orientados por estereótipos ou opiniões preconcebidas sobre os negros, observados em situações sociais freqüentes, que se desenvolvem no espaço público. Este importante fenômeno foi analisado particularmente no Estado da Paraíba, numa comunidade pobre — Jardim Manguinhos, em Cabedelo, município da Grande João Pessoa — onde foram registradas várias formas de auto-identificação e de identificação do outro, que revelam julgamentos imprecisos que variam conforme as circunstâncias. Assim, detectou-se uma espécie de flutuação do nível da consciência da identidade étnica e racial, que pode ser explicada pela assimilação das idéias preconcebidas ou estereótipos que estigmatizam os negros, constituindo um obstáculo à mobilização contra o racismo.

Fontoura, Ana Cristina Bezerra

A Teologia da Libertação e a Inserção da Igreja Católica no Campo Político-Partidário: A Difícil Caminhada da Igreja. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 1995, 166 pp. Orientadora: Rejane M. V. A. Carvalho.

Analisa “particularidades da relação entre política e religião” nas décadas de 60, 70 e 80, esboçando o contexto histórico-cultural de emergência da Teologia da Libertação. Dentro

dessa “nova visão de Igreja”, enfoca os conceitos de salvação, luta e pecado, e fala de “outros sujeitos e lugares constituídos” nesse cenário, resultantes da própria dinâmica do processo como um todo. No plano empírico, analisa a militância de católicos no campo político-partidário e focaliza, no Ceará, algumas candidaturas de base popular para “verificar como se constrói a visão sobre política partidária a partir da perspectiva pastoral da ‘Teologia da Libertação’”.

Fracalanza, Ana Paula

Programa de Despoluição do Rio Tietê: Uma Análise de Concepções no Tratamento de Recursos Hídricos e da Participação de Diferentes Atores. Mestrado em Sociologia, IFCH/Unicamp, 1996, 91 pp. Orientadora: Leila da Costa Ferreira.

Analisa as mudanças de concepção no tratamento dos recursos hídricos da bacia hidrográfica do Alto Tietê e a participação de diferentes atores neste processo. Isto é feito tendo como referência o Programa de Despoluição do Rio Tietê, anunciado em 31 de janeiro de 1992 pelo governador do Estado de São Paulo durante os preparativos para a realização da *Eco-92*. Este Programa foi antecedido por uma importante mobilização popular em prol da despoluição do rio Tietê, a chamada *Campanha pela Recuperação e Preservação do Tietê*, que contou com a participação de diferentes atores sociais. A partir de entrevistas qualitativas semi-estruturadas, realizadas com representantes dos atores sociais e dos demais atores pertencentes a agências estatais promotoras das políticas públicas relacionadas, foi analisada a participação dos diferentes atores no surgimento e na implantação do Programa de Despoluição do Rio Tietê (PDRT). A análise das ações que precederam o lançamento do Programa, bem como a fase de implementação do mesmo, permitiram evidenciar: as diversas formas de participação dos atores sociais no processo de surgimento e implementação do Programa; alguns dos conflitos e das tensões que se manifestaram, nas diversas fases, entre as ações desenvolvidas e os objetivos e intenções dos atores sociais e dos agentes governamentais; e as mudanças das ações no PDRT durante a implementação do mesmo, bem como algumas das razões que permitem explicar as mudanças empreendidas.

Galvão, Olívia Maria Rodrigues

A Sociedade de Resistência ou Companhia dos Pretos: Um Estudo de Caso entre os Arrumadores do Porto do Rio de Janeiro. Mestrado em Sociologia, IFCS/UFRJ, 1995, 71 pp. Orientadora: Yvonne Maggie.

Através do estudo de caso dos arrumadores do Porto do Rio de Janeiro esta pesquisa discute as assertivas encontradas na literatura sobre desigualdades raciais no mercado de trabalho brasileiro, privilegiando o período das décadas de 40 e 50. Formado majoritariamente por negros, esses operários se constituíram num grupo de trabalhadores braçais, urbanos, cujo processo e eventualidade do trabalho deram origem a um sindicalismo atípico pouco estudado pela literatura sociológica e historiográfica. A especificidade do trabalho no porto, bem como a representação que esses trabalhadores têm de seu ofício, contradiz premissas mais gerais das análises sobre raça e mercado de trabalho.

Germano, Idilva Maria Pires

Alegorias do Brasil — Imagens de Brasilidade em “Triste Fim de Policarpo Quaresma”, de Lima

Barreto e "Viva o Povo Brasileiro", de João Ubaldo Ribeiro. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 1995, 166 pp. Orientador: E. Diatahy B. Menezes.

Analisa esses dois romances, considerando que seus autores, por meio de construções metafóricas e alegóricas, simultaneamente representam e constroem os significados de Brasil. Por um lado, expressam os sentidos de brasilidade historicamente produzidos e veiculados no imaginário coletivo do país e, por outro, constroem esses sentidos, à medida que lhes dão forma e presentificam-se em linguagem literária.

Girardi Júnior, Liráucio

Classe Média, Meritocracia e Situação de Trabalho: O Sindicalismo Bancário de 1923 a 1944. Mestrado em Sociologia, IFCH/Unicamp, 1995, 119 pp. Orientador: Armando Boito Jr.

Quais as conseqüências da *proletarização da classe média*? Uma fusão ao *proletariado tradicional*, no que diz respeito aos seus interesses políticos e socioeconômicos? Quais as particularidades de seu sindicalismo? Estudando o sindicalismo bancário de 1923 a 1944, usando como fonte de pesquisa jornais do Sindicato e da imprensa da época, demonstra que as lideranças bancárias acabam por *naturalizar* uma visão hierárquica do mundo do trabalho, uma hierarquia das profissões. O seu individualismo mescla-se de maneira singular à luta coletiva e está diretamente condicionado pela *situação de trabalho* vivida pelos membros desse *grupo médio*. A desqualificação do trabalho manual e a valorização de um patrimônio pessoal (econômico, cultural etc.) que os indivíduos devem alcançar através de seus dons e méritos pessoais é assimilado de maneira particular na luta sindical.

Guedes, Maria Eunice Figueiredo

O Xote das Meninas — O Instinto de Investigação que Instiga, Move (Remove)... Mestrado em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, 1995, 258 pp. Orientadora: Edna Maria Ramos de Castro.

Pretende entender como se estão construindo as relações sociais de gênero no interior dos movimentos sociais. Especificamente, analisa as categorias camponês, movimentos sociais e gênero, a partir do trabalho de campo em uma área de fronteira, o município de São João do Araguaia, com mulheres e homens rurais, os quais foram sujeitos(as) da pesquisa e depoentes. No processo de construção desta dissertação, alguns percursos foram realizados no sentido de dar "visibilidade" às relações sociais do município. Percorre a história da região, a constituição das lutas sociais, o papel de entidades como a Igreja, Organizações Não-Governamentais — ONGs, e a constituição do grupo de mulheres ligado ao sindicato de trabalhadores rurais de São João do Araguaia.

Grosso, Luís Antonio

O Rock e a Formação do Mercado Cultural Juvenil. A Participação da Música Pop-Rock na Transformação da Juventude em Mercado Consumidor de Produtos Culturais, destacando o Caso do Brasil e os Anos 80. Mestrado em Sociologia, IFCH/Unicamp, 1996, 313 pp. Orientador: Renato Ortiz.

Procura mostrar a história do rock nos países que o criaram (EUA e Inglaterra) e no Brasil, sob o seguinte ponto de vista: apesar das ideologias da autenticidade que envolveram o rock,

esta criação cultural oriunda da juventude tornou-se um produto de “vanguarda” na consolidação da indústria cultural (em seu ramo musical) e do mercado de entretenimento (em sua faixa de idade juvenil). Em sua primeira parte, descreve os aspectos mais importantes deste processo nos EUA e Europa, dos anos 50 aos 80. Na segunda parte, destacam-se as especificidades deste processo no Brasil, principalmente o uso de músicas populares semifolclóricas e urbanas na incipiência da indústria cultural brasileira, o uso da MPB (Música Popular Brasileira) na consolidação desta indústria e, finalmente, a adoção atrasada e pouco “revolucionária” do pop-rock pela juventude de classe média brasileira nos anos 80.

Holanda, Francisco Uribam Xavier de

Do Liberalismo ao Neoliberalismo: O Itinerário de uma Utopia Conservadora no Brasil. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 1995, 123 pp. Orientador: Jawdat Abu-El-Aj.

Estuda fundamentos teóricos do neoliberalismo, construindo, a partir daí, uma visão sobre o itinerário das concepções liberais e neoliberais no Brasil, situando sua gênese histórica e demonstrando o vínculo orgânico entre elas e seus arautos. Ao final, classifica a ação dos institutos liberais no Brasil como sendo uma matriz do neoliberalismo doutrinário da Escola Austríaca e classifica as políticas de ajustes estruturais, elaboradas pelos credores internacionais, como sendo o neoliberalismo pragmático.

Ieno, Gláucia Maria de Luna

Municipalização da Saúde em Caaporã: A Construção de uma Autonomia? Mestrado em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, 1994, 126 pp. Orientador: Christian Azais.

Apresenta uma reflexão sobre a municipalização e descentralização do sistema de saúde a partir da experiência do município de Caaporã — PB, que tem a singularidade de contar com a participação ativa de um Sindicato de Trabalhadores Rurais. A municipalização da saúde é tratada no âmbito da movimentação em torno da descentralização administrativa e da autonomia municipal no Brasil nas últimas duas décadas, articulada aos discursos, atores e práticas envolvidos na questão. Trata-se de tentativa de revelar os limites e possibilidades da municipalização, como desconcentradora de poder, no interior do processo de sedimentação da autonomia, em que indivíduos-cidadãos buscam recuperar sua capacidade de construir novos padrões de vida social e, portanto, a dimensão política das relações econômicas e do ser cidadão. A reflexão contextualiza historicamente processos que envolvem a questão da saúde na sua emergência como direito social brotando em ambiente de desigualdade crescente e captando, tanto manifestações geradoras de espaços de autonomia e democracia, como de coerção explícita ou sutil.

Jannotti, Claudia Bonan

Militantes do Cotidiano: Estudo de Caso do “Mulheraça” — Grupo de Mulheres de Brás de Pina-RJ. Mestrado em Sociologia, IFCS/UFRJ, 1996, 186pp. Orientadora: Paola Capellin Giuliani.

Estudo da trajetória de um grupo de mulheres da periferia da cidade do Rio de Janeiro — o *Mulheraça*. A ação coletiva é analisada de vários ângulos: as condições históricas e conjunturais de sua constituição; a sua estrutura interna e as formas de sociabilidade desenvolvidas;

as visões de mundo e as propostas de transformação que são elaboradas; e o seu impacto sobre os processos de construção de identidade das mulheres. As práticas do Mulheraça se orientam para a transformação dos modelos culturais que estruturam as relações interpessoais, atribuem significados às identidades pessoais e coletivas, e hierarquizam as atividades cotidianas. Na militância pela transformação da cotidianidade, as mulheres se renovam como sujeitos, elaboram novas noções de seus direitos, e contribuem para a construção de uma nova noção de cidadania. Nesse sentido, e em vários outros que procuramos apontar, a experiência desse grupo aproxima-se daquela de outros fenômenos coletivos observados nos anos 80/90, no Brasil e na América Latina.

Keller, Paulo Fernandes

O Cotidiano e o Complexo: Fábrica com Vila Operária em Paracambi-RJ. Mestrado em Sociologia, IFCS/UFRJ, 1996, 152 pp. Orientadora: Maria Rosilene Barbosa Alvim.

Estuda a vida cotidiana do operariado têxtil das fábricas de tecidos da Cidade de Paracambi-RJ, entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, no momento de “auge” das “fábricas com vila operária” nesta particular região fluminense. Inicialmente discute os fatores que se somaram para o desenvolvimento da indústria têxtil nesta região, e o processo de implantação das fábricas. Em seguida, descreve e analisa a cotidianidade do operariado têxtil dentro do “complexo fábrica com vila operária” — entendido como um complexo fabril e sociocultural — desvendando aspectos (religião, lazer, educação etc.) da cultura operária. Sem dissimular a relação de dominação implícita nesta situação fabril, o trabalho mostra de que forma estas relações se efetivaram no cotidiano. Mas alertando para o fato de que se as vilas operárias eram propriedade dos industriais, elas também eram o “lar dos operários”.

Kulesza, Tereza Mitsunaga

Processo de Trabalho e Saúde na Lavoura Canavieira em Sapé: Delineando Relações e Perfis. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, 1995, 148 pp. Orientadora: Emília de R. F. Moreira.

Investiga o processo saúde-doença dos trabalhadores da monocultura da cana-de-açúcar do município de Sapé, no Estado da Paraíba, e de suas famílias, à luz do movimento de ampliação e acumulação capitalista no campo. Com base no estudo de caso de Sapé, busca resgatar a interface do processo de produção agrícola canavieiro, como processo de produção e reprodução (consumo e reposição) da força de trabalho, no interior do qual recolhe-se e analisa-se alguns elementos para a compreensão do processo saúde-doença, mesmo que parcial e provisoriamente.

Lima, Geísa Mattos de Araújo

Democracia e Comunicação no Sindicato dos Bancários do Ceará — 1988/1994. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 1995, 170 pp. Orientadora: Júlia Miranda.

Estuda a história do movimento sindical bancário, no Ceará, entre 1988 e 1994, procurando identificar a concepção de democracia nos diversos momentos dessa história. Parte de entrevistas feitas com lideranças do Sindicato e examina também o conteúdo dos jornais sindicais do período. Assim, busca perceber como o sindicalismo bancário cutista no Ceará

procurou se legitimizar perante a categoria através da comunicação, concebendo a linguagem como elemento fundamental de análise.

Lima, Hamilton Garcia de

O Ocaso do “Comunismo Democrático” — O PCB na Última Ilegalidade (1964-84). Mestrado em Ciência Política, Unicamp, 1995, 300 pp. Orientador: Leôncio Martins Rodrigues.

Objetivou-se, à luz da história do partido e do MCI, explicar o fracasso do projeto “pecebista” de afirmar-se como representante da esquerda democrática. Para isto, procurou-se proceder a minuciosa análise do discurso partidário contido em seus periódicos, livros autobiográficos e de história engajada de seus dirigentes e intelectuais, bem como depoimentos especialmente tomados para o trabalho. A causa principal detectada do referido fracasso foi a perda da própria identidade no bojo do esforço de integração política no sistema institucional dominante, empreendido a partir de 64.

Lima, Nelson

Dando Conta do Recado: A Dança Afro no Rio de Janeiro e suas Influências. Mestrado em Sociologia, IFCS/UFRJ, 1995, 95 pp. Orientadora: Yvonne Maggie.

Discute o surgimento da dança afro no Rio de Janeiro no início da década de 30 a partir de dois grupos de dança folclórica: Teatro Folclórico Brasileiro e Balé Folclórico Mercedes Baptista. Essa discussão é feita dentro da tradição dos estudos da cultura afro-brasileira. A dança afro no Rio de Janeiro surge com a influência principal das religiões afro-brasileiras, principalmente o candomblé. Essa influência se reflete na criação das primeiras coreografias dançadas por Mercedes Baptista, tida como fundadora da dança afro. Naquele momento a dança afro representava o candomblé no palco dos teatros buscando autenticidade em relação às origens africanas. Os primeiros bailarinos formados por Mercedes Baptista reconstruíram a relação da dança afro com as origens africanas. A busca pela autenticidade permaneceu, mas a isso se somou a valorização da dança afro como arte “brasileira” e “universal”, assim como ocorre na dança clássica e na dança moderna. Nesse sentido, esses bailarinos buscam “aliar” a dança afro às novas influências de técnicas corporais e de usos do corpo. Entretanto, a dança afro como é atualmente praticada herdou de Mercedes Baptista um “mundo artístico” e uma “platéia cativa” construídas a partir da autenticidade em relação às origens africanas e da construção de uma identidade racial para os negros.

Lima, Severino Ramos de

Uma Pedra na Calçada: Homossexualidade e AIDS na Paraíba. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, 1995, 94 pp. Orientador: Jacob Carlos Lima.

Busca compreender o impacto provocado pela AIDS no comportamento dos homossexuais masculinos, no contexto da associação, de caráter estigmatizante, estabelecida entre AIDS e homossexualidade. Utilizando-se uma abordagem qualitativa, foram entrevistados homossexuais “assumidos”, residentes em João Pessoa, Paraíba. Verificou-se que, apesar da consciência e do medo que o risco de contaminação pelo HIV/AIDS ocasiona, as mudanças comportamentais são parciais e pouco consistentes, permanecendo, ainda, a vigência de práticas consideradas de alto risco. Isto ocorre em virtude da representação de externalidade que a

doença assume para este grupo e pela subordinação à estigmatização da homossexualidade, potencializada pela AIDS, o que dificulta a construção de alternativas que rompam com as condições adversas ao exercício da homossexualidade.

Machado, Rosi Marques

A Luta e a Letra — “Novo Sindicalismo” e Serviço de Informação: A Profissionalização da Imprensa Sindical. Mestrado em Sociologia, IFCS/UFRJ, 1996, 183 pp. Orientadora: Regina Lúcia de Moraes Morel.

Estudo sobre o processo de profissionalização do serviço de informação dentro do chamado “novo sindicalismo”, comparando dois sindicatos do Rio de Janeiro ligados às duas principais centrais sindicais da atualidade: pelo lado da Força Sindical, o Sindicato dos Rodoviários; e pelo lado da Central Única dos Trabalhadores, o Sindicato dos Telefônicos. Trata-se de uma análise comparativa dos objetivos, expectativas e práticas das diretorias de ambos os sindicatos acerca do serviço de informação no que se refere: 1) ao processo de profissionalização da imprensa sindical; 2) à importância deste serviço dentro da estrutura organizacional interna de cada sindicato; e 3) ao papel do serviço de informação dentro do movimento sindical contemporâneo como um todo. A partir da tendência à profissionalização dos serviços prestados pelos sindicatos a seus associados, buscou-se identificar a relevância do serviço de informação dentro dos objetivos dos dois grupos de dirigentes sindicais, e, por conseguinte, relacionar a linha política adotada pela diretoria de cada sindicato com os serviços priorizados ao longo de suas gestões.

Mello, Josefina Lucia Pimenta Lobato de

A Gestão do Amor: Domesticação e Disciplina. Doutorado em Antropologia, Universidade de Brasília, 1994, 274 pp. Orientadora: Rita Laura Segato.

Toma como campo de investigação os discursos amorosos produzidos, por um lado, em sociedades nas quais os valores holistas são dominantes e, por outro, em sociedades fundamentais em valores individualistas. A fim de evidenciar a especificidade própria ao modo pelo qual o amor é pensado nesses dois tipos de sociedade, foram elaborados dois conceitos: o de amor disciplinado e o de amor domesticado. Por meio deles, busca-se ultrapassar tanto a posição particularista, que defende o caráter excepcional da concepção de amor peculiar ao mundo ocidental, mas vê apenas um vazio onde há experiências amorosas inegáveis, quanto a adotada pelos adeptos da posição universalista que vêem em toda parte a mesma espécie de amor.

Mendes, Rogério Baptistini

Azevedo Amaral e o Brasil Moderno: A Via Autoritária da Modernização. Mestrado em Sociologia, Unicamp, 1995, 171 pp. Orientador: Renato Ortiz.

A dissertação, dividida em duas partes — a primeira, qualificando a específica transição brasileira; a segunda, contendo um exame da obra de Azevedo Amaral dividido de acordo com uma seqüência cronológica dos fatos históricos — visa descortinar a interpretação de Amaral quanto aos episódios mudancistas que, nas primeiras décadas deste século, marcaram a transição brasileira rumo ao capitalismo industrial e à civilização urbana.

Meneguello, Rachel

Partidos e Governos no Brasil Contemporâneo (1985-1995). Doutorado em Ciências Sociais, Unicamp, 1996, 260 pp. Orientador: Vilmar E. Faria.

Enfoca o papel dos partidos políticos nos governos federais do período pós-85, e tem como ponto central a idéia de que dinâmica de relações entre os partidos e os governos desenvolvida nesse período vem se definindo como um fator fundamental para o processo de consolidação partidária no país. Este trabalho está desenvolvido em três partes: na Parte I está desenvolvida a discussão teórica sobre os limites do modelo clássico de análise dos partidos políticos — o conceito de partido de massas como conceito de partido moderno — para a abordagem do papel dos partidos políticos na arena governamental e as relações com o Estado. A Parte II estabelece a discussão teórica para o caso brasileiro, na qual é apresentado um breve resumo dos principais traços históricos da questão partidária no Brasil com o argumento de que para o período pós-85, a concepção dominante que afirma a debilidade de nossas agremiações representa um enfoque parcial do estudo da organização e do funcionamento dos partidos. Em seguida, apresenta o conjunto de critérios elaborados para análise das relações entre os partidos e os governos no Brasil no período pós-85. A Parte III apresenta o estudo das relações entre os partidos políticos e os governos federais brasileiros do período pós-85. Através da análise dos indicadores da participação dos partidos nas equipes de governo, estabelecidos pelo modelo de análise elaborado, foi possível encontrar um conjunto de aspectos que apontam a arena governamental como um importante *locus* de fortalecimento partidário.

Meneses, Jaldes Reis de

As Formas da Política: Uma Análise sobre a Produção Intelectual Autonomista no Brasil (1978/1985). Mestrado em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, 1994, 104 pp. Orientador: Mauro G. P. Koury.

Investiga a questão das formas que assumem a atividade política no espaço público do capitalismo e as metamorfoses dos sujeitos políticos em face dessas formas. Analisa este tema a partir da produção intelectual dos autonomistas brasileiros (Sader, Chauí, Garcia, Paoli, Telles, Daniel etc.) entre os anos de 1978 e 1985, que configurou um amplo painel sobre o surgimento de um conjunto de novos sujeitos políticos no Brasil expressos nos chamados novos movimentos sociais.

Mesquita, Maria Amélia Bernardes

A Construção do Nordeste pela Mídia. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 1995, 230 pp. Orientadora: Rejane M. V. Accioly Carvalho.

Estuda reportagens sobre o Nordeste brasileiro, de 1991 a 1993, publicadas pelas revistas *Veja* e *IstoÉ*, apoiado na Análise do Discurso. A partir das reportagens, classifica as “imagens nordestinas” em três grupos: “atualização de imagens estigmatizadas (elites, instituições e povo)”; “o Nordeste para o consumo turístico” e “a modernidade política e administrativa (o modelo cearense)”. Apresenta ainda, sinteticamente, “outros registros discursivos sobre o Nordeste”.

Molinas, Alejandra Silvia Bentolila

Plebiscito e Cidadania no Registro da Visibilidade. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 1995, 194 pp. Orientadora: Irlys Alencar Firmo Barreira.

Analisa a produção simbólica da cidadania na mídia televisiva, durante a campanha do Plebiscito sobre forma e sistema de governo, realizado no Brasil em 2/4/1993. Considera que a política midiática não opera em uma relação de exterioridade com a cultura, e sim, que faz parte da cultura contemporânea. Esta concepção é uma espécie de pressuposto para estudar a construção simbólica da cidadania através da televisão na campanha mencionada.

Norte, Valéria Torres

Política de Reprodução Humana no Sistema Único de Saúde. Mestrado em Política Social, IFCS/UFRJ, 1995, 129 pp. Orientadora: Sebastiana R. de Brito.

Analisa a movimentação social que concentrou forças para pressionar o governo brasileiro a implantar a política de reprodução humana na sociedade brasileira, através da ação de contracepção, nos serviços públicos de saúde. Essa pressão social proporciona, a partir de 1983, a criação do denominado programa de atenção integral à saúde da mulher, que contempla tal ação em seus propósitos. No estudo realizado, foi utilizada a perspectiva qualitativa em assistência médico-social e através da análise da referida política no município do Rio de Janeiro, a tese resgata a história de sua implantação e analisa a qualidade da operacionalização desta política, particularmente no que se refere ao serviço de contracepção que vem sendo oferecido à população do gênero feminino nas unidades básicas de saúde, objetivando a implementação do planejamento familiar.

Oliveira, Roberto Veras de

A CUT Somos Nós... (A Experiência CUT e a Questão da Participação no Imaginário dos Militantes que atuam na Paraíba). Mestrado em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, 1994, 404 pp. Orientador: Mauro G. P. Koury.

Aborda o imaginário dos militantes que vivenciam a experiência CUT na Paraíba, especificamente quanto à questão da participação. A partir de suas falas, busca apreender aspectos das dinâmicas ali instituídas e de como os sujeitos têm-se colocado diante delas. Observa, inicialmente, que as suas imagens sobre os primeiros momentos de tal experiência atribuem uma importância central para a participação. Mas, por outro lado, as imagens sobre o seu momento atual evidenciam todo um peso à “dinâmica da disputa interna” e a uma percepção da CUT como “direção”, “estrutura” e “espaço de acúmulo de forças” visando um “projeto mais global”. O que se mostra em tensionamento com a centralidade da participação. É frente a tal dinâmica que os sujeitos se colocam quando de seu envolvimento com a referida experiência. Se o lugar que estes reservam para si, no seu próprio imaginário, se apresenta ambíguo, eles próprios sugerem que as pessoas, seja enquanto “bases”, seja mesmo enquanto “militantes” e “dirigentes”, se afirmam ao resistirem às situações que lhes são impostas. Mesmo que um esforço de auto-afirmação dos sujeitos, sustentado em atitudes de resistência, não configure necessariamente um projeto, onde a busca do “ser sujeito” apareça como algo a ser perseguido.

Oliveira, Solange Maria Luçan

Violência no Rio de Janeiro: Desordem e Caos Social na "Cidade Maravilhosa" — Imagem & Leitores & Mídia. Mestrado em Sociologia, IUPERJ, 1995, ___ pp. Orientadora: Licia Valladares.

O estudo consiste em uma análise das imagens da violência no Rio de Janeiro, veiculadas através das colunas de cartas de leitores de jornais diários da cidade, no período 1993-1994. A análise se inscreve no âmbito do que seria uma *cultura do medo* relacionada à maneira pela qual se dá a difusão de imagens da violência — tal como realizada pela *mídia* e por *cada um de nós*. Associadas a este medo — em sua dimensão social —, seriam legitimadas *estratégias de intervenção* em relação à violência na cidade, a revelar visões diferenciadas sobre *formas de manutenção da ordem pública*. Predomina entre os leitores uma visão orientada por uma separação radical entre ordem e desordem para indicar um *ideal de ordem* caracterizado pela *negação da violência* — e, portanto, do *conflito* —, como elemento integrante da ordem. Duas estratégias se destacam para afirmar esta perspectiva: a *exclusão social* e a ênfase em relação à *atuação do Estado* como agente privilegiado na promoção da ordem pública. A tese aponta, neste sentido, para a prevalência de uma *visão conservadora* da vida social, entre os leitores de jornais diários do Rio de Janeiro no período investigado.

Oliveira, Tâmara de

O Individualismo segundo um Judeu Comedido: A Troca do Paraíso por Harmonias Possíveis (sobre a Abordagem Durkheimiana). Mestrado em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, 1995, 178 pp. Orientador: Rolando Lazarte.

Refere-se à abordagem durkheimiana sobre o individualismo — aqui entendido genericamente como padrão dominante de socialização moderna, que privilegia o distanciamento do indivíduo singular para com a sociedade ao seu redor enquanto meio e fim da realização das potencialidades humanas. Primeiramente, insere a teoria sociológica de Durkheim como partícipe da reação sociológica contra o individualismo na virada para o século XX. Em segundo lugar, problematiza a perspectiva particular de Durkheim, oscilando entre uma teoria da sociedade moderna que toma o individualismo como fenômeno normal e inevitável, e uma concepção de sociedade demasiado estruturalista que termina por reforçar os aspectos repressores da sociedade moderna ao conceber o indivíduo como singularidade instintiva que só ganha consistência sob a ação da sociedade — entendida como realidade exterior.

Parente, Cristiana de Souza

A Câmara e o Pincel ou o Olho e a Mão no Retrato de um Povo. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 1995, 215 pp. Orientador: E. Diatahy B. Menezes.

A temática é “imagens, fotografias e retratos de família”, imagem como espaço privilegiado de reunião da realidade e da fantasia, do sagrado e do profano, do corpo e da alma. Considera que os retratos pintados nos oferecem novas identificações neste final de século; que a estética do retrato pintado realiza uma nova identificação. E esse emblema torna o guardião parte de uma comunidade simbólica. Polemiza em torno dessa “nova identificação”, apoiando-se no conceito de identidade cultural. A referência empírica foi a “oficina de retratos” em um bairro de Fortaleza-CE, onde um artesão, auxiliado por outros, continua uma atividade iniciada por sua família na década de 50.

Pinho, Patricia de Santana

Revisitando Canudos Hoje no Imaginário Popular. Mestrado em Sociologia, IFCH/Unicamp, 1996, 160 pp. Orientadora: Maria Teresa Sales de Melo Suarez.

Trata-se de uma tentativa de se conhecer a versão popular da história de Canudos, produzida por seus atuais habitantes, a maioria dos quais descendentes dos seguidores de Antônio Conselheiro. Buscou-se conhecer Canudos através do imaginário popular daqueles que herdaram esta história de paixão e luta sertanejas. Este estudo compreendeu uma revisão bibliográfica do assunto Canudos, que resultou numa análise das interpretações produzidas pelos intelectuais, bem como uma pesquisa de campo em Canudos-BA.

Prata, Marinina Gruska Benevides

Entre Ovelha Negra e meu Guri: A Construção da Identidade Social do Delinqüente Juvenil Pobre no Processo de Socialização na Família. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 1995, 179 pp. Orientadora: Linda Maria P. de Gondim.

Analisa como a família, enquanto agência socializadora, constrói a identidade social do delinqüente juvenil, considerando a interferência da Justiça e a concorrência de grupos extra-familiares na construção dessa identidade. Os resultados do estudo apontam para o fato de que especificidades dinâmicas e estruturais na família condicionam a construção da identidade social do delinqüente juvenil pobre e que a ótica linear pobreza-delinquência é insuficiente para esclarecer o papel da família na produção da delinquência juvenil.

Retondar, Anderson Moebus

A Imaginação Publicitária. Mestrado em Sociologia, Unicamp, 1995, 152 pp. Orientador: Octávio Ianni.

Análise preliminar da relação entre o processo de consumo compreendido enquanto um elemento sociocultural de nossas sociedades e o universo publicitário contemporâneo. A partir deste contexto tentou-se verificar alguns desdobramentos que envolvem esta relação como, por exemplo, o processo de mundialização da cultura e sua reorientação através da publicidade global, tanto quanto a própria mudança no sentido social do consumo em nossas sociedades.

Ribeiro, Adelia Maria Miglievich

Os Padrões de (Con)formação do Campo Científico e o Caso da Sociologia na Não-Academia: Indicações para um Debate. Mestrado em Sociologia, IUPERJ, 1994, 122 pp. Orientador: Edmundo Campos Coelho.

Investigação das atividades de sociólogos atuantes em quatro instituições de pesquisa ou que tinham em seu interior um departamento de pesquisa no qual os sociólogos se faziam presentes, buscando resgatar a sua trajetória profissional, a interconexão com a universidade e as margens de maleabilidade de sua atuação em tais espaços. Observa-se que a produção desses centros é intensa, as pesquisas são aplicadas com rigor científico, bem como seus autores possuem dupla inserção: Universidade/ONG; Universidade/Senac (mundo do trabalho); Universidade/IBAM (saúde, gênero); Universidade/FASE (trabalho).

Ribeiro, Maria Cristina Duarte

Jogos de Computador e suas Relações com a Pós-Modernidade. Mestrado em Antropologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996, 166 pp. Orientadora: Ondina Fachel Leal.

O trabalho consiste em uma antropologia da imagem de dois jogos de computador — Prince of Persia II e King's Quest VII — que apresentam características de contos de fada e de desenho animado. Os jogos foram descritos, ilustrados e submetidos a uma análise simbólica que lançou mão de conceitos da psicologia junguiana para tal finalidade. Nessa análise, os temas simbólicos e arcaicos dos jogos foram situados em relação a material antropológico que corrobora sua universalidade. Além disso, através de uma discussão sobre a pós-modernidade — contexto cultural no qual se inserem — demonstramos onde e como características pós-modernas são identificadas no material estudado. Constatamos que a constituição dos jogos está estreitamente ligada a esse novo movimento cultural e à presença das novas tecnologias da imagem no mundo contemporâneo.

Rodrigues, Francisco José

Cultura e Sexualidade — Repressão e Liberação em Meio a uma Epidemia. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 1995, 102 pp. Orientadora: Irllys A. Firmo Barreira.

Trata das repercussões da epidemia de AIDS entre universitários, enfocando principalmente as noções presentes nas representações sociais e os comportamentos e práticas sexuais declarados. Aborda a AIDS como problema social e sociológico e relaciona AIDS, sexualidade e cultura. Toma como referência empírica estudantes da Universidade Federal do Ceará, alunos dos cursos de Ciências Sociais, Medicina e Matemática. Constata "impactos repressivos" de medo, pânico, sofrimento etc., que inibem práticas sexuais e levam, gradativamente, ao estabelecimento de associações sexo-doença-culpa-punição. Percebe-se, através da pesquisa, uma "maneira renovada" de convivência com as inquietações geradas pela AIDS.

Rodrigues, Luciana Barão

A "Era Funarte": Governo, Arte e Cultura na Década de 70 no Brasil. Mestrado em Sociologia, IFCS/UFRJ, 1996, 113 pp. Orientadora: Gláucia Kruse Villas-Bôas.

Analisa a gênese da Fundação Nacional de Arte (Funarte), em meados da década de 70 no Brasil, como parte de uma política mais ampla proposta pelo Governo Federal, naquele período, para as áreas da cultura e das artes, que estabelecia o incentivo à criação e à produção nessas áreas como uma de suas principais diretrizes.

Rubim, Christina de Rezende

Antropólogos Brasileiros e a Antropologia no Brasil: A Era da Pós-Graduação. Doutorado em Antropologia, Unicamp, 1996, 480 pp. Orientadora: Mariza Corrêa.

O objetivo desta pesquisa é construir um panorama crítico da produção antropológica brasileira através das dissertações de mestrado defendidas nos Programas de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP, UnB, Unicamp e Museu Nacional entre os anos de 1970 e 1989, com vistas a responder as seguintes questões: o que é a Antropologia feita no Brasil? Qual a especificidade desse conhecimento? O que o singulariza em relação às demais Ciências

Sociais? Por que a definição, entre nós, da Antropologia como social e não cultural? E, no campo da Antropologia Social, como se deu a definição pelas temáticas desenvolvidas? Podemos dizer que os quatro PPGAS foram formados a partir de grupos de antropólogos, o que Peirano denomina “linhagens”? Quais os interesses temáticos desses grupos? Quem são hoje os profissionais em Antropologia no Brasil?

Sales, Celecina de Maria Veras

Conflitos no Feminino — Trajetórias Políticas de Mulheres no Campo. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 1995, 156 pp. Orientador: César Barreira.

No Estado do Maranhão, município de Lima Campos, área de conflitos de terra, a autora focaliza a “participação política de trabalhadoras que conseguiram se apropriar de espaços tidos como masculinos [...] e/ou daquelas que criaram novos espaços políticos, rompendo as múltiplas barreiras no interior do lar e na esfera pública”. Utiliza-se da categoria gênero como instrumento analítico e, no plano empírico, além de experiência anterior na área, como profissional, realizou pesquisa de campo. Conclui que a luta no espaço público (político) levou também a “lutas internas” e a inversões na “ordem do lar”.

Santana, Gilca Dias de

Do Rio à Caatinga (Um Estudo da Re(loca)ção das Famílias Deslocadas da Barragem de Itaparica. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, 1995, 104 pp. Orientadora: Simone C. Maldonado.

Análise em torno das questões relativas à desapropriação ilimitada de produtores rurais aqui tratados como populações tradicionais. Estas são deslocadas do seu habitat tradicional para novos locais de moradia e de trabalho, deixando para trás um passado de agricultor e criador de áreas ribeirinhas. Como expectativa, passam a experimentar com relação ao futuro incerto, revelando assim uma insegurança historicamente recorrente diante de uma mudança indesejada, sem alternativa. Por outro lado, a aspiração e a expectativa de uma vida melhor também aparecem, principalmente para aqueles que não possuíam terra, pela possibilidade de acesso a ela e aos meios de produção até ali controlados por um grupo favorecido.

Santos, Roberto Ramos

A Política de Alianças: Voto e Coligações Eleitorais em Pernambuco — 1986. Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, 1994, 182 pp. Orientador: Terrie R. Groth.

Analisa as eleições para o governo de Pernambuco em 1986, observando as alianças eleitorais que ocorreram nessas eleições. O objetivo foi questionar a tese de pleitos polarizados entre esquerda e direita defendida pela literatura política pernambucana. A análise dos dados revelou que esta tese não corresponde aos fatos quando se examina os acordos eleitorais realizados pelos candidatos em disputas majoritárias. O trabalho está apoiado no uso de documentos, realização de entrevistas e em uma extensa bibliografia.

Selva, López Chirico

Uruguai 1985-1993: Estratégia e Tática da Reprodução Institucional Militar na Pós-Ditadura. Doutorado em Ciências Sociais, Unicamp, 1995, 329 pp. Orientador: Eliézer Rizzo de Oliveira.

O trabalho enfoca o estudo das Forças Armadas uruguaias nos dois primeiros períodos governamentais depois da queda da ditadura militar (1973-1984) nos governos Julio Sanguinetti e L. A. Lacalle. Trata-se de analisar tanto o relacionamento da instituição militar com o sistema político, como o próprio processo da reprodução institucional nos seus aspectos profissionais, tentando responder uma pergunta: quais forças armadas para qual democracia?

Silva Filho, Erivaldo Cavalcanti e

Perfil Político da Elite Industrial Pernambucana (1992/95). Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, 1996, 144 pp. Orientador: Marcos Aurélio Guedes.

A pesquisa tem como objetivo analisar o atual processo de novos paradigmas (neoliberalismo e corporativismo) e de novas dimensões (ações concretas de desenvolvimento e resgate da imagem) assumidas pela elite industrial pernambucana no período de 1992 a 1995, quando tomam posse da FIEPE – Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco — novos atores identificados com estes pressupostos. Pretende apontar as iniciativas tomadas pela indústria e as contradições que permeiam todo o estudo: a defesa intransigente pela manutenção das regalias oficiais.

Silva, Maria Josefina da

O Agente de Saúde: Elemento da “Nova Gestão Política” no Ceará. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 1995, 128 pp. Orientador: Manuel Domingos Neto.

Estuda o Programa “Agente de saúde”, de responsabilidade do governo do Estado do Ceará. Particularmente, analisa o papel do agente de saúde frente à “nova gestão” política implantada no Ceará pelo grupo autodenominado “das mudanças”. Assim, na pesquisa que a autora realizou entre janeiro e junho/94, foram entrevistados agentes de saúde, técnicos do Programa, lideranças municipais e de classe, principalmente de enfermagem. Conclui que o agente desempenha papel político de ligação entre governo e comunidade pela via da assistência domiciliar à saúde, com traços paternalistas.

Silveira, Alex Ricardo Medeiros da

“Faça o que eu Digo”. *O Poder do Adulto no Texto dos Sobreviventes de Incesto*. Mestrado em Antropologia, Universidade de Brasília, 1996, 74 pp. Orientador: Julio Cezar Melatti.

Abuso sexual de crianças ou adolescentes é mais um fenômeno que surpreende a consciência moral que as sociedades modernas têm de si mesmas. As vias de acesso ao problema são o conhecimento acumulado sobre o incesto enquanto interdição e o pensamento da organização Sobreviventes de Incesto Anônimos, o qual enfatiza a transgressão. A família é o principal local de ocorrência do abuso, incestuoso ou não, onde vamos encontrar modelos de autoridade que tanto propiciam, como também questionam, o poder do adulto.

Sousa, Maria Fátima de

Análise do Programa de Agentes Comunitários de Saúde e sua Relação com a Organização dos Serviços de Saúde — Um Estudo Exploratório no Estado da Paraíba. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, 1994, 114 pp. Orientadora: Maria de F. G. de Lucena.

Analisa o Programa de Agentes Comunitários de Saúde — PACS, implantado no Estado da Paraíba em 1991 e sua relação com a organização dos Serviços Locais de Saúde – Silos. Para

tanto, faz um trajeto teórico-metodológico analisando os aspectos determinantes da história do processo de Assistência à Saúde no Brasil, no pós-64, dando ênfase, sobretudo, às décadas de 70/80, conjunturas de profundas crises do modelo médico-assistencial privatista e de abertura de espaços para conformação do modelo de extensão de cobertura, o qual impulsionou o desenvolvimento do movimento contra-hegemônico — a Reforma Sanitária. O ordenamento desse corpo teórico permitiu trazer para o cenário paraibano/nordestino — terreno do objeto do estudo — elementos essenciais para a análise das características relevantes das bases do processo de implantação do PACS no Estado da Paraíba, e sua contribuição na organização e/ou reorganização dos Sistemas Locais de Saúde – Silos, de uma perspectiva de construção do Sistema Único de Saúde – SUS.

Souza, Angelita Matos

O Estado Dependente no Brasil (1889-1930). Mestrado em Ciência Política, IFCH/Unicamp, 1995, 151 pp. Orientador: Décio Azevedo Marques de Saes.

Estudo do Estado brasileiro em suas relações com o capital estrangeiro entre 1889-1930, suas relações de dependência e subordinação que se estabelecem entre o Estado brasileiro e o capital estrangeiro no período em questão. Parte da hipótese de que a dependência é tanto econômica quanto política (por extensão, ideológica), mas o fundamental — a tese central deste estudo — é o fato de a dependência político-econômica conferir ao capital estrangeiro enorme influência política no país. Isto é, a dependência se exprime politicamente como forte poder de determinação, pelo capital estrangeiro, sobre os rumos da política do Estado. Assim, busca comprovar o caráter dependente e subordinado do Estado brasileiro através do exame de políticas estatais adotadas no período em estudo, de modo a comprovar a hipótese de trabalho. A intenção última foi pensar a questão do Estado burguês numa formação social que ocupa uma posição dependente-subordinada na estrutura internacional de produção e distribuição. Neste objetivo subjaz a idéia de que o Estado periférico desempenha um papel fundamental na reprodução das formas de dominação-subordinação imperialista que se procura desvendar através do estudo do caso brasileiro.

Souza, Marcos Alves de

A “Nação de Chuteiras”: Raça e Masculinidade no Futebol Brasileiro. Mestrado em Antropologia, Universidade de Brasília, 1996, 87 pp. Orientador: Luiz Tarlei de Aragão.

Esforço de compreensão de algumas questões fundamentais do futebol brasileiro. Inicialmente procura entender em que medida as definições de futebol (esporte, jogo e espetáculo) esclarecem o que os seus adeptos vivenciam no mesmo. Na segunda parte, analisa a essencialização da construção da imagem da Nação brasileira, via futebol, tanto no senso comum, como entre autores que se dedicaram ao assunto, que serão lidos como produtores de representações da construção da imagem da nação. Ressaltando pretensas substâncias do povo brasileiro, as ideologias nacionalistas demarcam o pertencimento a uma nação ideal e vitoriosa baseando o estilo brasileiro de futebol, conhecido como “futebol-arte”, em supostas características herdadas geneticamente pelos negros do país. Por outro lado, o futebol brasileiro também estabelece e comunica as diferenças impostas pela construção da nação a partir da afirmação da masculinidade e das relações entre os gêneros.

Teófilo, Francisco Edson

Assentamentos da Reforma Agrária, Agricultura Familiar e Exclusão Social. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 1995, 107 pp. Orientador: César Barreira.

Analisa “os assentamentos da reforma agrária como forma de redefinição da agricultura familiar e inserção social dos trabalhadores rurais sem-terra”. No plano empírico, toma experiências de assentamento no Estado do Ceará, procurando relacionar existência/reprodução da agricultura familiar e a introdução de novas tecnologias, bem como a luta pela terra e a organização da produção. Examina dificuldades e barreiras que se interpõem, historicamente, à organização e busca de autonomia por parte dos trabalhadores rurais vinculados a projetos de assentamento.

Teruya, Marisa Tayra

Família e Poder na Paraíba (Os Maia de Catolé do Rocha/PB: Um Estudo de Caso sobre Práticas Endogâmicas). Mestrado em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, 1995, 147 pp. Orientadora: Rosa Maria G. Silveira.

Estuda a correlação entre parentesco e poder, através da análise de casamentos endogâmicos de uma família pertencente à classe dominante da Paraíba — os Maia, de Catolé do Rocha. Utilizou como metodologia a análise genealógica da família, correlacionada a uma análise de patrimônio e ao exercício de cargos políticos pelo grupo catoleense. Resguardadas as limitações dos dados documentais, o estudo revela a alta incidência de práticas endogâmicas dos Maia, como estratégia de manutenção do poder.

Topel, Marta Francisca

Uma Tradição Milenar, uma Ciência Moderna. A Antropologia Israelense: Autores e Leitores. Doutorado em Antropologia, Unicamp, 1996, 383 pp. Orientador: Roberto Cardoso de Oliveira.

A investigação constitui uma etnografia da comunidade israelense de antropólogos com o objetivo de compreender: 1) a relação entre o processo de construção do Estado de Israel e o desenvolvimento da antropologia israelense; 2) a contaminação da ideologia sionista no estilo antropológico israelense, processo este que se concretizou através da incorporação automática de expressões, conceitos e termos do vernáculo hebraico no discurso antropológico; 3) as relações entre a comunidade israelense de antropólogos, definida como uma comunidade *nacional*, e outras comunidades de antropólogos, definidas a partir da mesma perspectiva (incluindo a subcomunidade de cientistas sociais árabes que desenvolvem as suas atividades em Israel); 4) as tipicidades e atipicidades da antropologia israelense, definida como uma antropologia periférica, em contraste com outras antropologias periféricas.

Tura, Leticia Rangel

Gritos do Campo: Reconhecimento Político e Exercícios de Cidadania. Mestrado em Sociologia, IFCS/UFRJ, 1996, 157 pp. Orientadora: Regina Lúcia de Moraes Morel.

Estudo de um ciclo de mobilizações de trabalhadores rurais no Pará, denominado *Grito do Campo*, apreendendo seus efeitos políticos e suas repercussões sobre o movimento sindical. Nessas mobilizações a luta por um “modelo alternativo de desenvolvimento com base na

agricultura familiar”, tornou-se um espaço de articulação do sindicalismo. As políticas públicas de desenvolvimento na Amazônia tradicionalmente estiveram voltadas para os grandes empreendimentos. No final dos anos 80 uma conjugação de fatores — como a instituição dos Fundos Constitucionais de Financiamento pela Constituição de 88 — apresentou possibilidades para mudanças dessa ordem. Através de observação participante, entrevistas, documentos e da análise das pautas de reivindicação, apreendeu-se o *fazer-se* dos Gritos. Neste processo os pequenos produtores rurais da região — sempre pensados como “pobres do campo” — se fizeram reconhecer enquanto geradores de riquezas. Explorando um aspecto da legislação vigente acrescentaram novas formas e conteúdos às lutas do campo pela cidadania.

Uchôa, Severina Alice da Costa

Erro Médico: De Senhor da Vida a Senhor da Morte (Um Estudo sobre a Representação do Erro na Prática Médica). Mestrado em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, 1994, 150 pp. Orientador: Jacob Carlos Lima.

Estudo da auto-representação do médico sobre sua prática, considerando o erro médico como sintetizado dessa representação. Busca esta representação na articulação das condições objetivas do trabalho médico e no seu substrato subjetivo. Parte do pressuposto de que o reconhecimento do erro médico como “problema” compromete a imagem social da categoria. A solução, segundo a categoria, está na reconstrução de uma imagem centrada na valorização ética e humanitária da medicina. Esta imagem, por representar a recomposição do núcleo essencial da prática médica, é considerada capaz de garantir um espaço social diferenciado para a categoria, eximindo aparentemente o médico de sua responsabilidade sobre os determinantes do erro.

Valle, Geraldo Jorge Tupinambá do

Os Rumos Incertos do Boto-Tuculi: Curso e Discurso de um Político da Amazônia. Mestrado em Sociologia, IFCS/UFRJ, 1996, 222pp. Orientadora: Regina Célia Reyes Novaes.

Trata da trajetória de um político na Amazônia, o ex-governador Gilberto Mestrinho, da construção de sua imagem pública, e dos “ajustes” de suas memórias pessoais às memórias sociais locais. No “ajustamento” dessas memórias, para buscar essa identidade, Gilberto Mestrinho lançou mão de muitos instrumentos da prática política. O principal deles foi ter conseguido basear sua carreira em símbolos ancorados no imaginário popular regional, e que bem usados nas suas campanhas, conferiam uma eficácia particular ao seu discurso político. Com a mudança dos contextos históricos por que passou o país após sua redemocratização, e antenado com as novas preocupações do mundo ocidental com a Ecologia, Mestrinho consegue estender sua atuação para além do contexto político local. Passou a usar argumentos “de fora” da região, para aumentar sua legitimidade com os “de dentro”, e sempre se coloca como genuinamente “de dentro” para desqualificar os projetos que não coincidem com os seus. Mesmo assim, a “invenção” social de outros discursos podem alargar as faixas de possibilidade do debate social na região, com outros agentes que têm contribuições importantes, e podem clarificar com suas vozes outros ângulos dessas constantes re-invenções sociais.

Verdum, Ricardo

Os Yawaripë: Contribuição à História do Povoamento Yanomami. Mestrado em Antropologia, Universidade de Brasília, 1996, 184 pp. Orientador: Julio Cezar Melatti.

Apresenta um primeiro relato etnográfico específico sobre o subgrupo Yanomai conhecido pela denominação *Yawari [iauáarii]*, contribuindo com elementos e reflexões para o entendimento do processo de povoamento deste grupo étnico. Composta de três partes, na primeira introduz o leitor em alguns aspectos da experiência de campo, origem e contexto. Na segunda, subdividida em dois capítulos, faz um breve balanço dos estudos lingüísticos realizados entre os Yanomami, chamando a atenção para a precariedade de algumas conclusões; introduz uma discussão em torno da reconstrução do passado dessa sociedade, chamando a atenção para alguns mitos que a rondam. Na terceira parte, dedicada especificamente aos Yawaripë, discute o conteúdo e a aplicabilidade desta denominação, e busca mostrar que, a despeito do impacto multidimensional da construção da rodovia Perimetral Norte, eles continuam se esforçando por reproduzirem-se enquanto um subgrupo étnico-cultural distinto da sociedade nacional envolvente, exercitando e exercendo regras e normas de organização, conduta e classificação que os mantêm articulados internamente e com o conjunto da sociedade Yanomami.

Viana, Hélder do Nascimento

Tragédia e Desilusão: A Representação do Nordeste na Obra de José Américo de Almeida. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, 1995, 102 pp. Orientador: Rolando Lazarte.

O presente trabalho procurou apreender os critérios e recortes temáticos estabelecidos na construção de uma imagem do Nordeste, a partir da análise da obra de José Américo de Almeida. Procura assim explorar a mediação entre o papel desempenhado por ele, enquanto homem público e empreendedor do projeto reformista implementado a partir da Revolução de 1930, e os conteúdos específicos de sua produção intelectual.

Vidal e Souza, Candice

A Pátria Geográfica: As Representações de Sertão e Litoral e a Construção da Nação no Pensamento Social Brasileiro. Mestrado em Antropologia, Universidade de Brasília, 1996, 140 pp. Orientadora: Mireya Suárez de Soares.

Procura interpretar de que modo aparece no pensamento social brasileiro o tema da conquista e da ocupação do espaço nacional como elemento de compreensão da brasilidade. Atenta-se especialmente para as representações de sertão e litoral, considerados os atributos e valorizações que esses lugares recebem na geografia imaginativa do Brasil. Tal imaginário nativo sobre a nação é focalizado através de momentos sintetizados na seqüência de descrição-avaliação-projeção do Brasil e seu patrimônio sociogeográfico. Na primeira etapa, descritiva, o ensaísta narra o nascimento do Brasil e do sertão como acontecendo no período do avanço bandeirista para o interior. Acrescenta ainda informações sobre a sociedade e o viver próprios do sertão, supondo sua diferenciação de outras regiões brasileiras. Em seguida, operando uma avaliação do panorama nacional, o pensador do Brasil vê no sertão a raiz dos problemas nacionais e sugere medidas de neutralização de negatividades localizadas em ambas as regiões através de ação simultânea que civilize o sertão e nacionalize o litoral. Aqui há a preocupação em definir o Brasil que deve ser, seguindo-se à avaliação a projeção do país unificado em espaço e em ritmo civilizatório. Por último, acompanha-se o desdobramento deste imaginário de construção da idéia de Brasil quando reaparece sob a noção de fronteira em movimento.

Vieira, Maria do Socorro de Souza

Estado e Políticas Sociais: A Estruturação do Sistema Nacional de Emprego na Paraíba. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, 1994, 160 pp. Orientador: Jacob Carlos Lima.

Analisa a estrutura do Sistema Nacional de Emprego — Sine, na Paraíba, programa de âmbito nacional que funciona em órgãos estaduais em convênio com o Ministério do Trabalho, destacando a atuação do Estado na operacionalização do Programa. Procura inserir o surgimento do Sine no processo de expansão dos programas sociais brasileiros na década de 70 e, recuperar suas dinâmicas de implementação durante três gestões governamentais, quando o Sine-PB esteve vinculado à Setras (77-82), à Funsat (83-86), à FAC (87-88) e ao Ideme (89-92). Com base nos dados documentais e nas entrevistas com servidores do Programa, verifica-se que, a cada conjuntura governamental e em cada órgão, o Sine-PB apresentou características específicas e novo estilo de execução, conforme as prioridades, as estratégias de ação e os interesses político-eleitorais dos governos em exercício, numa dinâmica inerente ao processo de busca de legitimação e controle social do Estado brasileiro através desse Sistema.

RESENHAS BIBLIOGRÁFICAS PUBLICADAS PELO B I B

BIB 1

Eli Diniz Cerqueira e Renato Raul Boschi, "Estado e Sociedade no Brasil: Uma Revisão Crítica".

BIB 2

Anthony Seeger e Eduardo Viveiros de Castro, "Pontos de Vista sobre os Índios Brasileiros: Um Ensaio Bibliográfico".

BIB 3

Luiz Werneck Vianna, "Estudos sobre Sindicalismo e Movimento Operário: Resenha de Algumas Tendências".

BIB 4

Lúcia Lippi Oliveira, "Revolução de 1930: Uma Bibliografia Comentada".

BIB 5

Bolívar Lamounier e Maria D'Alva Gil Kinzo, "Partidos Políticos, Representação e Processo Eleitoral no Brasil, 1945-1978".

BIB 6

Alba Zaluar Guimarães, "Movimentos 'Messiânicos' Brasileiros: Uma Leitura".

BIB 7

Roque de Barros Laraia, "Relações entre Negros e Brancos no Brasil".

BIB 8

Amaury de Souza, "População e Política Populacional no Brasil: Uma Resenha de Estudos Recentes".

BIB 9

Maria Valéria Junho Pena, "A Mulher na Força de Trabalho" e *Pedro Jacobi*, "Movimentos Sociais Urbanos".

BIB 10

Lia F. G. Fukui, "Estudos e Pesquisas sobre Família do Brasil."

BIB 11

Luiz Antonio Cunha, "Educação e Sociedade no Brasil" e *Licia do Prado Vallada-*

res e Ademir Figueiredo, "Habitação no Brasil: Uma Introdução à Literatura Recente".

BIB 12

Maria Tereza Sadek de Souza, "Análise sobre o Pensamento Social e Político Brasileiro" e *José Guilherme C. Magnani*, "Cultura Popular: Controvérsias e Perspectivas".

BIB 13

Gerson Moura e Maria Regina Soares de Lima, "Relações Internacionais e Política Externa Brasileira: Uma Resenha Bibliográfica".

BIB 14

Licia Valladares e Magda Prates Coelho, "Pobreza Urbana e Mercado de Trabalho: Uma Análise Bibliográfica".

BIB 15

José Cesar Gnacarini e Margarida Moura, "Estrutura Agrária Brasileira: Permanência e Diversificação de um Debate".

BIB 16

Aspásia Camargo, Lucia Hippolito e Valentina da Rocha Lima, "Histórias de Vida na América Latina" e *Neuma Aguiar*, "Mulheres na Força de Trabalho na América Latina: Um Ensaio Bibliográfico".

BIB 17

Julio Cesar Melatti, "A Antropologia no Brasil" e *Luiz Werneck Vianna*, "Atualizando uma Bibliografia: 'Novo Sindicalismo', Cidadania e Fábrica".

BIB 18

Rubem Cesar Fernandes, "Religiões Populares: Uma Visão Parcial da Literatura Recente" e *Mariza Corrêa*, "Mulher e Família: Um Debate sobre a Literatura Recente".

BIB 19

Edmundo Campos Coelho, "A Instituição Militar no Brasil".

BIB 20

Maria Alice Rezende de Carvalho, "Letras, Sociedades & Política: Imagens do Rio de Janeiro".

BIB 21

Sonia Nahas de Carvalho, "Um Questionamento da Bibliografia Brasileira sobre Políticas Urbanas" e *Tania Salem*, "Famílias em Camadas Médias: Uma Perspectiva Antropológica".

BIB 22

Inaiá Maria Moreira de Carvalho, "Urbanização, Mercado de Trabalho e Pauperização no Nordeste Brasileiro: Uma Resenha de Estudos Recentes".

BIB 23

Roque de Barros Laraia, "Os Estudos de Parentesco no Brasil".

BIB 24

Angela de Castro Gomes e *Marieta de Moraes Ferreira*, "Industrialização e Classe Trabalhadora no Rio de Janeiro: Novas Perspectivas de Análise".

BIB 25

Giralda Seyferth, "Imigração e Colonização Alemã no Brasil: Uma Revisão da Bibliografia" e *Maria Helena Guimarães de Castro*, "Governo Local, Processo Político e Equipamentos Sociais: Um Balanço Bibliográfico".

BIB 26

Maria Rosilene Alvim e *Licia do Prado Valladares*, "Infância e Sociedade no Brasil: Uma Análise da Literatura".

BIB 27

Teresa Pires do Rio Caldeira, "Antropologia e Poder: Uma Resenha de Etnografias Recentes" e *Cláudia Fonseca*, "A História Social no Estudo da Família: Uma Excursão Interdisciplinar".

BIB 28

Maria Lúcia Teixeira Wernick Vianna, "A Emergente Temática da Política Social na Bibliografia Brasileira"; *Anette Goldberg*, "Feminismo no Brasil Contemporâneo: O Percorso Intelectual de um Ideário Político"; *Maria Cecília Spina Forjaz*, "Cientistas e Mi-

litares no Desenvolvimento do CNPq (1950-1985)".

BIB 29

Emília Viotti da Costa, "Estruturas versus Experiência. Novas Tendências da História do Movimento Operário e das Classes Trabalhadoras na América Latina: O que se Perde e o que se Ganha" e *Berta G. Ribeiro*, "Perspetivas Etnológicas para Arqueólogos: 1957-1988".

BIB 30

José Sávio Leopoldi, "Elementos de Etnoastronomia Indígena do Brasil: "Um Balanço" e *Rafael de Menezes Bastos*, "Musicologia no Brasil, Hoje".

BIB 31

Helena Hirata, "Elisabeth Souza Lobo 1943-1991"; *Elisabeth Souza Lobo*, "O Trabalho como Linguagem: O Gênero no Trabalho"; *Maria Helena Guimarães de Castro*, "Interesses, Organizações e Políticas Sociais" e *Antonio Sérgio Alfredo Guimarães*, "Classes, Interesses e Exploração: Comentários a um Debate Anglo-Americano".

BIB 32

Angela M. C. Araújo e *Jorge R. B. Tapia*, "Corporativismo e Neocorporativismo: O Exame de Duas Trajetórias"; *José Ricardo Ramalho*, "Controle, Conflito e Consentimento na Teoria do Processo de Trabalho: Um Balanço do Debate" e *Marcos Luiz Bretas*, "O Crime na Historiografia Brasileira: Uma Revisão na Pesquisa Recente".

BIB 33

Paulo Freire Vieira, "A Problemática Ambiental e as Ciências Sociais no Brasil: 1980 - 1990"; *Guita Grin Debert*, "Família, Classe Social e Etnicidade: Um Balanço da Bibliografia sobre a Experiência de Envelhecimento" e *Marco Antonio Gonçalves*, "Os Nomes Próprios nas Sociedades Indígenas das Terras Baixas da América do Sul".

BIB 34

Olavo Brasil de Lima Junior, *Rogério Augusto Schmitt* e *Jairo César Marconi Nicolau*, "A Produção Brasileira Recente sobre Partidos, Eleições e Comportamento Políti-

co: Balanço Bibliográfico"; *Arabela Campos Oliven*, "O Desenvolvimento da Sociologia da Educação em Diferentes Contextos Históricos"; *Wilma Mangabeira*, "O Uso de Computadores na Análise Qualitativa: Uma Nova Tendência na Pesquisa Sociológica".

BIB 35

Sérgio Adorno, "A Criminalidade Urbana Violenta no Brasil: Um Recorte Temático"; *Christian Azais e Paola Cappellin*, "Para uma Análise das Classes Sociais"; *Guillermo Palacios*, "Campesinato e Historiografia no Brasil – Comentários sobre Algumas Obras Notáveis"; "Arquivo de Edgard Leuenroth."

BIB 36

Maria Lúcia de Oliveira Barbosa, "A Sociologia das Profissões: Em Torno da Legitimidade de um Objeto"; *Maria da Glória Bonelli*, "As Ciências Sociais no Sistema Profissional Brasileiro"; *Marieta de Moraes Ferreira*, "O Rio de Janeiro Contemporâneo: Historiografia e Fontes — 1930-1975".

BIB 37

Fernando Limongi, "O Novo Institucionalismo e os Estudos Legislativos: A Literatura Norte-Americana Recente"; *Nadya Araujo Castro e Marcia de Paula Leite*, "A Sociologia do Trabalho Industrial no Brasil: Desafios e Interpretações"; *Maria Julia Carozzi*, "Tendências no Estudo dos Novos Movimentos Religiosos na América: Os Últimos 20 Anos".

BIB 38

Theodore Lowi, "O Estado e a Ciência Política ou Como nos Convertemos Naquilo que Estudamos"; *Luis Fernandes*, "Leituras do Leste: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Primeira Parte – As Principais Interpretações Ocidentais"; *Julia Silvia Guivant*, "Encontros e Desencontros da Sociologia Rural com a Sustentabilidade Agrícola: Uma Revisão da Bibliografia".

BIB 39

Marta T. S. Arretche, "Emergência e Desenvolvimento do *Welfare State*: Teorias Explicativas"; *Luis Fernandes*, "Leituras do Leste II: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Segunda Parte — As Principais Interpretações Marxistas"; *Ronald H. Chilcote*, Teoria de Classe"; *Adélia Engrácia de Oliveira e Lourdes Gonçalves Furtado*, "As Ciências Humanas no Museu Paraense Emílio Goeldi: 128 Anos em Busca do Conhecimento Antropológico na Amazônia".

BIB 40

"Florestan Fernandes: Esboço de uma Trajetória"; *Luiz Werneck Vianna*, *Maria Alice Rezende de Carvalho e Manuel Palacios Cunha Melo*, "As Ciências Sociais no Brasil: "A Formação de um Sistema Nacional de Ensino e Pesquisa"; *Laís Abramo e Cecília Montero*, "A Sociologia do Trabalho na América Latina: Paradigmas Teóricos e Paradigmas Produtivos".

BIB 41

Gustavo Sorá, "Os Livros do Brasil entre o Rio de Janeiro e Frankfurt"; *Mario Grynszpan*, "A Teoria das Elites e sua Genealogia Consagrada"; *Jorge Ventura de Moraes*, "Trabalhadores, Sindicatos e Democracia: Um Ensaio Bibliográfico sobre Democracia Sindical"; *Maria da Glória Bonelli e Silvana Donatoni*, "Os Estudos sobre Profissões nas Ciências Sociais Brasileiras".

BIB 42

Alba Zaluar, *Antonio Augusto Prates*, *Claudio Beato Filho e Ronaldo Noronha*, "Antônio Luis Paixão, Intelectual e Amigo"; *José Maurício Domingues*, "Evolução, História e Subjetividade Coletiva"; *Marcia de Paula Leite e Roque Aparecido da Silva*, "A Sociologia do Trabalho frente à Reestruturação Produtiva: Uma Discussão Teórica"; *Marco A. C. Cepik*, "Sociologia das Revoluções Modernas: Uma Revisão da Literatura Norte-Americana"; *Angela Alonso*, "De Positivismo e de Positivistas: Interpretações do Positivismo Brasileiro".

BIB

Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais

DISTRIBUIÇÃO E VENDA

- BELO HORIZONTE**
Boa Viagem Distribuidora de Livros Ltda.
Rua Sergipe, 314
30130-170 – Belo Horizonte – MG
Tel.: (031) 273-4000
Fax: (031) 273-3334
- BRASÍLIA**
A Casa do Livro de Brasília Ltda.
Ed. Venâncio VI Lojas 03/17 SDS
70393-900 – Brasília – DF
Tel.: (061) 224-34-72 Fax: (061)224-3387
- BLUMENAU**
Livraria Alemã Ltda.
Rua Dr. Amadeo da Luz, 260 – Centro
89010-160 – Blumenau – SC
Tel./Fax: (047) 326-4558
- CURITIBA**
Livraria do Chain Editora
Rua General Carneiro, 441
80060-150 – Curitiba – PR
Tel.: (041) 264-3484 Fax: (041) 263-1693
- FORTALEZA**
Distribuidora de Livros Arte de Ler
Rua Gonçalves Ledo, 620 – Aldeota
60110-260 – Fortaleza – CE
Tel. / Fax: (085) 231-0074
- PORTO ALEGRE**
Livraria Parlenda Ed. Dist. Ltda.
Rua Riachuelo, 1236
90010-273 – Porto Alegre – RS
Tel.: (051) 226-7703 / 226-9170
- RECIFE**
Cortez Editora e Livraria Ltda.
Rua Gonçalves Maia, 221 – Boa Vista
50070-060 – Recife – PE
Tel.: (081) 424-4227 / 423-5088
Fax: (081) 424-4227
- Best-Seller Comércio e Repres. Ltda.
Rua Marques de Amorim, 09 – Lj. 03
50070-330 – Recife – PE
Tel.: (081) 222-0144 / 421-4991
- RIO DE JANEIRO**
Dumará Distribuidora de Publicações Ltda.
Rua Barata Ribeiro, 17 – sl/202
22011-000 – Rio de Janeiro – RJ
Fone: (021) 542-0248 Fax: (021) 275-0294
- SALVADOR**
Gilson Barros Lima
Rua Miguel Calmon, 37 – sala 705
40015-010 – Salvador – BA
Tel.: (071) 243-9662 Fax: (071) 243-9662
- Chaves Comércio de Livros Papelaria Ltda.
Av. Dorival Caymi, 1.100 – Itapoã
41635-150 – Salvador – BA
Tel.: (071) 359-5776
- SÃO PAULO**
Editora Estação Liberdade Ltda.
Rua Oscar Freire, 1.233 – Cerqueira César
01426-001 – São Paulo – SP
Tel. / Fax: (011) 3064-8268
- Brasilivros Editora e Distribuidora Ltda.
R. Conselheiro Ramalho, 701 – Lj. 22
01325-001 – São Paulo – SP
Tel.: (011) 284-8155 Fax: (011) 285-0305
- Primeira Linha Distr. e Livraria Ltda.
Rua Sabará, 483
01239-011 – São Paulo – SP
Tel.: (011) 255-3852 Fax: (011) 255-3862
- VITÓRIA**
Representação Paulista Ltda.
Av. Carlos Moreira Lima, 61
29052-111 – Vitória – ES
Tel.: (027) 227-5199 / 227-5760 / 227-5501
Fax: (027) 235-1760

A Revista **BIB** divulga periodicamente atividades e realizações mais relevantes dos cientistas sociais brasileiros visando estimular a organização de uma rede de intercâmbio e cooperação institucional e científica.

A Revista **BIB**, portanto, depende de você e da cooperação que você fornece.

Solicitamos o envio de comentários e de informações sobre teses, pesquisas e eventos para poder manter a continuidade da Revista.

A correspondência pode ser enviada à

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS
Editoria da Revista **BIB**

Universidade de São Paulo – USP
Av. Prof. Luciano Gualberto, nº 315, sala 116
05508-900 – São Paulo, SP